



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MESTRADO
UEPB/UFCG)

THIAGO LIMA MATIAS

ATORES EM REDE NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA: um estudo das feiras
agroecológicas da Microrregião de Campina Grande-PB

Campina Grande, Paraíba
Junho – 2016

THIAGO LIMA MATIAS

ATORES EM REDE NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA: um estudo das feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande-PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ramonildes Alves Gomes

Campina Grande, Paraíba
Junho – 2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M433a Matias, Thiago Lima.

Atores em rede na promoção da agroecologia [manuscrito] :
um estudo das feiras agroecológicas da microrregião de Campina
Grande - PB / Thiago Lima Matias. - 2016.
228 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Ramonildes Alves Gomes, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Políticas públicas. 2. Agroecologia. 3. Agricultura
familiar. 4. Feiras agroecológicas. I. Título.

21. ed. CDD 630.277

THIAGO LIMA MATIAS

ATORES EM REDE NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA: um estudo das feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

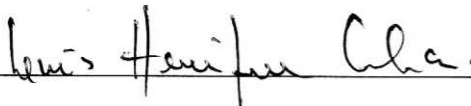
Aprovada em 16 de Junho de 2016

Banca Examinadora



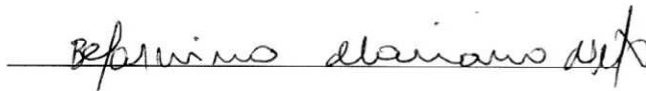
Prof.ª. Dr.ª. Ramonildes Alves Gomes (UEPB/UFCG)

(Orientadora)



Prof. Dr. Luis Henrique Cunha (UEPB/UFCG)

(Examinador Interno)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB)

(Examinador Externo)

Campina Grande, Paraíba
Junho – 2016

DEDICATÓRIA

A Aquele que nesta caminhada esteve sempre ao meu lado, meu
Senhor Deus, pelo árduo incentivo para que eu continuasse a
persistir em meus sonhos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Nada melhor que terminar mais uma etapa de nossas vidas tendo a quem agradecer. Eu, mais que ninguém tenho a agradecer a todos que estiveram presentes nesta jornada e que ainda está em curso. Agradeço, primeiramente, a **Deus** pelos raios de luz em meu coração e minha mente, fazendo com que eu trace escolhas corretas em meu cotidiano. Aos meus pais **Assis e Terezinha** e meu irmão **Daniel** pelo sentido que fazem ao provarem sob qualquer circunstância atos recíprocos de amor. Digo muito obrigado uma pessoa muito importante em minha vida **Adriano**, que representa para mim valores de honestidade e valentia. Agradeço a professora orientadora e amiga **Ramonildes**, sinônimo de elegância e ética, pelo manancial de conhecimentos acadêmicos e de vida que vem me proporcionando desde nossa primeira conversa. Agradeço aos **entrevistados** que com muita gentileza e atenção se dispuseram a participar da construção da pesquisa e por ampliar minha percepção como um pesquisador aprendiz, sendo, desse modo, de fundamental importância para efetivação deste trabalho. E por fim, dedico meus mais fortes agradecimentos, aos poucos e completos amigos (**Wanderley, Ricardo, Luiz, Aleks, Ritchielle e Laura**) que conquistei e que continuam em minha vida.

Por aprendizagem significativa, entendo, aquilo que provoca profunda modificação no indivíduo. Ela é penetrante, e não se limita a um aumento de conhecimento, mas abrange todas as parcelas de sua existência.
(Carl Rogers)

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo a análise das políticas públicas que vem promovendo a agroecologia, refletindo mais centralmente, sobre o processo de articulação em redes concebido para implementação destas, impulsionando o enfoque agroecológico na Microrregião de Campina Grande, através de espaços como as feiras agroecológicas, que acontecem semanalmente em dois dos oito municípios da Microrregião (Campina Grande e Lagoa Seca). Para tanto, busca-se perceber como se instituem as políticas, programas e ações voltadas para o suporte destes espaços de comercialização alternativa, acompanhado das três redes de atores, geridas pelo - Polo Sindical da Borborema, EMATER e COONAP - que implementam as ações governamentais e põem em prática discursos em defesa da agroecologia. Estamos nos inspirando na teoria do Ator-Rede (TAR) na tentativa de seguir os mediadores no processo de fortalecimento da agroecologia como estratégia produtiva para agricultura familiar. Para a realização do trabalho contamos com o suporte metodológico pesquisa documental, observação não participante das feiras e, das entrevistas semiestruturadas com os diversos atores (agricultores/feirantes, consumidores e mediadores institucionais). A análise dos dados foi iluminada pela análise de conteúdo e os resultados da pesquisa permitem inferir que a heterogeneidade com que as redes se apresentam apontam para diferenças quanto ao apoio efetivo à agricultura familiar e às práticas agroecológicas na área da pesquisa em questão. Por sua vez, as políticas públicas, operadas localmente têm contribuído para a aproximação entre produção e consumo, para a diversificação da produção e para incrementar a renda familiar dos agricultores/feirantes, assim para a incorporação de novos saberes a partir da participação destes em redes sociotécnicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Agroecologia, Agricultura Familiar, Feiras Agroecológicas, Ator-Rede.

Abstract

This dissertation aims at the analysis of public policies that has been promoting the agroecology, reflecting more centrally on the process of articulation designed to implement it, boosting the agro-ecological focus in the Microregion of Campina Grande, using as empirical reference seven agroecological fairs that take place weekly in two of the eight municipalities of the Microregion (Campina Grande and Lagoa Seca). Therefore, we seek to understand how policies, programs and other actions are established to support these alternative marketing spaces, following three actors' network (Polo Sindical da Borborema, EMATER and COONAP) who manage, implement government actions and put into practice the discourses raised by the flag of agroecology social movements. We analysing how this tangle of articulations works in the perspective of Actor-Network Theory (ART), to strengthen agroecology as productive strategy for family farming. In this context, to carry out the work, the methodology used was the documentary research, non-participant observation of fairs and semi-structured interviews with the various actors (farmers / merchants, consumers, institutional mediators) that periodically build these spaces. The data analysis was carried out by qualitative technique (content analysis). The survey results show that the heterogeneity presented by the networks shows differences in effective support for family farming and agro-ecological practices in the researched area. Although not presenting great expressiveness in the Microregion, locally operated public policies have generated the proximity between production and consumption, diversification of production and increase in family income through agroecological fairs, farmers/merchants' access to state policies and the incorporation of contact to socio-technical networks.

Keywords: Public Policy, Agroecology, Family Agriculture, Agroecologic Fairs, Actor-Network.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Distribuição espacial das feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande.....	89
MAPA 2 – Localização da Microrregião de Campina Grande	104
MAPA 3 – Isoietas das médias totais anuais de chuvas na Microrregião de Campina Grande.....	107
MAPA 4 – Drenagem principal da Microrregião de Campina Grande	108
MAPA 5 – Solos da Microrregião de Campina Grande.....	109
MAPA 6 – Hipsometria da Microrregião de Campina Grande	110
MAPA 7 – Uso e ocupação da superfície na Microrregião de Campina Grande.....	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Tipologia de circuitos longos de comercialização.....	64
QUADRO 2 - Marco Legal da produção de base ecológica (Agroecológica e Agricultura Orgânica)	69
QUADRO 3 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos de base ecológica	71
QUADRO 4 – População, Área e Densidade Demográfica da Microrregião de Campina Grande	105

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Síntese das políticas operacionalizadas no PLANAPO 2013-2015.....	58
FIGURA 2 - Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS	94
FIGURA 3 - Formatos de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos na Microrregião de Campina Grande.....	101
FIGURA 4 – Localização da Feira Agroecológica de Lagoa Seca.....	129
FIGURA 5 – Localização das Feiras Agroecológicas – Estação Velha e Catolé.....	134
FIGURA 6 – Avaliação Bimestral das feiras agroecológicas do Polo Sindical na sede da AS-PTA.....	136
FIGURA 7 – Feira Clandestina nos arredores do Museu do Algodão.....	140
FIGURA 8 – Feira Clandestina nos arredores do Museu do Algodão.....	140
FIGURA 9 – Feira Agroecológica da Estação Velha.....	141
FIGURA 10 – Feira Agroecológica do Catolé.....	141
FIGURA 11 – Feira Agroecológica de Produtos da Agricultura Familiar de Lagoa Seca.....	142
FIGURA 12 – Localização da Feira do Produtor/Parque do Povo.....	144
FIGURA 13 – Localização das Feiras do Produtor (Mercado das Malvinas e UFCG)...	146
FIGURA 14 – Limpeza do Parque do Povo após a realização da FEAGRO.....	150
FIGURA 15 – Feirantes não associados e atravessadores na FEAGRO/PP.....	151
FIGURA 16 – Atuais instalações na FEAGRO/UFCG.....	153
FIGURA 17 – Feira do Produtor - Mercado das Malvinas.....	154
FIGURA 18 – Localização da Feira Agroecológica da Reforma Agrária.....	157
FIGURA 19 – Inauguração da Feira Agroecológica da Reforma Agrária.....	158
FIGURA 20 – Acompanhamento dos técnicos da COONAP no Assentamento José Antônio Eufrouzino – Campina Grande.....	159
FIGURA 21 – Atual Feira Agroecológica da Reforma Agrária.....	161

LISTA DE SIGLAS

ABA-Agroecologia – Associação Brasileira de Agroecologia
AESAs - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ASA – Articulação do Semiárido
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica e Social Ambiental uma Reforma Agrária
BNB - Banco do Nordeste
CAAASP - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEASA – Central Estadual de Abastecimento
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIRAD - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
CLADES - Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSAD - Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
COONAP – Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Auto Promoção
CPOrgs - Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTAO - Câmara Temática de Agricultura Orgânica
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão do PRONAF
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomo no Brasil
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IPA - Instituto Paraibano de Agropecuária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Extensão Rural e Pesquisa Agroecológica
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PATAC- Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PBF - Programa Bolsa Família
PCTAF's - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos
PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
POAB - Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PRONATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PTA-FASE - Projeto Tecnologia Alternativa/FASE
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar
SESC - Serviço Social do Comércio
SESUMA – Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
SIBRATER - Sistema Descentralizado de Ater Pública
SINTER - Sindicato dos Extensionistas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEBA - Universidade Estadual da Paraíba
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CRISE AMBIENTAL AO ENFOQUE AGROECOLÓGICO.....	26
1.1 Revolução Verde e impactos socioambientais na agricultura brasileira	27
1.2 A agricultura alternativa – o movimento agroecológico no Brasil.....	33
1.3 Da PNATER ao PNAPO – Caminhos e descaminhos das políticas públicas de promoção a agroecologia.....	45
CAPÍTULO II – AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: MERCADOS INSTITUCIONAIS E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO	61
2.1 Dos mercados globais aos circuitos curtos de comercialização.....	62
2.2. Os mercados institucionais e a comercialização de produtos de base ecológica	73
2.2.1 O PAA e o PNAE: mercados para agricultores de base ecológica na Microrregião de Campina Grande – PB.....	80
2.3 Os circuitos curtos de comercialização e as feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande - PB	86
CAPÍTULO III – A FORMAÇÃO DA REDE DE ATORES DE PROMOÇÃO AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE – PB.....	103
3.1 Delimitação e Caracterização espacial da Microrregião de Campina Grande.....	104
3.2 A rede de atores na promoção da agroecologia no Território da Borborema.....	114
3.3 As feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande: formação e consolidação da rede de atores.....	127
3.3.1 As feiras agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema.....	127
3.3.2 As feiras do Produtor organizadas pela EMATER.....	143
3.3.3 A feira agroecológica da Reforma Agrária.....	156
CAPÍTULO IV - A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE– PB.....	165
4.1 Agricultores, produtores, feirantes: novos atores na feira.....	166
4.2 Olhares e discursos sobre a promoção das feiras agroecológicas e da agroecologia.....	180
4.2.1 O Estado e os movimentos sociais na visão dos agricultores/feirantes.....	180
4.2.1 Entre limites e possibilidades: a visão dos agentes institucionais (mediadores) sobre as feiras agroecológicas.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

1 - INTRODUÇÃO

A partir de iniciativas inovadoras, redes organizativas em torno do enfoque agroecológico vêm construindo socialmente mercados alternativos, cujo crescimento da demanda por alimentos saudáveis reconectam os vínculos entre produtores e consumidores em novos circuitos de produção e consumo. As feiras agroecológicas, surgem nesse contexto, como um instrumento de fortalecimento da agricultura de base ecológica, tanto por gerarem um movimento de produção e consumo desconectados das redes globais do agronegócio convencional quanto por suas formas organizativas capazes de promover conhecimentos e intercâmbio de experiências práticas em agroecologia (CARVALHO et al, 2010; PLOEG, 2008, PEREZ-CASSARINO, 2013; SABOURIN, 2014; SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008).

Estas feiras, estruturadas principalmente em articulações de movimentos sociais locais mobilizam dinâmicas e laços de proximidade que facilitam o reencantamento das relações de consumo alimentar por meio da valorização dos potenciais endógenos da agricultura familiar e de seus produtos. Surgem no encalço de romper com as concepções de uma agricultura orientada pelos pacotes tecnológicos da revolução verde, modelo agrícola modernizador que preconizou a ampliação da produção de alimentos no meio rural se baseando dentre outros aspectos, na alteração genética de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, redução dos custos de manejo e fomento aos macrossistemas agroalimentares (ANDRADES; GANIMI, 2007; ARAÚJO, 2011; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Ademais, este projeto de desenvolvimento focado no setor agrícola trouxe consigo um conjunto de políticas públicas majoritariamente voltadas para a mecanização da agricultura, a lógica do capital e dos interesses externos aos trabalhadores rurais. Ao passo que os incentivos do governo geraram enormes ganhos financeiros voltando-se para o cultivo de monoculturas das grandes propriedades, inúmeras problemáticas socioambientais no campo se refletiram na marginalização dos agricultores de familiares e na alteração dos ciclos ecológicos dos agroecossistemas pelo uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras (ALTIERI, 1989, BALESTRO; SAUER, 2013).

Assim, em um cenário de extremos níveis de pobreza e recorrentes problemas de intoxicação dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, movimentos alternativos, identificados por princípios de resgate a um consenso produtivo mais igualitário e menos nocivo ao meio ambiente introduzem um novo debate na agricultura brasileira, a partir da

década de 1980. Ao defender a utilização de tecnologias mais benéficas para com os recursos naturais disponíveis e o reconhecimento de políticas que privilegiassem também os aspectos sociais da produção, o movimento agroecológico destaca-se nesse seguimento como uma frente de resistência que se contrapõe aos aspectos danosos do padrão agrícola industrial dominante (BRANDENBURG, 2002; BETHIEN, 2007).

Vista sob o prisma de várias conotações no país, seja por possuir uma gama de metodologias para melhor compreender a relação do homem com os diversos agroecossistemas ou por tencionar, grosso modo, uma produção agrícola diferenciada da convencional para agricultores alocados em pequenas unidades, em meados dos anos 1990, a agroecologia se constitui como reforço na causa dos movimentos sociais. Além da suposição de construir novos referenciais técnicos e conceituais na agricultura de base familiar, sua participação dentro dos movimentos sociais se apresentou em duas frentes de resistência identificadas tanto pelo estímulo a transição agroecológica quanto no embate contra as políticas públicas que dão suporte a agricultura sob os moldes empresariais.

Na defesa de uma população historicamente marginalizada, as articulações em rede das organizações que disseminam os ideais de uma agricultura socialmente justa sob as bases da agroecologia vêm conseguindo promover inúmeras inovações político sociais. Após o marco institucional da política de maior abrangência nacional para a agricultura familiar (PRONAF), relações cada vez mais tênues entre o Estado e a sociedade civil organizada fazem com que várias mudanças institucionais e reformulações políticas passem a reconhecer o universo dos agricultores familiares e suas organizações como um seguimento produtivo importante no país (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, LUZZI, 2007).

Atores até então marginais nas arenas públicas tornaram-se dominantes (caso de políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores) e abriram oportunidades para a institucionalização de “novas” ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações não governamentais da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (e também, em grande medida, vinculados ao campo agroecológico) (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 37).

Na perspectiva de promover um desenvolvimento rural sustentável, um novo ciclo de formulação e implementação de políticas se ergue no encalço do primeiro mandato do governo Lula, quando a socialização de práticas produtivas sob as bases da agroecologia e da agricultura orgânica gradativamente ganham espaço nos territórios. Programas de crédito, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, de capacitação, o incentivo a comercialização de produtos da agricultura familiar e a mais recente política de

agroecologia e produção orgânica (PNAPO), começam a incorporar, ao menos em parte, proposições elaboradas por movimentos sociais promotores do enfoque agroecológico (CAPORAL; PETERSEN, 2011; GRISA, 2012; PETTAN, 2010).

Assim, nessa dissertação temos como objetivo analisar as políticas públicas de promoção a agroecologia, refletindo mais centralmente, sobre o processo de articulação engendrado para implementação destas, impulsionando o enfoque agroecológico na Microrregião de Campina Grande¹. Estamos utilizando como referência empírica sete feiras agroecológicas que acontecem semanalmente em dois dos oito municípios da Microrregião. Para isto, busca-se perceber como se instituem as políticas, programas e demais ações voltadas para o suporte destes espaços de comercialização alternativa, acompanhando as redes de atores que as gerenciam, implementam as ações governamentais e põem em prática os discursos levantados pela bandeira dos movimentos sociais defensores da agroecologia.

Entre as estratégias do Estado que tem demonstrado apoio ao enfoque agroecológico, destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), na qual à implementação de ações na perspectiva da substituição de técnicas convencionais por técnicas alternativas passam a utilizar a agroecologia como base metodológica para o desenvolvimento de novos arranjos produtivos a partir de 2003. No que concerne ao eixo produção, verifica-se a disponibilidade de linhas de crédito específicas, a exemplo da “Linha Verde” do PRONAF para que agricultores de base ecológica ou em transição possam desenvolver sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos (CAPORAL, 2009; CAPORAL; PETERSEN, 2011).

No decorrer dos anos, estas políticas demonstraram as dificuldades de promover a conversão agroecológica, no caso da Política Nacional de ATER, principalmente pela ação majoritária dos extensionistas no manutenção das antigas metodologias, que remetem aos anos da revolução verde, e, conseqüentemente, pela crescente dependência dos agricultores familiares em relação ao uso de insumos químicos, sementes modificadas e os programas de crédito. O número inferior de cadastros na “Linha Verde” em detrimento de outras linhas do PRONAF expõe que as exigências para a concessão de crédito e aprovação de contratos por parte dos agentes financeiros, representam os principais

¹ A Microrregião de Campina Grande é uma das 23 microrregiões do estado da Paraíba, pertencente à Mesorregião do Agreste Paraibano e dividida em oito municípios: Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas, Puxinanã e Serra Redonda (IBGE, 1990).

entraves para que agricultores de base ecológica ou em transição tenham acesso aos programas (LANDINI, 2015; MAGALHÃES, 2010; WEID, 2011).

Apesar dos problemas operacionais da PNATER e o PRONAF Agroecologia, dois programas têm apoiado o enfoque agroecológico no processo de reconfiguração nos territórios, exibindo uma participação crescente no total das aquisições de produtos orgânicos e/ou de base agroecológica. Além da assistência técnica e do crédito, as reivindicações da sociedade civil se ampliam para que o Estado passe a incentivar compras governamentais por meio de mercados institucionais, onde temas como comercialização da produção passam a representar o acesso a mercados e a garantia de preços mais justos para o universo dos agricultores familiares de base ecológica.

Após modificações nos referenciais dessas políticas e sendo atualmente os principais demandantes de alimentos por parte do Estado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vêm proporcionando a ampliação de renda, atraindo um número significativo de agricultores familiares de base ecológica. Os mercados institucionais têm definido a obrigatoriedade de no mínimo 30% dos recursos destes para a compra e gêneros deste setor, privilegiando sempre que possível à aquisição de produtos orgânicos e/ou de base agroecológica (BRASIL, 2013, SCHMITT; GRISA, 2013).

A existência desses mercados institucionais tem beneficiado a aproximação entre produtores e consumidores em mercados locais / regionais, redirecionando os sistemas de produção para atividades mais sustentáveis, fortalecendo estratégias mais autônomas de reprodução social das unidades familiares de produção e redefinindo novos modelos de consumo e comercialização. Vale ressaltar que os mercados institucionais vêm demonstrando o incentivo a iniciativas de comercialização em circuitos curtos de venda, onde alimentos de base ecológica são comprados diretamente dos agricultores familiares ou de associações e cooperativas, que, por conseguinte, demonstram o fortalecimento de redes organizativas em torno do enfoque agroecológico (DAROLT, 2013; GRISA, 2012; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Como exemplo dessas redes organizativas temos as feiras agroecológicas, que ao envolver atores como poder público, associações de produtores e instituições de apoio à agricultura ecológica em seus processos de gerenciamento, proporcionam aos consumidores alimentos mais saudáveis produzidos em regime familiar. Ao se caracterizarem pelos fundamentos da agroecologia como espaços de sociabilidade e troca de experiências que resgatam valores tanto dos produtores quanto de seus produtos, geram

a oportunidade de maior poder de barganha destes e a garantia de escoamento pela venda direta ao retirar a figura de atravessadores (DAROLT, 2013; MARIANO NETO, 2006).

Além do incentivo ao dinamismo financeiro, estas feiras surgem como resultado de organizações e movimentos sociais proporcionando modelos alternativos de consumo e relações de confiança sobre a certificação dos produtos através de um significativo processo de identidade entre quem produz e consome o alimento. Por sua vez, o relacionamento de produtores e as demandas dos consumidores favorecem um cultivo diversificado e a biodiversidade do agroecossistema, assegurando equilíbrio e sustentabilidade aos sistemas de produção e uma melhor qualidade aos alimentos produzidos (GUSSON, 2006; RAMALHO et al, 2010; SABOURIN, 2010, SCHMITT; GUIMARÃES, 2013).

Nelas, “o espaço de mercado é definido por uma rede de proximidade em que produtores e consumidores interagem por meio de produtos que possuem um forte apelo valorativo associado à artesanidade da produção” (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p.51). Ademais, conseguem impulsionar um conjunto de estratégias de fortalecimento ao consumo de produtos locais por meio da sociabilização de práticas desenvolvidas pelos próprios produtores, onde estes passam a se posicionar politicamente por meio de novas formas de diálogo, edificação de estratégias para comercialização e a interação com os insumos e recursos locais disponíveis.

No Estado da Paraíba, a existência de feiras agroecológicas antecede as políticas de promoção à agroecologia, surgindo ainda em meados da década de 1990 como experiências inovadoras de arranjos produtivos sem o uso de agrotóxicos tanto na tentativa de fugir dos atravessadores, quanto uma estratégia para a comercialização dos alimentos produzidos sob uma perspectiva diferenciada da convencional. Localizadas em distintos municípios do estado, estes espaços alternativos de comercialização nascem como produto de um esforço organizativo de agricultores familiares e assessores técnicos, dirigido à superação da dependência/subordinação camponesa ao capital comercial e industrial no campo (CARVALHO, 2008; SANTOS, 2010).

De acordo com a análise feita por Santos, no estado da Paraíba:

O conjunto de transformações associadas à consolidação de espaços agroecológicos para a venda direta da produção camponesa aos clientes, na medida em que representa a conquista de melhores condições de acesso ao mercado para a comercialização de produtos, encerra um conteúdo político evidente: revela-se parte integrante – enquanto uma manifestação popular – da luta dos camponeses paraibanos por sua reprodução social, pela manutenção de uma condição de classe (2010, p. 198).

De modo igual às outras localidades do estado da Paraíba, a atuação de assessores técnicos por meio de um trabalho de conscientização sob o cultivo com técnicas diferenciadas faz com que práticas alternativas sob as bases da agroecologia passem a fazer parte constituinte do cotidiano de camponeses da Microrregião de Campina Grande. No decorrer dos anos, a suposição de produzir sem venenos e a busca do escoamento da produção sem a presença de atravessadores apresentam a construção de um mercado alternativo, onde o enfoque agroecológico e a prática da agricultura orgânica acabam por influenciar o universo produtivo e o comportamento de uma rede de atores² em torno da existência de feiras agroecológicas.

Ao passo que também são meios de difusão das práticas e experiências em agroecologia e agricultura orgânica de distintas comunidades rurais, estas feiras agroecológicas surgem na perspectiva de viabilizar a superação de entraves no processo produtivo, bem como a circulação da produção agrícola de base ecológica (SANTOS, 2010). Ao apresentarem para a sociedade local/regional a oferta de produtos oriundos de comunidades e assentamentos rurais da Microrregião, desde meados da década de 1990 o número de feiras agroecológicas vem se expandindo totalizando atualmente sete feiras agroecológicas.

Estas que acontecem em dias variados da semana, no período da manhã, sendo seis delas em pontos distintos da cidade de Campina Grande e uma no município de Lagoa Seca. As mesmas acontecem nas quartas-feiras no Museu do Algodão no bairro da Estação Velha (Feira Agroecológica da Estação Velha – 22 barracas), e na Universidade Federal de Campina Grande (Feira do Produtor – 32 barracas); nas quintas-feiras na Praça Clementino Procópio no Centro (Feira Agroecológica da Reforma Agrária – 13 barracas); nas sextas-feiras no bairro do Catolé (Feira do Catolé – 5 barracas) e no Parque do Povo (Feira do Produtor – 60 barracas); aos sábados no bairro das Malvinas (Feira do Produtor – 79 barracas) e no centro do município de Lagoa Seca (Feira de Produtos Orgânicos da Agricultura familiar – 10 barracas).

Nestes espaços, os agricultores/feirantes participantes atuam semanalmente em mais de uma feira e como regulamento a presença dos agricultores ou de algum parente no

² Para fins do trabalho, consideramos que os atores se constituem pela capacidade efetiva de articular, influenciar e ser influenciado por outros atores que pertencem às redes sociais. Desse modo, a rede de atores não é redutível a um ator sozinho; nem a uma rede, mas composta de conjuntos heterogêneos de elementos, animados e inanimados conectados, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, capazes de redefinir e modificar seus componentes (FREIRE, 2006; LATOUR, 2012; PAULINO, 2014; RAMOS, 2009).

local de venda é exigida, devendo ser vendidos somente alimentos produzidos nas unidades de produção. Ao se apresentarem como espaços de comercialização diferenciados dos convencionais pela oferta de produtos “limpos, saudáveis”³, os feirantes envolvidos recebem acompanhamento que se inicia nos estabelecimentos familiares até o momento da venda dos produtos, onde três redes de atores compostas por agentes do Estado e mercado, representações de ONGs, líderes sindicais, técnicos de ATER e ATES, dentre outros, vem dando suporte para que estes espaços se instituem.

No âmbito das feiras do município de Lagoa Seca, da Estação Velha e do bairro do Catolé que vendem apenas produtos orgânicos de base agroecológica, estas contam com um total de vinte e dois feirantes ativos participantes do Pólo Sindical da Borborema e ONGs ligadas à agroecologia como o caso da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Para organizar estas feiras, a Associação EcoBorborema se apresenta como a entidade representativa e articuladora dos feirantes, mediando o acesso a programas e projetos do governo federal, gerando e compartilhando as informações necessárias e mantendo contatos frequentes com os poderes públicos locais.

A rede do Pólo Sindical da Borborema tem apresentado mais articulação para promover princípios agroecológicos pela conexão direta da Associação EcoBorborema com a ONG AS-PTA, forte atuante em projetos de agroecologia na agricultura familiar na região. Sendo ao todo, 28 agricultores/feirantes sindicalizados e envolvidos nas articulações de movimentos sociais, se fazendo presentes em muitos espaços organizativos. Sendo assim, são os mais articulados e que vêm aderindo mais fortemente o enfoque agroecológico na Microrregião e se apresentando mais conscientes de uma produção sem agrotóxicos. Como partes das redes que se articulam no movimento agroecológico, participam de reuniões de mobilização, intercambiam conhecimentos com outros agricultores e tem acesso a políticas governamentais.

No caso das três Feiras do Produtor (Feira do Parque do Povo, Feira da UFCG e Feira das Malvinas), estas contam com um número significativo de setenta e nove feirantes que vendem produtos mistos, entre eles, orgânicos. O gerenciamento destes espaços de comercialização é realizado pelo escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que além de fiscalizar a viabilidade dos produtos e atuar no

³ As feiras agroecológicas analisadas se apresentam a sociedade local como uma alternativa ao mercado de produtos convencionais pela utilização de tecnologias agrícolas (adubação orgânica, policultivos, fertilizantes naturais, etc.) capazes de responder à demanda pela produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, transgênicos ou fertilizantes químicos.

combate a presença de atravessadores, vem facilitando o acesso a políticas governamentais como programas de crédito e assistência técnica aos agricultores envolvidos.

Ao venderem produtos mistos, tanto orgânicos quando convencionais, os agricultores/feirantes das Feiras do Produtor (Feira do Parque do Povo, Feira da UFCG e Feira das Malvinas), são também agricultores familiares que tiveram acesso ao enfoque agroecológico pelos contatos com o Pólo Sindical. São os mais antigos no ramo da comercialização e os menos articulados na promoção da agroecologia. Em geral, são assistidos tecnicamente pelo escritório local da EMATER que apesar de organizar as feiras, não realiza um acompanhamento efetivo sobre o enfoque agroecológico, se restringindo a visitas nas unidades de produção e o incentivo para a não utilização de agrotóxico. Ao consolidarem um público considerável de consumidores nas feiras no decorrer dos anos, são agricultores/feirantes mais estruturados financeiramente que mantém contatos frequentes com a EMATER para que possam continuar tendo acesso aos programas governamentais e vendendo seus produtos nas três feiras. Muitos usam além da mão de obra familiar, a assalariada, e apresentam maior especialização e maior escala de produção.

Ao comercializar também produtos orgânicos e de base agroecológica, a feira que acontece na Praça Clementino Procópio (Feira Agroecológica da Reforma Agrária) possui um total de treze agricultores ativos de assentamentos do INCRA espalhados pela região. Esta feira é organizada pela Cooperativa de Apoio de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto Promoção (COONAP), que ao prestar serviços para o INCRA com projetos ligados ao desenvolvimento de assentados de reforma agrária, por sua vez vem atendendo inúmeras famílias no oferecimento de vários serviços de cidadania, direitos sociais, cursos de capacitação e formação técnica em agroecologia.

Essa rede dissemina o enfoque agroecológico por meio de projetos sociais e pedagógicos e a articulação com o NERA da Universidade Estadual da Paraíba, atuando na formação prática e teórica nos termos da transição agroecológica para os agricultores/feirantes assentados. Estes que por sua vez, são os mais recentes no ramo da comercialização e mais carentes de assistência técnica e infraestrutura para produção nos lotes de terra que conseguiram. Em geral, são os agricultores/feirantes menos capitalizados que ao todo somam 16 assentados de reforma agrária, envolvidos em projetos sociais de moradia e promoção da agricultura familiar, apoiados pelo INCRA. São também agricultores que obtiveram mais recentemente o contato com o enfoque agroecológico,

fazendo com que através do excedente de sua produção, passassem a comercializar na feira pelo apoio da cooperativa COONAP e a Secretaria de Agricultura de Campina Grande.

Apesar da importância socioambiental substantiva que estas feiras agroecológicas vêm demonstrando no decorrer dos anos, onde estas acontecem e se instituem apresentando semanalmente uma notória motivação de compra e venda entre agricultores/feirantes e consumidores, não se sabe efetivamente como estão sendo gerenciadas as ações que dão suporte para que estas feiras aconteçam. Como visto, uma rede de atores atua no sentido de construir esses espaços, no entanto, nos interrogamos neste trabalho a cerca de como as redes vem se articulando, tecendo nós e fios em torno das políticas públicas, mas também de outras estratégias no sentido de apoiar o desenvolvimento das feiras como espaço de comercialização e reconhecimento da agroecologia.

Nesse sentido, a preocupação central deste trabalho, é com as dinâmicas que envolvem o funcionamento das políticas públicas voltadas às feiras agroecológicas. Assim, buscaremos identificar quais as políticas, programas e ações voltadas à agroecologia na Microrregião. Nos indagamos ainda, sobre quais são os entraves, limites e possibilidades enfrentados pelo conjunto de atores envolvidos para a realização destas feiras? Como a rede de atores participa na arena que gesta e implementa as ações direcionadas para estas feiras agroecológicas? E dentre as ações, quais apoios e obstáculos institucionais estas se deparam em seus atos de adoção e execução nestes espaços de comercialização?

Desenho da pesquisa

Na tentativa de responder a estas questões, procuramos acompanhar a rede de atores que dão suporte a estas feiras utilizando como inspiração de a teoria do Ator-rede (TAR) desenvolvida por Bruno Latour (1994, 2000, 2012). Como já o dissemos, o propósito da dissertação é discutir o processo de implementação das políticas públicas voltadas à agroecologia, através do mapeamento das políticas, programas e demais ações voltadas para o fortalecimento das feiras e como elas atuam no sentido do fortalecimento da agroecologia como estratégia produtiva para a agricultura familiar. Logo, procuramos seguir a atuação da rede de atores que vem promovendo estas feiras, seguindo as interconexões presentes no interior dela, através de um processo que agrega diferentes tipos de arranjos e organizações concebidos, portanto, como mediadores (LATOUR, 2000, 2012).

Desse modo, no encalço de seguir essas redes, os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa de cunho exploratório e abordagem qualitativa têm como finalidade levantar e selecionar informações sobre a participação das políticas públicas na promoção das feiras agroecológicas, aprimorando a descoberta de como funcionam as ações que as fomentam e descrevendo suas características. Inicialmente como técnica de investigação, utilizamos o método da pesquisa documental, onde o procedimento de escolha e análise dos documentos proporcionou um maior nível de conhecimento sobre como se encontram formalizadas as políticas voltadas para a promoção da agroecologia no Brasil.

A segunda etapa consistiu na realização de visitas sistemáticas as sete feiras agroecológicas, realizadas entre os meses de abril a dezembro de 2015, quando através da observação não participante foi realizado um acompanhamento de como funcionam as feiras e o cotidiano dos produtores/feirantes com vistas a obter maior familiaridade da realidade existente nestes espaços. Este momento foi significativo na medida em que foi realizado um mapeamento dos programas e ações locais que são operados pelas redes de atores que participam diretamente no processo de mediação das políticas governamentais e no fomento direto dado ofertado para viabilizar as feiras.

O terceiro momento investigativo consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas longas com os agricultores/feirantes, consumidores e assessores técnicos ligados ao funcionamento das feiras. Utilizou-se um diário de campo, assim como, gravador de áudio, conforme autorização dos entrevistados. Vale esclarecer que os nomes utilizados para identificar os entrevistados são fictícios, cujas iniciais foram modificadas a fim de preservar o anonimato dos mesmos. Por meio de relatos orais, esta etapa propiciou o levantamento de informações sobre os limites e possibilidades enfrentados pelos agricultores/feirantes, bem como forneceu dados para uma avaliação de como os atores que se colocam como mediadores das políticas participam dos processos de tomada de decisão e direcionamento das ações voltadas para estes espaços de comercialização, sendo três agentes da EMATER, quatro representantes do Polo Sindical da Borborema e três assessores técnicos da COONAP/INCRA. Estes informantes acompanham as feiras desde o início, a escolha dos agentes institucionais entrevistados foi realizada a partir da proximidade e do acompanhamento direto com os agricultores/feirantes dentro das redes.

No caso dos agricultores/feirantes entrevistados, foi possível identificar dentro do universo da pesquisa de campo a existência de indicadores de diferenciação do grupo, para que assim se pudesse obter uma representação das respostas no mosaico de atores que

compõem as feiras. Essa amostragem se sucedeu por causa da impossibilidade de falar com todos os agricultores/feirantes em cada rede analisada, utilizando como elemento de diferenciação para realização das entrevistas: lideranças reconhecidas, chefes de família (mulheres, homens), fundadores, agricultores/feirantes mais recentes e ex-agricultores convencionais. Assim foram realizadas entrevistas com 15 agricultores/feirantes participantes da rede do Polo Sindical, 15 das feiras do Produtor e 10 da feira agroecológica da reforma agrária.

O momento relativo à análise e interpretação dos dados foi baseado na sistematização qualitativa das informações levantadas na pesquisa documental e dos dados obtidos em campo, e que consistiu na transcrição das entrevistas e análise do conteúdo das mesmas. Nesta fase buscamos relacionar os conteúdos dos documentos oficiais relativos às políticas de promoção aos produtos agroecológicos, as ações direcionadas às feiras agroecológicas, observações feitas “in loco” e as falas dos entrevistados, com o foco na elaboração de textos e transcrições das entrevistas com base na análise dos conteúdos manifestados pelos sujeitos participantes da pesquisa.

O texto da dissertação está dividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado de “Políticas Públicas: da crise ambiental ao enfoque agroecológico”, tem como objetivo apresentar quais políticas contemplam, textualmente, em suas áreas de atuação o enfoque agroecológico. Assim, traçamos um percurso histórico relacionado à problemática socioambiental gerada pela Revolução Verde, as demandas assumidas pelo movimento agroecológico e os meandros das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia, pensando mais centralmente nas políticas que estão promovendo a comercialização e dando visibilidade aos produtos agroecológicos.

No segundo capítulo, “Mercados para a agricultura de base ecológica: os mercados institucionais e os circuitos curtos de comercialização na Microrregião de Campina Grande – PB” buscou-se direcionar as políticas que incentivam a comercialização de produtos agrícolas na construção de mercados para a agroecologia. Este tem como finalidade, a caracterização do processo de participação dos agentes institucionais e assessores locais responsáveis pela execução do PAA e PNAE no local da pesquisa, a percepção dos consumidores sobre a participação destes neste mercado, bem como a visão dos agricultores/feirantes que atuam nas feiras “alternativas” da Microrregião acerca da construção desses espaços como um modelo de circuitos curtos de comercialização.

O terceiro capítulo, “As feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande–PB: a formação da rede de atores” traça um panorama do surgimento, caminho

percorrido no decorrer dos anos e diferenciação das feiras que acontecem no recorte espacial da pesquisa. Para tanto, esse capítulo tem como objetivo ressaltar o processo inicial de articulação das instituições em torno do enfoque agroecológico no Território da Borborema como área de influência e que possibilita a existência de feiras agroecológicas na Microrregião, enfatizando quais foram os idealizadores e os agentes institucionais responsáveis por construir e gerenciar esses espaços, demonstrando ainda como se articulam as redes de atores e as interconexões que possibilitam a existência prática e cotidiana das feiras pesquisadas.

O quarto capítulo é dedicado à análise e discussão dos dados e informações adquiridas ao longo da pesquisa. Neste, serão destacadas, de forma mais direcionada, os programas, políticas e ações com atuação em nível local operados pelas redes de atores envolvidos no processo das feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande-PB. O perfil e o discurso dos agricultores/feirantes serão explorados nesta etapa conclusiva do trabalho, bem como as agências públicas e privadas pertencentes a esta arena. Trata-se de uma tentativa de lançar mão de um olhar menos ingênuo quanto à dinâmica das feiras agroecológicas a partir de uma análise que incorpore diferentes discursos e dilemas no processo de implementação das políticas operadas tanto pelos agentes do Estado quanto pelos atores institucionais da sociedade civil.

CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CRISE AMBIENTAL AO ENFOQUE AGROECOLÓGICO

Após quatro décadas de implantação dos pacotes tecnológicos preconizados pela revolução verde, o padrão convencional de agricultura destinado ao aumento da produtividade de alguns cultivos, foi entendido principalmente como um viés produtivo economicista, cujo principal objetivo visou à maximização dos lucros dos complexos agroindustriais. Além dos negativos impactos ambientais ocasionados, as políticas públicas que fomentaram este modelo modernizante foram também responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pelas fortes alterações nos modos de vida de grande contingente da população rural do País.

Tal fato, fez com que se consolidassem redes de movimentos e organizações engajados na promoção de um novo desenvolvimento rural, e que incorporados pelo apoio do Estado vêm dando subsídio para que práticas agrícolas alternativas revalorizem socialmente agricultores e construam novas formas de produção e consumo de alimentos. Como resultado dessas mobilizações, o enfoque agroecológico tem assumido crescente importância nas pautas das ações do governo, ainda que o modelo agroexportador do agronegócio continue sendo o maior beneficiário das reais intenções do Estado e dos recursos financeiros voltados ao meio rural.

Uma das faces desse processo revela-se na participação da Agroecologia associada à revalorização da agricultura familiar, também expressa no movimento agroecológico, que mesmo representado de modo emergente, tem permitido trazer para a sociedade a construção e integração de políticas públicas direcionadas ao universo da agricultura de base familiar. Desde meados dos anos 2000 um conjunto substancial de transformações políticas se volta para o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e para que práticas agrícolas sob as bases da agroecologia gradativamente se instalem nos territórios.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo perscrutar a literatura no debate das políticas públicas que possuem como privilégio o enfoque agroecológico em suas áreas de atuação. Para tanto se fez necessário, uma revisão da literatura que auxilie a compreensão dos acontecimentos que originaram os diversos problemas ambientais recorrentes na agricultura brasileira, bem como o surgimento do movimento agroecológico e suas demandas por ações estatais expressas atualmente por um conjunto de políticas operadas pela união entre Estado e sociedade civil, como veremos no curso deste capítulo.

2.1 Revolução Verde e impactos socioambientais na agricultura brasileira

Ao se apresentar como um novo modelo de progresso ancorado na mecanização produtiva, o projeto de desenvolvimento capitalista no setor rural brasileiro, denominado de Revolução Verde, modificou o mundo rural transformando as bases de rentabilidade e competitividade do agronegócio na economia nacional a partir das décadas de 1960-70. Com o intuito de modernizar a agricultura, a implantação deste modelo agropecuário promoveu ganhos econômicos, mas também diversos impactos ambientais e desastres socioeconômicos como a ampliação da concentração fundiária, êxodo rural e exclusão social dos agricultores de pequeno e médio porte (ALTIERI, 1989; ANDRADES; GANIMI, 2007; BALESTRO; SAUER, 2013; CAPORAL, 2013; DELGADO, 2009; HESPANHOL, 2008).

Para viabilizar a implantação desse modelo de desenvolvimento constata-se que a atuação do Estado em diferentes regiões do Brasil, permitiu inúmeras inovações no campo por meio de um forte sistema de crédito rural que imperava nos moldes de intensiva mecanização e insumos químicos. Na época, esse modelo modernizador passou a ser visto como o salvador dos problemas da escassez de alimentos, considerando-se que o aumento expressivo da produtividade agrícola seria capaz de solucionar os problemas da fome nos países em desenvolvimento.

Enquanto preocupava-se com o aumento dos níveis de produção de alimentos, o acesso destes a população mais vulnerável tornou-se cada vez mais difícil (SILVA, 2010). Para tal feito, a modernização da agricultura passa a ser marcada pela presença de políticas públicas concentradas na expansão agrícola orientada por um massivo aumento da produção, principalmente aquelas ligadas a monoculturas. Nesse contexto:

A política agrícola beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de subsistência. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos da população foram substituídas por lavouras de monocultura, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo (DAVID; CORRÊA, 2002, p. 32).

Ao se analisar a atuação estatal frente a essas transformações, constata-se um Estado indutor de um desenvolvimento que gerou extremas desigualdades ao atuar em benefício da lógica capitalista e dos interesses externos, ampliando os setores de bens de consumo duráveis, proporcionado pelo aumento do crédito para o consumo da classe média (DELGADO, 2009). Além de conter os salários reais e de se utilizar de recursos

como o “Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, dos subsídios e das políticas de maxidesvalorização cambial, atuou em benefício dos grandes proprietários e das multinacionais, assumindo seus custos e riscos de produção e repassando-os à sociedade” (AGRA & SANTOS, 2000, p.3).

Logo, a mão intervencionista do Estado teve destaque ao assumir o controle absoluto de um desenvolvimento rural voltado majoritariamente ao empresariado moderno e aos espaços tecnológicos agroindustriais. O argumento do Estado na época apresentava um setor rural atrasado que necessitava de um aumento significativo de exportações, fazendo com que a agricultura passasse a produzir alimentos e matérias-primas suficientes à demanda urbano-industrial por meio de investimentos do capital internacional e de empresas multinacionais (TEIXEIRA, 2005). “As multinacionais tinham o controle de grande parte da tecnologia difundida com o pacote tecnológico e, cada vez mais, foram aperfeiçoando a tecnologia visando ampliar o controle sobre o processo produtivo” (LUZZI, 2007, p.21).

O surgimento de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais e o oferecimento de serviços de extensão rural para levar tecnologia aos agricultores foram decisivos para a disseminação deste processo de modernização agrícola. Consolidou-se o sistema de pesquisa comandado pela EMBRAPA e os serviços de ATER participaram ativamente “transferindo as técnicas da chamada Revolução Verde (adubos químicos, sementes melhoradas e agrotóxicos), visando modernizar a agricultura, bem como massificar o crédito rural orientado para produção de commodities” (CNATER, 2011, p. 4).

Ao estarem amparados pelos moldes do modelo agroindustrial e especialização produtivista, os serviços de ATER no país demonstraram uma forte tendência à modernização de base técnica para agricultura e expressiva disseminação das práticas difusionistas dos pacotes tecnológicos. Além de ter sido mera transmissora de informações de uma produção artificializada, a ATER brasileira teve como foco de atuação as grandes propriedades e o incentivo a utilização de insumos químicos, que por sua vez ocasionaram vários desequilíbrios ambientais (CAPORAL, 2003; PETTAN, 2010; WEID, 2011).

No que concerne os desastres ambientais acarretados, os pacotes tecnológicos ocasionaram uma crise ecológica nunca antes vista, configurando baixa ou nenhuma sustentabilidade dos sistemas agroindustriais do país. Ao se apresentar ao meio rural brasileiro de tal forma predatório, o produtivismo agroindustrial pressionou suas bases ecológicas, provocando danos irreparáveis em seus recursos naturais. Conforme Balestro; Sauer (2013, p. 11), os resultados da intervenção estatal na agricultura trouxeram consigo o

aceleramento do “processo de erosão e contaminação dos solos, o desperdício e contaminação dos recursos hídricos, a destruição das florestas e o empobrecimento da biodiversidade”.

A modificação na dinâmica dos espaços rurais com tecnologias produzidas em centros de pesquisa alterou, por conseguinte, os cursos dos agroecossistemas, criando processos irreversíveis de contaminação do solo e destruição de muitos biomas. Ainda no que diz respeito à questão ambiental, a Revolução Verde acentuou a extinção inúmeras espécies, tanto animais, quanto vegetais, também agravando a erosão genética e ampliação dos níveis de desmatamento em áreas de grande biodiversidade como o Cerrado brasileiro (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Para elevar sua produtividade, a agricultura reestruturou-se para produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível, voltando-se ao consumo de capital e tecnologia externa, onde grupos especializados passavam a fornecer desde pesticidas de combate as pragas ao maquinário para produção (BALSAN, 2006). Assim, o modelo de monocultivos que deu origem a simplificação dos agroecossistemas provocou um crescente desequilíbrio ecológico, resultando “no rompimento das cadeias tróficas, na artificialização extrema das áreas de produção, com necessidade de permanentes subsídios externos” (CAPORAL, 2013, p. 275).

Os impactos da irrigação alteraram todo o ciclo hidrológico natural, configurando a perda da fertilidade dos solos e os problemas relacionados à salinização elevaram os níveis dos lençóis freáticos à superfície, conduzindo os sais minerais do interior do subsolo (ANDRADES; GANIMI, 2007). “O uso excessivo de agrotóxicos levou à contaminação dos recursos hídricos do país e, principalmente, à contaminação do homem, que aplica os agrotóxicos e que ingere os alimentos contaminados” (AGRA; SANTOS, 2000, p. 3). Entre outras problemáticas identificadas estão à proliferação de pragas nas lavouras, bem como o acúmulo de fertilizantes químicos nos rios que diminuíram a concentração de oxigênio na água, ocasionando contaminação e o desperdício dos recursos hídricos potáveis.

Por ser incoerente aos padrões do país, o paradigma modernizador da agricultura e suas distorções ambientais vieram acompanhadas também por um drástico impacto social no campo, representado conseqüentemente, pela marginalização da majoritária parcela da população rural brasileira. Assim, com políticas voltadas para a ampliação de riqueza da parcela mais rica, ocorreu tanto o aceleramento das diferenças no mundo rural quanto à ampliação das dificuldades “de acesso a terra e a recursos, tais como um cultivo

compartilhado, arrendamento do trabalho, acesso a suprimento de água e a pastos” (ALTIERI, 1989, p.39).

Se do ponto de vista ambiental, a modernização da agricultura brasileira culminou em impactos irreparáveis, no que concerne a questão social mostrou-se extremamente desigual e excludente ao privilegiar os complexos agroindustriais e os grandes proprietários de terra. Para Graziano Neto (1985), o que se comprovou foi uma profunda transformação não só nas relações técnicas de produção, mas também nas relações sociais no meio rural por meio da expansão da mão de obra assalariada e organização da produção em moldes macroempresariais.

A baixa tendencial dos preços agrícolas reais torna impossível a inserção dos pequenos produtos no modelo agrário, ademais, o privilégio dado a “regiões férteis mais aptas a rentabilizar os caríssimos componentes necessários e aos agricultores que dispunham de meios suficientes para comprá-los” deixaram a margem a maior parte das regiões e o maior contingente populacional rural (MAZOYER; ROUDART, 2001, p. 501). O processo de mecanização promoveu a substituição do trabalho humano e o inchaço populacional urbano, acentuando novas e precárias relações de trabalho tanto no campo quando nas cidades ao dispensar um enorme número de agricultores de suas terras. Nestes termos, o êxodo rural representou a migração de mais de 40 milhões de produtores necessitados de trabalho para áreas metropolitanas e a recorrente concentração fundiária ampliou os conflitos já existentes no campo, agravando as disputas por terra em algumas regiões do país (CAPORAL, 2013; TEIXEIRA, 2005; WEID, 2002).

O crescimento da instabilidade de emprego em detrimento da insuficiência dos meios de produção no campo, bem como a política de diminuição de preços dos alimentos básicos, ocasionou um retrocedimento nos níveis de vida dos agricultores dentro de sua própria produção. Como um modelo voltado para a agroindustrialização, os agricultores de pequeno e médio foram induzidos a adotar o “pacote” como forma de obter os recursos do crédito rural, sobretudo nos anos de 1970, absorvendo parcialmente as tecnologias agrícolas (BALSAN, 2006, DAVID; CORREA, 2002).

Dentre tantos outros desastres acarretados pela inadequada modernização agrícola, faz-se verídica a confirmação de que o meio rural brasileiro foi alterado de forma heterogênea, consolidando a ampliação de desigualdades já existentes. No país, a monocultura de produtos exportáveis, bem como a concentração das políticas agrárias nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deixaram à margem regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, onde predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar. Os

senhores empresariais concentraram a produção feita em grande escala, com monoculturas mecanizadas e a criação extensiva de gado, sobretudo de corte (GRAZIANO DA SILVA, 1981; WEID, 2002).

De acordo com Perez-Cassarino (2012, p. 29), o favorecimento da “lógica imposta pelo pensamento hegemônico da globalização neoliberal, do livre mercado e da regulação das relações sociais e econômicas por meio deste mercado capitalista”, desconsideraram os aspectos humanos e as condições ambientais. Nos anos de seu apogeu estes elevados custos socioambientais da Revolução Verde marcaram a apropriação da terra pelo capital ao alcançar bom desempenho econômico quando são consideradas as perspectivas de lucro, todavia, deixou marcas irreparáveis e persistentes no cotidiano de um grande contingente populacional do setor rural brasileiro (AGRA; SANTOS, 2000; BALSAN, 2006).

As distorções relacionadas aos grandes números de produtividade frente aos elevados níveis de fome, a perda acelerada da agrobiodiversidade dos solos e dos recursos hídricos, os impactos das mudanças climáticas sobre a produção alimentar, dentre outras características, são exemplos da crise socioambiental que se instala nesses anos. A Revolução Verde inicia um processo de retardamento e sua viabilidade como modelo de desenvolvimento passa a ser questionado principalmente pelas consequências danosas em uma agricultura que ao mesmo tempo em que se modernizou, ampliou as disparidades e os conflitos existentes no meio rural (MALUF, 2009; PERTESSEN; ALMEIDA, 2008).

Neste cenário, na busca de uma produção agrícola menos nociva ao meio ambiente e mais igualitária, a participação de movimentos ambientalistas surgem da necessidade de uma visão ecológica na agricultura passam a disseminavam novos modelos alternativos de agricultura e que inicia um processo de contraposição aos desastres acarretados pela Revolução Verde (MARIANO NETO, 2006). Entre os que introduziram um novo debate na agricultura brasileira estão aqueles que defendiam a utilização de tecnologias mais benéficas para com os recursos naturais disponíveis e o reconhecimento de políticas que privilegiassem também os aspectos sociais da produção. Destaca-se nesse seguimento, o movimento da agricultura alternativa, focalizado no que hoje se denomina de movimento agroecológico.

2.2 A agricultura alternativa – o movimento agroecológico no Brasil

No decorrer das décadas do século passado, os movimentos de agricultura alternativa realizaram uma trajetória de contraposição à agricultura convencional ao englobar distintas correntes de pensamento identificadas como agricultura Biodinâmica, Orgânica, Natural, Biológica, dentre outras em países da Europa e Estados Unidos. Cada qual com sua especificidade, tais vertentes de agricultura alternativa expuseram a defesa a uma agricultura menos dependente de insumos externos e a necessidade de um manejo agrícola mais equilibrado nos processos ecológicos (ASSIS, 2005; SIQUEIRA, 2011).

Desde seu surgimento nos anos de 1920, somente a partir da década de 1970, este movimento ganha visibilidade no Brasil, constituídos de “agentes e grupos sociais que questionam, em diferentes níveis, o padrão de desenvolvimento agrícola e rural dos ideários da Revolução Verde” (ALMEIDA, 2002, p.30). Ao promover discussões e realizar manifestos contra os malefícios desse modelo, a significativa atuação de entidades da sociedade civil criou um “contra-movimento” caracterizado pela função de propor um ideário alternativo para a agricultura brasileira⁴ (BRANDENBURG, 2002).

Esse movimento social ficara conhecido no Brasil a partir da década de 1970 como agriculturas alternativas, ganhara força em 1976 quando o ecologista José Lutzenberger lança o manifesto ecológico brasileiro: “O fim do futuro?”, que irá influenciar uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral, no intuito da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha à agricultura brasileira (ABREU *et al*, 2009, p. 155).

Nestes anos, o cenário de insatisfação se reflete nas críticas tecidas por intelectuais que passam a se contrapor sobre os impactos ambientais ocasionados pela modernização tecnológica socialmente conservadora. Com a adesão de engenheiros agrônomos no início dos anos 1980 que iniciam uma batalha contra os males ocasionados pela utilização de agrotóxicos e fertilizantes, o movimento de agricultura alternativa se organiza e passa a contar com outras categorias da sociedade civil que se opunham ao padrão agrícola degradante e socialmente desigual (CAPORAL, 2009, MOREIRA, 2000, PALMEIRA, 1989).

No intuito de combater o uso intensivo de agrotóxicos e de prover uma agricultura menos ofensiva, a década de 1980 representa, por tanto, um momento significativo no

⁴ Conforme Jesus (1985), no Brasil o termo Agricultura Alternativa se propõe a ser a alternativa à produção agrícola empresarial exploratória, tendo como objetivos o respeito ao meio ambiente e a produção de alimentos de qualidade por meio da manutenção adequada da fertilidade do solo, preservação dos reservatórios aquíferos e a valorização do agricultor e seu trabalho.

enfrentamento dos impactos ambientais da modernização agrícola brasileira (CAPORAL & COSTABEBER, 2012). As denúncias realizadas pelo Movimento sobre as consequências ambientais, econômicas e sociais do padrão tecnológico demonstraram que

a solução não estava em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção de forma a minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade. Intensificou-se, então, o reconhecimento de modelos agrícolas que considerassem a importância das diferentes interações ecológicas para a produção agrícola (ASSIS, 2006, p. 77).

Ao representar um movimento motivado por organizações engajadas, conseguiu interligar distintas instituições e envolver uma gama de atores sociais objetivando a construção de transformações técnicas no modelo de produção (BRANDENBURG, 2002). Advindo da sociedade civil e representando princípios de identidade coletiva, este movimento caracterizou-se inicialmente de forma bastante restrita com a disseminação de um conjunto de técnicas que visavam tão somente os malefícios ecológicos e o equilíbrio com o meio ambiente agrícola.

No decorrer dos anos 1980, o movimento de agricultura alternativa proporcionou um amplo debate político dos desastres acarretados pela deterioração da base social de produção alimentar e pelos enormes níveis de pobreza de agricultores de pequeno porte. (ASSIS; ROMEIRO, 2002; BRANDENBURG, 2002). A esse debate, de acordo com Kamiyama (2011, p. 13) “juntaram-se às questões ambientais globais (destruição de florestas, chuvas ácidas, acidentes ambientais, efeito estufa), saindo do ambiente agrônomo e das instituições e atingindo os consumidores”.

Assim, a partir de iniciativas pioneiras de membros da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomo no Brasil (FAEAB) e organizações de apoio a agricultores que passam a defender e disseminar experiências concretas de ecologização em sistemas de produção, o avanço do debate de novos modelos de agricultura se destaca no primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa⁵ (EBAA). Ao reunir milhares de estudantes e profissionais das ciências agrárias e um número crescente de agricultores, os encontros ampliam o debate de uma agricultura menos ofensiva e alicerça as bases de um movimento que posteriormente seria denominado de agroecológico (LUZZI, 2007).

⁵ O movimento se consolida com a realização de quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa coordenados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), que ocorrem respectivamente, nas cidades de Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989) (JESUS, 2005).

Com discussões promovidas sobre os impactos da Revolução Verde, o movimento pela agricultura alternativa foi assumido de modo crescente por organizações da sociedade civil que reivindicavam transformações técnicas na agricultura e distintas organizações não governamentais que já disseminavam novas questões de desenvolvimento rural no campo. É neste momento que a perspectiva agroecológica tem sua origem no âmbito do debate sobre as agriculturas alternativas no Brasil (WEID, 2011).

No início dos anos 1980,

O termo agroecologia passa a ser usado para se referir a um campo da ciência que aporta conhecimentos teóricos e metodológicos nos estudos das experiências de agricultura alternativa, sobretudo a partir dos trabalhos dos 'agroecologistas californianos', liderados por Miguel Altieri. No Sul do Brasil, o termo foi adotado pela maior parte das ONGs com um vínculo orgânico com as organizações de agricultores familiares (PAULUS, 1999, p.75).

Até então disseminado na região Sul do país, o enfoque agroecológico se ausenta dos dois primeiros EBAA, onde o eixo das discussões se concentra à crítica aos aspectos mais técnicos da agronomia e os processos biológicos da Revolução Verde. Com a participação massiva de engenheiros agrônomos e profissionais de instituições de ensino, o I e II EBAA se restringiram a apresentação de muitos trabalhos acerca dos afeitos adversos dos métodos convencionais e relatos de experimentações produtivas que estavam sendo desenvolvidas naqueles anos (LUZZI, 2007).

No III EBAA em 1987, um acontecimento que privilegia o enfoque agroecológico no evento se dá pela participação expressiva de agricultores e líderes sindicais ligados a projetos alternativos de desenvolvimento rural sustentável como a CUT e a CONTAG, bem como, atores ligados a disseminação do enfoque agroecológico, que auxiliam no deslocamento do foco das discussões para questões sociais da produção agrícola (ALMEIDA, 2002). Naquele ano o termo alternativo passa a ser questionado, pois não se tinha uma designação muito clara do que seria realmente esta expressão. Em outras palavras, grande parte dos membros alegava que ao se opor a Revolução Verde, o evento não deveria restringir a defesa às questões técnicas da produção, mas também propor mudanças políticas e sociais ao padrão hegemônico na agricultura.

Conforme Luzzi (2007, p. 27) “o questionamento incidia sobre se a luta do movimento deveria ser por tecnologia alternativa ou por uma sociedade alternativa”. Logo, os problemas existentes no modelo de agricultura convencional é disseminado por boa parte dos membros do evento como problemas decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista no meio rural. A partir disto, os debates passam a privilegiar também as

questões políticas e sociais da produção voltando-se fortemente para a crítica a convivência das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com o modelo tecnológico dominante⁶.

A apreciação dos membros refletia um tipo de desenvolvimento que ocasionava dependência tecnológica e favorecia apenas a uma pequena parcela de grandes e médios produtores. Por acúmulo, a participação da base social no III EBAA influencia a adesão de vertentes que apoiavam a causa da agricultura familiar. Na ocasião, os movimentos sociais (CONTAG, FETRAF e MST) e organizações não governamentais ligadas a agroecologia passam a introduzir outras questões, como por exemplo, o apoio a inovações sociopolíticas de interesse dos trabalhadores rurais.

A introdução destes novos atores gera uma ruptura no movimento que passa a contar com opiniões e posições políticas divergentes em relação ao andamento das negociações e prosseguimento dos encontros. Com vertentes que defendiam ideais distintos neste momento, o movimento de agricultura alternativa contou desde membros preocupados tão somente com as dinâmicas naturais a aqueles que entendiam a relação entre o padrão tecnológico e a defesa da agricultura familiar.

Surge por um lado, projetos e propostas preocupando-se apenas em criticar os aspectos da estrutura socioeconômica que promovem impacto destrutivo sobre a natureza. Por outro, propostas e projetos globais de transformação que não se preocupam apenas em garantir a 'sobrevivência do homem', mas também garantir essa sobrevivência pela construção de novas formas sociais, políticas, econômicas e culturais "alternativas" (ALMEIDA, 1989, p.184-185).

Ampliando as distorções organizacionais, a entrada de ONGs como o Projeto Tecnologia Alternativa/FASE na coordenação do evento cria discordâncias entre membros coordenadores do movimento. Ao representar uma proposta pioneira de ampliar o debate para questões relacionadas à agricultura familiar e uma porta de entrada para outras ONGs, as discrepâncias evidentes entre os membros da coordenação (FEAB e PTA-FASE) pelo controle do encontro acarretam fatidicamente o último Encontro de Agricultura Alternativa em 1989.

O afastamento da PTA/FASE da organização dos EBAA faz com que tanto a FAEAB quanto a FEAB percam força e não consigam dar continuidade com a realização dos encontros. Com o movimento enfraquecido, as organizações não governamentais

⁶ A principal crítica a instituições como a EMBRAPA incidia sobre a inadequação da tecnologia às condições da pequena produção e o trabalho com pacotes tecnológicos. A lógica predominante na pesquisa agropecuária era primeiro desenvolver a tecnológica (em condições artificiais e controladas) para depois buscar quem se adaptasse a ela (LUZZI, 2007).

(fortes atuantes no tema em projetos alternativos de agricultura familiar), assumem o propósito de iniciar um novo debate de uma agricultura alternativa, agora sobre o olhar dos princípios da agroecologia (LUZZI, 2007; WEID, 2011).

A atuação pioneira do Projeto Tecnologia Alternativa/FASE⁷ (PTA/FASE) conseguiu proporcionar um significativo papel nas bases do debate agroecológico no país, centralizando diversas organizações de agricultores e disseminando práticas agroecológicas em seus centros de tecnologias alternativas. Seus profissionais realizaram um forte trabalho de elaboração e difusão de leituras críticas sobre os processos desencadeados pelo modelo agrário vigente e experiências locais de desenvolvimento rural (DIAS, 2004).

Ao longo de sua existência, a Rede PTA vai passar por algumas reorientações significativas. Uma delas tem a ver com a mudança paradigmática em relação ao conceito de tecnologia alternativa para a noção de “agroecologia”, tornando-se a “concepção científica” central na busca por agriculturas sustentáveis. A incorporação da agroecologia aproximou a Rede PTA da academia (estudantes, professores, pesquisadores), uma vez que ainda estava muito próxima das suas origens nas Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) (DINIZ, 2012, p.11).

Com um modelo de redes que conseguia mobilizar distintos atores e influenciar muitas entidades para além da rede, a ação das ONGs da Rede PTA “alterou significativamente os campos de disputa por atribuição de sentidos à concepção de desenvolvimento” (DIAS, 2004, p.6). Influenciadas pelo enfoque da agroecologia e fortalecidas pela luta dos movimentos sociais, as mesmas introduzem uma plataforma de importantes vínculos de seguimentos da sociedade civil. Ao atuar na assessoria a organizações de produtores familiares as ONGs passam a reproduzir novas perspectivas de alcance ao desenvolvimento rural e desenvolvimento local (GOMES DE ALMEIDA, 2009). Assim,

Entre os atores que estão construindo os significados da agroecologia, as organizações não governamentais (ONGs), especialmente no Brasil, cumprem papel primordial. Essas organizações aparecem inicialmente como entidades militantes de caráter não partidário; surgem em consequência dos limites de atuação do Estado, construindo uma identidade opositora e este, e tornam-se aliadas aos movimentos sociais e a organizações de setores progressistas da Igreja, com os quais partilham ideias e objetivos e constroem propostas de atuação (LTETF et al, 2011, p.378).

⁷ Surgido no ano de 1983 o Projeto Tecnologias Alternativas, vinculado institucionalmente à FASE (PTA/FASE), vem realizando trabalhos de assessoria técnica a organizações locais de produtores familiares experimentadores em diversos estados do país (WEID, 2013).

Inicialmente com uma visão anti-Estado e incorporado fortemente pelos movimentos sociais, a história da formação do movimento agroecológico no Brasil conflui com o fortalecimento das ONGs que nesse período inserem a agroecologia como “base concreta de contestação à lógica da racionalidade econômica empregada pelo modo de vida de agricultores brasileiros, sugerindo perspectivas alternativas de reprodução social” (BENTHIEN, 2007, p.25).

A união de entidades de assessoramento rural e ONGs ambientalistas a grupos de agricultores familiares contribuíram para o fortalecimento das bases de expansão da prática agroecológica num processo contínuo de aceitação e apropriação de uma nova lógica de reprodução e fortalecimento social. Esta contribuição se dá de duas formas: através de um movimento de tornar cada vez mais públicos os benefícios da agroecologia para o agricultor e para o consumidor, e através do incentivo técnico de apoio ao agricultor e consolidação destas práticas (IBIDEM, 2007, p. 28).

Ao ser adotado por movimentos como o MST – Via Campesina, o movimento ganha força, com a adesão de atores como as ONGs mais radicalizadas e os setores estudantis que abarcam a terminologia “agroecologia” como uma palavra que proporia um ideário tecnológico alternativo ao atual. Logo, por meio da construção de referenciais locais de geração e disseminação de novas práticas que pudessem permitir uma nova agricultura, a agroecologia passa a adentrar de modo mais significativo nas bandeiras levantadas pelos movimentos sociais (BORGES, 2013; NAVARRO, 2013; SCHMITT & TYGEL, 2009).

Ao ganhar destaque nas discussões do MST (fortes adepto dos princípios de luta pela reforma agrária), o paradigma agroecológico trás novas bases para a produção nos assentamentos rurais passando a ser norteador de transformações sociais no campo. A partir desta constatação, de acordo com Brandenburg (2002, p.2) se consolida “um contramovimento ao domínio da lógica industrial de produção”, onde bases científicas e metodológicas da agroecologia constroem uma nova forma de ver a agricultura estruturada no que se denomina de transição agroecológica.

Por transição agroecológica é conhecido o processo de “transição” do modelo produtivo da Revolução Verde por um modelo de base ecológica, acreditando-se que ao associar o saber popular ao saber científico nos agroecossistemas é possível trazer para as populações “uma produção ambientalmente mais equilibrada e sustentável e com isso, fortalecer uma agricultura livre dos venenos químicos, preservando a saúde do trabalhador rural e levando à mesa do consumidor alimentos mais saudáveis” (PINTO, 2014, p.32).

Por se tratar de um processo social que depende da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança de atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2013, p. 288).

Logo, por demonstrar apoio a este processo de transição na agricultura brasileira, o movimento agroecológico destaca-se como “um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (com e sem terra)” (CAPORAL & COSTABEBER, 2002, p. 66). Seja por impulsionar um conjunto de técnicas mais favoráveis a realidade dos agroecossistemas ou por dar suporte à luta contra os ditames do padrão tecnológico agrícola, “ambas as frentes integram-se como faces da mesma moeda, evidenciando que a Agroecologia pode ser apreendida simultaneamente como enfoque científico e como movimento social” (PETERSEN, 2009, p.86). Para tanto,

A agroecologia mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente na sua construção, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (PETERSEN, 2013, 99).

Como enfoque científico, a agroecologia possui em seus princípios a disseminação de um conjunto de conhecimentos sistematizados e metodologias destinadas ao apoio de transições de modelos socioambientais. Ao dar suporte para que seus atores relacionem uma abordagem ecológica à agricultura, a agroecologia passa a ser um novo paradigma, ou ainda, uma matriz disciplinar que agrega distintos campos do conhecimento e que vem orientando os movimentos sociais no enfrentamento da crise socioambiental (CAPORAL, 2009; LEFF, 2002; PERONDI, 2004).

A agroecologia se desenvolveu como ciência a partir da constatação da existência de sofisticadas racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas. Assim como nos sistemas agrícolas tradicionais, a agroecologia aproveita os recursos da natureza localmente disponíveis para desenvolver agriculturas que assegurem produções estáveis e satisfatórias para atender às necessidades econômicas das famílias agricultoras e que ao mesmo tempo possuam elevada capacidade de se auto-reproduzir técnica, cultural e ecologicamente (PETERSEN, 2007, p 8).

Seja como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa ou como um novo paradigma que absorve dos conhecimentos de outras ciências e dos saberes existentes nos agricultores, a agroecologia

permite o “estabelecimento de marcos ‘conceituais, metodológicos e estratégicos’ não só para o desenho e manejo de agroecossistemas, mas também, processos de desenvolvimento rural, mais humanizados” (CAPORAL, 2013, p. 287). A suposição de construir novos referenciais técnicos, metodológicos e conceituais na agricultura brasileira no início dos anos 1990, faz com que a agroecologia se constituía em uma força de luta na causa dos movimentos sociais.

Nessa acepção, o seu soerguimento como base metodológica para os atores que a aderiram, firma-se com a transição de foco das discussões do que se conhecia como agricultura alternativa para a terminologia agroecologia. Como um fruto de contatos estabelecidos com representantes de experiências de agricultura alternativa de outros países, a criação do Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES) amplia o número de ONGs latino-americanas e proporciona visibilidade política ao enfoque agroecológico (IBIDEM, 2007).

Na ocasião, a desvinculação institucional do PTA/FASE dá origem a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa⁸ (AS-PTA), que expande de forma significativa a disseminação do enfoque agroecológico para um maior contingente de agricultores familiares. Ao articular redes tanto entre as instituições membros da rede PTA quanto trabalhando no surgimento de novas organizações, um número significativo de agricultores experimentadores se alastra por diversas localidades do país (ABREU, 2006).

Um acontecimento de destaque para o movimento agroecológico na década de 1990 (cujas bases ainda estão sendo fundadas) coincide com a ocorrência da Conferência para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (Eco-92). Nesse evento realizado no Rio de Janeiro, os debates relacionados a modelos de sustentabilidade, inclusive na agricultura, a preocupação pela preservação dos recursos naturais e a garantia de segurança alimentar das populações reforçam a proposta dos movimentos e ONGs ligadas a agroecologia (SILVA, 2009).

Amparados neste conceito de sustentabilidade, os movimentos ambientalistas crescem com o propósito de frear os efeitos maléficos da “revolução verde”. Assim, movimentos e ONGs se mobilizam em torno de ações que garantam o uso e a difusão de práticas alternativas de produção (BARBOSA, 2009, p. 44).

⁸ A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras (Site: <http://aspta.org.br/>).

Nestes anos, a AS-PTA e seus programas institucionais fortalecem as chamadas “unidades operacionais”, iniciando projetos de disseminação do enfoque agroecológico por meio da reprodução dos objetivos trilhados no Eco-92 e realizam ações de promoção a temas como desenvolvimento local. A partir de 1993, os Programas de Desenvolvimento Local são implantados em cidades dos estados da Paraíba, Paraná e Pernambuco com equipes técnicas próprias, diretamente vinculadas à instituição, difundindo conhecimentos com os chamados agricultores multiplicadores/ experimentadores (BARBOSA, 2009; DIAS, 2004).

Ainda nos anos 1990, os problemas relacionados à segurança alimentar, dada à necessidade de alimentos de qualidade, corrobora com o crescimento dos debates para institucionalização da produção orgânica no país e concomitantemente a isto, aumenta a visibilidade da maioria das ONGs de agricultura alternativa. A proposta do Ministério da Agricultura em normatizar o mercado de alimentos orgânicos em 1994 institucionalizava circuitos de produção alternativa que beneficiavam especialmente produtores com condições de produzir segundo normas de certificação externa (COMUNELLO, 2010).

Nesse momento, os adeptos do movimento agroecológico que defendiam uma produção diversificada e a não obrigatoriedade da certificação para mercados locais, se desvinculam de qualquer semelhança com a noção de agricultura orgânica. Para eles, o conceito de agricultura orgânica reforçava um viés empresarial de “produtos dirigidos a um mercado de nicho que necessariamente era incapaz de absorver um número crescente de produtores escapando dos sistemas da Revolução Verde” (WEID, 2011, p. 2).

Simultaneamente a este embate, os movimentos sociais lutam por legitimação social da categoria agricultura familiar, pois conforme Schneider *et al* (2004, p. 2), até este período “não existia nenhum tipo de política especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura”. Assim, com a atuação reivindicatória dos movimentos sociais⁹, o governo cria a política de maior abrangência aos agricultores familiares (PRONAF), cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946 no ano de 1996 durante a vigência do primeiro mandato do Governo FHC.

Com uma política específica para os agricultores familiares, temas como reforma agrária e a necessidade de criação de um projeto alternativo de desenvolvimento no campo fazem com que o enfoque agroecológico cresça principalmente dentro do MST. Nestes

⁹ Estas reivindicações organizadas pela CONTAG, DNTR/CUT e MST exigiam a reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares, ficando nacionalmente conhecidas como “Jornadas Nacionais de Luta” e “Grito da Terra Brasil” no decorrer da década de 1990 (PETTAN, 2010).

anos também são verificados a ampliação do número de ONGs que dão origem a diversas redes e organizações regionais como o caso da Rede Ecovida de Agroecologia organizada em núcleos regionais espalhados pela Sul do país e da Articulação do Semiárido (ASA) que atua na gestão e no desenvolvimento de iniciativas de convivência em localidades semiáridas na região Nordeste (ASA, 2014; LUZZI, 2007; ROVER & LAMPA, 2013).

No que concerne à divergência entre os defensores da agroecologia e da agricultura orgânica, esta fortalece as ONGs ligadas a agroecologia no âmbito da garantia de um processo de normatização e certificação mais adequado ao seu público. Essa discussão que discorre por toda a década de 1990 faz com que o Governo contemple tanto certificadoras credenciadas quanto sistemas participativos de garantia¹⁰. Ademais, muitas ONGs convergiram com a proposição de que nem todas as experiências que se intitulam orgânicas têm esta visão estritamente voltada para o mercado (LUZZI, 2007).

Do mesmo modo, o movimento agroecológico passa a contar também com forte participação de atores do meio acadêmico que já se faziam presentes em outros campos da agroecologia. Desde então a agroecologia ganha destaque no corpo de algumas Universidades e Institutos de Pesquisa ligados ao tema, onde de acordo com Pinto (2014, p. 31) “o impacto deste novo paradigma se torna emergente nesses espaços, dividindo posições e posturas científicas nas pesquisas sobre técnicas e práticas de produção agropecuárias ambientalmente sustentáveis”.

Assim, fazendo-se presente em diversos espaços organizativos da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais de base, etc.), profissionais de instituições técnicas e acadêmicas:

Em 1999 foi realizado, no Rio de Janeiro (EMBRAPA Agrobiologia), o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, considerado um marco para a instituição nos debates envolvendo a agroecologia e a agricultura orgânica. Este evento foi realizado com o objetivo de articular as inúmeras e crescentes iniciativas de pesquisa em agroecologia que vinham sendo desenvolvidas nas diferentes unidades de pesquisa da EMBRAPA (LUZZI, 2007, p. 151).

Neste evento é discutida a necessidade da criação de uma instância de articulação entre os atores interessados no avanço do enfoque agroecológico e da agricultura orgânica, bem como a realização de um congresso nacional de agroecologia. As deliberações deste evento unidas à atuação das ONGs alastradas por todo país ampliam o âmbito da militância

¹⁰ A legislação brasileira insere no conceito de “agricultura orgânica” uma série de métodos de produção sustentáveis: “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (art.1º, § 2º, da Lei nº 10.831/2003).

por políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar. Em um processo de articulação que durou mais de dois anos o movimento se une para a realização do Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (LUZZI, 2007; PINTO, 2014).

Ao articular entidades de Ater não governamental, órgãos públicos formais, setores acadêmicos, ONGs de apoio à agricultura familiar de base agroecológica e orgânica e atores como a CONTAG, FETRAF e MST, a realização do I ENA no ano de 2002 marca, o início de uma base de formulação progressiva de sínteses que refletissem a unidade da diversidade do campo agroecológico. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) representada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) se concretiza como um espaço político de articulação de diferentes dimensões para a promoção da agroecologia no até então recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (ANA, 2014; LUZZI, 2007).

Assim, o I ENA acontece tanto para mapear e disseminar as experiências em agroecologia que ocorriam no país quanto como um instrumento de debates sobre o papel do Estado para com os agricultores familiares. Com um grande número de atores de “esquerda” na perspectiva de um governo democrático em um ano de eleições presidenciais, a agroecologia emerge como base metodológica de orientação-ação na reformulação de políticas públicas para o setor rural brasileiro (ALMEIDA, 2009; CAPORAL, 2009, PETERSEN; ALMEIDA, 2006).

Esta articulação assume relativa importância na execução de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, principalmente com a reformulação da Política Nacional de Ater que incorporou o enfoque agroecológico e as metodologias participativas, temáticas já trabalhadas pelas ONGs, criando um canal de interlocução com os governos locais, estaduais e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (LUZZI, 2007, p.75).

Após a vitória do Presidente Lula, atores como o CONSEA e o CONDRAF encontram maior espaço para representar ideias de “modelos de desenvolvimento rural alternativos” dentro do MDA¹¹. Do posicionamento fixado no I ENA, as negociações da ANA com gestores públicos elucidam uma nova política de assistência técnica e extensão rural com o enfoque na agroecologia, auxiliam na construção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e promovem modificações nas linhas de crédito do PRONAF. Assim, as

¹¹ A chegada de Lula ao poder representa um estímulo para mobilização da sociedade civil em torno da concepção de democracia participativa e para a criação de novos espaços públicos de participação em várias áreas (segurança alimentar e nutricional, cidades, meio ambiente, saúde, desenvolvimento rural sustentável e solidário etc.), que se manifestaram através da convocação de conferências municipais, estaduais e nacionais nessas áreas temáticas (DELGADO, 2009).

articulações advindas do movimento agroecológico, todavia em busca de legitimação social, passam também a se posicionar com um instrumento impulsionador na construção de arranjos sociais, político-organizativos e de mercado (CAPORAL; PETERSEN, 2012; MALUF, 2013; SCHMITT; GRISA, 2013).

A partir de 2003 foram estruturadas políticas, programas e ações específicas para a promoção da inclusão e igualdade no meio rural, as quais levaram em conta a diversidade da agricultura familiar. Nesse sentido, o Estado passou a reconhecer os diferentes e as diferenças existentes no rural, destacando-se os povos e comunidades tradicionais, que incluem os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, povos da floresta, pescadores artesanais, entre outros; as mulheres, jovens idosos, e os assentados da reforma agrária (MDA, 2014).

Doravante, a realização de eventos e encontros por órgãos formais em muitos estados da federação fortalecem e consolidam o poder das redes com participação massiva de ONGs ligadas à agricultura familiar e agroecologia. A legitimação do Estado para com a ampliação do enfoque agroecológico, principalmente após o processo de implementação da PNATER e o trabalho de disseminação de uma nova ação extensionista, faz com que as organizações não governamentais aumentem seu respaldo político e passem a trabalhar como executoras de políticas (LUZZI, 2007; PETTAN, 2010).

Outro aspecto de consolidação do movimento agroecológico adveio da atuação destes membros nos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) que aconteceram no decorrer dos anos 2000. A criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) como uma associação interdisciplinar de propagação ao conhecimento agroecológico se interpõe como uma significativa “interação entre os variados atores sociais que atuam na construção e disseminação de saberes necessários à fundamentação teórica da prática agroecológica” (PETERSEN, 2013, p. 9).

Nestes anos, a incorporação do paradigma agroecológico na educação formal acarreta a criação de cursos formais e informais de agroecologia ou com um enfoque nessa temática. Numa tendência crescente de inúmeros cursos de Tecnólogo e Bacharel em Agroecologia em todas as regiões do país, amplia-se também nas ementas de vários cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado dentro do campo de conhecimento da abordagem agroecológica (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

No ano de 2006, a institucionalização da agroecologia na EMBRAPA ocorre com o lançamento oficial do Marco Referencial em Agroecologia, fruto de um amplo processo de discussão envolvendo profissionais da instituição e o estreitamento de parcerias com Ministérios, empresas estaduais de ATER, academia e setores da sociedade civil, tais como

CONTAG e a ANA. Conforme este documento, “a investigação agroecológica deve está alicerçada nas capacidades já constituídas no quadro funcional da Empresa” (EMBRAPA, 2006, p.17).

Desta institucionalização, dá-se origem ao Fórum da Agroecologia formado tanto entidades da sociedade civil quanto por representações da EMBRAPA com função de acompanhar as ações em agroecologia e apresentar sugestões sobre o tema para a instituição. Outra iniciativa “refere-se à assinatura de um acordo entre a EMBRAPA e a ABA-Associação Brasileira de Agroecologia, criando uma Série a ser publicada pela EMBRAPA e dedicada exclusivamente ao tema” (CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 70).

Com sua presença em distintas instâncias da sociedade, na segunda metade dos anos 2000 o enfoque agroecológico reafirma-se nos propósitos da Articulação Nacional de Agroecologia, que com mais visibilidade e densidade política se mantém ativa através de seus diferentes espaços organizativos. Ao reunir representantes de instituições formais e organizações não governamentais na Conferência temática de ATER para a Reforma Agrária e Agroecologia em 2012, o movimento reforça a necessidade de se ter uma política de ATER que atenda as especificidades dos diferentes públicos do rural, respeitando suas diversidades e especificidades com base nos preceitos agroecológicos.

Ademais, ocorreram fortes mobilizações, sobretudo da sociedade civil (Cúpula dos Povos) no cenário da Rio+20, para implantação de programas voltados para a Agroecologia como base para uma nova agricultura do século XXI. Em agosto deste ano, o Governo Dilma Rousseff institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), representando uma das maiores conquistas do movimento agroecológico no país¹². Com a elaboração de um conjunto de propostas em um processo prolongado de discussão para uma política específica de promoção a agroecologia, a criação do instrumento da política (PLANAPO) conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente – MMA (ANA, 2012, 2014).

O lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) pelo governo federal representa um marco nessa trajetória. Entre outros aspectos, sinaliza o reconhecimento oficial da existência de um movimento de grande expressão social, que há décadas vem se enraizando nos sistemas produtivos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, e que, a partir desse patamar, mobiliza o mundo do ensino e da

¹² Os debates conduzidos pela ANA, ABA-Agroecologia, Articulação Semiárido (ASA), Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação (CPOrgs), Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO) do MAPA, bem como a participação dos movimentos sociais representados pelo CONTAG, FETRAF, CONSEA, Via Campesina e a Marcha das Margaridas que reivindicaram o fortalecimento da agroecologia como paradigma do desenvolvimento sustentável auxiliaram na construção da política (MDA, 2013).

pesquisa acadêmica, inspirando também a instituição de políticas e programas em órgãos governamentais dos três níveis federativos (PETERSEN, 2013, p.8).

Após o lançamento desta política que visa integrar as demais ações de beneficiamento a um novo modelo de agricultura é possível afirmar que o Brasil conta com políticas de desenvolvimento rural e, particularmente, de apoio à agricultura familiar e de promoção ao enfoque agroecológico, todavia, estas têm limitações particularmente em um contexto de integração na economia nacional e internacional (LANDINI, 2015). Apesar do processo de transição agroecológica encontrar dificuldades de ampliação, devido principalmente aos conflitos existentes na sociedade brasileira frente à produção em larga escala do agronegócio, “a adoção de um modelo alternativo está em curso, apesar de ser ainda marginal, especialmente quando se consideram os volumes e valores relativos ao modelo convencional” (CAPORAL, 2009, p. 8).

E é neste processo social emergente que o movimento agroecológico vem fazendo sua trajetória, onde ao mesmo tempo em que realiza pressão para a efetivação de “iniciativas de inovação sociopolítica e metodológico-conceitual em diferentes organismos governamentais”, incentiva a adoção de estratégias locais na perspectiva de reduzir os mecanismos geradores de dependência impostos pela lógica da mercantilização na agricultura familiar (CAPORAL; PETERSEN, 2011, p. 68). Assim, em um contexto de contradições, as ações de beneficiamento a agricultura familiar se implementam em um campo de várias mudanças institucionais e reformulações políticas sob a abordagem da agroecologia. Tal processo que apresenta um quadro de muitos desencontros, como veremos adiante.

2.3 Da PNATER ao PNAPO – Caminhos e descaminhos das políticas públicas de promoção a agroecologia

Em uma nova gestão presidencial, os debates sobre políticas mais eficazes para o desenvolvimento da agricultura familiar fazem com que as reivindicações da sociedade civil organizada auxiliem o governo a instituir a **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)** no ano de 2003, alterada pela Lei 12.188/10. Ao se constituir como o veículo condutor de outras políticas públicas do MDA para agricultura familiar, representa um marco de interação entre órgãos governamentais e os movimentos sociais que buscavam a universalização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão

Rural e a inclusão dos princípios da agroecologia no âmbito de uma política pública (CAPORAL, 2005; CAPORAL; PETERSEN, 2012, LUZZI, 2007; PETTAN, 2010).

Ao ser uma política direcionada para o atendimento extensionista dos agricultores familiares, durante seu processo participativo de construção os debates realizados em todas as regiões do país identificaram a necessidade de uma Extensão Rural, cuja base técnica desse suporte a processos de transição baseados nos princípios da agroecologia. De acordo com Caporal e PETERSEN (2012, p. 70) é na PNATER “que a palavra agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação a ação dos extensionistas brasileiros”.

No âmbito da transição agroecológica a abordagem da ATER pública compatível com os princípios e diretrizes da PNATER passam a ser de resgate aos valores culturais e socioeconômicos e de construção de conhecimentos sobre as variadas realidades locais. Isto implica que a ATER brasileira, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, tem por principal meta adotar estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos do processo de extensão rural agroecológica em curso (MDA/DATER, 2007).

Para esse processo de transição agroecológica era necessário um incentivo a geração de renda que transformasse a matriz produtiva da agricultura familiar capaz de promover a sustentação de preços e a garantia de mercado. Assim também em 2003 a atuação de membros da ANA (representados pelo CONSEA) dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário auxilia na construção do **Programa de Aquisição de Alimentos**¹³ (GRISA, 2012, MULLER, 2007). O **PAA** possui como finalidades a promoção do acesso alimentar e o incentivo a agricultura familiar por meio da aquisição e distribuição de produtos agropecuários de agricultores enquadrados no PRONAF (MDS, 2007).

Advinda do Programa Fome Zero esta política se insere no conjunto de programas desenvolvidos pelo Governo Federal, voltados para as populações em situação de vulnerabilidade alimentar, em parceria com os poderes públicos estaduais e municipais, e com diferentes organizações da sociedade civil.

A Lei que institui o PAA desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para o atendimento aos programas públicos, dispensando,

¹³ Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado pela Lei nº 12.512, de 04 de outubro de 2011 com regulamentação via Decreto nº 7.775, de 04/07/2012 alterado pelo Decreto nº 8.293, de 12/08/2014 (CONAB, 2014).

neste caso específico, as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93¹⁴, criando, portanto, um marco jurídico capaz de possibilitar uma presença efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por esta categoria específica de produtores (CONAB, 2007, p.1).

Seguindo as propostas estabelecidas no I ENA, a união entre a sociedade civil e o Conselho Gestor do PAA promove um avanço favorável para o enfoque agroecológico com a Resolução 08/2003. Esta resolução autoriza a aquisição pelo Programa de sementes locais, tradicionais ou crioulas e comerciais (preferencialmente não-híbridas) como forma de estimular a produção, intercâmbio e comercialização das sementes produzidas por agricultores familiares. Após a oficialização da nova Lei de Sementes em um programa federal, com este mecanismo o PAA passa a estimular a produção, bem como o intercâmbio e comercialização de sementes mais adaptadas às condições locais dos territórios do país (AS-PTA, 2014; SCHMITT; GRISA, 2013).

Não obstante, as negociações junto ao Conselho Gestor do PAA concretizam outra ação de destaque, agora com o intuito de promover a produção e a comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. De acordo com o Parágrafo Único da Resolução nº 12 do Grupo Gestor de 21 de maio de 2004, “no caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos, ser informadas em separado das convencionais para análise e avaliação deste Grupo Gestor” (BRASIL, Grupo Gestor do PAA, 2004).

Estas duas ações que serão analisadas no capítulo II, apresentam o estímulo aos movimentos que almejam a transição agroecológica por viabilizar a diversificação de sistemas produtivos e estruturar circuitos locais e regionais de comercialização. Ao se apresentar no fortalecimento da garantia de escamento de agricultores por meio da inserção destes em mercados institucionais, o PAA tem possibilitado o envolvimento de uma gama de rede organizativas em torno da base produtiva do enfoque agroecológico (DAROLT, 2013).

Com a realização de compras governamentais de produtos locais/regionais o PAA tem demonstrado um crescimento sistemático de produtores de base agroecológica ou orgânica (MDS, 2007, 2013). Além de contribuir para que outros beneficiários tenham acesso à política por meio da distribuição de alimentos entre populações com insegurança alimentar, o Programa tem privilegiado temas como a agrobiodiversidade das sementes, o associativismo, a segurança alimentar e nutricional.

¹⁴ A Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Com tais transformações no estímulo a produção e comercialização de alimentos orgânicos e/ou de base agroecológica, a PNATER é lançada em 2004 através do DATER/MDA que passa a estimular os estados a elaborarem seus programas estaduais de ATER utilizando como instrumento orientador o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), cuja primeira versão foi publicada em 2005 com o intuito de organizar um sistema descentralizado de Ater publica- SIBRATER¹⁵ (PEIXOTO, 2008). Assim, esta implementação se inicia antes do soerguimento efetivo do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (que estava inoperante), onde a SAF estabeleceu parcerias com repasses de recursos financeiros, por meio de convênios e contratos com entidades de Ater governamentais e não governamentais¹⁶.

Elaborado pela SAF, o Programa de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção, também conhecido por Programa de Agroecologia recebeu recursos para a capacitação de técnicos e agricultores, disponibilizando conhecimentos, tecnologias e realizando eventos, dentre eles o Concurso Nacional de Sistematização de Experiências em Agroecologia (PETTAN, 2010, p. 209).

Outro aspecto de destaque neste sentido se dá pela influência das organizações do campo agroecológico com os técnicos e dirigentes do PRONAF, que desde 2003 discutiam a necessidade de mudar a concepção do programa visando o acesso dos agricultores ecológicos e, sobretudo, daqueles em via de transição de seus sistemas produtivos aos recursos governamentais destinados ao custeio e investimento.

Como resultados, foram criadas duas modalidades de crédito inovadoras conhecidas como PRONAF agroecologia e PRONAF Semi-Árido. Além disso, consolidaram-se normas que abrem a possibilidade de emprego das modalidades de PRONAF pré-existentes para o financiamento de projetos com o enfoque agroecológico (WEID, 2006, p. 19).

A partir de 2005, a primeira versão institucionalizada da linha de crédito **PRONAF Agroecologia** destina-se a agricultores familiares interessados em desenvolver sistemas de produção agroecológicos ou em transição do sistema convencional para a produção agroecológica. Para o acesso a política os agricultores deveriam apresentar um projeto de financiamento de no máximo, quatro anos e a linha de crédito possibilitava a elevação de

¹⁵ A Portaria Ministerial nº 25, de 29 de março de 2006, criou o Novo Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, estabelecendo as bases institucionais para a implementação da PNATER e as instâncias de gestão e execução da ATER pública no país, tendo como objetivo o fortalecimento e a qualificação da oferta dos serviços de ATER (BRASIL, 2008).

¹⁶ O governo federal transfere recursos para as instituições credenciadas do DATER/SAF/MDA por meio de contratos e convênios, tendo a Caixa Econômica Federal (CEF) como mediadora, incumbida de gerenciar a aplicação dos recursos (PETTAN, 2010).

50% dos limites de crédito de custeio para o grupo C e, igualmente 50% para crédito de investimento para os grupos C e D¹⁷ (MDA, 2003).

Acordada a construção de linhas agroecológicas específicas no interior do PRONAF, o fórum agroecológico propôs a execução de projetos experimentais, para, a partir do aprendizado orientado pelas políticas públicas, readequar e expandir o PRONAF Agroecologia. Todavia, devido à necessidade de elaborar e de obter resultados rápidos de suas ações considerando o tempo da política eleitoral, o governo decidiu pela execução imediata das novas linhas do Programa, sendo que as discussões posteriores seguiram em torno de aspectos operacionais, como valor financiado, taxas de juros, período de implementação dos projetos de transição, culturas financiadas, etc. (GRISA, 2012, p. 160).

Além dessa linha de financiamento para a agroecologia, compõem a Linha “Verde” da política, o PRONAF ECO que apoia financeiramente a investimento de implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, etc., o PRONAF Floresta que financia projetos de investimento de sistemas agroflorestais e o PRONAF Semiárido, que atua no financiamento de projetos de investimento de convivência com o Semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.

Com a apresentação de projetos técnicos que envolvam alguma destas linhas por parte dos agricultores, cabe aos prestadores de serviços de ATER a avaliação da necessidade e da pertinência da obtenção de financiamento, com custos relativos à implantação e manutenção, bem como o encaminhamento aos agentes financeiros. Logo, com a alteração do referencial de política pública do PRONAF, uma combinação de esforços para que se aumentem o número de financiamentos de sistemas agroecológicos advém da atuação do DATER¹⁸ para capacitar os extensionistas sobre o tema.

Com o resgate institucional do DATER, coube a este departamento implementar a PNATER mediando os setores envolvidos na promoção do enfoque agroecológico como um multiplicador de conhecimento das diretrizes diferenciadas da política entre organizações de ATER governamentais e não governamentais na maior parte dos estados do país. Desse modo, em termos de disseminação das diretrizes que inicialmente estavam propostas na PNATER a atuação do DATER representou um considerável fortalecimento da base conceitual e metodológica dos princípios da agroecologia nas Redes Temáticas de

¹⁷ De acordo com o Plano Safra 2014-2015, o limite atual de crédito individual para essa modalidade chega dos R\$ 10 mil até R\$ 150 mil, com carência de até 3 anos podendo ser ampliando até 5 anos dependendo do projeto técnico.

¹⁸ O Decreto n 5.033, de 05 de abril de 2004, criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF para, entre outras competências, coordenar os serviços de ATER (BRASIL, 2008).

ATER¹⁹. A partir de 2004 o DATER promoveu cursos presenciais e semipresenciais de Aperfeiçoamento em Agroecologia ministrados por especialistas internacionais e para a formação em agentes de ATER no tema instituiu projetos, Seminários nacionais e convênios com Universidades Públicas. O II Congresso Brasileiro de Agroecologia (II CBA) realizado em Porto Alegre neste ano consegue reunir um número que ultrapassa a marca de 3.500 participantes (PETTAN, 2010).

De acordo com o balanço dos 10 anos da PNATER foram executados pelo DATER/SAF/MDA entre os anos de 2004 a 2012:

Fomento a ATER – R\$ 1, 583 Bilhões (2003 a 2012); Formação direta de 18.925 Agentes de ATER (2004 a 2012); Formação indireta de 126.000 Agentes de ATER executada em parceria com as instituições estaduais de ATER via convênios e contratos (2004 – 2010); Execução orçamentária de R\$ 72,06 milhões em formação para agentes (2004 – 2012); Financiamento de 423 projetos de extensão universitária (Editais CNPq) com um total de R\$ 51.649.518,00 (2007 a 2010); 574 articulações estaduais entre as 12 Redes Temáticas (2007 – 2012); Fomento a 1430 Contratos de Convênios (CV) e Contratos de Repasse (CR); 360 Contratos Administrativos (2003 – 2010); 7.888 agricultores beneficiados (2003 – 2012); Entre 2010 e 2012 a maior participação nas chamadas públicas pertencia às Entidades não estatais (55%); Do total de agricultores familiares participantes a maior parte do fomento a ATER foi direcionada à Região Nordeste (49%), seguida pela Região Sul (20%), Região Sudeste (13%), Região Centro Oeste (11%) e Região Norte (7%) entre os anos de 2003 a 2010; Entre 2010 e 2012 a maior participação nas chamadas públicas pertenceu a Região Nordeste (38%), seguida respectivamente pela Região Sul (24%), Região Norte (19%), Região Sudeste (13%) e Região Centro-Oeste (6%).

Estes dados demonstram que a atuação do DATER em fomento a ATER para produtores familiares teve um crescimento significativo se comparados há anos anteriores, em contrapartida, seus serviços não se deram de forma automática e o enfoque agroecológico se torna secundário perante a grande massa de extensionistas rurais. Em outras palavras, as instituições de pesquisa e extensão não conseguiram adotar com plenitude as diretrizes da PNATER e os serviços prestados aos agricultores atendidos mantiveram-se na mesma lógica da Extensão Rural Convencional (CAPORAL; BOECKMAN, 2013, LANDINI, 2015; WEID, 2012). Apesar dos esforços e dada à dimensão do público alvo da política, as dificuldades dos estados em elaborar seus programas estaduais de ATER e uma inconsistente formação dos agentes em agroecologia, fazem com que os serviços de ATER prossigam em sua grande maioria com a mesma

¹⁹ As Redes de ATER já estruturadas no Brasil também constituem importante patrimônio para consolidação e expansão da agroecologia. O conjunto de organizações governamentais e não governamentais do campo agroecológico, que desenvolve importantes trabalhos de construção do conhecimento e na validação de tecnologias inovadoras, no ensino contextualizado e na assessoria aos agricultores familiares (MDA, 2013, p. 35).

orientação metodológica produtivista, configurando por tanto, um retrocesso no processo de Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL; RAMOS, 2007).

Assim, o que deveria representar para a sociedade, de acordo com os documentos oficiais do MDA (2004, 2007), um eixo de intervenção de caráter educativo e transformador capaz de contribuir para o fortalecimento do enfoque da agroecologia e da agricultura familiar, configura-se num cenário de extensão e assistência técnica que limita a permanência de formas mais sustentáveis de produção, com o aumento do endividamento, dependência de crédito e degradação dos recursos naturais. “Trata-se de um processo conflituoso, onde velhas e novas proposições duelam pela hegemonia” (BERTOLDO, 2010, p.4). De acordo com Weid (2012), com uma formação de mais de 50 anos para agentes de ATER voltada completamente para o modelo da Revolução Verde, os cursos de 40 horas promovidos pelo DATER pouco alterou o curso formativo dos extensionistas. Mesmo com os avanços produzidos em relação às novas abordagens metodológicas, ao anteceder a nova Lei de ater em 2010, “percebe-se que a política não foi implementada no tempo e nem de acordo com as necessidades dos reais beneficiários incluídos na Pnater-2003” (INCRA, 2011).

O resultado dos oito anos de ATER no governo Lula mostrou as dificuldades de se promover a conversão dos sistemas de assistência técnica para a agroecologia. O balanço do período mostra o crescimento da dependência dos agricultores familiares em relação ao uso de insumos químicos e sementes de empresas através de uma também crescente dependência do crédito PRONAF. É notório que a ATER, na sua ação majoritária, ajudou a promover este modo insustentável de produção (WEID, 2012, p. 3).

As normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas pelas entidades e agentes de ATER, em sua maioria, pouco foram alteradas, ao passo que quando as organizações tentam reorientar suas práticas e investem recursos na capacitação de seus profissionais, “faltam-lhes estratégias diferenciadas em sua forma de atuação junto ao público beneficiário, bem como uma nova visão do papel e do perfil dos extensionistas” (CAPORAL; RAMOS, 2007, p. 5).

As dificuldades relacionadas à atuação dos profissionais frente à exigência de um novo perfil de extensionista incidem tanto no perfil do(s) técnico(s) quanto aos problemas de capacitação das organizações, figurando como grandes obstáculos no processo de promoção à transição agroecológica. Conforme os estudos de Landini, a persistente postura difusionista dos agentes de ATER prossegue se apresentando tanto nos problemas em transmitir informações quanto pelas complicações de relacionamento com os beneficiários,

existindo “um olhar autocrítico limitado dos extensionistas, os quais tendem a ver os produtores como problema” (2015, p. 371).

Neste cenário de “inércia” e de disseminação de antigas práticas difusionistas um aspecto de destaque para a promoção do enfoque agroecológico se dá por meio da expansão do número de financiamentos para a ATER não governamental, onde quase a metade dos recursos foi dirigida às suas ONGs e seus agentes de Ater em 2006. Apesar deste avanço na política, um retrocesso é verificado nas desigualdades existentes entre os recursos destinados as ATER estatais e ATER não governamentais.

Simultaneamente, muitos projetos e um conjunto de ações importantes de ATER desenvolvidos pelas organizações da ANA foram apoiados por recursos públicos, todavia passados alguns anos tais apoios foram sendo retirados por causa da imensa burocracia administrativa (ANA, 2013; WEID, 2012). Com projetos de dimensões muito grandes que dificultam as ONGs responderem as demandas, outro retrocesso verificado para o enfoque agroecológico se dá pelos poucos recursos disponibilizados para que estas possam dar continuidade aos trabalhos do segundo mandato do Governo Lula. Do mesmo modo, os convênios de ATER não governamental para estas entidades viram seus números caírem para perto de 20% do que receberam no auge do apoio federal.

Neste cenário, um aspecto positivo para a agroecologia se dá pela criação do Comitê de Agroecologia²⁰ no ano de 2007, como um órgão do CONDRAF e formado por representantes de organizações governamentais e não governamentais, representando um passo significativo no apoio a estratégias baseadas no processo de transição agroecológica por ter a missão de apresentar de propostas, realizar acompanhamentos e avaliar instrumentos que promovam a transição dos modelos produtivos convencionais para sistemas sustentáveis de produção.

Também neste mesmo ano, o Ministério do Meio Ambiente encaminha ao Ministério do Planejamento o Programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, que é aprovado no Orçamento e Gestão do Plano Plurianual do PAA. Representado pelo CONSEA, este programa surge no intuito de fortalecer a política de segurança alimentar e nutricional, reconhecendo as práticas agroecológicas dos agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades rurais, bem como a conservação

²⁰ Cabe ao Comitê de Agroecologia, que tem como Secretaria executiva a SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sugerir as diretrizes que irão orientar a forma de aplicar recursos orçamentários e os futuros financiamentos para constituir as políticas de apoio à agroecologia no país (MDA, 2007).

do uso sustentável das sementes crioulas, além do estímulo aos viveiros de mudas e pequenas criações.

O Programa Nacional de Agrobiodiversidade visa estimular as práticas que utilizam a agroecologia como um instrumento de proteção dos recursos biológicos e dos componentes para agricultura e alimentação adequada. É a primeira vez que um Programa governamental reconhece, estimula e valoriza iniciativas populares tradicionalmente existentes de conservação *in situ* e *on farm* da biodiversidade e da agrobiodiversidade (ANA, 2012, p. 5).

Concomitantemente, por demanda do Comitê Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), o MDA definiu a realização de um Seminário Nacional com o objetivo de identificar avanços e dificuldades na implementação da PNATER. Ao elaborar proposições para o aperfeiçoamento do processo de transição agroecológica, este documento apresenta dentre outras dificuldades, uma precária rede de comunicação entre o DATER e as instituições envolvidas na execução do PRONAF (BRASIL, 2008).

Como resultado da pouca conexão entre as políticas e da inconsistência dos mecanismos de crédito, as linhas de financiamento do PRONAF (Agroecologia, Semi-Árido, Eco, Floresta), não se mostraram adequadas às condições dos agricultores ecologistas ou em transição. Com um grande número de exigências para a concessão de crédito, falta de apoio dos agentes financeiros e mecanismos facilitadores do acesso a essas políticas, a Linha Verde do PRONAF vem se apresentando de forma marginal no interior do Programa (CAPORAL; COSTABEBER, 2012; GRISA, 2012; MAGALHÃES, 2010, WEID, 2006, 2010). Com um percentual pequeno de 981 contratos firmados se comparado aos mais de 60.000 contratos estabelecidos no mesmo período, de acordo com os dados disponibilizados pelo site do MDA entre os anos de 2004 a 2012 foram aplicados nas linhas do PRONAF Verde um total de 367 milhões, dentre os quais somente apenas 11 milhões foram destinados ao PRONAF Agroecologia (SAMBUICHI, et al, 2012).

Além da resistência dos agentes financeiros, outros fatores dificultaram o acesso a essas novas modalidades. O primeiro deles foi a natural complexidade dos projetos concebidos pelo enfoque agroecológico. O segundo foram os prazos de carência e de pagamento. O terceiro foi o montante que se propunha a investir (WEID, 2010, p. 6).

Logo, se conclui, que apesar de contar com uma nova orientação metodológica de ATER que deveria reforçar a ampliação do percentual de agricultores agroecológicos, esses números demonstram que tanto a PNATER quanto as linhas de crédito do PRONAF encontraram barreiras desde os primeiros anos de implementação. “Neste sentido, ainda

que a criação destas linhas tenha alterado o referencial de política pública no Programa, estas alterações não se traduzem em mudanças expressivas” (GRISA, 2012, p. 12).

Apesar dessas linhas de crédito já estarem consolidadas nos Planos Safra, considera-se que o sistema financeiro ainda não absorveu as particularidades desses sistemas produtivos. Os projetos de financiamento – custeio e investimento – continuam a ser elaborados tendo por referência custos e receitas dos pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários utilizados em monoculturas, e as planilhas definidas pelo sistema financeiro, que determinam a configuração dos projetos, necessitam de adequação para a complexidade dos projetos agroecológicos e orgânicos (MDA, 2013, p. 25).

Nesse sentido, é possível inferir que existe um quadro de inconformidade tanto na atuação do extensionistas quanto pela falta de apoio de instituições de ATER em desenvolver mecanismos que facilitem o acesso do agricultor familiar a estas linhas de crédito (GUERRA & ICHIKAWA, 2013; MAGALHÃES, 2010; WEID, 2012). No caso da PNATER, os recursos liberados na promoção da agroecologia esbarraram em um majoritário percentual de financiamentos das linhas convencionais do PRONAF, que por sua vez, corroborou com o processo de modernização, isto é, “no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso a máquinas e equipamentos para mecanização” (CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 69).

Em 2008 é criada a **Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade** (PGPM-Bio) que visa uma segurança específica para extrativistas no interior da PGMP²¹, apresentando um diferencial ao beneficiar Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF's) e promover estilos de agricultura de base ecológica. Nestes termos, a Lei nº 11.775 permitiu a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista enquadrado como agricultor familiar o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal. Enquanto a PGPM convencional ampara produtos agrícolas, a PGPM-Bio auxilia na conservação e comercialização de produtos da sociobiodiversidade no âmbito do PAA, ficando a cargo da CONAB o acompanhamento e a operacionalização dos preços mínimos juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outros (CONAB, 2010; MDA, 2013).

O apoio às cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, implicando a formulação de políticas para os produtos da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor e na consolidação de mercados sustentáveis, envolve diferentes parceiros, entre os quais a Conab, que

²¹ Decreto Lei nº 79 de 19 de Dezembro de 1966, institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

desenvolveu a Política de Garantia de Preços Mínimos para esses produtos (PGPM-Bio). Esta, além de auxiliar na preservação dos recursos naturais, possibilita um desenvolvimento social e econômico justo, permitindo a sustentação de preços de produtos da biodiversidade brasileira (CONAB, 2011, p. 26).

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade²² (PNPSB) contribuiu para a emissão de milhares de DAPs para agricultores familiares, entretanto, conforme o documento do MDA considera-se que a emissão da DAP ainda seja um gargalo na ampliação da execução dos recursos da PGPM-Bio com produtos orgânicos e de base agroecológica. “Além disso, a inexistência de previsão de recursos operacionais para divulgação, capacitação, etc. traz obstáculos para que a PGPM-Bio alcance seu público beneficiário” (MDA, 2013, p. 39).

Apesar dos entraves relacionados à falta de DAPs que limitam o acesso dessa política para um maior número de agricultores, este apoio governamental sinaliza um atendimento significativo às especificidades de produtores extrativistas oriundos principalmente das regiões Norte e Nordeste do país. A constituição de mercados dos produtos da sociobiodiversidade vem corroborando com o fortalecimento de redes alternativas de comercialização agroecológica envolvendo uma grande diversidade de atores em distintos contextos socioambientais (BRASIL, 2013; SCHMITT; GRISA; 2013).

Também no ano de 2008 surge o **Projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)**, realizado por meio de convênios firmados com os governos estaduais por meio de edital público que possibilita o cultivo de alimentos ecológicos tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização. Desde esse ano foram firmados 14 convênios com diferentes estados totalizando 2.305 unidades PAIS implantadas, contemplando 100% dos municípios nos 22 territórios CONSAD²³. De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social, o Projeto PAIS aposta em hortas agroecológicas como estratégia de garantir a segurança alimentar de agricultores familiares, estimular o protagonismo social, gerar renda dentro das comunidades e dar protagonismo as ações das mulheres.

²² Coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o PNPSB foi criado pelo Governo Federal para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, a assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos.

²³ O Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) é um arranjo territorial institucionalmente formalizado envolvendo um número definido de Municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda (MDS, 2015).

Em 2009, outro avanço favorável à produção e comercialização de base agroecológica se dá pelas alterações ocorridas no **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** com a Lei nº 11.947 de 16 de junho deste ano. Administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a mudança no Programa vêm beneficiar a agricultura familiar, definindo a obrigatoriedade de 30% dos recursos do Programa para a compra e gêneros deste setor privilegiando sempre que possível à aquisição de produtos agroecológicos e orgânicos²⁴ (BRASIL, 2013). Assim, os preços praticados para atender o Programa são diferenciados, correspondendo a um percentual maior que o produto convencional, definido pelo grupo gestor do PAA, em conformidade com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. O agricultor familiar de produtos orgânicos e/ou de base agroecológica que fizer parte de Associações ou Cooperativas, poderá vender direto para escolas municipais e estaduais, sem licitação, desde que atenda as exigências, constadas em lei, relativas a limites de fornecimento e demanda das instituições beneficiárias consumidoras.

De acordo com o Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar (FNDE, 2014), a mudança no referencial do Programa, incorpora elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do país e estimular a agricultura familiar nacional. A aquisição de alimentos de base agroecológica produzidos diretamente por agricultores familiares e/ou organizações (assentados de reforma agrária, comunidades indígenas e as comunidades quilombolas, entre outros) se direciona para o atendimento da alimentação das escolas públicas no país. Ao priorizar como terceiro critério na seleção de projetos da agricultura familiar, a aquisição desses produtos para a alimentação escolar com fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 veio somar na construção de mercados institucionais para novos arranjos produtivos aos agricultores de base ecológica como será visto e discutido no capítulo II.

Assim, com mais uma política de apoio aos agricultores familiares, suas organizações e ao enfoque agroecológico, a crescente parceria entre Estado e sociedade civil nos anos posteriores concretiza um compromisso pela ampliação de ações de desenvolvimento rural e a produção de alimentos mais saudáveis com a conservação dos recursos naturais. Em 2012, é lançada a **Política Nacional de Agroecologia e Produção**

²⁴ Na atualidade, a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26 de junho de 2013, que dispõe sobre atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE (FNDE, 2014).

Orgânica (PNAPO) por demanda de uma rede de articulações entre organismos federais e a sociedade civil organizada, considerada como a política de maior expressão nacional para a agroecologia e a produção orgânica por representar um marco para a emergência de um novo paradigma de produção e consumo de alimentos no país.

Construída de forma participativa e tendo como instrumento operacional o **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**, esta política articula entidades do Poder Executivo Federal e organismos da sociedade civil (CIAPO/CNAPO²⁵), e surge com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. Tem como um dos princípios, contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (art. 1º do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012). Lançada em outubro de 2013 e com vigência até dezembro de 2015, a PNAPO nasce com o propósito de convergir e operacionalizar os demais programas de favorecimento ao enfoque agroecológico e a agricultura orgânica, estabelecendo as pontes possíveis na união de esforços que levem a ampliação da sustentabilidade nestes dois processos produtivos. Além do PLANAPO, são instrumentos da PNAPO:

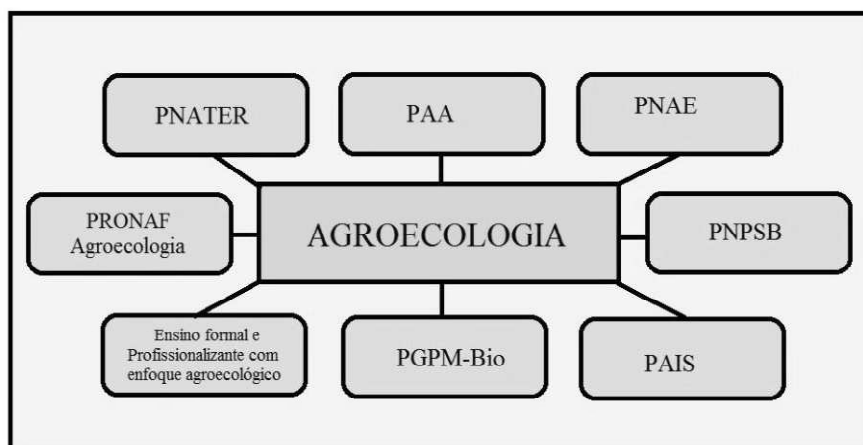
O crédito rural e demais mecanismos de financiamento; o seguro agrícola e de renda; os preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções; as compras governamentais; as medidas fiscais e tributárias; a pesquisa e inovação científica e tecnológica; a assistência técnica e extensão rural; a formação profissional e educação; os mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica e os sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica (Art. 4º do Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012).

Também conhecido como Plano Brasil Agroecológico, o PLANAPO (2013-2015), busca a articulação com os estados e municípios, integrando políticas setoriais de incentivo e fortalecimento ao enfoque agroecológico, tendo como investimento inicial de R\$ 8,8 bilhões. Suas ações articulam dez ministérios em 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; e Comercialização e Consumo. Na figura 1 encontram-

²⁵ Coube a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) composta por dez ministérios à tarefa de articular entidades federais e não governamentais para a implementação do PLANAPO, ficando a cargo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) composta por quatorze representantes da sociedade civil e quatorze representantes de órgãos do Governo Federal a missão de propor as diretrizes, objetivos e as ações prioritárias a ser desenvolvidas (MDA, 2013).

se as principais políticas de beneficiamento ao enfoque agroecológico que a implementação do PLANAPO busca convergir para sua operacionalização:

FIGURA 1: Síntese das políticas operacionalizadas no PLANAPO 2013-2015



(Fonte: <http://www.mda.gov.br/planapo/>)

No que concerne seus eixos de implementação, entre as ações do PLANAPO se destacam: a disponibilização de sete bilhões em crédito para cultivo e beneficiamento da produção; a promoção de Ater agroecológica para 75 mil famílias com 50% de participação das mulheres rurais; Apoiar 30 redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica de agricultores familiares; a implantação de 60 mil unidades de tecnologias sociais de acesso à água de produção; o apoio à conservação, multiplicação, distribuição e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais; o apoio à promoção e comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos e a ampliação da participação destes em mercados locais, regionais e institucionais, dentre outras (MDA, 2014).

Conforme o balanço do PLANAPO divulgado no final de 2014, as chamadas de ATER para a Agroecologia alcançam a execução de 130 milhões que beneficiaram mais de quarenta mil famílias em todas as regiões do país, onde desse total 50% do total de Chamadas beneficiaram o universo feminino dos agricultores. No âmbito da PNATER o Governo Federal investiu um total de 371 milhões, sendo que deste montante, setenta e cinco mil famílias tiveram acesso a serviços de ATER para agricultores orgânicos e de base agroecológica.

Foram disponibilizados respectivamente 206 milhões para a formação técnica de mais de 70 mil famílias em transição para sistemas sustentáveis de produção 132 milhões para vinte e seis mil famílias ligadas ao agroextrativismo sustentável em unidades de

conservação e assentamentos de reforma agrária (MDA, 2014). Entre os anos de 2013 e 2014, foram aplicados recursos do PAA para a aquisição de sementes em um montante de R\$ 10,6 milhões. Neste período também, no eixo comercialização no Programa foram executados sete milhões com ampliação dos limites de participação na modalidade Doação Simultânea e cento e quatro milhões no âmbito do PNAE.

No ano de 2014, por meio do PAA Aquisição de Sementes foram fornecidas sementes básicas para agricultores familiares para a multiplicação e distribuição em 2015 no valor correspondente a R\$ 800, 000,00. Também foi disponibilizado para a Safra 2013/14 um total de R\$ 120 milhões destinados a beneficiar cento e vinte mil agricultores familiares na contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apropriados para atender os agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade.

O MDA concedeu para este Plano Safra R\$ 225 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativista. No que diz respeito ao Programa Ecoforte²⁶, foram investidos cento e setenta e cinco milhões no apoio as redes de agroecologia, extrativismo e da produção orgânica, bem como o apoio a agroindustrialização e o acesso a mercados (MDA, 2014). Dentre outras ações da PNAPO que ainda se encontram em fase inicial de execução, a política pode ser considerada como um avanço importante na agenda da agroecologia na medida em que é fruto e vem sendo construída pela longa mobilização de organizações e movimentos sociais. Segundo Barcellos (2012), para a efetividade de uma política voltada especificamente ao enfoque da agroecologia, as instancias e os mecanismos de gestão da Política serão fundamentais tanto no monitoramento e articulação das ações presentes na definição de ciclos posteriores.

No atual período em que a PNAPO se institui no encaixe de convergir as demais políticas voltadas para a institucionalização da agroecologia, ainda não se pode realizar um panorama suficientemente plausível sobre como ocasionar a garantia da sustentabilidade da agricultura familiar e camponesa com um status orçamentário voltado majoritariamente para o modelo de produção agropecuária do agronegócio. Conforme Peterson (2014), o modo como o Plano Brasil Agroecológico vem se apresentando, o mostra como uma

²⁶ O Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte) integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico) e apoia projetos voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica (MDA, 2015).

espécie de compilação de ações que já eram executadas ou estavam previstas, onde várias das propostas da sociedade civil para a Política não estão sendo incorporadas pelo governo, sobretudo aquelas de caráter estruturantes.

Nestes termos, pode-se inferir que na atualidade a PNAPO constitui-se como uma “carta de intenções” que em fase inicial propõe efetivos instrumentos de ação do Estado para a problemática gestão pública do enfoque agroecológico vem apresentando (NIERDELE; ALMEIDA, 2013, p. 53). A atual conjuntura das decisões governamentais se apresenta hostil à agenda da agroecologia, fazendo com que o avanço da PNAPO implique diretamente em ir de contra aos interesses do agronegócio que ainda é posto como prioridade pelas ações governamentais (PETERSEN, 2014).

Assim, os macrodesafios postos na PNAPO se encontram refletidos, por conseguinte, em um cenário de “disputas interburocráticas e interpartidárias que muitas vezes são anacrônicas aos objetivos das políticas públicas e o seu objetivo maior que seria o benefício em escala, efetividade e qualidade social”, adequadas ao público alvo da Política (BARCELLOS, 2012, p.4). Nesse processo de adaptação, um dos principais desafios a serem ultrapassados está no exercício de diálogo entre as várias esferas e instituições no âmbito do governo federal (ministérios e secretarias) e nos níveis estadual e municipal de governo.

Apesar dos atuais entraves e disputas para o possível alcance da institucionalização da agroecologia, um mecanismo que tem demonstrado lhe fortalecer para na construção social de mercados locais/regionais para os agricultores de base agroecológica. Ao instituir limites diferenciados para as aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, com valor superior às operações de produtos convencionais, o Estado passa a promover a agroecologia, sobretudo por meio dos mercados institucionais com a ampliação de compras governamentais pelos programas de aquisição de alimentos e alimentação escolar (BRASIL, 2013).

O PAA e PNAE se apresentam nesse contexto por meio da geração de uma grande demanda importante de alimentos locais/regionais de base ecológica, que atualmente vem incentivando a existência de sistemas agroecológicos de produção, reconfigurando o desenvolvimento endógeno dos territórios e inserindo agricultores familiares no processo de transição agroecológica, como será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: MERCADOS INSTITUCIONAIS E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Ao atuar na forma de um regime agroalimentar corporativo, quer dizer, controlado por um grupo de corporações transnacionais, um pequeno número de empresas vem impondo um sistema de governança global que controla mecanismos institucionais desde a produção e o consumo de alimentos. Nas últimas quatro décadas, a industrialização da agricultura e a liberalização dos mercados agrícolas têm feito com que se configurem uma ordem agroalimentar corporativa que homogeneíza as culturas e os hábitos alimentares em diversas partes do planeta.

No Brasil, embora as políticas direcionadas para o desenvolvimento rural ainda adotem um viés modernizante de produção e consumo, é notório que elas têm contribuído para viabilizar iniciativas inovadoras amparadas por um conjunto de dispositivos disponibilizados pelo Estado brasileiro. O acesso aos mercados institucionais com abertura para a agricultura familiar até então inexistentes sinalizam novas tipologias de produção, distribuição e consumo que passam a potencializar a economia agrícola local dos pequenos municípios. Fortalecidos pelo Estado e posicionados contra os processos de oligopolização e padronização da produção e do consumo alimentar, uma série de movimentos sociais vem se constituindo desde meados dos anos 1990 introduzindo elementos no debate sobre o lugar dos mercados na transição para uma agricultura de base ecológica.

Assim, a prática da agroecologia encontra-se em expansão, favorecendo principalmente mercados locais ancorados em circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos que reconectam agricultores familiares e consumidores sob os princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental. Para tanto, os diferentes agentes institucionais (do Estado e da sociedade civil) passam a ser mobilizados para a definição de novos padrões mercantis, baseados em processos mais justos, que tentam eliminar a figura de intermediários (atravessadores) entre produtores e consumidores.

Este capítulo tem como objetivo focalizar esse debate na Microrregião de Campina Grande. O caso dessa Microrregião é exemplar na tentativa de criação de um mercado alternativo, cujo enfoque na agroecologia e na demanda por alimentos ecológicos apresentam oportunidades para agricultura familiar local, a partir da atuação de uma rede de atores (agricultores, consumidores, assessores técnicos, agentes de ONGs, etc.) na construção de circuitos curtos de comercialização como as feiras agroecológicas.

2.1 Dos mercados globais aos circuitos curtos de comercialização

Nas últimas quatro décadas, a concentração da produção, distribuição e a comercialização de alimentos se estruturaram em torno de grandes empresas que passaram a dominar o chamado sistema agroalimentar mundial. Ao se aproveitarem de subsídios e especulações nos preços dos alimentos oligopolizados, redes varejistas (organizadas em sua maioria, em holdings transnacionais) tem comprometido à qualidade dos alimentos e as formas de distribuição destes num contexto em que a acumulação de capital e a hegemonia econômica imperam sobre a natureza da produção agrícola em longas cadeias agroalimentares (MDA, 2007; MEIRELLES, 2011; PLOEG, 2008; 2009).

Segundo Niederle; Almeida (2013), o predomínio de impérios agroalimentares está representado na conquista e controle da produção de alimentos em escala global. Como resultado, o regime alimentar dominante passou para corporações controladas pelos grandes distribuidores que determinam normas e padrões de produção cada vez mais estritos, fazendo que os produtos percam sua associação com o local e com as práticas tradicionais. Para Ploeg, como principal provocador da deslocalização dos sistemas agroalimentares, a distribuição globalizada do mercado agrícola emergiu a partir da interação entre:

(1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em impérios alimentares que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos (2009, p. 23).

Como mais um agente neste cenário, a atuação do Estado se verifica pelo papel normativo e regulatório criando condições favoráveis às características deste mercado globalizado e de seus agentes (MDA, 2007). Essa intervenção estatal ocorre em um contexto no qual se mostram suas próprias fragilidades, ou seja, na insuficiência de instrumentos político-administrativos com “baixa capacidade efetiva de atuação nos preços mínimos, diante da instabilidade do mercado e das dificuldades no acesso à assistência técnica estatal, evidenciando disfunções dos programas pelos agentes de desenvolvimento e atores rurais” (REDIN, 2014, p. 56).

Como consequência, monocultivos com sementes geneticamente modificadas a utilização de agroquímicos resultam do processamento da produção em larga escala que se

utiliza de aditivos, colorantes e conservantes de forma crescente. Ademais, o sistema agroalimentar dominante se revela fortemente nos problemas associados à saúde pública como obesidade, desnutrição, riscos alimentares, consumo abusivo, propagandas manipuladoras, da padronização e massificação de produtos, restrição ao direito humano à alimentação e diversidade alimentar e exclusão de pequenos agricultores (MEIRELLES, 2011; PLOEG, 2008; SCARABELOT; SCHNEIDER; 2012).

“O comércio massivo para grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa, estilo de vida considerado ‘moderno’, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos”, afastando cada vez mais produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 140). Ao corresponderem à produção agroindustrial clássica, estes longos canais de comercialização se situam geralmente fora dos mercados locais, tendo como principal característica a presença de muitos intermediários entre o produtor e o consumidor final.

O agricultor produz a matéria- prima, que por sua vez, é transformada em produtos alimentares por grupos industriais de dimensão multinacional que são vendidos às centrais de compras das principais cadeias oligopolistas de supermercados e hipermercados. Sendo assim, são considerados como arranjos onde a relação entre o agricultor/produtor é intermediada por inúmeros agentes de comercialização, e, neste caso, se identificam o mercado do varejo, o da distribuição e transformação, o institucional que beneficiam o mercado externo (SCHMITT, 2001).

Como parte de circuitos longos, o mercado convencional global se insere em complexas operações que se desenvolvem via extensas distâncias geográficas. Ao demandar, portanto, mais recursos envolvidos como estruturas de armazenagem e distribuição, logística de transporte, etc., tem como principal característica a presença de atores poderosos (geralmente grandes redes de supermercados), capazes de manipular e coordenar todo o processo de distribuição e comercialização de alimentos (COMUNELLO, 2010).

Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável. Um olhar crítico sobre os circuitos longos, sobre as grandes escalas e os grandes percursos que favorecem a concentração do capital e prejudicam o meio ambiente, a qualidade de vida e a estrutura social, é o ponto de partida para questionarmos este paradigma de produção e consumo (BAVA, 2012, p.181).

O observatório de Territórios Rurais no âmbito LEADER II²⁷, estabelece uma tipologia de circuitos longos de comercialização de produtos reproduzido no Quadro 1:

QUADRO 1- Tipologia de circuitos longos de comercialização

CIRCUITOS LONGOS DE COMERCIALIZAÇÃO		
	PRODUTORES	
GRANDE DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO TRADICIONAL	EXPORTAÇÃO
Centrais nacionais de compras	Escritórios de representação	Importadores nacionais, escritórios de representação
Plataformas regionais de compras	Grossistas, distribuidores	Grossistas, distribuidores
Pontos de venda (supermercados, hipermercados, etc.)	Pontos de venda (minimercados, lojas especializadas);	Pontos de venda (lojas, supermercados, etc.)
Consumidores	Consumidores	Consumidores
	Restaurantes	Restaurantes
MERCADO NACIONAL		MERCADO ESTRANGEIRO

(Fonte: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/circuits/p2intro.htm>)

Ligados geralmente à presença de vários intermediários entre as fases de produção e consumo, nos circuitos longos de comercialização a possibilidade concreta de fornecer produtos às redes de supermercados tem significado a inserção em mercados que exigem grande escala e esta tem sido alcançada com a adoção de máquinas processadoras e contratação de pessoal, uma lógica cada vez mais industrial. Outra característica neste processo atende à ausência de um contato direto entre quem produz e quem consome o alimento.

“A impossibilidade do contato direto nesse caso impede de estreitar relacionamentos e ter um maior acesso à informação sobre as características do produto e seu processo de produção, que por sua vez, exclui um sistema de confiabilidade produtor-consumidor” (REDIN, 2014, p. 60).

²⁷A Iniciativa Comunitária sobre o desenvolvimento rural (LEADER II: Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) realiza estudos sobre zonas rurais desfavorecidas da União Europeia. O Observatório tem por objetivo a assistência técnica às cooperações transnacionais, motivando a população para uma participação ativa no processo de desenvolvimento, elaboração de estratégias e procura de financiamentos.

Nos circuitos longos representados pelas grandes redes de supermercados é exigida determinada escala de produção e regularidade na entrega, sendo cada produtor apenas um fornecedor a mais. Os grandes varejistas praticam como estratégia de consolidação deste modelo mercadológico, as marcas genéricas, despersonalizando a relação produtor-consumidor (GUIMARÃES, 2010).

Mesmo percebendo os malefícios de uma relação comercial que não controla em seus regramentos, que impõe condições às vezes prejudiciais ao fornecedor, tendem a operar em circuitos longos de produção-distribuição-consumo. E nestes circuitos, o produtor está condicionado à lógica da inserção no mercado e desta não pode fugir (SILVEIRA, *et al*, 2009, p.14).

O “anonimato do produtor em relação ao consumidor final, a relação com os clientes que, na maior parte dos casos, são profissionais do mercado (responsáveis por compras, importadores, grossistas), as quantidades em jogo para cada fornecimento”, dentre outros aspectos, são elementos que tornam os circuitos longos de comercialização extremamente diferentes do contexto em que normalmente operam os agricultores de menor poder aquisitivo (SCHMITT, 2001, p.65). Logo:

As estratégias de incremento de produtividade e produção em larga escala de produtos agrícolas têm provocado uma intensa diferenciação social no rural, excluindo agricultores com restrições de terra, pouca eficiência, baixa capacidade de incremento tecnológico e com limitações financeiras para investir na atividade (REDIN, 2014, p. 55).

Dada sua vastidão e pela ávida procura de consumidores por alimentos mais saudáveis, a partir dos anos 1990, os supermercados, ícones dos circuitos longos, superaram os canais curtos de comercialização, inclusive no setor de alimentos de base ecológica (DAROLT, 2013 apud GUIVANT, 2003). Em seu processo de expansão, estas grandes cadeias de alimentos (em sua grande maioria para produtos orgânicos) foram percebidas como uma via dominada por uma lógica exclusivamente centrada no produto, que desconsideram as dimensões éticas valorizadas pelos movimentos de agricultura alternativa (SCHMITT, 2001). Como destaca Darolt (2013, p.150):

O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quando e como produzir. Os agricultores que trabalham integrados com empresas têm menor autonomia de gestão, sendo o planejamento de produção e a comercialização realizados por elas. Ademais, o sistema de produção é simplificado e especializado em um ou dois produtos. É comum nesses casos uma repetição da lógica comercial e industrial utilizada em sistemas convencionais com produção em grande escala (DAROLT, 2013, p.150).

Nestes termos, a crise do modelo agroalimentar dominante vem abrindo espaço para o debate e para a mobilização social acerca de novas proposições de desenvolvimento local que não incorporem tão somente variáveis técnico-produtivas-econômicas, mas também valores sociais, éticos e culturais. Impulsionada por movimentos de crítica e contestação social que se constituíram, sobretudo, a partir dos anos 1980, a reconfiguração dos mercados alimentares envolveu, inicialmente, a construção de inúmeras “redes alternativas” que abarcaram segmentos bastante específicos de produtores, consumidores e mediadores sociotécnicos (BRANDENBURG, 2002; PEREZ-CASSARINO, 2012).

A denúncia dos riscos associados aos agrotóxicos e aos alimentos transgênicos, o crescimento das redes de comércio justo e de agricultura orgânica, a indignação dos consumidores frente à disseminação de doenças através dos alimentos, o fortalecimento da Agroecologia como abordagem sociotécnica, entre outras manifestações, fazem parte de um conjunto heterogêneo de ações e reações que, ao colocarem em questão as formas dominantes de produção e consumo, contribuíram para a politização das relações entre produtores e consumidores, conferindo também novos significados aos chamados mercados locais (SCHMITT, 2011, p. 4).

Estes movimentos estiveram envolvidos na regulação dos produtos e processos, o que resultou em dois circuitos onde são comercializados os produtos de base ecológica.

Com o ambiente histórico das últimas décadas do século passado, além das críticas ao sistema de produção baseado na agricultura empresarial agroindustrial, as relações sociais de produção e as questões ambientais, também acompanhou todo o debate a necessidade de valorizar formas distintas de comercialização da produção, com o protagonismo dos agricultores e dos próprios consumidores urbanos (MDA, 2007, p. 24).

Acompanhadas pelo crescimento do consumo de alimentos ecológicos ou orgânicos, as mudanças no âmbito da produção e busca por novos mercados se estruturaram por novos engajamentos sociopolíticos em face da emergência da sustentabilidade como novo paradigma para sociedade (PORTILHO, 2009). Com um número de vendas cada vez mais expressivo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, à medida que a produção e a demanda por estes produtos aumentaram, os projetando para a circulação nos mercados nacional e internacionais, ocorreu um processo de regulação concretizado em normas de certificação destes alimentos.

Destaca-se, também, pela institucionalização de novos mercados que manifestam mudanças nas crenças e preferências dos consumidores assim como a organização de novos territórios produtivos. A construção dessas novas redes agroalimentares está associada com o desenvolvimento dos mercados de qualidade específica como os alimentos orgânicos, os produtos regionais e o comércio justo (FLEXOR, 2005, p. 3).

Surgem nesse contexto os chamados sistemas agroalimentares alternativos²⁸ (SSA), que se opõem à desregulação e globalização que afeta os circuitos alimentares e à degradação dos ecossistemas, inclusive agrícolas (LAMINE, 2005; MEIRELLES, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012). Na contramão das tendências funcionais da economia de mercado globalizada, vêm sendo promovidas experiências pontuais de empoderamento comunitário, de valorização do patrimônio cultural existente no nível local e da estruturação dos chamados sistemas agroalimentares alternativos (LAMINE, 2010; CORDEIRO, 2010).

Ao constituírem redes engajadas e com o intuito de redistribuir o valor agregado dos produtos, passaram a vislumbrar novas formas de associação política e de governança, bem como, a criação de laços de confiança entre os setores envolvidos por meio de uma certificação participativa dos alimentos comercializados. São definidos, nesse âmbito, tanto por iniciativas de valorização do território (selos de garantia e origem), quanto por diferentes formas de venda direta que englobam associações e parcerias entre produtores e consumidores e estruturas territoriais de abastecimento e distribuição alimentar.

Nos anos 1990, os movimentos de agroecologia passaram a desempenhar suas lutas também nos mercados, forçando a discussão de temas como comercialização da produção e garantia de preços, aliando-se a crescente demanda por produtos dessa natureza, que por sua vez expandiram as possibilidades de negócios. De acordo com Perez-Cassarino & Ferreira, no contexto da agroecologia:

o que se procura desenvolver são iniciativas que estruturam processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas alternativos em escala local, que visem e realizem articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (2013, p.174).

De acordo com SCHMITT (2001), os produtos do movimento agroecológico foram comercializados desde o início em circuitos curtos, onde além da proximidade geográfica que estes incitam atuam também por meio da identificação entre produtores e consumidores. Tal aproximação pode ser explicada destacadamente tanto na qualidade do produto, oferta de uma alimentação mais saudável e uma opção ideológica contrária aos circuitos longos de comercialização oriundos da agricultura convencional.

²⁸ Ao valorizar mercados locais, os sistemas agroalimentares alternativos permitem a existência de vários níveis de diálogo ao longo da cadeia produção-comercialização-consumo, sendo que nos elos verticais têm-se os produtores/beneficiadores e os fornecedores de insumos e equipamentos, e em outros aspectos a relação destes com os comerciantes/distribuidores/consumidores (LINS, 2006; PEREZ-CASSARINO, 2012).

Como exemplo de destaque em termos de construção de um espaço articulador em torno da produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos, a Rede Ecovida de Agroecologia traça uma trajetória que tem como pressuposto estabelecer formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações. Estabelecida no ano de 1998, a Rede Ecovida edificou mais de 100 feiras e lojas de varejo nos três estados da região Sul do país, articulando e disponibilizando informações entre as organizações, agricultores e consumidores (REDE ECOVIDA, 2014; ROVER, 2011). A Rede Ecovida “tem agregado atores e estimulado o fortalecimento dos mercados locais e dos circuitos curtos de comercialização, por meio da construção de mecanismos alternativos de mercado, em que se destacam as feiras ecológicas” (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 39-40).

Para Rover e Lampa (2013), o posicionamento de redes em torno da comercialização de alimentos ecológicos ante à abertura para essas inovações de mercado, estão baseadas em um conjunto de estratégias que envolvem uma quantidade de atores engajados na promoção de relações comerciais mais justas. No intuito de diminuir o número de intermediários no processo, estas redes se estruturam deste o acompanhamento da diversificação produtiva nas unidades familiares até os pontos onde os alimentos são comercializados diretamente com os consumidores.

São também as redes, contando, em alguns casos, com a parceria de instituições governamentais, assim como com um aporte significativo de participação comunitária, que possibilitam a existência das feiras do produtor, pontos fixos de comercialização de alimentos ecológicos, como entregas em domicílio, vendas nas próprias unidades de produção, eventos mensais, atendimento a restaurantes locais e pequenos varejos. Sem esquecer do acesso ao mercado institucional local, por meio de programas públicos, notadamente no fornecimento de alimentos ecológicos para entidades assistenciais e no abastecimento de escolas (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Trata-se de um processo multifacetado cujas causas e implicações são diversamente percebidas, mas que, de modo geral, reflete três mudanças principais: o reconhecimento inédito dos sistemas de produção de base ecológica no âmbito do Estado e, portanto, o direcionamento de políticas públicas específicas para o segmento; a entrada em cena de novos atores em diferentes elos das redes de produção, comercialização e assessoria; e uma reformulação substancial do arranjo normativo, com a criação de novos mecanismos de controle e a ampliação da ação dos organismos certificadores (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 23).

Na outra ponta da cadeia se posiciona o Estado na utilização de distintos mecanismos para o mercado de alimentos ecológicos, seja pelos processos de certificação que qualificam tais produtos através da Lei nº 10.831, geralmente identificados na forma de um selo de garantia. Nesse processo de institucionalização da agroecologia e da agricultura orgânica, o governo passa a estabelecer outros mecanismos de apoio e fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica como pode ser visto no Quadro 2:

QUADRO 2: Marco Legal da produção de base ecológica (Agroecológica e Agricultura Orgânica)

Marco Legal	Entidade Responsável	Descrição
Selo de qualidade para produtos orgânicos (Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999).	Ministério da Agricultura	O documento apresenta as normas disciplinadoras para a produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam origem vegetal ou animal.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – Decreto Nº 4.739 de 13 de junho de 2003.	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)	Busca assegurar o acesso a serviços gratuitos de qualidade e em quantidade, além de promover o desenvolvimento rural sustentável sob os princípios da agroecologia.
Lei da Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831 de 2003- regulamentada pelo decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007)	Congresso Nacional	Regulamenta a produção, comercialização, certificação, rotulagem, fiscalização da agricultura orgânica.
Selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Instrução Normativa nº 50 – 2009)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Somente poderão utilizar o selo, os produtos orgânicos oriundos das unidades de produção controladas por organismos credenciados pelo MAPA.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Lei 12.188 de 2010)	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Regulamenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e institui o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto Nº 7.794 de 20 de Agosto de 2012)	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO.	Tem como objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.
--	---	--

(Fonte: Reprodução a partir de LEÃO & VITAL, 2010)

Assim, dentre as formas de realocização dos sistemas agroalimentares, uma das mais valorizadas são as que prezam por relações do tipo face-a-face, onde os agentes econômicos passam a ser os agricultores e/ou suas entidades de representação e os consumidores. Uma saída comumente encontrada são as vendas diretas em feiras locais e regionais que com frequência têm sido tratadas nas análises de mercado como exemplos de circuitos curtos que envolvem proximidade geográfica, por sua vez, implica em facilidades na distribuição, transporte e gestão das vendas.

Os circuitos curtos de comercialização permitem diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor por meio da venda direta. Vale salientar que os conceitos de circuito “longo” ou de circuito “curto” não dizem respeito tão somente a distância física entre produtores e consumidores, mas, inclui também o número de intermediários entre a produção e o consumo. Nos circuitos curtos, as oportunidades para mobilizar valores do território/local e reforçar a especificidade dos produtos, em que as formas de venda estabelecem estreita ligação entre o território/local, o cliente e o produto e reforçam o caráter estruturante da produção local (DAROLT, 2013; RÉTIERE, 2014).

Os diversos estudos que abordam a perspectiva dos circuitos curtos de comercialização apontam que é naquele determinando tipo de mercado, onde predominam relações e transações comerciais diretas entre o agricultor/produtor e o consumidor, sejam eles indivíduos ou organizações (AS-PTA, 2013; DAROLT, 2013; RÉTIERE, 2014; SCHMITT; TYGEL, 2009). De acordo com Darolt:

Tanto no Brasil como na França, as propriedades que vendem em circuitos curtos nos mercados locais são majoritariamente provenientes da agricultura familiar, com áreas menores (menor que 20 hectares) quando comparadas àquelas em circuitos longos. Um dos pilares de sustentação é a mão de obra familiar, que tem uma carga de trabalho intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação, comercialização) no intuito de diminuir gastos e agregar valor ao produto (DAROLT, 2013, p. 149).

Para Rétiere (2014, p. 26):

Ao privilegiar sistemas de produção ecológicos, econômicos e mais autônomos, outra abordagem que é capaz de designar estes circuitos curtos se baseia na alternatividade expressa: Num conjunto de iniciativas que apontam para um novo modelo de desenvolvimento, em oposição às lógicas de industrialização e globalização na circulação e na distribuição de alimentos, por uma parte, e de intensificação e especialização da agricultura por outra parte.

Entre as oportunidades para agricultores de base ecológica inseridos em circuitos curtos de comercialização estão à diversificação de produtos que permite a diminuição de riscos; a valorização de espécies de plantas (sementes crioulas) e animais locais, preservação do meio ambiente, manutenção da agricultura familiar, maiores margens de lucro e recebimento do dinheiro no ato da entrega. Os formatos mais significativos em circuitos curtos “acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita interação entre poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e participação de consumidores” (DAROLT, 2013, p. 165).

“Em circuitos curtos de comercialização, as práticas agrícolas utilizadas, a organização do trabalho, os volumes de produção e os tipos de produtos devem ser adaptados para responder às demandas dos consumidores” (DAROLT, et al, 2013, p.11). Neste caso, tem se considerado principalmente o mercado da venda direta, como ocorre nas feiras livres, nas entregas de sacolas e nas vendas através do turismo rural. Conforme os estudos de Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), os circuitos curtos de comercialização de produtos de base ecológica estão organizados de acordo com o Quadro 3:

QUADRO 3: Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos de base ecológica

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO		
Venda*	Tipo	Definição
VD	Venda na propriedade	Venda no local de produção de forma direta ao consumidor final sem intermediários.
VD	Cestas em domicílio	Cestas ou sacolas com uma grande diversidade de produtos ecológicos entregues com periodicidade diária, semanal ou mensal.
VD	Feiras do Produtor	A feira ecológica vende diretamente ao consumidor produtos somente do agricultor ou de sua rede de comercialização. A presença do produtor ou de um representante da família é uma exigência. Normalmente, não é permitida a presença de atravessadores.
VD	Beira de estrada	Barracas para venda direta ao longo de rodovias com movimento constante de turistas.

VI	Lojas especializadas	Empreendimentos particulares para venda de produtos orgânicos (certificados) / ecológicos.
VI	Lojas de cooperativas e/ou associações de produtores	Lojas que vendem produtos ecológicos (via certificação participativa, na maior parte) e produtos coloniais (produtos transformados, mas sem certificação) de uma região, trabalhando em rede na forma de pequenas cooperativas e/ou associações de produtores e consumidores locais.
VI	Feiras, salões, eventos	Eventos organizados por instituições públicas e privadas para divulgação de um determinado produto ou processo.
VI/VD	Lojas virtuais para venda de produtos ecológicos	É um site ou blog de internet que permite a comercialização de alimentos e produtos ecológicos, oferecendo a descrição dos itens, geralmente com fotos, diferentes formas de pagamento e condições de entrega rápida. A maioria das lojas virtuais é originária de estabelecimentos que também possuem um ponto de venda físico.
VI/VD	Restaurantes coletivos e convencionais	Restaurantes coletivos públicos ou empresas que incluem produtos ecológicos no cardápio.
VD/VI	Programas do governo	Trata-se de produtos ecológicos entregues para programas de governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que beneficiam alunos da rede pública de ensino e pessoas assistidas por entidades de assistência social.
Legenda: * VD = venda direta; VI = venda indireta (máximo de um intermediário)		

(Fonte: Reprodução a partir de DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Ao se contraporem aos circuitos longos da agricultura convencional que desconectam produção e consumo, nos circuitos curtos a origem dos alimentos e o trabalho daqueles que produzem são valorizados (GRISA; PORTO, 2015). Entre políticas do Estado que têm demonstrado novas configurações territoriais nesse sentido, estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio dos mercados institucionais, que além de estimularem a economia local, apresentam um esforço de redução das distâncias entre produção e consumo, como será observado mais adiante.

Nesse contexto, as diretrizes que incitam o privilégio dado à obtenção de produtos locais e aproximação entre agricultores e consumidores finais, estabelecem as condições de uma proximidade tanto geográfica quanto relacional que possibilita a existência de circuitos curtos de comercialização. Além disto, proporciona uma aproximação do campo com a cidade, aumentando a relação de confiança entre produtores e consumidores e

contribuindo para valorizar o trabalho dos agricultores perante aqueles que consomem os alimentos (NIEDERLE & ALMEIDA, 2013; SAMBUICHI *et al*, 2014).

2.2. Os mercados institucionais e a comercialização de produtos de base ecológica

O incentivo a agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pela Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aponta para um fortalecimento do papel da agricultura local na garantia da segurança alimentar com o encurtamento das cadeias de abastecimento e disponibilização de alimentos até então desvalorizados em mercados locais. O beneficiamento para a construção de mercados e a valorização dos produtos da agricultura familiar reflete, por sua vez, um reposicionamento do Estado frente a temas como segurança nutricional e abastecimento alimentar, produção e consumo sustentável e a criação de dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008; GRISA *et al*, 2011; RETIÈRE, 2014; SAMBUICHI *et al*, 2014).

Com o estabelecimento de novas relações com os territórios, os dois Programas têm gerado diferentes impactos em relação à multifuncionalidade da Agricultura Familiar, demonstrando resultados diversos no tocante a novos arranjos e planejamentos produtivos desta categoria, como organização social, garantia nutricional, serviços mercantis, dentre outros. No que concerne ao PAA, o Programa surgiu no centro das políticas atreladas à segurança alimentar, como resultado das mobilizações sociais e das demandas por maior acesso aos produtores familiares, às ações públicas de garantia de preço e renda e, ao alargamento do mercado para seus produtos.

Ao contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e de seguimentos mais destituídos da população como indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, atingidos por barragens, a política oferece alimentos produzidos em regime familiar pelas modalidades do Programa. O PAA contempla também entidades e programas sociais locais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, quartéis, presídios, escolas filantrópicas, bancos de alimentos, entre outros (CONAB, 2013).

O Programa busca, por um lado, garantir mercados locais para os agricultores familiares por intermédio de aquisições do governo, formando estoques de alimentos e, por outro, promover a distribuição para populações sob risco ou insegurança alimentar e nutricional, o que pode ocorrer tanto pela entrega direta por meio das organizações de agricultores como pelos programas do governo (MDS, 2014, p.39).

Ao ser executado e financiado em âmbito nacional pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, operado principalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as diretrizes do Programa são coordenadas pelo Grupo Gestor do PAA²⁹. As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem: 1) a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, 2) a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, 3) Aquisição de Sementes, 4) a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, 5) o Apoio à produção para o consumo do leite - PAA-Leite e 6) a Compra Institucional. As três primeiras são operacionalizadas pela CONAB e as demais são executadas pelos estados e municípios, por meio de termos de adesão estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (CONAB, 2013).

Após romper com importantes barreiras institucionais (como a Lei de Licitações), o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimento da categoria social (GRISA & SCHNEIDER, 2015, p. 39).

No caso do PNAE, a partir do ano de 2009, o total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que passa a ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou de suas organizações, igualmente como o PAA prioriza os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, dentre outros. O Programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, objetivando oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional (FNDE, 2014).

Além de atender a educação básica brasileira, o Governo Federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos estabelecendo um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares” (MALUF, 2009, p.1). Para a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, os

²⁹ O Grupo Gestor do PAA é composto e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como, por representantes do MDA, MAPA, MPOG, MF e MEC (CONAB, 2013). Este Grupo também define as medidas necessárias para sua operacionalização, à sistemática da aquisição de produtos, os preços praticados, as regiões prioritárias, bem como as condições de doação e de venda dos produtos.

municípios devem realizar as Chamadas Públicas de compras, dispensando-se o processo licitatório desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes do mercado local.

No Estado da Paraíba, o Programa de Aquisição de Alimentos está em execução desde 2004, com investimentos iniciais de R\$ 1.710.783,04 em aquisição de produtos da agricultura familiar com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social. No ano de 2014, 131 municípios participaram do Programa com um número de 2.553 agricultores fornecedores e 429 entidades beneficiárias no âmbito das 15 Regionais da EMATER-PB.

No ano de 2010, o PNAE passa a atuar no estado por meio das entidades (Secretaria de Estado da Educação - SEE e as secretarias municipais de Educação), recebendo o repasse do FNDE e se responsabilizando pela aquisição dos produtos. O trabalho de levantamento realizado pela EMATER Paraíba identificou mais de 120 produtos da agricultura familiar para compor o cardápio da alimentação escolar em todo estado (EMATER, 2012).

As compras de gêneros alimentícios devem ser feitas, sempre que possível, no mesmo município em que se localizam as escolas. Assim, na análise das propostas, deverão ser priorizadas como primeiro critério aquelas provenientes do município, ou seja, de produtores que tenham residência e produção no município. Apenas quando as Entidades Executoras³⁰ não obtiverem as quantidades necessárias de produtos oriundos de agricultores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de produtores do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade (FNDE, 2014).

Assim como o PAA, o PNAE representa uma importante conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis, articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar para a segurança alimentar dos alunos da rede pública, criando mecanismos de gestão para compra direta do agricultor familiar cadastrado. Recentemente, a Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013, do Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, determina que a modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA poderá fornecer alimentos, por meio de doação, para a rede pública e filantrópica de ensino. Cabe ressaltar a compra institucional da agricultura familiar³¹ no PNAE vem promovendo no ambiente

³⁰ As entidades executoras – Eex são as instituições da rede pública de ensino federal, estadual e municipal que recebem recursos diretamente do FNDE para a execução do PNAE como por exemplo as Secretarias estaduais de educação, Prefeituras e Escolas Federais (FNDE, 2014).

³¹ O processo de compra da agricultura familiar exige a presença da entidade articuladora, que representa os produtores junto às Entidades Executoras do PNAE, devendo está cadastrada no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural (SIBRATER) ou ser do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato dos

escolar a discussão de “formas alternativas e mais saudáveis de produção e consumo dos alimentos e da importância da agricultura familiar local para o desenvolvimento econômico e social associado à proteção ambiental” (FNDE, 2014, p. 5).

O MDA aponta que as principais oportunidades dos mercados institucionais para a agricultura familiar são a capacidade de fornecer alimentos diversificados e de qualidade, bem como, o processo de sensibilização crescente das Prefeituras para vislumbrá-los como instrumentos de desenvolvimento local. Ao se contraporem aos impérios alimentares globais, em termos de consumo, “esses programas incitam o consumo de alimentos locais e regionais, que prezam pela cultura alimentar, práticas de produção e relações sociais do lugar, que respeitam a sazonalidade dos produtos e que valorizam os atores nos territórios” (SCHMITT & GRISA, 2013, p. 250).

Outro aspecto que merece atenção aos dois Programas diz respeito ao estímulo dado à agroindustrialização, como estratégia para beneficiar os produtos e gerar renda para as organizações de agricultores familiares, permitindo a agregação de valor aos produtos. “O fortalecimento da produção familiar contribui para a permanência dos agricultores no campo, evitando o êxodo rural, principalmente dos jovens, que passam a encontrar melhores condições para o trabalho na agricultura” (SAMBUICHI *et al*, 2014, p. 92).

Para Sambuichi *et al*, (2014, p.100), “são políticas mais justas socialmente, pois, em lugar de comprar mil itens de um produtor e/ou fornecedor, compra-se de mil produtores e tem-se o potencial de recriar mercados locais e estimular a produção”. De acordo com a análise de Grisa (2009, p. 5), os mercados institucionais (PAA e PNAE) são caracterizados por apresentar uma configuração própria que remete a:

uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas.

Ademais, no caso destes dois Programas, os mercados institucionais têm possibilitado o acesso a alimentos mais saudáveis à população no intuito de promover a segurança alimentar e nutricional, definindo a obrigatoriedade de 30% dos recursos destes para a compra e gêneros alimentícios, privilegiando sempre que possível à aquisição de produtos orgânicos e/ou de base agroecológica. Com tal favorecimento a estes produtos,

tanto o PAA quanto o PNAE, vêm proporcionando a ampliação de renda e fortalecendo o enfoque agroecológico, atraindo um número significativo de agricultores familiares de base ecológica (BRASIL, 2013; DAROLT, 2013; NIEDERLE & ALMEIDA, 2013).

Ao apresentarem alta relevância para as economias familiares, conseguem abrir um mercado com certo potencial para comercialização dos seus produtos, além de estimular as relações diretas entre as organizações dos produtores e os consumidores (AS-PTA, 2009, p. 74). Vale ressaltar que ao articularem atualmente uma demanda diversificada de alimentos orgânicos e/ou de base agroecológica, os Programas passam a incitar a diversificação produtiva, confluindo com os princípios da agroecologia e da promoção da autonomia camponesa e familiar que difere da monocultura preconizada com a modernização da agricultura (PLOEG, 2006, 2008).

Essas escolhas têm grande coerência e aderência às iniciativas voltadas à promoção da alimentação saudável. Esse direcionamento pode ser muito interessante para o Estado, que estará contribuindo para o desenvolvimento da oferta de produtos com esses valores associados. Apoiar a organização dessas cadeias produtivas, estabelecer circuitos de compras sustentáveis vai certamente contribuir também para melhor estruturação dos mercados privados e para que o país capture para seus produtores essa demanda crescente por produtos sustentáveis (MDS, 2013, p. 25).

Ademais, estes Programas apontam para a valorização de circuitos curtos de produção e consumo, promoção de sistemas diversificados e sustentáveis de produção, e fortalecimento de estratégias mais autônomas de reprodução social das unidades familiares de produção. Os alimentos produzidos, segundo o modelo da agricultura orgânica e da agroecologia, nestes mercados institucionais, promovem e valorizam a biodiversidade dos alimentos, incentivam hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional, promovendo novos atributos de qualidade de produtos da agricultura familiar e vislumbrando temas como “justiça social, equidades, artesanidade, cultura, tradição, etc.” (GRISA & SCHNEIDER, 2015, p.39).

Mesmo quando os agricultores não chegam a alcançar o reconhecimento da qualidade orgânica ou agroecológica de seus produtos, a garantia de comercialização oferecida por estes Programas e a existência de uma oferta diversificada, que se estrutura localmente – desenhada, em muitos casos, em diálogo com as organizações dos agricultores – contribuem para ampliar as margens de manobra dos agricultores e extrativistas na diversificação de seus sistemas produtivos e de suas atividades, ampliando as possibilidades de aplicação de princípios e práticas agroecológicas no manejo dos agroecossistemas (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 247).

Vale ressaltar que um ponto significativo na relação do PAA com a agroecologia tem se desenvolvido pela modificação substancial da Lei de Sementes, onde os recorrentes avanços do Programa acumularam uma forte experiência no resgate da cultura alimentar regional, conservação e uso da agrobiodiversidade e a disseminação de sementes crioulas (MDS, 2013). Com a aquisição e doação de sementes locais, tradicionais/crioulas e comerciais produzidas por agricultores familiares, “esse mecanismo resgata a biodiversidade, estimula a produção, o intercâmbio e a comercialização dessas sementes mais adaptadas às condições locais, e promove a autonomia da agricultura camponesa e familiar” (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 249).

É digno de nota que foram as operações com sementes as que apresentaram o maior incremento percentual entre todos os tipos de produtos adquiridos pelo PAA nas modalidades operadas pela CONAB. Tal fato oferece indícios de que: i) as sementes crioulas têm enorme relevância para a agricultura familiar; ii) os agricultores, tendo à sua disposição alternativas, optam por prescindir das sementes comerciais; e iii) existe espaço para o estabelecimento de uma política pública específica para a valorização das sementes crioulas, tradicionais e locais (MDS, 2013, p.147).

Outro aspecto que se verifica nos mercados institucionais para a agroecologia é o aumento crescente da demanda por material genético adequado a sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica. Como exemplo, pode-se citar que até agosto de 2012, somente no PAA, foram adquiridas 9,9 mil toneladas de sementes crioulas, tradicionais ou locais, num valor superior a R\$ 37 milhões, por meio de uma das modalidades operadas pela Conab, caracterizando as sementes como o produto que teve maior incremento percentual dentre os 370 produtos adquiridos pelo Programa (BRASIL, 2013)

Ao representarem dois mercados governamentais que podem ser acessados diretamente por agricultores/as familiares, os Programas impulsionam a estruturação de cooperativas e associações de apoio a estarem legalizadas, para que tenham a condição de negociar e de auferir ganhos. Nesse sentido, a interação entre organizações cooperativas de diferentes setores cumpre um papel importante no acesso aos mercados, onde essa estruturação é estabelecida na medida em que agricultores e agricultoras tecem inovações organizacionais para garantir a viabilidade do negócio.

Além da existência do Mercado Institucional que favorece o desenvolvimento de um mercado específico, observa-se também o fortalecimento dos circuitos curtos de produção, conectando o produtor, que se apropria de forma mais plena do valor agregado no processo produtivo, com o consumidor final (comunidade escolar), a quem se garante alimentação de melhor qualidade com conhecimento e procedência (MDS, 2013, p.111).

“Esses dispositivos impactam diretamente as práticas, os processos e as formas de organização, redefinindo, desse modo, as próprias estratégias de desenvolvimento local e territorial” (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 26). Acerca disto, Retière (2014, p.35) argumenta que:

Estas políticas contribuem para debater da questão da acessibilidade dos circuitos curtos para populações vulneráveis, procurando dar acesso a populações de baixa renda a uma alimentação mais saudável, de boa qualidade, subsidiando a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar local por escolas da rede pública e instituições socioassistenciais.

“Desse modo, reconhecem-se os mercados institucionais como circuitos de venda direta em que a qualidade do produto é assegurada pela confiança produzida na recorrência das relações entre os agricultores familiares e consumidores beneficiários” (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 49). Ao conservar a maior parte do valor agregado, os circuitos curtos de comercialização são vistos como uma maneira de escoar os produtos agroecológicos sem a subordinação das exigências da padronização dos mercados convencionais. Além de operarem na conservação da agroecologia, constroem canais de comercialização em contraposição a desconexão entre agricultores e consumidores. Desse modo,

[...] nos circuitos curtos de comercialização, a origem rural e pessoal (e não industrial e “impessoal”) do alimento é valorizada, a cultura produtiva e alimentar é resgatada, valorizando a identidade e o trabalho daqueles que produzem e transformam os alimentos, provocando ressignificações do e no rural próximo. É a ruralidade da agricultura familiar que “toma corpo” e se anima (GRISA; PORTO, 2015, P.165).

Nesse sentido, os mercados institucionais se destacam por seu potencial em alavancar um processo massivo de realocação dos circuitos alimentares em favor da produção local e dos estabelecimentos familiares (DAROLT, 2013, RÈTIÈRE, 2014). O arcabouço jurídico e os instrumentos operacionais estabelecidos pelo Estado brasileiro voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como da alimentação escolar representaram grandes avanços institucionais para a ampliação e a consolidação da produção de base ecológica, seja de origem agroecológica e/ou orgânica. Segundo Niederle (2004, p. 51) podem ser compreendidos, “considerando o governo como um ator central da rede e a origem social do produto (agricultura familiar) como valor distintivo fundamental”.

Isso se verifica não somente no plano da produção de alimentos, mas na própria filosofia que orienta os mercados institucionais, cuja premissa básica é construir socialmente mercados, baseando-se em valores como a proximidade, a confiança e a

autorregulação (BECKER et al, 2013). Apesar de representar escalas menores em termos de volumes comercializados e de consumidores atingidos, os mercados institucionais não deixam de ser interessantes para o fortalecimento de sistemas agroalimentares locais/alternativos compostos por grupos ligados a produção e comercialização sob as bases da agroecologia.

Ao passo que são capazes de envolver articulações entre autoridades locais, gestores públicos e organizações da sociedade civil beneficiárias dos Programas, os mercados institucionais cumprem um papel fundamental no processo de organização dos produtores familiares, visando agregação de valor aos produtos e acesso ao mercado. Ademais, o incentivo dado para que os agricultores se organizem socialmente, construam novos mercados (a exemplo da venda de produtos orgânicos e ou agroecológicos) no intuito de ampliar renda, em circuitos de comercialização e consumo diferenciados do mercado de produtos agrícolas convencionais, como será apresentado no próximo tópico.

2.2.1 O PAA e o PNAE: mercados para agricultores de base ecológica na Microrregião de Campina Grande–PB

Os mercados institucionais têm provocado alterações na autoestima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção para comercialização. Nestes termos, tanto o PAA quanto o PNAE estimulam as estruturas públicas de alimentação coletiva a se abastecerem com produtos locais, explicitando a preferência que dada à agricultura familiar. Além de construir novas alternativas para os desequilíbrios da busca e oferta de alimentos com o acesso destes a um amplo seguimento da população, estimulam a ampliação da diversidade de alimentos disponíveis em inúmeras comunidades.

Ao oportunizar o distanciamento dos mercados convencionais pela interação entre atores de diversas escalas (Estado, sociedade civil e mercado) “cada uma dessas esferas e escalas tem sua própria lógica e influencia de modo particular a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais” (GRISA, et al, 2011, p. 38). Ademais, representam importantes canais de comercialização, geração de renda e incentivo ao cooperativismo e associativismo no contexto da inclusão produtiva de alimentos ecológicos.

Na Microrregião de Campina Grande, o acesso aos mercados institucionais tem possibilitado que agricultores de base ecológica passem a atuar em circuitos de venda direta como as feiras agroecológicas. Os programas incentivam os agricultores para estarem mais organizados socialmente e buscarem a qualificação de seus produtos para que

consigam uma alternativa de obtenção de retornos financeiros. Nestes termos, com um número ainda pequeno de agricultores ecológicos, a inserção nestes programas tem feito com que a participação em feiras livres seja uma alternativa para vender os alimentos diretamente aos consumidores.

Segundo um estudo realizado sobre feira do produtor no Rio Grande do Sul, o Programa de Aquisição de Alimentos apresenta a inserção de agricultores em novos mercados como uma estratégia para a obtenção de maior autonomia econômica. De acordo com Pandolfo (2008), após iniciarem no PAA, os feirantes notaram um aumento na procura de suas barracas na feira, já que, ao comercializar seus produtos neste mercado, estes se tornaram mais conhecidos e demandados pelos consumidores atendidos pelas modalidades do Programa e instituições que passaram a receber cestas.

Assim, para a garantia de escoamento da produção para um determinado tempo, um dos elementos que caracteriza as operações de comercialização encontra-se previsto por contratos firmados entre os agricultores e as instituições que permitem o andamento dos projetos. Os contratos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) duram aproximadamente um ano, já no caso da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a duração varia em função das prefeituras que pode escolher realizar chamadas públicas a cada ano, ou várias vezes ao ano.

No caso do PAA, as cidades que compõem a Microrregião de Campina Grande operam pela modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea³², onde é realizada a aquisição de produtos (aves, suíno, caprino, bovino, leguminosas) dos agricultores para abastecer equipamentos públicos. Em sua maioria, os alimentos são entregues à CONAB, que por sua vez, destina a equipamentos públicos como o Programa Mesa Brasil do SESC, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, dentre outros. Esse arranjo vem permitindo que alguns agricultores/feirantes comercializem produtos orgânicos e/ou de base agroecológica, ficando a cargo do próprio SESC a distribuição dos produtos. Na fala de um agente institucional da ONG AS-PTA que trabalha no núcleo de acesso aos mercados:

Um dos objetivos das feiras foi livrar a figura do atravessador, que na verdade ganhavam o lucro deles todos né e isso a gente conseguiu livrar. Mas não mudamos isso 100%, por que mesmo com o PAA e a venda nas feiras, tem caso de famílias que conseguem produzir a mais, então eles são obrigados a vender para atravessadores para não perder a produção [...] a partir do PAA existe uma

³² Esta modalidade divide-se em: Compra Direta Local da Agricultura Familiar e a Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea, que são operacionalizadas respectivamente, pelo Governo Estadual e Municipal e, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

parceria entre a Associação EcoBorborema e o Programa Mesa Brasil do SESC de Campina Grande, então além dessas famílias estarem comercializando nas feiras agroecológicas tem o acréscimo de 30% que agrega valor aos produtos. A Associação faz o levantamento de produção com todas as famílias agricultoras e a partir desse acompanhamento cada um sabe o que vai produzir durante a vigência do programa. Na hora da entrega elas levam semanalmente seus produtos para entregar lá mesmo no Museu do Algodão, onde é feita a pesagem, seleção e o caminhão do SESC leva para as instituições cadastradas (Entrevista 20 - D. F. P., Assessor técnico da AS-PTA e dirigente da Associação EcoBorborema).

No que concerne ao PNAE, todos os municípios da Microrregião são atendidos, ficando a cargo das respectivas secretarias lançarem os editais, com exceção de Campina Grande, onde cada escola lança seu próprio edital para o escritório local da EMATER, que por sua vez encaminha para as unidades operativas dos agricultores do município de Lagoa Seca. Desde 2014 alguns agricultores de base ecológica também tem acesso ao PNAE, onde a administração de projetos de ONGs, associações e da própria EMATER auxilia os agricultores/feirantes organizando um cronograma de produção de acordo com a chamada pública realizada pelas prefeituras, onde são definidos os produtos, as quantidades e os preços que serão pagos para cada item alimentício, e que são calculados por meio da cotação de preços validada pela CONAB.

Para o acesso dos agricultores ao Programa, as entidades responsáveis realizam um levantamento de produção com as famílias, direcionando o quê e como cada agricultor vai produzir durante o período estipulado pelas normas que orientam os programas. Na Microrregião de Campina Grande, o acesso de grande parte dos agricultores de base ecológica aos mercados institucionais tem se tornado mais fácil devido tanto pela participação em feiras quanto pelos agentes técnicos responsáveis em mediar estas políticas.

Segundo os agricultores/feirantes entrevistados, os agentes responsáveis por mediar estas políticas são habilitados e coerentes ao repassar as informações necessárias para que o agricultor tenha acesso tanto ao PAA quanto ao PNAE por meio de recorrentes capacitações, cursos, reuniões anuais para avaliação das políticas e o acompanhamento nas unidades de produção. Com uma ação direcionada ao combate a presença de atravessadores e a obtenção de maiores retornos financeiros para os agricultores/feirantes, a edificação de um mercado alternativo ao convencional (feiras do produtor, agroecológicas) conta com a participação de uma rede de instituições responsáveis por sua construção semanal.

Conforme Niederle (2014, p.182), particularmente em mercados para produtos de base ecológica se encontram “uma pluralidade de redes sociais no interior das quais valores ambientais, sociais, econômicos e técnicos sobrepõem-se de maneiras complexas e contraditórias, originando lógicas híbridas de produção e consumo”. Nesse âmbito, outro elemento a ser ressaltado é o papel desempenhado pelas redes de organizações sociais que são criadas e/ou fortalecidas no processo de construção dos mercados institucionais. Ao estarem envolvidos neste mercado, estas redes compartilham valores e relações de confiança que

são responsáveis por estabelecer princípios de cooperação e qualidade, tomada de consciência, relação equitativa entre homens e mulheres e o processo de intercâmbio do comércio justo com instituições e entidades, entre as quais estão às organizações de produtores, consumidores, agências de certificação, centrais de compras ou importadores do comércio justo, lojas de comércio justo, distribuidoras e postos de venda (OLIVEIRA; MELO, 2003, p.54).

De acordo com os agricultores/feirantes entrevistados, o fato de serem participantes das feiras vem fortalecendo a venda nos mercados institucionais. Além de assessorar o planejamento, elaborar os projetos de venda para os Programas e acompanhar os agricultores nas propriedades, o conjunto de atores – agentes do escritório local da EMATER, assessores da Associação EcoBorborema, técnicos de ATES da COONAP - nesta rede de produção e comercialização, media as ações do governo federal tais como, o acesso ao crédito (emissão de DAPs), assistência técnica, mantendo ainda, contatos frequentes com os poderes públicos locais e as prefeituras dos municípios da Microrregião para a organização destes espaços de comercialização.

“A inter-relação entre os agricultores e distintos mediadores sociais é constituída por uma série de vínculos sociais e de fluxos de conhecimento em torno da produção” (MEDEIROS; CAZELLA, 2014, p.9). Nessas redes de produção e comercialização da Microrregião de Campina Grande, configuram-se não somente os aspectos relacionados ao mercado, mas também dimensões sociais e políticas para os quais o conjunto de atores envolvidos ocupa papel de destaque ao performatizar também as práticas dos agricultores. Como via de mão dupla, além de auxiliar os agricultores/feirantes a produzirem, moldam possibilidades de ação para a venda dos produtos nesses mercados.

Na rede de comercialização de produtos “alternativos” da Microrregião de Campina Grande, o acesso aos mercados institucionais por parte dos agricultores/feirantes mais antigos é mais fácil, todavia, para agricultores iniciantes que querem comercializar nos Programas o incentivo é mais difícil devido principalmente pela falta de DAPs (Declaração

de Aptidão do PRONAF). No caso dos agricultores/feirantes entrevistados que participam dos PAA e PNAE, entre os problemas apontados encontram-se os atrasos na liberação de recursos que desestimulam o agricultor a voltar a acessar os Programas, as recorrentes burocracias de origem operacional como o enquadramento dos agricultores com a documentação exigida, maquinários, normas sanitárias, etc.

Os estudos realizados por Grisa et al (2011), Schmitt, Guimarães (2008), assinalam que apesar das possibilidades de mercado para os agricultores, a operacionalidade local dos mercados institucionais encontra uma série de desafios. No caso do PAA, os limites apresentados figuram entre a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; assistência técnica inadequada e problemas na obtenção da DAP. Já no tocante ao PNAE, a burocratização das vias de acesso encontra-se pela Lei de Licitações³³, que além de possibilitar uma concorrência desleal entre agricultores e cooperativas, restringe a entrada de muitos agricultores ao mercado da alimentação escolar.

Segundo relatos dos agentes da EMATER responsáveis pelo PAA e PNAE na Microrregião de Campina Grande, as dificuldades encontradas para a execução da compra de alimentos dos agricultores de base ecológica para os programas não se diferenciam dos desafios postos para os agricultores convencionais. Neste contexto, destacam-se a baixa oferta de produtos, os trâmites burocráticos que distanciam o acesso dos Programas ao agricultor, a falta de organização e “interesse” de alguns agricultores locais, e em alguns casos, a limitação financeira destes. Vale dizer que as variações nos preços dos produtos e a quantidade exigida também têm provocado inúmeras discontinuidades para que os agricultores continuem operando pelo PAA, já que muitos destes que se encontram num período de estiagem e se sentem temerosos com relação ao endividamento.

Para Silva; Amorim Junior (2013), outro desafio a ser vencido para o bom desempenho da agricultura de base ecológica nos Programas é a incorporação de capacidades gerenciais referentes ao planejamento e organização da produção, aspectos relacionados a uma gestão eficiente e estratégica, bem como mobilização dos diferentes agentes aos ditames deste novo mercado. Nesse sentido, apesar da existência desta rede de cooperação local entre as instituições ligadas à agricultura familiar de base ecológica na

³³ A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993) restringe a participação da maioria dos agricultores familiares no mercado institucional, dada a concorrência com segmentos empresariais, geralmente organizados a partir de escalas de produção superiores e custos de produção menores (TRICHES & GRISA, 2015, p. 16).

Microrregião de Campina Grande, há obstáculos a serem enfrentados no sentido de mais organização com o objetivo de atender à demanda por este tipo de produto.

Existem também fragilidades organizativas e de gestão a serem superadas pelas redes e organizações envolvidas localmente na construção do trabalho, tais como melhor acompanhamento das entregas, qualificação das formas de acesso dos beneficiários aos alimentos e fortalecimento de sua atuação em outros circuitos de comercialização de forma a minimizar a dependência em relação ao mercado institucional (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008, p. 7).

Conforme os agentes da EMATER entrevistados, um dos principais problemas que os agricultores familiares enfrentam na venda para o PNAE na Microrregião de Campina Grande, tem se enraizado na existência de algumas cooperativas (munidas de DAPs jurídicas e/ou 70% de DAPs físicas) que absorvem todo o edital de determinadas instituições de ensino ao atenderem todos os requisitos de produtos. Tal processo tem desconsiderado a produção de muitos agricultores convencionais ou ecológicos participantes do Programa na oferta de alimentos para as escolas dos municípios da Microrregião. Na fala de uma agente da EMATER no município de Campina Grande:

[...]como não depende só da EMATER, algumas pessoas utilizam as DAPs jurídicas e até as DAPs individuais, por que pra formar a DAP jurídica tem que existir 70% de agricultores familiares, e eles estão fazendo uma concorrência desleal. Ai tem determinadas entidades que se utilizam disso e vendem outros produtos sem o conhecimento da instituição. No caso do PNAE existe a conveniência e a convivência dos diretores das escolas com cooperativas que assumem os editais (Entrevista 27 - V. A. P. V., assessora em cooperativismo da EMATER).

Assim como preconiza os princípios dos circuitos curtos de comercialização, o acesso aos mercados institucionais, também na Microrregião de Campina Grande tem apoiado a construção de um mercado alternativo, que aproxima produtores e consumidores de alimentos locais que difere das longas cadeias de distribuição de alimentos. Além do atendimento aos programas do governo (PAA e PNAE), a abertura para mercados da agricultura familiar (convencional ou ecológica) aponta para uma rede de proximidade que envolve um conjunto de estratégias baseadas em pequenos varejos ou em feiras do produtor (agroecológicas) como forma de circuitos curtos de comercialização, como será visto no próximo tópico.

2.3 Os circuitos curtos de comercialização e as feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande – PB

Sendo a comercialização de produtos da agricultura familiar classificada como um dos maiores empecilhos à melhoria da renda, a proposta de vender em circuitos curtos visa fortalecer as potencialidades da agricultura local. São inúmeras as limitações para se comercializar em pequena escala produtos corriqueiros de suas propriedades, sem atravessadores. Logo, a venda em circuitos curtos explora os mercados de proximidade cultural e/ou geográfica, cujos consumidores locais passam a ser clientes potenciais da venda direta, onde o produtor utiliza as suas próprias relações sociais para apurar melhor a percepção da procura.

A venda através dos circuitos curtos busca melhorar os preços de venda e, portanto, as receitas das explorações, permitindo realizar localmente o trabalho de venda sem a presença de muitos intermediários, concorrendo assim para a manutenção dos empregos no território. Faz também com que o protagonismo e autonomia de produtores e consumidores estejam no centro das relações econômicas, sociais e ambientais. No caso dos circuitos curtos, o agricultor para além da intervenção direta na produção, também interfere frequentemente na transformação e comercialização dos produtos, cuja origem dos produtos, geralmente é identificada por quesitos de rastreabilidade e sazonalidade num contexto de informação sobre os modos de produção, proveniência e qualidade (BAVA, 2012; DAROLT, 2012; RÉTIERE, 2014).

O fluxo de comunicação periódico gerado entre produtores e consumidores permite criar relacionamentos baseados na confiança mútua e diferenciação de outros produtos locais. São muitas as possibilidades para a agricultura ecológica como venda de porta em porta, direto ao consumidor, pequenas agroindústrias familiares, hortas comunitárias, cooperativas de consumo, redes informais de troca e comercialização de produtos entre vizinhos, abastecimento de pequenos entrepostos e restaurantes em nível local, distribuição de produtos da agricultura familiar para as escolas e programas sociais por meio de mercados institucionais e da comercialização de produtos ecológicos nas feiras do produtor (SCHMITT, 2011).

As cooperativas de consumo, pequenas redes familiares de varejo local, compõem espaços nos quais se amplia a capacidade de negociação dos grupos de produtores/as e agricultores/as e podem constituir partes importantes de circuitos locais de comercialização (MDA, 2013, p. 39).

Conforme um estudo realizado sobre a existência de circuitos curtos de comercialização no Brasil e na França, esses novos tipos de mercados convergem para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, conferindo um maior peso e participação de consumidores e produtores. Por sua vez, estes novos mercados favorecem o aprendizado de novas práticas democráticas que se tornam fontes de empoderamento dos agricultores e formação de consumidores politizados (DAROLT, *et al*, 2013).

O fenômeno da aproximação entre produtores e consumidores engajados nas distintas formas de abastecimento, contraria a tese da modernização agrícola expressa no produtivismo, e sinalizam sair do anonimato. Ressignificam as relações entre campo e cidade e possuem a natureza de atenuar os conflitos de uso entre a agricultura profissional e as várias demandas urbanas em ascensão (GONÇALVES & CORDEIRO, 2010, p. 4).

O circuito mais curto é o da “entrega direta ao consumidor”, em que o próprio produtor vende o seu produto, transformado ou não, ao consumidor final. Conforme Darolt (2013) *apud* Guivant (2003), as feiras de produtores e as lojas de produtos naturais ainda tem um papel secundário, mas passam a coexistir com novas estratégias de comercialização em circuitos curtos ou locais, como cestas entregues a domicílio, mercados especializados e compras pela internet. De acordo com o documento do MDA tem se proliferado os pontos de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica em todo o país, “com uma forte característica a utilização de feiras como viabilizadoras da comercialização com preços mais justos e por estabelecerem laços diretos entre produtores e consumidores” (BRASIL, 2013, p.21). Conforme Godoy & Anjos (2007), no Brasil, pode-se dizer que a principal forma de circuito curto é a feira livre, cumprindo uma importante e tradicional modalidade de comércio varejista, dispersas no espaço e no tempo, cada qual com sua relevância peculiar. Ao diminuir a existência de comerciantes intermediários, as feiras podem ser consideradas como um local de promoção dos produtos, viabilizando e potencializando as vendas em outros mercados.

Na Microrregião de Campina Grande a existência de feiras livres alternativas (agroecológicas, feiras do agricultor familiar) representa para agricultores/feirantes a retirada de intermediários “atravessadores”, o que traz incentivo para os agricultores atuantes possam obter boas margens de lucro em detrimento do que estão produzindo (GOMES; MATIAS, 2015). Conforme os agricultores/feirantes entrevistados, nestas feiras, a presença dos agricultores ou de algum parente no local de venda é exigida, devendo ser vendidos somente alimentos produzidos em regime familiar.

Os participantes das feiras agroecológicas estudadas (Feiras do Produtor organizadas pela EMATER, Feiras Agroecológicas do Polo Sindical da Borborema, Feira da Reforma Agrária organizada pela COONAP) são geralmente agricultores de pequeno porte provenientes de localidades rurais dos municípios que compõem a Microrregião (Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas, Serra Redonda). Ao terem renda originada da atividade econômica que desenvolvem em suas propriedades, estes agricultores/feirantes são agricultores familiares que sobrevivem da exploração agropecuária através do plantio de hortifrutigranjeiros e da criação de bovinos, suínos e pequenos animais (SOUZA, 2009).

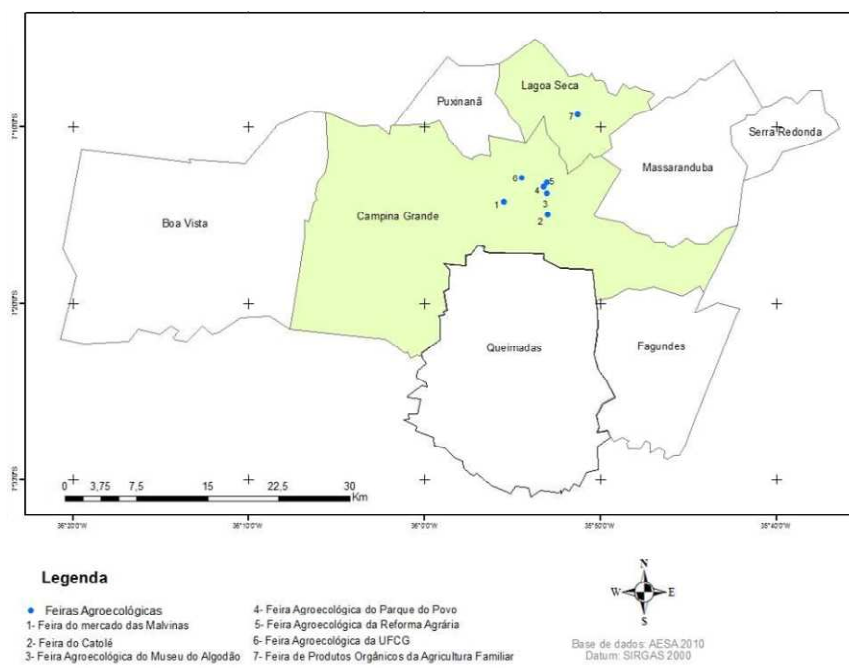
Na Microrregião de Campina Grande, as unidades de produção familiar agroecológica são espaços produtivos menores do que 4 hectares constituídos por uma policultura e por uma pequena pecuária, onde normalmente toda família trabalha, sejam na produção, no beneficiamento ou na comercialização (RAMALHO, *et al*, 2010). Os agricultores atuantes nas feiras agroecológicas se caracterizam por usar mão de obra familiar, dispendo de capital de exploração de baixa intensidade e de tecnologias mais adaptadas à realidade local.

Ademais, o contexto edafoclimático ao qual a Microrregião está inserida (e que veremos no próximo capítulo) e políticas públicas de convivência com a região semiárida operadas localmente, propiciam que os agricultores/feirantes produzam alimentos que são comercializados nos centros urbanos dos municípios pertencentes a todo o Território da Borborema. Na perspectiva dos circuitos curtos busca-se que a produção e o consumo, sempre que possível, se deem na mesma localidade, beneficiando os pequenos municípios ou regiões. Não se trata apenas de encurtamento de distâncias, mas de estruturar uma economia de associações e/ou cooperativas de agricultores familiares, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem pouco capital e utilizem baixa tecnologia (BAVA, 2012).

Apesar de não apresentar um formato completamente estruturado nos modelos conceituais dos circuitos curtos de comercialização, na Microrregião de Campina Grande existem sete feiras alternativas (agroecológicas, feiras do produtor), que se instituem em dias variados da semana no período da manhã (4h00 às 9h00) nos municípios de Campina Grande e Lagoa Seca, acontecendo às quartas-feiras no Museu do Algodão no bairro da Estação Velha, e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); às quintas-feiras na Praça Clementino Procópio no Centro de Campina Grande, às sextas-feiras no bairro do

Catolé e no Parque do Povo e aos sábados no bairro das Malvinas, bem como, no mercado central do município de Lagoa Seca (Mapa 1).

MAPA 1 - Distribuição espacial das feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande



(Fonte: Elaboração própria do autor)

Com produtos provenientes das explorações locais, estas feiras tem dado também mais visibilidade à produção em regime familiar (agroecológica, orgânica, convencional) apresentando para a sociedade local um novo modelo de consumo por meio da disseminação dos males ocasionados pelos utilização de agrotóxicos. No caso das feiras que vendem somente produtos agroecológicos (Mercado Central de Lagoa Seca, Feira da Estação Velha e Feira do Catolé em Campina Grande), estas contam com um número total de 22 agricultores/feirantes ativos participantes do Pólo Sindical da Borborema³⁴.

Ao serem auxiliados pela a AS-PTA na construção deste mercado, os agricultores do Pólo Sindical foram sensibilizados por práticas agroecológicas, passando a escoar seus produtos independentemente da CEASA de Campina Grande em feiras alternativas. Para

³⁴ Trata-se de uma entidade representativa formada por 16 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs) e aproximadamente cento e cinquenta associações comunitárias em toda a região do Agreste Paraibano.

muitos, o motivo de estarem associados significa a busca por autonomia econômica e social e a preocupação com a questão ambiental pela adoção de práticas de produção agroecológica. Ao se articularem em cadeias produtivas, esses agricultores/feirantes praticam a diversificação de cultivos (policultura), não introduzindo insumos externos às propriedades com práticas de incremento a manutenção e fertilidade do solo e organizam-se conjuntamente para a venda direta aos consumidores.

Os circuitos curtos de comercialização favorecem a inserção dos pequenos produtores no mercado, sendo por isso uma excelente resposta ao escoamento dos produtos provenientes da agricultura familiar, permitindo vender diretamente aos consumidores produtos sazonais, frescos e saudáveis, produzidos de forma sustentável (ADREPES, 2014, p. 2).

Além da oferta e demanda por alimentos mais saudáveis, agricultores/feirantes e consumidores compartilham valores esquecidos e criam laços de amizade. Para os agricultores feirantes entrevistados dessas feiras agroecológicas, a procura por este tipo de alimento apresenta-se em um processo de expansão. Além de proporcionar o valor agregado à mercadoria, a preocupação com a saúde dos consumidores é bem visualizada no momento da venda e o fluxo de comunicação entre produtores e consumidores permite criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais dos restantes.

Nas feiras do Produtor que acontecem no Parque do Povo, UFCG e Mercado das Malvinas em Campina Grande, a tentativa de afastar atravessadores por parte do escritório local da EMATER vem possibilitando que um número de 79 agricultores/feirantes obtenham maior retorno financeiro pela venda direta. Nestas feiras, agricultores/feirantes de todos os municípios da Microrregião semanalmente se encontram para a venda de alimentos mistos, entre eles, orgânicos. De acordo com os agricultores/feirantes entrevistados, a alternativa de inclusão no mercado, bem como a exigência dos consumidores por produtos “limpos”, fez com que as feiras que até então eram somente para limar a figura do intermediário, no decorrer dos anos passassem a comercializar também alimentos orgânicos.

Na Feira Agroecológica da Reforma Agrária que acontece na Praça Clementino Procópio no centro de Campina Grande, a presença de atravessadores também não é permitida, fazendo com que agricultores/feirantes comercializem diretamente produtos sem agrotóxicos e adubos químicos, trazidos de assentamentos da reforma agrária da região da Borborema. Ao prestar serviços para o INCRA, a COONAP é quem faz o acompanhamento nos assentamentos para que todos os comerciantes produzam de maneira totalmente orgânica, que tenham formação em agroecologia, e que não vendam seus

produtos para atravessadores. Conforme assinalam os agricultores/feirantes entrevistados, a atuação semanal na feira é o seu único meio de comercialização, sendo a fonte de renda da semana que permite que estes possam comprar alimentos que não estão produzindo em suas propriedades.

De acordo com Darolt (2013), as propriedades que operam em circuitos curtos são mais diversificadas, trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais e de origem animal que se desenvolvem em pequenas áreas produtivas, utilizam a mão de obra familiar num contexto produtivo em menor escala que preza pela qualidade dos alimentos respeitando à cultura e tradição locais, assim como a reconexão entre produtores e consumidores. Acerca disto, a abordagem em torno dos canais curtos de comercialização não necessariamente se limita a uma visão em torno da proximidade geográfico-espacial entre produtores e consumidores, mas pela proximidade organizativa em encurtar estes canais, tanto pela transparência de informações, quanto pela credibilidade nos processos e da partilha de valores em torno de questões éticas, ambientais, culturais e de qualidade dos alimentos (PEREZ-CASSARINO, 2012).

É comum os circuitos de feiras possuírem suas datas fixadas na semana ou no mês, de modo que quem compra e quem vende se encontra ao longo do tempo. Isso possibilita que os relacionamentos entre produtores e consumidores sejam recorrentes, propiciando o estabelecimento de regras sobre o que se desenrola na feira, e, também, o compartilhamento de representações sociais, significados simbólicos, características culturais, costumes e tradições (COMUNELLO, 2010, p.4).

Nas sete feiras agroecológicas analisadas, são visíveis relações de proximidade que revelam interesses em comum entre consumidores e agricultores/feirantes durante o processo de venda direta que acontece semanalmente. Nas três feiras do Produtor, um aspecto fundamental tem se desenvolvido pelo estabelecimento de novas relações de mercado com a fidelização de clientes. No decorrer dos anos, o espaço da feira além de aproximar agricultores/feirantes criou um intercâmbio de conhecimentos e confiabilidade sobre a certificação dos produtos que no decorrer dos anos passou a fidelizar clientes que residem nas proximidades dos espaços de comercialização.

De acordo com os agricultores/feirantes entrevistados atuantes na Feira Agroecológica da Estação Velha, o motivo pelo qual os consumidores ainda preferam comprar na feira em detrimento do supermercado se desenvolve pelo relacionamento direto entre consumidor e agricultor que cria vínculos de diversas intensidades, bem como, a consciência dos benefícios que o consumo dos produtos ecológicos trazem para a saúde do consumidor. É o que Perez-Cassarino chama de Circuitos de Proximidade, onde a

construção de espaços e relações de mercado prioriza a proximidade espacial, que por sua vez, possibilita a informação interpessoal, gerando sociabilidades e relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores envolvidos. Segundo este autor, esta proximidade surge

não somente pela perspectiva da comercialização local, mas que se preocupa também com as distâncias percorridas pelos produtos até chegarem aos consumidores. Propõe-se a partir da ideia de canais curtos, a máxima redução de deslocamentos entre produção e consumo, a fim de reduzir gastos energéticos e fortalecer a sustentabilidade dos processos, simbolizadas pelo 'comer localmente' (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 431).

Segundo Martinez (2006, p. 109), os motivos que levam os consumidores a procurar alimentos em feiras agroecológicas são “por ordem, a qualidade (produto fresco e sem veneno), o preço (mais barato), e a oportunidade da conversa, do ‘bate-papo’, da solidariedade”. No que concerne à qualidade dos alimentos vendidos nestes tipos de circuitos curtos, as normas de comercialização e qualificação do alimento provêm das relações de reciprocidade e confiança entre os agricultores e consumidores, fruto da recorrência das relações sociais e dos valores morais compartilhados nesses novos mercados (GODOY; ANJOS, 2007).

No caso das feiras agroecológicas da Estação Velha, do bairro do Catolé e no município de Lagoa Seca, além dos vínculos que surgem entre agricultores/feirantes e consumidores, para a confiabilidade do que está sendo produzido nas propriedades, muitos agricultores/feirantes aderiram a prática da certificação participativa, que consiste em visitas de intercâmbio entre os mesmos para que haja uma fiscalização e acompanhamento mútuo objetivando a retirada de dúvidas e geração de novos conhecimentos (GOMES; MATIAS, 2015). Estes processos de certificação

favorecem uma espécie de desencantamento das relações sociais de produção e consumo alimentar, institucionalizando o vínculo entre produtores e consumidores por meio de um selo que reflete determinados padrões de produção e uma qualidade pensada como uma cesta de atributos objetivos inerente ao produto (NIEDERLE, 2014, p. 183).

Vale dizer que os agricultores/feirantes devem manter a plantação e os produtos sempre limpos e apresentáveis, com um bom acondicionamento destes e para a venda devem se utilizar de sacolas plásticas novas. Ademais, os agricultores/feirantes do Pólo Sindical da Borborema estabelecem canais de informação que estimulam a interação com os consumidores. Estes, que de modo recorrente organizam visitas de consumidores do município de Campina Grande às propriedades para que estes conheçam os métodos de

produção. Entre as técnicas agroecológicas utilizadas se apresentam a rotação de culturas, adubação verde, compostagem, aplicação de biofertilizantes, entre outras. Para Darolt (2013, p. 166), no contexto dos circuitos curtos:

Formas de comercialização em rede com certificação participativa e presença de consumidores no processo devem se desenvolver, pois além do aspecto social conseguem atender a aspectos econômicos como bom preço, diversidade, regularidade, quantidade e qualidade demandadas pelos consumidores. Além disso, as redes fortalecem os circuitos curtos como as feiras, os pequenos varejos, os restaurantes e os programas de governo.

Nas feiras agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema, alguns agricultores/feirantes exibem em suas barracas um documento referente ao seu cadastramento em uma Organização de Controle Social do MAPA³⁵. Esta declaração (Figura 3) emitida pela Coordenação de Produção Orgânica na Paraíba (CPOrg/PB) vincula os agricultores/feirantes a Associação EcoBorborema e os autoriza a comercializar diretamente seus produtos ecológicos, garantindo ainda o direito de visita de consumidores às suas unidades de produção.

³⁵ A exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares se fundamenta na vinculação destes a uma Organização de Controle Social - OCS que pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares (MAPA, 2008).

FIGURA 2: Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
DIVISÃO DE POLÍTICAS, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DA PARAIBA - SFA/PB
COORDENADORIA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA PARAIBA - CPOrg/PB

DECLARAÇÃO DE CADASTRO DE PRODUTOR VINCULADO A OCS

Declaro, para os devidos fins, que o Sr. [nome redigido] estabelecido no SÍTIO OITI - zona rural no município LAGOA SECA/PARAIBA. CPF [redigido] N° DAP SDW0645182804151407090 é produtor familiar orgânico, Cadastrado nesta Divisão Agroecológica do Compartimento Agropecuário SFA/PB sob número 06/062 vinculado OCS - Associação dos Agricultores e Agricultoras de 27 de Dezembro de 2007, estando autorizado a comercializar produtos orgânicos certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei N° 10.831 de 23 de Dezembro de 2003 e Regulamentado pelo Decreto N° [redigido]

[Assinatura] Chefe do DPDAG

[Assinatura] Coord. CPOrg/PB

Local e data: João Pessoa, 24 de Janeiro de 2012

(Fonte: Elaboração do autor)

Além da certificação participativa, a organização e planejamento dos agricultores resultam em melhores relações com o consumidor, principalmente se tratando da comercialização de alimentos produzidos em regime familiar (FRANÇA *et al*, 2010). No caso das Feiras do Produtor, os agricultores/feirantes interferem frequentemente na transformação e comercialização dos produtos, ficando a cargo destes, a fiscalização da viabilidade dos produtos e em alguns casos, a não utilização de agrotóxicos nas lavouras na tentativa de oferecer uma maior qualidade e diferenciação do alimento nos momentos de venda. Nesse sentido, essas feiras têm fortalecido as relações entre atores que contribuem para a rede de relações, cuja proximidade e confiança entre os envolvidos é um elemento fundamental para a ampliação do enfoque agroecológico, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar e de estratégias de comercialização solidárias, que beneficiem tanto os agricultores quanto os consumidores.

Nessa perspectiva, a participação dos consumidores nesse mercado ampliam as possibilidades das feiras da agricultora familiar (agroecológicas, do produtor) serem uma alternativa imprescindível às grandes redes varejistas, com vistas a incentivar a produção e popularizar o consumo de alimentos ecológicos. Entre a maioria dos consumidores entrevistados nas feiras analisadas, pode-se destacar uma confiança absoluta para com os agricultores/feirantes, um reconhecimento da qualidade dos produtos por eles oferecidos, todavia não apresentam no ato da compra um compromisso ou ainda um conhecimento de

que são produtos da agricultura familiar e/ou agroecologia. De acordo com a fala de três consumidores, os motivos que os levam a procurar este tipo de feira são por ordem, a qualidade dos produtos seja por serem frescos ou livres de agrotóxicos:

Eu me sinto muito satisfeita em comprar aqui toda semana, aqui eu encontro os produtos que eu quero, são alimentos naturais, sem conservantes ou nada do tipo e eu acredito que sejam orgânicos por que os feirantes tem a preocupação de está passando sempre a confiança, a informação que são alimentos bons, de qualidade (F. L., consumidora da feira agroecológica da Estação Velha 01).

Eu sempre encontro aqui o que eu quero, seja o espinafre, a couve-flor, a rúcula, todas essas delicias você encontra numa feira agroecológica e tem coisa melhor do que está consumindo algo novinho? Não tem preço? Eu creio que isso pague pela qualidade, a gente vem em busca é da qualidade (J. F. S., consumidor da feira agroecológica da Estação Velha 03).

Eu acho que é muito importante comprar numa feira orgânica por que aqui eu consigo um alimento melhor e os produtos daqui são melhores, mais diversos, a gente encontra produtos mais sortidos que a gente sabe, a gente conhece quem está produzindo. Eu mesmo tenho muita confiança por eu sei que estou levando uma coisa boa pra minha família (E. S. L., consumidora da feira agroecológica de Lagoa Seca 01).

Assim como os entrevistados, a grande maioria relatou que só compram nas feiras por ter confiança nos produtos que são vendidos, demonstrando a consciência sobre as questões ambientais pelo fato do produto orgânico ser mais seguro para a saúde e que consomem os produtos agroecológicos primeiramente pela inexistência de agrotóxicos. Há ainda os consumidores que além de acrescentam que compram nas feiras pela qualidade do produto e a preocupação com questões ligadas à própria saúde, expuseram que a única motivação é a busca de uma melhor qualidade de vida e que se sentem satisfeitos com o sabor e a qualidade aparente dos produtos. Para eles:

Eu venho aqui principalmente pela minha saúde e a saúde de minha família. Uma feira assim é onde podemos está contribuindo com uma vida mais saudável, com uma alimentação mais adequada. Eu creio que somente pela saúde mesmo. Por que a gente tem que se cuidar, nossa saúde em primeiro lugar. Então eu venho buscar aqui verduras, frutas todas novinhas (M. G. S., consumidora da feira agroecológica da Estação Velha 02).

Eu venho nessa feira por que sei que aqui eu estou comprando produtos de qualidade, sem agrotóxicos, por que os diversos tipos de doenças que a ciência vem descobrindo podem ser evitadas com uma boa alimentação e buscar uma saúde melhor para mim é o mais importante. [...] estar sempre em busca de uma alimentação mais saudável, de ter mais saúde e eu acredito que também comprando aqui eu estou ajudando o pessoal que vende aqui que a gente sabe que eles estão vendendo bons produtos que não trazem complicações no futuro. (A. F. M. A., consumidora da feira agroecológica de Lagoa Seca 02).

O principal pra mim dos produtos dessa feira é estar levando pra casa uma coisa sem agrotóxicos, por que num feira agroecológica nós temos certeza que não tem

nenhum perigo de está comprando alimento estragado, é tudo novinho, não traz doença e isso chama atenção de qualquer pessoa que busque mais saúde e bem estar (J. E. D., consumidora da feira agroecológica do Catolé 01).

Sendo, pois, a principal motivação do consumo de produtos agroecológicos está ligada à saúde, sendo o produto orgânico visto como mais seguro para a maioria dos consumidores, uma pequena parte dos entrevistados destacou também que um fator que os motiva a retornar a esse tipo de feira e não comprar em supermercados tem se dado pela relação direta com os agricultor/feirantes. Conforme dois consumidores entrevistados da Feira do Produtor no Parque do Povo, a comunicação e a disposição para um bom atendimento tem sido o principal diferencial para que a proximidade adquirida no decorrer dos anos estabeleçam relações de confiança, amizade e conseqüentemente a fidelização:

Eu venho nessa feira toda sexta bem cedinho eu estou aqui comendo uma “tapioquinha” feira na hora, um café e vindo reencontrar as pessoas que conheci aqui na feira, eu gosto de vir sempre aqui comprar produtos por que eu conheço muita gente aqui, são pessoas que atendem bem, então tem a amizade (A. C. A., consumidor da Feira do Produtor/Parque do Povo 01).

Boa parte do povo que vende nessa feira é de confiança, vendem produtos bons, novinhos, sempre eles trazem o que o consumidor pede e isso faz que a gente sempre esteja voltando, eles ganham a minha freguesia mais pelo atendimento e isso é o que tem feito que eu volte sempre, que continue comprando aqui (P. M. S., consumidora da Feira do Produtor/Parque do Povo 03).

A maioria desses que tomaram conhecimento das feiras através de publicação interpessoal (boca a boca), encontram na feira a oportunidade da conversa, do “bate-papo” que tem feito com que as relações de confiança e amizade criadas deem uma nova perspectiva aos consumidores que além de ter uma identificação direta com os produtos comercializados pela qualidade oferecida, revelam que sua participação neste mercado tem sido a de auxiliar a agricultura familiar, já que são produtos próprios da região e produzidos de modo diferenciado por agricultores familiares. Segundo alguns entrevistados, ao escolherem comprar numa feira especificamente voltada para a comercialização desse público, estão também contribuindo para a melhoria socioeconômica dos agricultores/feirantes envolvidos. Para três consumidores de cada rede de feiras analisada:

Bem, eu compro aqui por está ajudando a os agricultores daqui mesmo da nossa região, eu acho importante comprar aqui nessa feira, os produtos são sempre novos e a gente confia que é bom. [...] apesar de algumas hortaliças, mesmo verduras estarem acima do preço, mas eu creio que vale a pena pagar por que a gente sabe que é um trabalho do agricultor rural que vem pra uma feira e acho

que ele merece ser valorizado (J. H. G., consumidor da feira agroecológica do Catolé 02).

Aqui os produtos são da agricultura familiar, do pequeno produtor rural e comprar aqui é valorizar o trabalho de quem planta e eu acho que além de está me ajudando a ter uma alimentação mais saudável comprar numa feira agroecológica ajuda o agricultor daqui. [...] estou valorizando o trabalho do outro que está trabalhando para trazer bons produtos para essa feira, então se sabe de onde vem (O. S. J. S., consumidor da Feira do Produtor/UFCG 01).

Minha relação com o pessoal daqui nessa feira da reforma agrária é por que eu já venho aqui a muito tempo e sei que são agricultores que produzem sem agrotóxicos, que através do seu trabalho tem ajudando a levar um pouco mais de saúde pra quem está consumindo (F. D. P., consumidor da feira agroecológica da reforma agrária 01).

Ao observar por esta perspectiva, o consumo pressupõe escolhas e, dessa forma, pode ser entendido como um ato político, ou ainda, como aspecto de solidariedade que apresenta pela escolha de um determinado produto aliada a preocupação com que está produzindo e a valorização do trabalho dos agricultores/feirantes envolvidos. Assim, além de satisfazer seus desejos e necessidades, alguns consumidores demonstraram em seus atos estarem contribuindo para a melhoria social, favorecimento de compras por alimentos produzidos localmente e o apoio para a produção familiar e ao enfoque agroecológico. No entanto, existem aqueles que compram somente pela preocupação com a aparência, o sabor e o preço, sendo um importante outro fator a proximidade da feira das suas moradias, sendo assim a comodidade apontada como a principal motivação de comprar nesse tipo de feira. De acordo com dois consumidores entrevistados:

Eu compro aqui por que é uma feira aqui do bairro e a gente que gosta de uma coisa mais saudável encontra aqui e sendo aqui quase do lado da minha casa, quando eu tenho tempo e não compro direto no mercado eu estou aqui (I. S., consumidora da feira agroecológica do Catolé 03).

[...] só venho pra cá por que é mais cômodo, o mercado é aqui pertinho aqui da minha casa e eu acho melhor os produtos dessa feira e virou um hábito eu sempre comprar aqui (G. S. S., consumidor da feira do produtor/Malvinas 01).

Sou cliente dessa feira faz anos e sempre venho por que é mais próximo daqui da minha casa, que eu moro aqui do lado e acho mais pratico comprar aqui um produto bom do que um supermercado que às vezes é até mais caro (T. S. A., consumidor da feira do produtor/parque do povo 02).

Nesse contexto, a frequência assídua por parte desses consumidores se destaca tanto pela boa localização das feiras quanto pela proximidade das suas residências, proporcionado pela facilidade oferecida sem a necessidade de realizar maiores deslocamentos para aquisição variada de produtos de primeira necessidade. Além disso, a

proximidade à feira, a qualidade e variedade dos produtos comercializados dado suas procedências e os preços praticados são apresentados como os principais benefícios e a garantia para que continuem participando neste mercado. Boa parte dos consumidores entrevistados cita os preços como um fator atrativo, relatando que pagam, sobretudo, pela qualidade, no entanto, existem aqueles que expõem que o maior defeito que encontram nos produtos orgânicos é o preço ainda alto, considerado um obstáculo para o crescimento do mercado e para o consumo pessoal. Outros declararam que o preço inferior de alguns produtos seria determinante para a escolha definitiva a favor dos produtos agroecológicos ou da agricultura familiar. Para alguns dos consumidores entrevistados:

Bom, para o que eles oferecem, eu acho os preços baratos, por que são produtos sempre novos e esse é o diferencial que não encontro em outras feiras (consumidora da feira agroecológica do Catolé 01).

Eu acho o preço dos produtos aqui um pouco salgados, por que pelo tamanho e são menores do que os outros, mas se é orgânico acredito que seja bom para a saúde (consumidora da feira agroecológica da Estação Velha 03).

Para ser um produto que vem daqui da região deveria ser mais barato, eu creio assim que a gente encontra mais barato por ai e isso é que dificulta também pro lado do consumidor né? Então o preço é a principal dificuldade (consumidora da feira agroecológica de Lagoa Seca 02).

[...] apesar de ser um produto mais caro, eu acho que é melhor pagar pela qualidade, pela confiança do que comprar em qualquer lugar e não saber o que estamos comprando não é verdade? [...] eu vejo mais um vegetal aqui que eu quero e acredito que o preço apesar de mais caro pouca coisa vale a pena (consumidora da feira agroecológica da Estação Velha 01).

Ao procurarem também a diversidade de produtos, em todas as feiras analisadas, pode-se observar que elas se destacam no oferecimento de hortaliças: alface, espinafre, vagem, tomate, cebolinha, coentro, pimentão, cenoura, cebola, beterraba, couve, brócolis; legumes: inhame, feijão verde, mandioca, batatinha, batata doce; frutas diversas; galinhas, ovos de “capoeira”, dentre outros alimentos prontos como queijos de coalho, tapioca, manteiga, bolos, biscoitos, doces caseiros e artefatos artesanais. Isso é o que tem feito com que a maioria dos consumidores entrevistados declare que estão satisfeitos e que a qualidade e as características dos produtos orgânicos justificam os preços. Sobre eventuais produtos não encontrados na feira e que gostariam de consumir, a minoria considera que as feiras poderiam ter maior diversidade e regularidade na oferta dos produtos, já grande parte se diz satisfeita com os produtos expostos. Segundo eles:

Olha, aqui eu tome café, converso com os amigos, compro meus orgânicos, minhas verduras novas, levo pra casa um doce de jabuticaba, onde que eu encontro um doce desse? Se for no hiper é o olho da cara, então aqui eu compro produtos baratos e que só tem aqui. [...] isso é o que me faz voltar toda semana aqui nessa feira agroecológica (J. F. S., consumidor da feira agroecológica da Estação Velha 03).

A diversidade que tem aqui nessa feira do Parque do Povo não tem melhor não, aqui eu encontro muitas das coisas que minha mulher gosta. [...] aqui encontro fruta, verdura, é o alface, é uma tomate bonita, então não tem necessidade de eu está comprando em outra feira (Consumidor da feira do produtor/parque do povo 02).

Os produtos que eu levo pra casa daqui, eu não encontro em nenhum outro canto. É uma alimentação mais rica para todos, para quem está consumindo, para quem está produzindo e eu como uma consumidora fiel acredito que uma feira agroecológica é um espaço de riqueza, de diversidade, de valorização do meio rural (J. U. G., consumidor da feira do produtor/UFCG 02).

Eu venho aqui por aqui é um espaço de saúde, de bem estar, de conversa. Nessa feira aqui eu venho há ano, compro aqui sempre, quando não compro as vezes eu já estranho, é o sabor, o gosto do alimento é diferente. [...] e é por isso que toda a semana eu venho, uma feira dessa é outra história (consumidora da feira agroecológica de Lagoa Seca 02)

Percebe-se que para muitos consumidores há uma disposição para o aumento do consumo dos produtos agroecológicos, desde que a qualidade satisfaça às suas exigências. Segundo eles, o que distingue os produtos dessas feiras a outros mercados convencionais, a maioria dos consumidores revela que a existência da feira (postos de venda e rótulo de certificação) é o único de método de distinção. As cores mais vibrantes e o sabor dos alimentos também são citados como fatores distintivos. Desse modo, pode-se dizer que o produto comercializado especificamente nesse tipo de feira é o que o distingue de um produto obtido de uma atividade industrial em grande escala. Nestas feiras, foi possível constatar diversas iniciativas que procuram estabelecer laços entre quem produz e quem consome o alimento, encurtando a cadeia comercial e valorizando dinâmicas econômicas locais.

São estratégias que apontam para a facilitação do acesso a produtos da agricultura familiar para a população local e ao mesmo tempo a garantia aos agricultores/feirantes de um canal de escoamento de seus produtos com remuneração mais justa. Além de agregar valor aos produtos pela oferta de alimentos orgânicos, alguns dos agricultores/feirantes entrevistados têm desenvolvido estratégias para aumentar a receita com agregação de valor aos produtos como descascar a mandioca e debulhar a feijão, para atender as necessidades daqueles consumidores que ocupam seu tempo fora do lar. Ademais, alguns agricultores/feirantes fornecem pimentas e doces que passaram por um processo

agroindustrial de beneficiamento (caseiro) em embalagens como garrafas e potes de vidro para comercialização. Na fala de um agricultor/feirante da Feira Agroecológica de Lagoa Seca:

Quem visitar nossa feira vai encontrar produtos “in natura” e manufaturados de origem animal como galinhas, ovos de capoeira, os vegetais como hortaliças, o coentro, a cebolinha, o alface, couve, as raízes, beterraba, cenoura, cebola branca, frutas regionais frescas como manga, caju, umbu, acerola. Também tem alimentos prontos que são vendidos como bolos, doces, beijos, batata e macaxeira, os derivados do leite como queijo de coalho e manteiga e tantas outras delícias (Entrevista 07 – F. A. M. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

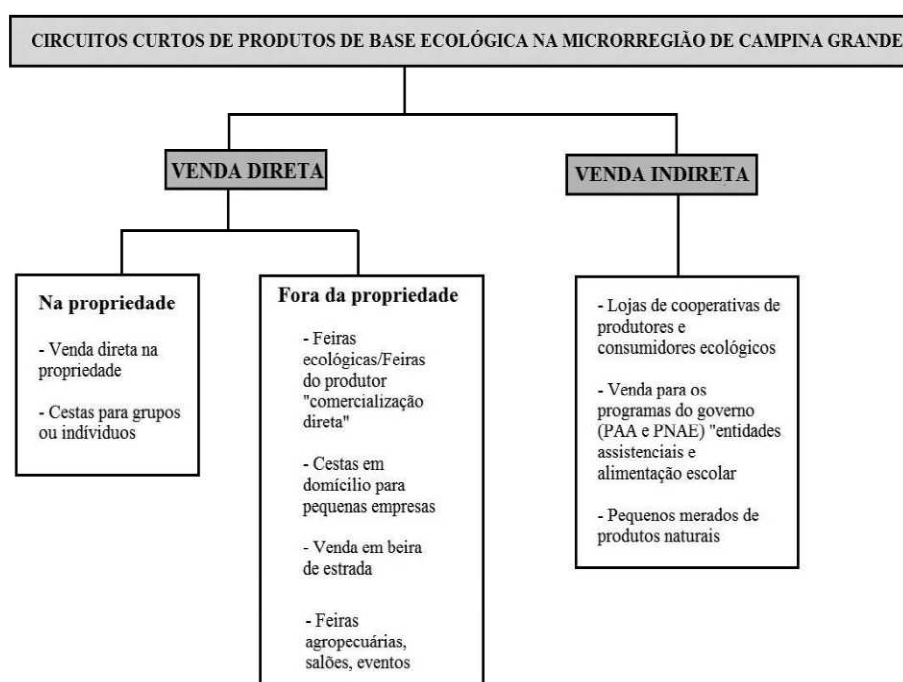
Ademais, os agricultores/feirantes que nas feiras do Polo Sindical e nas feiras do produtor também buscam a comercialização em outros espaços de mercado. Para obtenção de boas margens de lucro, muitos desses agricultores/feirantes vendem em mais de espaço em diferentes dias da semana. Muitos deles se descolam para outras regiões na tentativa de mais um espaço de mercado como a cidade João Pessoa. Além da capital do estado da Paraíba, os municípios de Solânea, Monteiro, Nova Palmeira e Esperança estão entre os mais citados pelos agricultores/feirantes para a comercialização de seus produtos fora da Microrregião de Campina Grande.

No tocante, muitos agricultores/feirantes tanto das Feiras agroecológicas quanto das Feiras do Produtor vendem seus produtos na própria propriedade em visitas recorrentes de proprietários de estabelecimentos comerciais como restaurantes e lanchonetes. Entre as formas de comercialização direta estão às vendas em cestas a domicílio, realizada via conexão telefônica e a entrega é feita por veículos próprios ou por carros fretados que se encarregam pela etapa de distribuição. Segundo destacado pelos agricultores/feirantes, outras formas de comercialização encontradas estão às vendas em beiras de estrada e eventos esporádicos de divulgação de alimentos ecológicos.

Entre os formatos de circuitos curtos com venda indireta, encontrados pelos agricultores/feirantes entrevistados estão às vendas para a Fazenda Tamanduá, localizada no município de Santa Terezinha e pequenos mercados de alimentos ecológicos. No caso da venda para os mercados institucionais (PAA e PNAE), a produção, higienização e o transporte dos produtos são realizados pelos próprios agricultores/feirantes até os locais de venda, que por sua vez, são pesados pelas organizações encarregadas na distribuição dos alimentos às instituições cadastradas. Para Rétiere (2014), a organização do trabalho para quem escolhe vender via circuitos curtos dá subsídio para que o que agricultor tenha uma

maior autonomia financeira num contexto de proximidade operado em outras formas de venda de seus produtos. Seguindo a tipologia de circuitos curtos de comercialização (CCs) para produtos ecológicos exposta na análise feita por Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), a Figura 3 reproduz os formatos de venda direta e indireta encontrados pelos agricultores que atuam nas feiras alternativas da Microrregião de Campina Grande:

FIGURA 3 - Formatos de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos na Microrregião de Campina Grande



(Fonte: Reprodução a partir de DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Nos circuitos curtos de comercialização, os modos de distribuição são fundamentais para que haja o mínimo de intermediários no processo. Darolt (2012), relata que a existência de, no máximo, um intermediário entre o produtor e consumidor pode ser um importante mecanismo de venda direta. Nas cadeias de distribuição, o intermediário pode ser, por exemplo, um representante coletivo (cooperativa ou associação), ou ainda um comércio especializado ou outro produtor, que se encarrega de estabelecer a ponte com os consumidores. Como canais alternativos de comercialização diferenciados dos convencionais, configuram-se redes que se apoiam numa proposta participativa, atuando

desde a organização de agricultores e suas organizações representativas, em articulação ainda, com organizações governamentais e ONGs (SILVEIRA, 2013).

Nesse contexto, na Microrregião de Campina Grande é possível identificar a composição de três redes de instituições que apoiam a comercialização e distribuição de produtos, conectando agricultores/feirantes e consumidores em circuitos de venda direta e indireta. Ademais, a parceria entre poder público, ONGs, agências governamentais, Sindicatos, associações de agricultores, Cooperativas, INCRA Paraíba, Secretarias, Núcleos Regionais, dentre outros, desempenham um conjunto de estratégias que possibilitam a existência prática e cotidiana destes espaços de comercialização agroecológica semanalmente.

Conforme os agricultores/feirantes entrevistados, a oportunidade de abertura de mercado por estas três redes de comercialização tem se configurado como um dos pontos principais para que continuem produzindo com técnicas alternativas. Para eles, o fato de estarem associados às organizações que apoiam as feiras, tem feito com que os produtos sejam vendidos com mais facilidade e, na maior parte dos casos, podendo ter acesso às políticas do Estado através da liberação de DAPs, assistência técnica, acesso ao PRONAF e a venda para os mercados institucionais (PAA e PNAE).

A diversidade das relações sociais tecidas entre os produtores, com os consumidores e com agentes institucionais responsáveis por mediar tais relações, mostra que o acesso aos mercados, inclusive dos circuitos curtos, depende em grande medida de redes sociais sólidas que se concretizam. Ao estabelecer canais de comunicação e ação com outros agentes dentro das redes, atores passam a criar estratégias que fazem com que estes se interponham em posições hierárquicas. O funcionamento e dinâmica das três redes que apoiam as feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande, bem como, as conexões dos agentes envolvidos no processo de construção e manutenção desses espaços serão analisados no terceiro capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DA REDE DE ATORES DE APOIO ÀS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE – PB.

A partir dos anos 1990, em muitas localidades do Território da Borborema, a participação de movimentos sociais promotores de novos formatos sociotécnicos na agricultura familiar vem dando subsídio para que práticas alternativas gradativamente se instalem na região. Com o apoio do Estado e sob o formato de articulações distintas, a adoção de estratégias locais de desenvolvimento e de convívio com as dificuldades climáticas do semiárido fazem com que políticas como a formação de bancos de sementes, de fundos rotativos e a comercialização em feiras agroecológicas passam a construir melhorias para o universo da agricultura familiar e possibilidades de promoção da agroecologia.

Essas inovações são realizadas a partir de eventos, festas, visitas de intercâmbio e encontros regionais para se discutir como estão construindo o conhecimento agroecológico, tendo ainda, no Polo Sindical da Borborema e os movimentos sociais que compõem a ASA-PB um espaço de debate em torno da capacidade dessa rede de movimentos de se articular com o Estado e viabilizar a ampliação em políticas públicas para a agricultura familiar da região. Particularmente, na Microrregião de Campina Grande, a construção de redes de relacionamento, envolvendo o enfoque agroecológico, vem se desenvolvendo por meio da construção de mercados para a agricultura familiar através das existências de feiras.

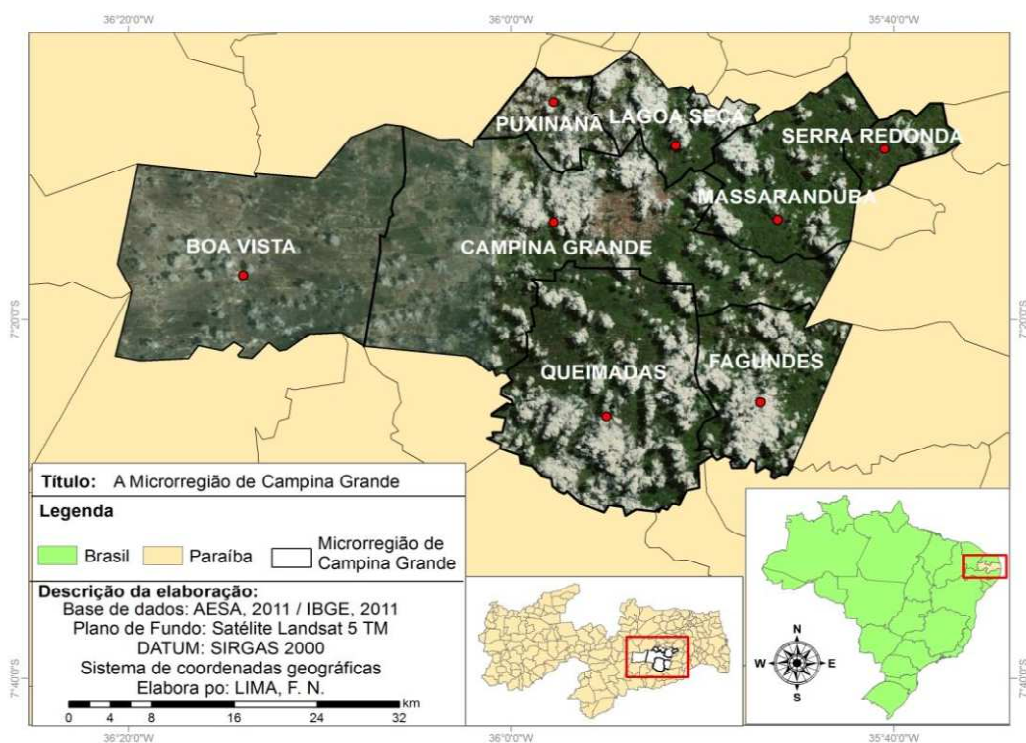
Essas experiências diferenciadas, formatadas como feiras agroecológicas/mistas, surgem, em sua totalidade, no intuito de eliminar a figura de “atravessadores” na fase da comercialização. O raio que cobre essas feiras na Microrregião abrange um número de 115 agricultores/feirantes, apoiados por três redes de instituições que ao acompanharem desde a produção a venda dos produtos, auxiliam a aproximação entre produtores e consumidores, ampliando margens de lucro e fazendo com se dissemine a proposta de uma alimentação mais saudável pela venda de alimentos orgânicos.

Nesta perspectiva, este capítulo tem como objetivo delimitar a confluência de aspectos edafoclimáticos e sociais que vem favorecendo estas práticas, identificando a formação da rede de atores que se articulam e viabilizam o enfoque agroecológico no Território da Borborema, traçando ainda um panorama do surgimento e o desenvolvimento das feiras, bem como a ênfase as interconexões dos atores responsáveis no processo de construção e gerenciamento desses espaços de comercialização alternativa.

3.1 Delimitação e Caracterização espacial da Microrregião de Campina Grande

A Microrregião de Campina Grande (Mapa 2) encontra-se espacialmente delimitada sobre o Planalto da Borborema, na porção centro-ocidental do Agreste paraibano com uma área de 2.124,8 Km² que totaliza 3,8% da extensão territorial do estado da Paraíba. Situa-se entre as longitudes 35° 40'30" e 36° 14'24" O, e as latitudes 07° 10'15" e 07° 21'28" S, com a altitude média de 499 m., estando dividida em oito municípios – Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas, Puxinanã e Serra Redonda –, onde habitam a maior parte dos agricultores/feirantes que atuam nas sete feiras agroecológicas analisadas neste trabalho.

MAPA 2 - Localização da Microrregião de Campina Grande



(Fonte: Base de dados – AESA, 2011/ IBGE, 2011)

Como uma das microrregiões do Território da Borborema³⁶, sua densidade é de 239,0 hab./km² sua população foi estimada em 2015, pelo IBGE em 528.512 habitantes, cujo um elemento chave de caracterização é o poder de polarização exercido pelo município de Campina Grande, que se constitui no segundo maior centro urbano estadual

³⁶ O Território da Borborema ocupa uma área de 3.233 km² (23,1% do Estado) e é composto por 21 municípios, os quais estão distribuídos em cinco microrregiões geográficas definidas pelo IBGE: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança (PDSTR, 2009).

com vocação político-administrativa de região metropolitana (Ver Quadro 4). O peso polarizador da organização urbana de Campina Grande define a malha das relações socioeconômicas nesse espaço, individualizando-a, cujas relações do município com os demais localizados na Microrregião não se restringem apenas à sua função comercial, mas também tem a ver com a dinâmica do emprego, dos serviços educacionais, de saúde, dos órgãos administrativos, financeiros, dentre outros.

QUADRO 4: População, Área e Densidade Demográfica da Microrregião de Campina Grande

Municípios	População	Área (Km²)	Densidade (Hab/Km²)
Boa Vista	6.322	476,539	13,27
Campina Grande	402.912	594,179	648,31
Fagundes	11.368	162,101	60,34
Lagoa Seca	26.034	107,589	240,73
Massaranduba	12.994	205,956	62,64
Puxinanã	12.995	72,68	177,81
Queimadas	41.196	401,774	102,17
Serra Redonda	7.030	65,233	126,11

(Fonte: IBGE – 2010)

Além dos aspectos voltados para os serviços urbanos, na Microrregião de Campina Grande coexistem duas áreas distintas que envolvem a atividade agrícola, sendo a porção Norte, com baixos índices de concentração da propriedade fundiária e com a predominância do trabalho familiar voltado para a policultura alimentar e a porção meridional, que se caracteriza por um padrão mais elevado de concentração da propriedade da terra e pela manutenção produtiva de leite, todavia com menos intensidade que as microrregiões do Cariri Ocidental e Oriental. Com a existência de sistemas tradicionais de produção típicos do Agreste da Paraíba, estes se caracterizam pela diversidade de cultivos e de criação que permite a adaptação às condições edafoclimáticas variáveis.

Esses sistemas também variam segundo as condições ambientais e socioeconômicas em função da disponibilidade dos fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra) na

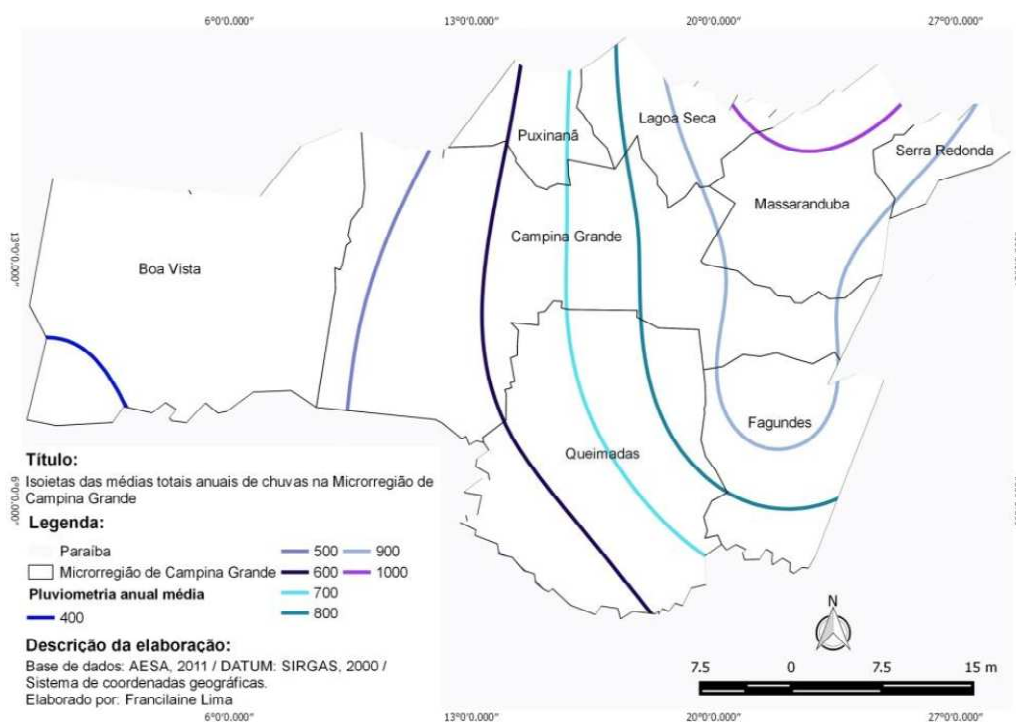
propriedade. As principais atividades de uso agrícola estão voltadas para agricultura de subsistência: feijão macassa (*unguiculata*), milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot sp.*), palma forrageira (*Opuntia ficus indica*), cuja a forte presença da agricultura familiar nos municípios que compõem a Microrregião se desenvolve pela resistência aos impactos das recorrentes estiagens, também pela manutenção da taxa de crescimento geométrico anual de sua população, aliadas aos investimentos, transferências do Governo Federal e políticas de controle das secas (SOUZA, 2009; XAVIER, 2011).

De forma geral, a microrregião em estudo, sofreu as consequências do antigo problema das secas. Essas secas representam momentos em que se evidencia a fragilidade física, econômica e social dessa porção do Semi-Árido. Essa fragilidade, *latu sensu*, é caracterizado por questões bastante objetivas: ausência, escassez e má distribuição das chuvas associadas à temperaturas altas, baixa umidade relativa e, eventualmente ventos fortes. Essa fragilidade, no entanto, foi tradicionalmente intensificada mediante a utilização inadequada e pela própria pressão demográfica sobre os escassos recursos de solo e da água (XAVIER, 2011, p. 18).

Com área constituinte da zona de delimitação do Polígono das Secas que representa 73% do estado da Paraíba, a Microrregião apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, cujo cenário de escassez de água constitui um dos entraves ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. Com uma precipitação pluviométrica marcada pela variabilidade espaço-temporal, típica do clima Tropical Semiárido³⁷ que, associada aos baixos totais anuais, na Microrregião existe a ocorrência de dias sem chuva, ou seja, veranicos, e conseqüentemente, em eventos de “seca”.

³⁷ No que tange sua classificação climática, baseia-se em duas variações climáticas: na parte mais ao leste sofre os impactos das correntes de ar que vem do litoral e sobem as escarpas e contrafortes do Planalto da Borborema, onde se tem um clima típico de altitude, o clima C2 – Úmido sub-úmido com moderada deficiência hídrica no verão e moderado excesso de água no inverno. Já na parte mais do oeste ao sul da Serra dos Cariris Velhos, se tem o clima típico do Cariri, denominado do tipo C1 – seco sub-úmido, onde existe um acelerado excesso de água no verão (THORNTON; MATHER, 1955).

MAPA 3: Isoietas das médias totais anuais de chuvas na Microrregião de Campina Grande



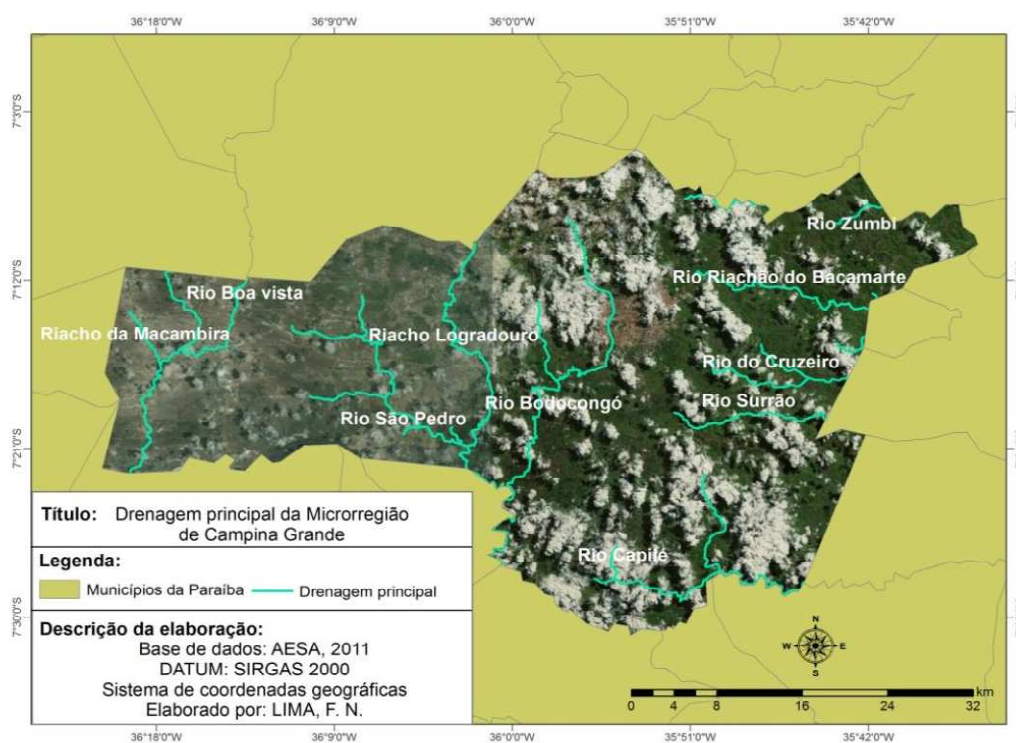
(Fonte: Base de dados – AESA, 2011/ DATUM SIRGAS, 2000)

As temperaturas médias variam de 17 a 20°C (mínimas) e de 22 a 26°C (máximas) e umidade relativa do ar de 79 %, apresentando uma sensível variação de precipitação média que pode ser visto na Figura 6 e que correspondem às isoietas médias anuais do período de 2010-2011. Exibe também a presença de chuvas de verão, cujos meses que apresentam maior média de precipitação durante o ano são Março a Julho (60% da precipitação anual), enquanto Setembro, Outubro e Novembro (10% da precipitação anual) apresentam as médias mais baixas. No que corresponde a sua pluviometria, de modo geral, a Microrregião apresenta pouca variação espacial, onde são observados valores de 400 a 1000 milímetros. Ao oeste da Microrregião, onde se encontra o município de Boa Vista registram-se os menores valores de pluviosidade (400 mm). Na região central da Microrregião onde está situado o município de Campina Grande (área urbana), registram-se valores entre 500 a 900 milímetros e esses valores aumentam gradativamente para o nordeste da Microrregião, nos municípios de Lagoa Seca, Massaranduba e Serra Redonda até atingir os valores de 900 a 1000 mm.

Já no que diz respeito a sua malha hidrográfica, os municípios da Microrregião encontram-se inseridos nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Médio Paraíba. Os principais cursos d' água são: os rios Riachão do Bacamarte,

Bodocongó, Zumbi, do Cruzeiro e Surrão, além dos riachos: Logradouro e Macambira. Os principais corpos de acumulação são os açudes São Pedro, da Fazenda Quilombo e Campo de Bó em Campina Grande e os principais cursos d' água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (Mapa 4):

MAPA 4: Drenagem principal da Microrregião de Campina Grande

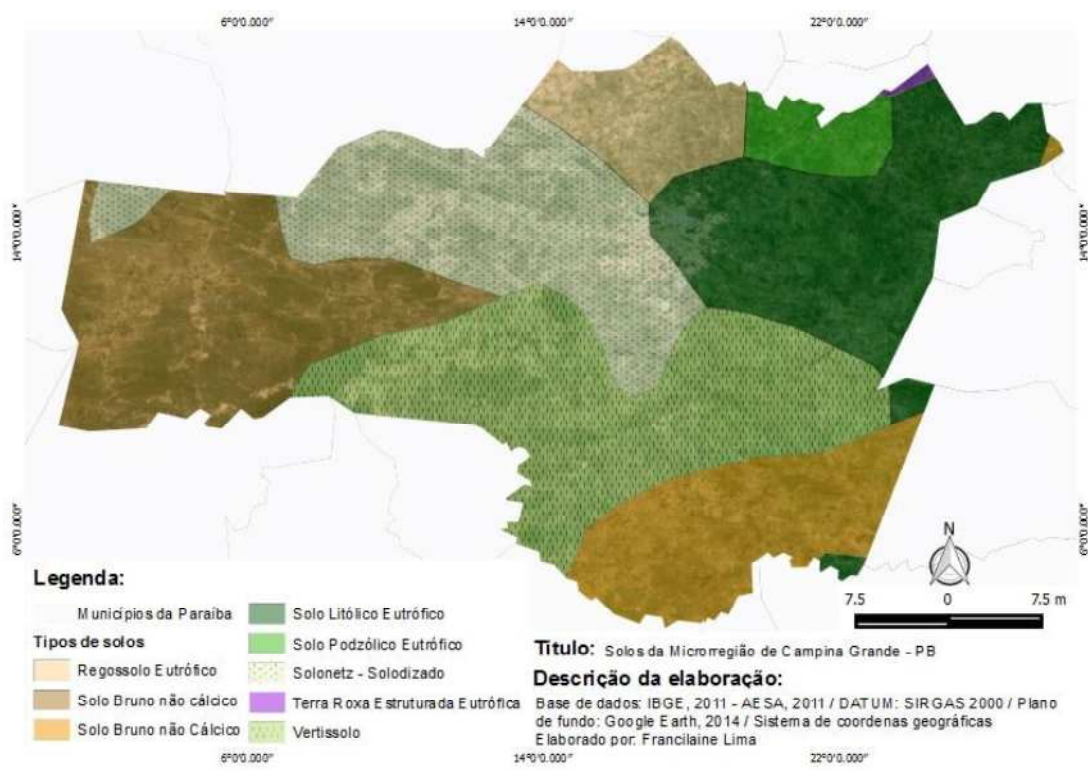


(Fonte: Base de dados: AESA, 2001; DATUM – SIRGAS, 2000)

A geologia da Microrregião é proveniente do terciário, a formação geológica provém da era pré-cambriana e caracteriza-se pela presença de gnaisses e migmatitos, podendo encontrar-se rochas plutônicas ácidas, representadas essencialmente pelos granitos. Os solos encontrados, de acordo com Brasil (1972), são os Argissolos, Neossolos litólicos, Afloramentos rochosos, Luvisolos por causa da ocorrência de quantidade de chuvas em boa parte da região e a ação da água sobre as rochas graníticas, os solos são bem evoluídos, espessos, avermelhados. Nas superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Os Neossolos Litólicos Eutróficos (Neossolos) se apresentam com uniformidade muito grande e uma camada de

horizonte utilizados na agricultura de pequeno porte nos municípios de Massaranduba, Serra Redonda. Outro tipo de solo que propicia o plantio de agricultura de subsistência na Microrregião é o Podzólico Eutrófico que por possuírem melhores condições tanto de relevo quanto de fertilidade natural aparente, são os solos mais explorados.

MAPA 5: Solos da Microrregião de Campina Grande

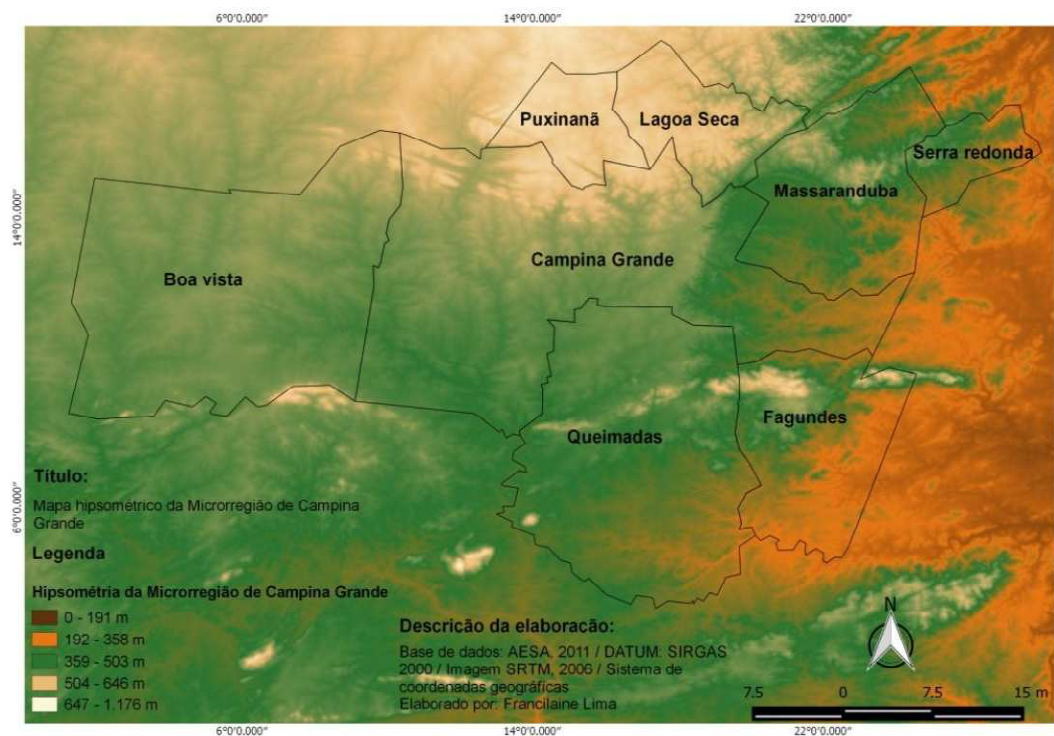


(Fonte: Base de dados – IBGE, 2011; AESA, 2011/ DATUM: SIRGAS, 2000)

Em geral, os solos da Microrregião são constituídos por material com argila de atividade baixa, apresentando profundidade variável desde profundos a muito profundos, imperfeitamente drenados de cores avermelhados ou amarelados e mais raramente brumados ou acinzentados, intensamente cultivados com fruticultura e/ou culturas de subsistência. Nas terras cristalinas ocorrem minerais metálicos, não-metálicos e gemas que determinam a erosão, retenção de água e a lixiviação, fato que incide em problemas relativos a fertilidade do solos, bem como, do potencial hídrico relativamente escasso e passível de problemas de gestão. Conforme o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, tais limitações físicas em alguns dos municípios que compõem a Microrregião ocasionaram em processo de desertificação acelerado pela forma de ocupação espacial e

uso inadequado e intensivo dos recursos naturais, a devastação da vegetação e, redução dos recursos hídricos (DLIS/PARAÍBA, 1999).

MAPA 6 – Hipsométria da Microrregião de Campina Grande

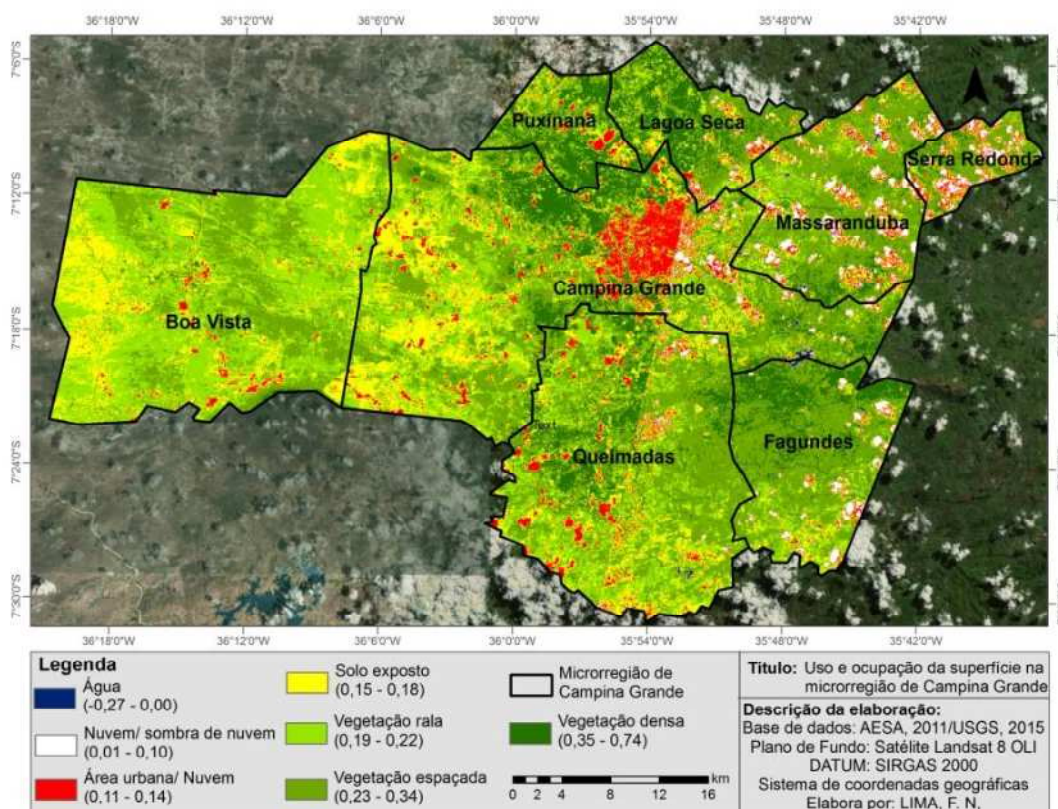


(Fonte: Base de dados AESA, 2011/DATUM SIRGAS 2000)

O relevo da área de estudo apresenta-se em seu aspecto geral a seguinte unidade morfológica: Planalto da Borborema com precedente em Frentes do Planalto ou Superfície do Planalto ou dos Cariris com domínio de relevo suave ondulado a ondulado, apresentando altitudes que variam de 359 a 646 metros como apresentado na figura 9 que representa a hipsométria da Microrregião. Já a classe de vegetação predominante na Microrregião é bem diversificada e distribuída em faixas contínuas e descontínuas por todo o território, como se pode observar no **Mapa 7**. Na porção caracterizada pela coloração vermelha encontra-se a áreas mais degradadas, que correspondem aos municípios polarizados por Campina Grande, cuja inexpressiva presença de vegetação é resultante da alta ocupação humana característica por um elevado nível de pressão antrópica. Já, por consequência, os danos à vegetação também se encontram por meio de tipos de solo exposto, cujas áreas foram representadas pela coloração amarela podem ser considerados em algumas localidades como lajedos e em outras como desgaste natural dos solos devido

à intensiva exploração. Nestas áreas, o estrato florestal encontra-se modificado, como consequência da utilização desordenada da vegetação nativa para dar espaço às atividades pastoris como pecuária extensiva, principalmente para criação de caprinos e em raros casos de ovinos.

MAPA 7 - Uso e ocupação da superfície na Microrregião de Campina Grande



(Fonte: Base de dados AESA, 2011/DATUM SIRGAS 2000)

Nas áreas onde se pratica agricultura permanente ou em áreas de pastagens perenes, a remoção da caatinga e o uso intensivo do solo sem o emprego de fertilização e práticas de conservação em algumas regiões reduziram rapidamente a fertilidade do solo, originalmente baixa, diminuindo a capacidade de produção mesmo em anos de precipitação pluviométrica mais regular. Em termos gerais, a degradação dos solos na Microrregião conduziu a uma diminuição significativa de sua capacidade produtiva e as atividades humanas como práticas agrícolas inadequadas, rotação incorreta das culturas e prática deficientes de conservação entre outras. Tal fato, fez com que em curto prazo a grande produtividade com a inserção de fertilizantes em muitas áreas rurais dos municípios

resultou na contaminação dos solos e na rede de drenagem local (RIBEIRO, 2007; SAMPAIO, 1995).

As áreas de matas ciliares, principalmente as correntes em várzeas foram desmatadas para dar lugar a culturas agrícolas, que atualmente encontram-se abandonadas, formando capoeiras ou ainda, algumas delas formadas por gramíneas que impedem ou dificultam o processo de regeneração natural. Conforme o uso e ocupação da superfície da Microrregião, a existência de vegetação densa, caracteriza-se, na exposição como áreas que também tem o acesso dificultado, geralmente pelo relevo, e que ainda se encontram com alguns remanescentes de vegetação nativa. No que tange as áreas de vegetação rala e espaçada, essas são identificadas por caracterizam-se, em sua maioria, a atividade agrícola de subsistência que em alguns locais acompanham a rede de drenagem local.

Nesse contexto, predominam uma grande quantidade de minifúndios, cujas terras são exploradas por agricultores familiares que sobrevivem da exploração agropecuária através do plantio de hortifrutigranjeiros que se evidencia em propriedades de porte médio e grande, nas quais há exploração do gado bovino em sistema semiextensivo e em médias e pequenas propriedades em que se exploram caprinos e suínos. Com condições edafoclimáticas consideradas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura, tendo-se portanto, em seu contexto histórico o desenvolvimento de ciclos de monocultivos típicos da Mesorregião do Agreste Paraibano³⁸, com o predomínio de determinadas atividades produtivas voltadas para o abastecimento do mercado interno, cuja manutenção de lavouras alimentares para consumo local caracterizaram a Mesorregião do Agreste como uma região diversificada (BEZERRA, et al, 2014; IBGE, 2000).

Tal processo que também foi acompanhado de um aumento demográfico, ocasionado pelo dinamismo das culturas de mercado na região que, se desenvolveu como um dos fatores que contribuíram para a fragmentação de terras e para o decréscimo dos espaços disponíveis para as atividades produtivas. A expansão da atividade canavieira ocasionou a expulsão dos moradores e arrendatários que passaram a ser funcionários de engenhos e usinas da região. “Embora contribuísse para a criação de empregos rurais na época do verão, o cultivo do sisal também levou muitas famílias agricultoras a

³⁸ De acordo com os estudos de Piraux; Miranda (2011), as principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano no decorrer do século passado destacam-se na alternância e convivência de culturas e o local ocupado pelos agricultores familiares em três períodos: Mercado Internacional (1900-1969), Modernização da Agricultura (1970-1990) e a Agricultura Alternativa (2000 – presente), cujos cultivos do algodão, cana, sisal e a pecuária de corte e leite se desenvolveram por meio de políticas públicas essencialmente concentradas em incentivos fiscais (BNB, SUDENE, GTDN, Estatuto da Terra, Proálcool).

abandonarem o campo em função da revalorização das terras e por não permitir o consórcio com cultivos alimentares” (SILVEIRA, 2010, p. 15).

Vale dizer que a combinação da pecuária com o modelo modernizante da cana incentivado pelo Pró-álcool termina definitivamente com o sistema de moradores das fazendas e empurra grandes contingentes de população rural para as periferias dos municípios. Este fato, somado aos problemas decorrentes do padrão produtivo desenvolvido pelo processo de revolução verde, foi conduzindo a sérios problemas ambientais, sociais e econômicos, onde a forte intervenção estatal em nome da modernização da agricultura na década de 1970 e da ampliação das atividades pecuárias mantiveram os privilégios das oligarquias agrárias. Na época,

ao introduzir um novo padrão técnico fundado na crescente artificialização da agricultura por meio do emprego intensivo de insumos industriais, muitas famílias agricultoras foram induzidas a ingressarem em trajetórias de especialização produtiva, passando a depender crescentemente dos mercados para se reproduzirem econômica e socialmente. São exemplos desse processo os produtores de batata inglesa e os fumicultoras; e nas regiões mais úmidas, muitas famílias fazem a opção pela olericultura e a fruticultura intensiva, viabilizadas a partir do estímulo dado por políticas oficiais de crédito e de assistência técnica (SILVEIRA, 2010, p. 15).

Além da constante luta pelo acesso a terra e a água, a pressão sobre os recursos naturais tornou-se mais forte, provocando degradação ambiental e dificultando o necessário processo de intensificação produtiva dos agroecossistemas. Ademais, experiências de agricultores familiares que tiveram acesso, desde a década de 80, aos financiamentos agrícolas dos “pacotes tecnológicos”, advinham de uma assistência técnica voltada para artificialização na agricultura que difundiu um modelo agrícola orientado para os ganhos de produtividade, uso de defensivos químicos e especialização produtiva. Tal fato fez com que muitos agricultores familiares da região ficassem cada vez mais dependentes da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos e dos subsídios governamentais que ocasionaram um número significativo agricultores endividados (CARVALHO, 2008).

Concomitantemente nesses anos, problemas como envenenamentos, dores desconhecidas e náuseas, abortos e intoxicações diversas passam a fazer parte do cotidiano de inúmeras famílias de agricultores. Aliado a isso, processos de desmatamentos da caatinga, ameaça de desertificação, práticas agrícolas inadequadas e até mesmo salinização em áreas de irrigação, fazem com que um grupo de organizações defensoras de práticas alternativas na agricultura passe a se mobilizar. Em muitas localidades rurais, os danos

evidentes ao meio ambiente passaram a ser evidenciados pelo recorrente o uso da nova tecnologia que por sua vez fazia um grande uso dos insumos agroquímicos, que proporcionaram a contaminação dos solos e águas. Os elevados custos de produção decorrentes dos gastos crescentes com agroquímicos fizeram com que se ampliassem a preocupação com sinais de intoxicação de agricultores familiares da região (MALAGODI; QUIRINO, 2002). Para Carvalho:

A questão é que a falta de controle na difusão e utilização dos agroquímicos levou a uma série de impactos ambientais e de saúde pública, sobretudo se considerar que as menores unidades produtivas geralmente são as que abastecem o mercado com produtos alimentícios básicos, como feijão, milho, mandioca... Esse fato, junto à deficiência nos serviços de assistência técnica, que direcionavam, em grande parte, sua atuação para o suporte à especialização produtiva, levou os agricultores a abandonarem suas estratégias técnicas e econômicas de convivência com o meio-ambiente local e tornarem-se mais suscetíveis às instabilidades climáticas e de mercado (2008, p.106).

Nesse cenário, dos problemas vivenciados por grande parte dos agricultores familiares ao longo do processo de modernização do campo, consolidam-se redes de movimentos e organizações engajados na disseminação de novos discursos no meio rural, dando subsídio para que práticas agrícolas alternativas construam novos formatos sociotécnicos para a agricultura de base familiar. O enfoque da agroecologia passa então a redesenhar as relações sociais no Agreste do Estado da Paraíba apresentando arranjos diferenciados na agricultura familiar da região (MARIANO NETO, 2006). Nas microrregiões que compreendem o Território da Borborema, a participação de movimentos defensores da agricultura familiar e munidos de um discurso ecológico, auxiliam o surgimento de agricultores agroecológicos, experimentadores ou multiplicadores. Ao trabalhar por meio de intensa articulação, essas redes passam a atuar na luta contra a utilização de agrotóxicos e pela busca de alternativas produtivas mais adaptadas as limitações vivenciadas pelos agricultores familiares da região semiárida.

3.2 A rede de atores na promoção da agroecologia no Território da Borborema

Em um processo de redemocratização, a parceria de sindicatos, ONGs e órgãos do Estado na implementação e formulação de políticas públicas para o universo da agricultura familiar no Território da Borborema progressivamente constrói uma rede de ação e disseminação coletiva em torno da agroecologia. Especialmente no final da década de 80 e

início da década de 90, a disseminação de agriculturas alternativas e projetos de convivência com a região semiárida emergem pela atuação de agências da sociedade civil organizada que munidas por um discurso ecológico fazem com que se desenvolvam na agricultura familiar, a preocupação com a sustentabilidade do sistema agroalimentar e demandas pela valorização de formas alternativas de produção.

Anteriormente nestas décadas, organizações como o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades³⁹ (PATAC) e CAAASP⁴⁰, entre outras instituições promotoras de discursos de convivência com as limitações edafoclimáticas locais da região já testavam tecnologias apropriadas à região semiárida paraibana trazendo à tona temas como captação e armazenamento de água em muitas localidades do Estado. A partir da atuação do PATAC nos municípios que compõem a Mesorregião do Agreste paraibano, o sindicato de Lagoa Seca começou a interagir, a debater e a buscar alternativas tecnológicas para a agricultura familiar no município, buscando novos caminhos para superar a crise em que se encontravam os agricultores (CARVALHO, 2008).

Assim, enquanto a maioria das entidades sindicais de trabalhadores rurais no Estado da Paraíba desenvolvia atividades assistencialistas ligadas à saúde ou de assistência previdenciária, a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca inicia processos de mobilizações para que muitos agricultores familiares associados se tornem conscientes do acesso aos recursos naturais e de sua sustentabilidade. Ao se deparar com a problemática dos desastrosos efeitos da utilização intensiva de técnicas agroquímicas, decorrente da popularização das práticas de quimificação e mecanização na agricultura, o STR de Lago Seca assume a bandeira da luta contra os malefícios provocados pelo uso intensivo de agrotóxicos (BASTOS, et al, 2014).

Ademais, o STR de Lagoa Seca em parceria com outros sindicatos passam também a questionar as ações governamentais que subsidiaram tal modelo agrícola e a repensar a viabilidade das técnicas convencionais de produção, iniciando mobilizações “visando encontrar alternativas produtivas que respondessem às necessidades dos agricultores e que dessem condições de começar um processo de reversão da situação” (CARVALHO, 2008,

³⁹ Desde os anos 1970, o PATAC redefiniu sua ação e área de atuação, passando a desenvolver ações junto a famílias agricultoras e suas organizações na região do semi-árido paraibano com processos de experimentação e difusão de inovações técnicas e sócio-organizativas alternativas e de convivência com os entraves da seca.

⁴⁰ A Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano atua em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (a CPT) e foi pioneira, nos anos 70 e 80, no Estado da Paraíba, na liderança dos movimentos de resistência à expulsão e à conquista da terra, muito tempo antes da chegada do MST ao Nordeste. A participação da CAAASP na articulação estadual do movimento (da ASA-PB) tem garantido a expansão da proposta agroecológica aos assentamentos da área, estando esta entidade diretamente ligada aos movimentos sociais (SANTOS, 2010).

p. 115). Nesse processo, um conjunto de atividades foi sendo proposto, iniciando-se um movimento que cresceu tanto pelas formas organizativas quanto pelo número de articulações sobre o tema, especialmente no contexto da Articulação do Semiárido Paraibano⁴¹ (ASA-PB) e com a chegada da AS-PTA na região⁴².

Inicialmente, esta articulação passou a edificar uma rede que começa a integrar as organizações em torno da troca de experiências e metodologias, tendo, como foco de ação, a região semiárida do Nordeste. A rede começou a se reunir em 1993, ano em que ocorreu mais um período de seca prolongada, quando trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), exigindo novos rumos nas políticas públicas. Desse modo, uma série de discussões que foram envolvendo mais de 300 entidades num Fórum Nordeste, discutindo-se ações permanentes para o desenvolvimento do Semi-Árido (CARVALHO, 2008, p. 124).

A chegada da AS-PTA, organização articuladora de redes e movimentos do campo agroecológico, que se instala no município de Solânea, coincide com o processo de renovação sindical que contestava a forma como os trabalhos vinham sendo conduzidos pelas antigas diretorias sindicais. Esta ONG passa a identificar novas alternativas para a solução de tais problemas trabalhando com os sindicatos de trabalhadores rurais de Remígio e Solânea inicialmente, ampliando a perspectiva agroecológica na rede em parceria com o STR de Lagoa Seca em 1996. Das conexões com os sindicatos, a AS-PTA passa a realizar diagnósticos, traçando prioridades de ações e mobilizando atores para a realização de intercâmbio de experiências, cujo avanço dos trabalhos realizados, especialmente nesses municípios, foi aos poucos chamando a atenção de organizações de agricultores associados aos STRs de municípios vizinhos. Conforme a fala do atual presidente do Sindicato de Lagoa Seca e participante nas mobilizações iniciais:

A quebra do isolamento dos sindicatos foi muito importante nessa perspectiva, por que era cada um nos seus municípios. Então era uma tradição muito forte, um comodismo muito grande no movimento sindical e agente teve que inovar juntando todos os agricultores e foi através da AS-PTA que foi prestando um trabalho para o movimento sindical com assistência técnica e fazendo estudos da realidade que mostrou a importância de experimentar e fomos aprendendo juntando diferentes agricultores. Esse intercâmbio realmente foi uma coisa nova (Entrevista 23 – N. F., representante do Polo Sindical).

⁴¹ A Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) é um fórum formado por pessoas, instituições sindicais e comunitárias, setores da Igreja e de universidades públicas, movimentos sociais e organizações não governamentais que têm como objetivo central a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semiárido (<http://www.asabrasil.org.br>).

⁴² Organizada em diferentes áreas temáticas (recursos hídricos, sementes, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização) do Programa Paraíba, a ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa esteve empenhada em fomentar relações de intercâmbio com outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões do estado da Paraíba e do semi-árido brasileiro, através da ASA e do Pólo Sindical da Borborema (AS-PTA, 2012).

Na época, a relação de diálogo que se estabeleceu entre as lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios estendeu-se também para o relacionamento entre os sindicatos e outras organizações não governamentais. Conforme Silveira, et al, (2010, p. 15), “o avanço da proposta para a constituição de redes de inovação sob as bases da agroecologia nesses municípios foram aos poucos se irradiando e despertando o interesse de sindicatos e de outras organizações de agricultores dos demais municípios do agreste paraibano”. As experiências bem-sucedidas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes efetivadas nessas localidades foram ganhando notoriedade, proporcionando aos sistemas produtivos dos agricultores/familiares uma maior estabilidade e capacidade de resistência as limitações diversas, a exemplo do período prolongado da seca vivido entre 1998 e 1999.

Esta articulação inicial teve como objetivo aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar na região, através da mobilização de suas bases sociais para o desenvolvimento de processos coletivos de experimentação e técnicas alternativas nas propriedades dos agricultores familiares destes municípios. Além de apresentar e fortalecer politicamente o movimento agroecológico na região, esta estratégia permitiu a rede uma melhor “interpretação de sua realidade e o favorecimento no sentido da reapropriação e da valorização do conhecimento local, bem como territorial, permitindo que fosse ampliado e qualificado o diálogo entre as famílias agricultoras do território” (DELGADO, 2010, p. 44). Segundo argumenta Silveira, et al:

A realização dos primeiros diagnósticos rápidos e participativos dos agroecossistemas nos municípios fez emergir novas percepções sobre os distintos ambientes, sobre a diversidade dos sistemas produtivos e sobre os condicionantes ecológicos, econômicos e socioculturais da vida das famílias produtoras, que passaram a compartilhar esses conhecimentos em nível comunitário. Além disso, permitiu que as direções sindicais visualizassem os agroecossistemas em sua diversidade como expressão de estratégias técnicas e econômicas peculiares das famílias. Essas iniciativas favoreceram também a identificação e a valorização do conhecimento local, ampliando e qualificando o diálogo com as famílias agricultoras (2014, p.11).

As estratégias adotadas pelas organizações na época se estruturaram em dois eixos iniciais, a formação e a experimentação. Logo, foram disseminadas por meio de intensas divulgações em encontros, reuniões nos sindicatos e visitas às propriedades, de forma a incentivar os agricultores a participarem, e, posteriormente, testar e adaptá-los as novas tecnologias. O que contribuiu para a ampliação do enfoque agroecológico não só nos três

primeiros municípios como também em outras áreas da região, levando a que fossem ministrados cursos em localidades da Microrregião como Massaranduba e Queimadas e outros municípios como Esperança, Alagoa Nova, Lagoa de Roça, etc. (CARVALHO, 2008).

Na época, a mobilização inicial em torno de troca de saberes gradativamente passou a facilitar a divulgação de técnicas e a criação de redes de intercâmbios nas comunidades, onde os agricultores experimentadores associados aos seus respectivos sindicatos começam a mobilizar suas bases nas comunidades para divulgar as experiências em Agroecologia. Tal fato, fez com que fosse de fundamental importância para qualificar a inserção destes no cenário político e social, e principalmente nos espaços organizativos, comunitários, e na vida sindical, passando a ser conhecidos como uma identidade social de destaque dentro da rede (BASTOS et al, 2014, CARVALHO; MALAGODI, 2008).

Para tanto, mostrou-se imprescindível à existência de um ator regional com capacidade para coordenar política e metodologicamente o processo de ampliação, garantindo, ao mesmo tempo, que fosse assumido como um projeto das organizações da agricultura familiar da região. A aposta recaiu sobre o Pólo Sindical da Borborema⁴³ como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia, cujas ações pudessem conduzir um projeto voltado às organizações da agricultura familiar nessas localidades (DELGADO, 2010).

Além de articular os movimentos sindicais em um projeto embasado sob a agroecologia, e, intrinsecamente, relacionado ao discurso da convivência com o semiárido, o Polo Sindical trouxe a necessidade de se redefinir a postura dos sindicatos na criação de agricultores familiares agroecológicos, permitindo a realização de diversos experimentos de inovação produtiva e tecnológica. Do intercâmbio das experiências entre as lideranças e as suas bases sindicais, junto a AS-PTA foi criando uma rede de agricultores experimentadores, estabelecendo progressivamente na região a existência de um dos mais destacáveis territórios agroecológicos no estado da Paraíba. Logo, assessorado pela AS-PTA, em 1998 o Pólo Sindical da Borborema passa a estruturar:

⁴³ Atualmente, o Pólo constitui uma rede de mais de 3.500 famílias, em 150 comunidades, contando com 16 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em diálogo com ONG"s e movimentos sociais: AS-PTA, PATAC, ASA-PB, ASA-BR, etc. O POAB vem apoiando redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que conformam a Borborema. Ele vem mostrando como as experiências concretas têm a capacidade de mobilizar e articular instituições governamentais: a Secretaria Estadual de Agricultura, a Conab, o Projeto Cooperar do Governo do Estado, o Pronaf, Universidades, Centro de Pesquisas e vários Ministérios (SILVEIRA; et al, 2010).

a perspectiva política de atuar coletivamente, em rede, numa escala regional superando o isolamento representado pela ação restrita ao âmbito municipal-articulando sindicatos de diversos municípios das regiões da Borborema e do Cariri, com diferentes ambientes agroecológicos, e que totalizam atualmente 16 municípios, possibilitando um processo de reordenamento das ações dos sindicatos frente às demandas provenientes destas ações, ou seja, novas funções e uma nova agenda foi montada em virtude da promoção do desenvolvimento territorial da agricultura familiar em base agroecológica (DELGADO; ZIMMERMANN, 2008, p. 7).

Na época, a grande seca que marcou o ano de 1998 e que atingiu fortemente a região, fez com que as organizações articuladas no âmbito da ASA-PB, se deparassem com grandes desafios que assolavam muitos agricultores familiares e suas propriedades. Problemas como o colapso geral no abastecimento de água para consumo humano e animal e irrisória produção agrícola que colocava em risco a segurança alimentar das famílias, dentre outros, constituíram-se como barreiras as áreas experimentais da AS-PTA e os projetos desenvolvidos com os agricultores no âmbito do Polo Sindical. Ao constituir reconhecimento por parte da sociedade civil local e dos atores políticos estaduais no acesso a recursos públicos para realização de suas atividades, o Polo Sindical passa a atuar como instrumento de ações territoriais como políticas de sementes, de recursos hídricos, de segurança alimentar, de crédito, de infraestrutura e de pesquisa e extensão, dentre outras. Para Veja e Jalil (2013, p. 48), o Polo Sindical da Borborema “se constitui como um patrimônio, tanto material quanto intangível, das diversas comunidades”, ao se revelar como uma importante rede organizativa tanto na preservação e geração de conhecimentos em agroecologia quanto com sua forte atuação na esfera pública.

Ao se estruturar tematicamente guardando forte analogia com temas orientadores dos programas da AS-PTA, as comissões criadas em seu âmbito, passam a assumir importante papel de referência para a interlocução de programas institucionais. Estas comissões respondem cada qual pelo planejamento e pela execução de um programa de formação relacionado com sua área temática, cujo conjunto do programa de formação pode ser subdividido em dois sub-programas: Formação em Conversão Agroecológica dos Agroecossistemas e Formação em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas⁴⁴.

⁴⁴ Os sub-programas abordam a dimensão técnica do processo de inovação e suas implicações do ponto de vista das políticas públicas específicas. O primeiro composto pelos seguintes eixos temáticos: recursos genéticos, manejo ecológico de cultivos anuais, recursos hídricos, sistemas agroflorestais, criação animal, saúde e alimentação e o segundo é orientado, sobretudo para a formação das lideranças das organizações dos agricultores, abordando questões das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural (AS-PTA, 1998).

Logo, as bases principais do projeto foram estabelecidas no início dos anos 2000, onde a articulação do movimento sindical com a AS-PTA, o PATAC e outras ONGs, no contexto da rede ASA-PB, em parceria com universidades, igrejas e instituições de pesquisa, passam a formular e implementar um programa de formação estruturado tanto a temas relacionados à inovação agroecológica, quando com o foco nas políticas públicas. No contexto do Programa de Desenvolvimento Local – Paraíba⁴⁵ da AS-PTA inicia os trabalhos na promoção da agroecologia tanto por meio da capacitação quanto pelo fortalecimento da rede, cujos eixos de ação passaram a se estruturar em projetos de sistemas agrícolas sustentáveis e de capacitação fortalecimento das Organizações com o foco nas articulações institucionais e difusão das experiências que estavam sendo vivenciadas (AS-PTA, 2002).

A difusão das experimentações em agroecologia promovidas pela AS-PTA em parceria com Polo Sindical passa a ser estruturadas em diferentes áreas temáticas, bem como os boletins e vídeos de experiências que foram e são utilizados como instrumentos para favorecer a interação entre os participantes das redes de agroecologia. Outras ações relacionadas à formação e à capacitação de agricultores experimentadores (multiplicadores) e demais participantes do Polo se desenvolveram por meio de uma série de eventos para discussão a respeito de inovação técnica e o papel das organizações dos agricultores e do apoio institucional. Os temas mobilizadores, tais quais, recursos hídricos, sementes, saúde e alimentação, criação animal, cultivos ecológicos e comercialização, passam a ser articulados em torno das próprias experiências e práticas produtivas. As trocas de saberes se apresentam através da realização de eventos, encontros, festas, visitas de intercâmbio, seminários, dentre outros.

No âmbito do Polo Sindical, o Sub-programa de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas criou forte interação com os demais programas no campo técnico, onde por meio da análise das experiências de conversão agroecológica dos sistemas, a rede passa a ser formular propostas de políticas alternativas voltadas para a convivência com o semi-árido e ações políticas das organizações locais da agricultura familiar. Ao avançar no plano político relativo aos temas técnicos, sobretudo no campo das sementes e dos recursos hídricos, as articulações em torno da proposta agroecológica e de

⁴⁵ O Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba é implementado em cooperação com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações comunitárias, organizados no Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, além de outros parceiros locais como a Catequese Familiar, vinculada à Igreja Católica e Articulação do Semiárido Paraibano – ASA/PB (AS-PTA, 2012).

convivência com a região semiárida se apresentam no próprio fortalecimento das capacidades políticas das organizações envolvidas na rede (AS-PTA, 2002).

No âmbito dos recursos hídricos, a AS-PTA passou a acompanhar a formação de grupos de gestão de fundos rotativos para construção de cisternas de placas, envolvendo diversas famílias na construção de cisternas na área de intervenção da entidade. Ademais, das articulações com o PATAC, as instituições dão impulso ao projeto de desenvolvimento local da Articulação do Semiárido, apoiado pela SUDENE que passa a abranger 19 municípios na construção de cisternas de placas pré-moldadas, inúmeros reservatórios cilíndricos para a segurança hídrica e qualidade de água para consumo humano nas propriedades dos agricultores (AS-PTA, 2000).

O Programa Paraíba da AS-PTA passa a envolver agricultores-experimentadores na experimentação e avaliação técnicas alternativas de alimentação animal. A disseminação destas técnicas fez com que se ampliasse a quantidade de forragem beneficiada e armazenada pelos agricultores familiares em diferentes tipos de silos testados, buscando soluções para o armazenamento de pastagens com o foco na garantia de disponibilidade de alimentação para o gado em períodos de estiagem prolongada. No que concerne, a introdução e a intensificação do plantio de árvores nos sistemas dos agricultores do semiárido, as organizações passam a estimular a identificação e coleta de sementes de diferentes espécies florestais nativas para a produção e plantação de mudas em diferentes espaços nas propriedades, sejam áreas degradadas em forma de bosques, fruteiras e aleias em meio aos roçados, cercas-vivas ao redor das propriedades e agroflorestas.

No contexto do Pólo Sindical, as ações do Programa Paraíba da AS-PTA também passam a incidir e estimular o protagonismo de mulheres nas ações de experimentação agroecológica através dos fundos rotativos solidários⁴⁶ especificamente orientados para esse segmento social. Pode ser destacado o trabalho de reorganização dos arredores de casa, envolvendo majoritariamente grupos de mulheres. Além desses aspectos, essa linha de ação passa a ter como proposta a inserção política e econômica das mulheres nas redes de inovação e nas organizações locais, bem como a ampliação do volume e da diversidade de produtos para a comercialização (AS-PTA, 2005).

Ademais, o processo de formação de agricultores dentro da rede de agroecologia alcançou boa repercussão em termos da capacidade das lideranças locais e de diálogo com

⁴⁶ Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades que em tese praticam a auto-gestão dos referidos fundos, formando uma poupança e que decidem (re) investir parte desta em prol da própria comunidade. Na região, os FRS são utilizados como uma política pública de desenvolvimento local destinada aos agricultores familiares, geralmente beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do PRONAF (GONÇALVES, 2010).

as instituições do Estado no que diz respeito à política de sementes. Em parceria com a ASA/PB, a rede de bancos de sementes comunitários ganhou significado, enquanto uma temática de importância fundamental para a estratégia de convivência com o semiárido. A constituição de uma rede de bancos de sementes comunitários passa a mobilizar as famílias agricultoras para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados. Estas, muitas vezes chamadas de “sementes da paixão”, introduzem mais autonomia dos agricultores familiares frente aos fornecedores externos (CARVALHO, 2008; VEJA; JALIU, 2014).

Por meio da rede de bancos comunitários e dos fundos rotativos, a AS-PTA, em articulação com seus parceiros, promoveu eventos de formação com cursos e treinamentos realizados pelos próprios agricultores, visitas de intercâmbio, encontros e seminários (AS-PTA, 2000; 2012; DINIZ, 2007). Disso, resultaram cursos de aproveitamento ministrados por técnicos destas respectivas instituições, onde através da parceria com o CNPA (Centro Nacional de Pesquisa do Algodão) da EMBRAPA e o escritório local da EMATER foram implantados áreas experimentais nas propriedades dos agricultores experimentadores. Outra ação significativa se desenrolou por meio do Projeto Plantas Nativas como parte do Projeto interinstitucional de Informação, Disseminação e Treinamento (SIDT), cujo objetivo principal foi tornar disponíveis aos usuários às informações geradas pelos projetos de pesquisa dos subprogramas de Biodiversidade e Botânica Econômica, resultantes dos convênios entre Universidades do Nordeste (UFPB, UFAL, UFRPE, UFC, UEBA), centros de pesquisa da EMBRAPA e demais parceiros⁴⁷.

No curso das mobilizações, a ASA-PB passa a organizar encontros regionais e estaduais que contam a massiva participação de agricultores, lideranças, órgãos governamentais e não governamentais para disseminar o intercâmbio de experiências relacionadas a convivência com o Semiárido e Agroecologia. No que se relaciona à influência sobre as políticas públicas com base em amplo processo de mobilização articulado pela ASA-PB, ocorreu parcerias com a Secretaria de Agricultura do estado, que se comprometeu com o fortalecimento dos BSCs e posteriormente a aprovação, pela

⁴⁷ Desde o início das articulações em prol da agroecologia na região, foram realizados inúmeros contatos e parcerias com outras instituições de desenvolvimento como as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Centros Nacionais de Pesquisas em Algodão e Agrobiologia (EMBRAPA), o Sindicato dos Extensionistas (Sinter), o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), da França, o Instituto Paraibano de Agropecuária (IPA), dentre outros (AS-PTA, 2005).

Assembléia Legislativa da Paraíba da Lei de Sementes⁴⁸ que, em nome da qualidade do material genético ofertado, resguardava o privilégio da produção de sementes para as grandes empresas comerciais e empresas públicas de pesquisa.

Em 2001, a realização do I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema passa a ser conhecido como projeto de transição agroecológica ou de agricultura familiar agroecológica. Além de fortalecer e consolidar a articulação entre o movimento sindical e as ONGs promotoras da de agriculturas alternativas e de convivência com o Semiárido (AS-PTA, PATAC), o evento serviu para a construção de uma identidade agroecológica comum entre importantes segmentos da agricultura familiar, tornando “o Pólo Sindical da Borborema portador privilegiado de um projeto de desenvolvimento rural local sustentável bastante legitimado em diversos segmentos da sociedade e da economia locais” (DELGADO; ZIMMERMANN, 2008, p. 8).

No processo de articulações, as instâncias organizativas atuantes em distintas escalas de abrangência geográfica e social na região se mobilizam a partir da dinâmica preparatória do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) como fator fundamental para a revitalização das redes de agroecologia na região, passando a participar de contextos mais amplos, a exemplo das redes virtuais, como a “Agroecologia em Rede” e a “Rede ATER Nordeste”⁴⁹. No ano de 2002, em nível nacional, as experiências forjadas no Território da Borborema ganharam notoriedade no ENA, onde além das várias experiências particulares apresentadas em grupos de trabalho temáticos, a dinâmica do Polo enquanto espaço de articulação de organizações da agricultura familiar foi objeto de debate na plenária geral do Encontro. “Essa visibilidade construída permitiu que a experiência do Polo se afirmasse como uma das mais significativas referências no país do movimento dos agricultores familiares em prol da Agroecologia” (AS-PTA, 2002, p. 8).

A estratégia de atuar coletivamente, em rede, numa escala regional representou um acúmulo de aprendizado e de experiência para o movimento sindical e para as representações dos agricultores familiares participantes do Polo Sindical que os colocou numa posição diferenciada para participar e influenciar a dinâmica institucional e uma política territorial da SDT. Com o aumento das capacidades de intervenção das

⁴⁸ O sancionamento pelo Governo do Estado da Lei nº7.298, de 27 de dezembro de 2002 dispõe sobre a Criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários e dá outras providências no reconhecimento oficial do BSC, inclui-os nos programas governamentais as sementes das variedades locais.

⁴⁹ Essas articulações visaram fortalecer a rede de relacionamentos e conhecimentos acerca da perspectiva agroecológica e poder fazer avançar as propostas de políticas públicas, as entidades (AS-PTA, Pólo Sindical, PATAC) participantes que passam a elaborar uma metodologia horizontal de assessoria técnica de construção do conhecimento agroecológico, visando influenciar a política nacional de ATER (VEJA; JALIL, 2014).

organizações do Pólo nos Conselhos Municipais e no Território da Borborema, o Polo conseguiu influenciar o conteúdo e a metodologia do programa de desenvolvimento territorial com a incorporação do zoneamento agroecológico e a aprovação de propostas como Banco de Sementes Regional, Máquinas Forrageiras e Ensiladeiras, Máquinas de Fazer Tela e o fortalecimento de Feiras Agroecológicas.

Nesse contexto, o ano de 2003 é marcado pela implementação do Programa dos Territórios Rurais de Identidade, uma política de desenvolvimento territorial do MDA, constitui-se formalmente, o Território da Borborema. O espaço aberto por essa política possibilitou que o projeto em construção do Polo ganhasse maior visibilidade entre um conjunto mais amplo de atores e instituições privadas e públicas, tornando o Território da Borborema uma arena privilegiada de expressão e disputa de projetos de desenvolvimento rural. Para coordenar o território da SDT foi instituído o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema⁵⁰, com dois objetivos principais:

Primeiro, apoiar o desenvolvimento sustentável territorial da Borborema, através do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia e na valorização e no aprimoramento das capacidades e dos conhecimentos dos agricultores familiares e suas organizações. E segundo, promover a capacitação e a mobilização para a gestão participativa do desenvolvimento sustentável da Borborema, através de ações que gerem capital humano e social e busquem a integração das políticas públicas territoriais, além de estruturar a base técnico-operacional para o apoio à gestão social do território (PIRAUX; BONNAL, 2007, p. 31).

No âmbito do estreitamento das interações entre sociedade civil e organizações do estado, o Pólo da Borborema passa a fortalecer sua capacidade de diálogo e negociação em torno das políticas públicas mediadas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial, atuando em políticas mais adaptadas à região, assim como também elaborando proposições concretas para mobilizar recursos por parte de órgãos governamentais, onde se destacam: o Programa um milhão de cisternas (p1mc) – para a provisão de água para o consumo humano; o Programa Uma Terra e Duas Águas (p1+2) – para acesso e manejo de água para a produção de alimentos; o Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (PAA-CONAB) – para o abastecimento dos bancos de sementes por

⁵⁰ No Fórum, existe uma divisão entre duas grandes categorias de atores coletivos: os representantes da sociedade civil (Pólo Sindical e das Organizações da Borborema, o Fórum dos Assentados da Reforma Agrária, ASA-PB, AS-PTA, PATAC, ONG Arribaça, entre outras organizações e redes) e os representantes do Estado (secretarias municipais de desenvolvimento rural sustentável, a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas - EPASA, EMATER, UFPB, UEPB, o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba - INTERPA e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB) (DELGADO, 2010; PIRAUX; BONNAL, 2007).

meio da compra de variedades locais e de alimentos agroecológicos para o abastecimento de escolas e creches, dentre outros (VEGA; JALIL, 2014).

Concomitantemente, A AS-PTA, a ONG Arribaça e o Polo da Borborema passam a apresentar experiências durante seminários sobre Políticas Públicas de ATER promovidos por organizações do Estado como a EMATER. Ao inserir perspectiva agroecológica na pauta de políticas públicas, a aproximação de organizações não governamentais com os escritórios locais da EMATER faz com que novas práticas de assistência técnica e extensão rural passem a ser formuladas. A influência da agroecologia introduzida pela EMATER/PB passa a obter crescente apoio do governo por meio de uma nova postura traduzida pela Nova Política Nacional de ATER, onde a Gestão Unificada EMATER/EMEPA/INTERPA, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, passa a capacitar extensionistas rurais com vistas à ampliação e a adoção de práticas agroecológicas para os agricultores familiares em diversas localidades do Território da Borborema.

No decorrer dos anos 2000, foram apoiados 12 projetos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com uma verba aplicada de R\$ 1.628.227,91. Os temas variam de sementes crioulas, recursos hídricos, cultivos ecológicos, criações de animais, saúde e alimentação saudável envolvendo uma teia de organizações que se amplia para além das redes iniciais ao apresentar relações cada vez mais tênues com representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de entidades como a EMBRAPA, EMATER, universidades, institutos federais e escolas agrícolas (PTDRS, 2010).

Com relação aos resultados mais significativos alcançados nas diferentes áreas de atuação, o Território da Borborema passa a contar com a existência de 83 Bancos de Sementes Comunitários distribuídos em 11 municípios, mantendo estoque de cerca de 10 mil quilos de sementes de 19 variedades; 480 novas cisternas de captação de água de chuva foram construídas, totalizando 4.800 cisternas no conjunto da região, beneficiando cerca de 24.000 pessoas com água potável e para outros usos domésticos. Ademais, 150 mil mudas de 70 espécies diferentes de uso múltiplo foram produzidas em viveiros comunitários e no viveiro da ASPTA e distribuídas a cerca de 1.500 famílias para rearborização de propriedades; 81 quintais domésticos de famílias, beneficiando-se também da constituição de fundos rotativos para a implantação de pequenos criatórios nas propriedades (IBIDEM, 2010).

Além disso, a presença de aproximadamente 120 comunidades que gerenciam Fundos Solidários dos 16 municípios do Pólo financiaram diversas ações como: reforma e construção de casas, banheiros, máquina de costura, tela, criação animal, lona para silos, barracas e implementos para as feiras agroecológicas, mini-padaria, barragens subterrâneas, hora de trator para reforma de barreiros, aluguel de terra para roçados de grupo de jovem, corte de terra, artesanatos, compra de moinho, pequenos empréstimos para atender às necessidades diversas das famílias, dentre outros (AS-PTA, 2012).

De acordo com o documento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2010), o conjunto de ações para fortalecimento da na agroecologia no Território da Borborema 2010 – 2020 tem em seu eixo principal a intensificação da produção agroecológica familiar e reforma agrária, a saber: Fortalecimento dos sistemas diversificados de produção nos roçados; produção dos sistemas sustentáveis de criação animal (bovinos, caprinos, ovinos); Implantação de Campos de Produção de Sementes crioulas; Ampliação da Rede de viveiros no Território, fortalecendo a rede de conhecimento agroecológico; Fortalecimento dos sistemas diversificados de produção nos reservatórios de água (piscicultura, hortas, etc.); fortalecimento de feiras agroecológicas, dentre outras. Em termos gerais, com a consolidação da rede sob os moldes da perspectiva agroecológica em diversos espaços organizativos,

nos últimos anos o Território da Borborema tem sido palco de uma série de ações que têm modificado substancialmente a movimentação e as relações de seus atores, sejam eles da sociedade civil organizada ou do governo devidamente constituído. De fato, o Território tem se transformado em um ambiente propício para a evolução de uma série de dinâmicas territoriais, as quais estão correlacionadas a uma série de fatores, como o fortalecimento dos sindicatos e movimentos sociais (associações, fóruns, etc.) ligados à agricultura familiar, e a presença de organizações não governamentais (ONG"s) (CEI, 2011, p. 23).

Além disso, o tema da comercialização dos produtos da agricultura familiar entrou na pauta dos debates e estratégias definidas pela rede de agroecologia no Território. Segundo Freire e Almeida (2005), as iniciativas de estímulo à estruturação de novas relações de mercado, ao mesmo tempo em que expressam uma postura inovadora e propositiva das organizações, trazem novas questões à pauta do debate sobre a organização dos mercados locais e regionais e suas interações com a formulação de estratégias e propostas de políticas para a sustentabilidade da agricultura de base familiar através das chamadas feiras do produtor ou feiras agroecológicas de agricultores familiares da região. Segundo Carvalho; Malagodi (2009, p. 7):

Uma das “novidades” que vem ganhando destaque no amplo processo de desenvolvimento da agroecologia na Paraíba é o surgimento das feiras agroecológicas, e de feiras do produtor, ampliando e consolidando uma estratégia de modificação da relação do produtor com o mercado, o que em si pressupõe a formação de um espaço rural diversificado, bem como o fortalecimento do tecido social. Podem ser destacados aqui, como exemplos de iniciativas que buscam a inserção em mercados institucionais, o fornecimento para a Merenda Escolar e para programas de aquisição direta com doação, como o PAA-Leite e PAA, assim como a construção e o fortalecimento das feiras agroecológicas e os mecanismos de venda direta.

Nesse sentido, no Território da Borborema, e, mais precisamente na Microrregião de Campina Grande, uma rede de feiras alternativas (agroecológicas, feiras do produtor) distribuídas entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca, e que envolvem três redes de instituições que as apoiam vem permitindo a criação de novas relações entre o produtor e o consumidor, como também a organização de eventos, encontros e festas que ampliam a troca de experiências da proposta agroecológica e aumentam as margens de lucros por meio da venda direta dos alimentos produzidos (GOMES, et al, 2015; CARVALHO; MALAGODI, 2009).

Além da disseminação de experiências práticas em agriculturas alternativas e de técnicas de convivência com a região semiárida através do enfoque agroecológico, as especificidades com que as redes de atores mediam as ações que fomentam as feiras têm promovido mudanças na medida em que se desenvolvem alternativas econômicas para os agricultores/feirantes envolvidos com o auxílio na garantia de escoamento da produção e a intermediação do acesso destes às políticas governamentais. Apesar dos inúmeros desafios que estes agricultores/feirantes se deparam, as possibilidades abertas por essas redes tem proporcionado um novo ato de consumo e comercialização, como veremos a seguir no curso deste capítulo.

3.3 As feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande: formação e consolidação da rede de atores.

3.1 As Feiras Agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema

Ao atuar na montagem dos campos de experimentação nos municípios de Lagoa Seca, Remígio e Solânea no final dos anos 1990, a AS-PTA que na época instigava os agricultores agroecológicos experimentadores a produzir com técnicas diferenciadas da

convencional para a subsistência de suas famílias, passa a levantar questões sobre o escoamento da produção e a pensar em um espaço para a venda dos produtos. Em um processo de mais de três anos de mobilização em torno de uma alternativa de escoamento para os produtos agroecológicos que eram vendidos para a CEASA de Campina Grande, surge à primeira feira agroecológica da Microrregião de Campina Grande.

No contexto do Polo Sindical da Borborema, os sucessivos debates e intercâmbios promovidos sobre o que deveria ser feito acerca do excedente da produção envolveram aproximadamente 40 agricultores e agricultoras, culminando na criação da Feira de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar de Lagoa Seca inaugurada na véspera das festas natalinas sob o lema “Natal sem veneno”, fato que ocorreu no dia 22 de dezembro de 2001. A feira foi realizada com uma estrutura precária, onde muitos dos 25 agricultores/feirantes comercializaram seus produtos em cima de caixas e sobre lonas, em virtude da falta de recursos para a infraestrutura.

O termo “Natal sem Veneno” foi o modo que a AS-PTA junto aos agricultores/feirantes do Polo Sindical encontraram para chamar a atenção da sociedade em relação ao consumo dos produtos saudáveis e apesar do descrédito e desconhecimento por parte da população local, o evento apresenta um número significativo de consumidores. De acordo com o agricultor e atual presidente do Sindicato de Lagoa Seca (Entrevista 23), por ser um município, onde nunca se teve experiência com feiras livres, diferentemente de Campina Grande e Esperança, um dos desafios para a consolidação da feira era o costume da população de adquirir os alimentos em supermercados.

Assim, ao conseguir dar continuidade à experiência de uma feira agroecológica, o STR de Lagoa Seca em parceria com AS-PTA, passa a divulgar as feiras em programas de rádio e em faixas afixadas em locais estratégicos do município, com a finalidade de viabilizar a infraestrutura para realização da feira, atrair os produtores e ampliar a oferta de produtos. Ao disponibilizar apoio técnico para a formação agroecológica e produção orgânica, a AS-PTA através de um projeto experimental que foi encaminhado à Prefeitura de Lagoa Seca, faz com que no ano posterior, a Prefeitura do município passe a ceder um espaço específico ao lado do Mercado Central do município para que a feira ocorresse semanalmente aos sábados (Figura 4).

FIGURA 4 - Localização da Feira Agroecológica de Lagoa Seca



(Fonte: Google Earth, 2015 / DATUM: SIRGAS, 2000).

No intuito de expandir para outros locais de comercialização, a sede da AS-PTA no município de Esperança começa a ser utilizada como local para oferecer cursos e oficinas aos agricultores que estavam se organizando em torno dos métodos de certificação participativa, manuseio e qualidade dos produtos a serem vendidos. Neste período, a atuação da AS-PTA e o Sindicato de Lagoa Seca dentro do Pólo Sindical esteve focada na articulação de profissionais para um trabalho de divulgação para a população em geral com panfletagem e em rádios locais, realizando palestras sobre a importância de uma alimentação mais saudável. Conforme assinala um dos coordenadores que acompanham as feiras desde o início e assessor técnico da AS-PTA:

Muitas das famílias não tinham experiência com comercialização e vendiam pra atravessadores e começamos a motivar as famílias fazendo o convite depois da montagem dos campos de experimentação. Tudo começou na fase da

experimentação, quando a gente viu que as famílias precisavam de um canal pra escoar. A AS-PTA atende através de mobilizações e capacitações às famílias de acordo com cada tema, os chamados núcleos e o Programa de acesso aos mercados da entidade é realizado através de visitas técnicas e os cursos de capacitação para os produtores venderem alimentos de qualidade (Entrevista 20).

No ano de 2002, o STR de Lagoa Seca, organizou um encontro municipal para avaliação e planejamento das ações de experimentação na área, onde foram analisados os resultados dos experimentos conduzidos durante o ano e identificados novos rumos para Feira de Lagoa Seca. Ainda sem a existência da Associação, a AS-PTA, junto ao Pólo Sindical, mobilizaram projetos de apoio financeiro encaminhando-os a políticos locais que auxiliaram na compra de barracas, lonas, balanças, batas e demais artefatos. Com uma estrutura básica em um mercado restrito em Lagoa Seca e o descrédito da população local sobre os produtos diferenciados, surge a ideia de expandir a feira para um município de maior visibilidade. Ademais, por meio do intermédio realizado entre a Rede AS-PTA, os agricultores/feirantes do Polo Sindical da Borborema passaram a realizar intercâmbios com agricultores/feirante da Rede Ecovida da região Sul do país na tentativa de capacitar os agricultores/feirantes envolvidos sobre temas como certificação participativa, organização do local de venda, acomodamento dos produtos, etc.

Com a assessoria da AS-PTA, o Polo Sindical passou a articular agricultores na descentralização da comercialização, favorecendo com que os agricultores/feirantes pudessem negociar os alimentos agroecológicos produzidos em seus próprios municípios, na procura de novos espaços para comercialização. A partir disso, as conexões entre a AS-PTA e o Pólo Sindical, conjugadas com momentos de discussão e aprofundamento sobre o tema fazem com que se tome a iniciativa de divulgar a experiência da comercialização em outros municípios. Para tanto, as instituições organizaram visitas de intercâmbio com um grupo agricultores experimentadores à feira local de Lagoa Seca, fazendo com que a aposta pela venda direta dos alimentos produzidos, chamasse a atenção para existência de uma feira que abarcasse um número maior de agricultores/feirantes no município de Campina Grande, sob o título de “Feira Regional”.

No ano de 2003, foram dados os primeiros passos na montagem de uma feira regional que tivesse mais visibilidade, onde o Polo Sindical passou a promover viagens de intercâmbio para que os agricultores/feirantes conhecessem o funcionamento de outras feiras agroecológicas existentes nas cidades de João Pessoa e Recife. Ao servir como momentos de capacitação, as visitas de troca de experiências ao Espaço Agroecológico do Recife e à Feira Agroecológica em João Pessoa, a AS-PTA e Pólo Sindical firmam um

acordo de intercâmbio com os agricultores/feirantes agroecológicos das duas capitais, no intuito que a troca de conhecimentos pudesse proporcionar uma maior estabilidade e diversificação da oferta de produtos.

Para a instalação da nova feira, a AS-PTA junto ao Polo auxiliaram na criação de um fundo rotativo solidário, com o qual foi possível financiar, no período, 40 barracas e vestimentas padronizadas para os agricultores/feirantes. Além do FRS realizado pelas organizações, os recursos financeiros vieram de um projeto encaminhando para o Governo Federal, que disponibilizou parte da infraestrutura, quanto de projetos da própria AS-PTA. A AS-PTA encaminhou um projeto que foi levado a Prefeitura de Campina Grande, fazendo com que após um ano de negociações com até então prefeita na época Cozete Barbosa, cedesse o espaço localizado na área interna da Estação Velha para que ali os agricultores pudessem comercializar seus produtos às quartas-feiras (Figura 5).

O espaço utilizado para a realização da feira, o Museu do Algodão, foi cedido pela prefeitura municipal, não sendo cobrado nenhum imposto ou taxa para o funcionamento, cujo início se deu no ano de 2005, acontecendo semanalmente com um número total de 32 agricultores/feirantes. No início de sua existência, os agricultores/feirantes envolvidos encontraram inúmeros obstáculos, entre eles, a falta de conhecimento da população sobre o que seria um alimento agroecológico. Na época, a existência de um mercado restrito e a existência de poucos consumidores demonstraram que levaria algum tempo para a consolidação de uma feira agroecológica naquele local, logo, devido às enormes despesas com transporte muitos dos comerciantes que iniciaram desistiram naquele mesmo ano.

No período inicial, os agricultores/feirantes pagavam os transportes dos produtos para a comercialização em Campina Grande. Os fretes eram realizados por caminhonetes de terceiros que se encarregavam do serviço ou os agricultores/feirantes que já possuíam veículos dividiam as despesas do transporte com os que não possuíam. Assim, dada a necessidade de uma entidade que desse suporte aos agricultores/feirantes menos favorecidos, bem como, estabelecer mecanismos reguladores da participação, avaliação e planejamento das feiras no tocante à produção e à comercialização (regularidade de produtos e preços praticados) é criada Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema, popularmente conhecida como EcoBorborema também no ano de 2005.

Para gerir diretamente as feiras já criadas e convergir as ações da AS-PTA e o Pólo Sindical, a EcoBorborema surge como uma entidade representativa e articuladora dos comerciantes envolvidos, gerando e compartilhando as informações necessárias para o

funcionamento das feiras já existentes, contanto inicialmente com a participação de 80 associados. A EcoBorborema passa a estabelecer canais de comunicação com os agentes do poder público local, a exemplo de prefeitos, vereadores e outros atores, com vistas a obtenção de mais espaços para que outros agricultores do Pólo Sindical passassem a comercializar seus produtos.

Vale dizer que com o aumento do número de agricultores experimentadores e que queriam ser inseridos nesse mercado em outros municípios do Território da Borborema (Remígio, Esperança, Alagoa Nova), o trabalho da Associação EcoBorborema se volta para que as feiras sejam exclusivamente dedicadas à comercialização de produtos ecológicos vinculados a organizações do Polo. Simultaneamente, a expansão das feiras agroecológicas em outras regiões do estado resulta em diversas iniciativas de intercâmbio e articulação, que culminaram, também em 2005, com a constituição da Rede Estadual de Feiras Agroecológicas.

Com a qualidade dos produtos reconhecida por consumidores e pelos próprios agricultores/feirantes, a rede de instituições que dá apoio às feiras avança no trabalho e expandem as feiras agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema para outros municípios, tais quais, Remígio, Solânea, Esperança, entre outros, com um número de agricultores/feirantes também que também se amplia, perfazendo um total de aproximadamente 100 famílias. Nesse cenário, o Polo Sindical passa a dar continuidade à experiência dos FRS para a aquisição de barracas para venda de produtos nas feiras, sendo mais dez barracas adquiridas, passando serem utilizadas nas feiras agroecológicas já existentes na região.

Na época, para subsidiar o debate da comercialização nas feiras agroecológicas, o Pólo Sindical passa a elaborar estratégias em torno dessa temática, conduzindo um estudo específico sobre os canais de comercialização tradicionalmente adotados na região, dando-se especial destaque ao papel da feira da Estação Velha como um espaço de realização econômica da produção da agricultura familiar. Logo, com a visibilidade e consolidação das Feiras Agroecológicas de Lagoa Seca e Campina Grande, a Associação EcoBorborema é quem passa a fazer o acompanhamento com os agricultores desde o plantio até a distribuição e comercialização dos produtos, com um corpo de profissionais que fiscalizam o que está sendo produzido. É a Associação quem também passa a mobilizá-los através de cursos de comercialização e de boas práticas.

Em 2006, Via Fórum territorial, a EcoBorborema mobiliza projetos para a confecção de mais barracas no intuito de constituir outra feira em mais uma nova

localidade de Campina Grande. De acordo com o presidente do Sindicato de Lagoa Seca, com esses projetos foram conseguidos 60 mil reais que serviram para a compra de barracas, caixas, balanças, batas, bonés, sacolas e faixas para divulgação. Com mais infraestrutura, no ano de 2007 a Associação realiza um diálogo com uma consumidora, proprietária de uma escola de ensino fundamental no Bairro do Catolé em Campina Grande (Centro Educacional Moderno - CEM), que por sua vez faz um convite para que fosse realizada uma feira experimental em frente aquela instituição. Para tanto, se inicia um trabalho de divulgação entre pais e alunos sobre os benefícios de uma alimentação mais saudável e livre de venenos no bairro por intermédio de um projeto pedagógico realizado por professores, coordenadores e a própria direção.

Após a realização de uma reunião com os agricultores na sede da AS-PTA, para informar da disponibilidade de um novo espaço em Campina Grande, a Associação EcoBorborema definiu um dia diferente para a utilização do espaço: as sextas-feiras. Logo, com um número frequente de consumidores moradores do bairro se consolida a terceira feira agroecológica da Microrregião (Feira Agroecológica do Catolé) com a existência de 10 barracas em frente desta instituição, onde os mesmos comerciantes que atuantes nas outras duas feiras passam a ter mais um novo espaço de comercialização agroecológica no município. Ainda no decorrer do primeiro ano, problemas com o estacionamento de carros em frente à escola fazem com os agricultores/feirantes da Feira Agroecológica do Catolé passem a comercializar próximo ao Centro Educacional Moderno, na rua Alderico Pessoa de Oliveira, lateral de um condomínio residencial Du Bu VI (Figura 5).

FIGURA 5 - Localização das Feiras Agroecológicas – Estação Velha e Catolé



(Fonte: Google Earth, 2015 / DATUM: SIRGAS, 2000).

Assim, com três feiras agroecológicas na Microrregião e outras já consolidadas em outros municípios, todos os agricultores/feirantes envolvidos passam a contar com o apoio técnico da EcoBorborema, que já com o montante de mais de 150 associados fiscaliza semanalmente as propriedades até os momentos de venda dos produtos. Organizada a partir de comissões temáticas de afinidade (Criação animal, saúde e Alimentação, água e cultivos agroecológicos), no qual estão presentes os agricultores/feirantes direta ou indiretamente ligados às feiras agroecológicas.

No ano de 2008, a AS-PTA cria o núcleo de mercado da EcoBorborema com o objetivo de articular e organizar os agricultores/feirantes por meio de visitas técnicas, cursos de boas práticas de higiene e bom atendimento ao público. No mais, para a entrada ou permanência nas feiras é necessário primeiramente que os agricultores/feirantes sejam conscientes de uma produção limpa, cabendo a Associação auxiliá-los na fabricação de determinados defensivos, na produção das culturas, bem como na troca de conhecimentos e

experiências entre as próprias famílias. Ademais, a Associação possibilitou, aos seus sócios, organização por parte dos agricultores/feirantes para adquirir a certificação participativa OCS, comprovando que os modos de cultivo são realizados com práticas menos degradantes.

Através da mediação feita pela Associação EcoBorborema, os agricultores/feirantes passam a demonstrar em suas barracas o selo de Certificação de Produção em Organismo de Controle Social (OCS), que os certifica como produtores que estão em conformidade com as práticas de manejo produtivas. A certificação de produtos orgânicos, que também regulamenta a produção agroecológica, é o procedimento pelo qual a Associação EcoBorborema, devidamente credenciada, assegura, que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas de uma produção orgânica.

No contexto das articulações para o prosseguimento das feiras, a cada dois meses é realizada a assembleia da Associação EcoBorborema, da qual participam todos os associados e integrantes das comissões. Além disso, a Associação realiza mensalmente uma reunião para tratar de questões mais específicas como avaliação de resultados da feira, planejamento da produção, contabilidade, projetos de transporte, entre outras. Dentro de cada feira existem dois agricultores/feirantes representantes que fazem parte da Associação EcoBorborema. De acordo com a presidente da Associação, a “Comissão de feira” é a responsável pelo diálogo com a Associação, ficando a cargo destes, o auxílio à EcoBorborema na organização e disseminação das informações. Nas reuniões e assembleias, passam a serem discutidos diversos temas, dentre os quais os questionamentos quanto aos efeitos adversos da artificialização na agricultura, políticas de crédito do governo, dentre outros (Figura 6).

FIGURA 6 - Avaliação bimestral das feiras agroecológicas do Pólo Sindical na sede da AS-PTA



(Fonte: www.24horaspb.com)

Além disso, periodicamente, a Associação realiza momentos de formação nas reuniões de comissão, nas oficinas comunitárias, municipais, regionais, etc. para aprofundar a reflexão entre as experiências desenvolvidas nas feiras. Os programas de rádios realizados pelos sindicatos para falar sobre o tema, são utilizados como mecanismo para estimular o consumo consciente e a geração de conhecimentos sobre a importância de se comprar alimentos produzidos localmente entre as comunidades dos respectivos municípios. Concomitantemente, a EcoBorborema realiza seminários para avaliar o avanço das estratégias de acesso aos mercados das feiras, definindo ações para seu fortalecimento.

Nos eventos concretizados pela EcoBorborema em parceria com a AS-PTA, as “comissões de feira” de cada feira agroecológica realizam apresentações da evolução de suas atividades e uma síntese dos principais resultados do ano apontando os desafios para serem enfrentados. No contexto das discussões, figuram temas como estratégias para uma melhor comunicação dos agricultores/feirantes, condições para transporte dos produtos, estratégias para escoamento da produção excedente e o fortalecimento da relação da rede de feiras ao mercado institucional. Para o bom prosseguimento das feiras, a EcoBorborema também cuida para que nenhum outro agricultor que não esteja filiado ou que não produza sob os princípios da agroecologia participem, sob pena de exclusão. De acordo com a representante dos agricultores/feirantes em Lagoa Seca, através da EcoBorborema houve um incentivo para que além de alimentar suas famílias, os agricultores/feirantes possam

continuar levando seus produtos para as feiras. Após o período de cultivo nas propriedades, a Associação instiga para o excedente da produção possa ser utilizado na comercialização.

Conforme um dos agricultores/feirantes, todas as semanas os técnicos da AS-PTA estão em campo mediando conhecimentos acerca de diferentes técnicas que na produção de frutas e hortaliças. Dentre as técnicas mais disseminadas estão a utilização de cobertura morta, para proteger e nutrir o solo; o cultivo consorciado, que favorece a policultura e garante uma produção diversificada; a utilização de plantas como a arruda servindo de barreira natural contra insetos e o aproveitamento dos espaços através do manejo dos solos. Além de incentivar momentos de certificação participativa entre os agricultores/feirantes, e, esses com os consumidores, a rede que articula as feiras do Polo Sindical promovem visitas de intercâmbio nas propriedades para a troca de conhecimentos sobre os métodos de produção.

Esse trabalho realizado em conjunto com AS-PTA, faz com periodicamente a haja visitas de consumidores de Campina Grande às propriedades para que o conhecimento acerca dos métodos de produção. Envolvidos na rede, os agricultores/feirantes se dedicam também a fiscalizar acompanhar, fiscalizar e avaliar outros agricultores/feirantes envolvidos. Para tanto, a comunicação e a transposição de informações sobre os produtos são disseminadas pelos próprios agricultores/feirantes aos consumidores para que haja um maior grau de confiabilidade e fidelização. Com o auxílio da EcoBorborema nas feiras, os agricultores/feirantes compartilham mutuamente as informações sobre a importância de alimentos livres de contaminantes químicos, o que tem feito com que as feiras passem a ter mais credibilidade regional, aumentando a confiabilidade nos produtos.

Com um número majoritário de agricultoras/feirantes que se fazem presentes nas feiras, para resgatar a autoestima das mulheres e valorizar o seu papel na renda da família e na segurança alimentar, a AS-PTA junto a Associação promoveram cursos e formações a partir das experiências desenvolvidas nos arredores de casa, principalmente, nos municípios de Queimadas, Massaranduba e Lagoa Seca. A partir de cursos de processamento artesanal de produtos (doces, fitoterápicos, etc.), a EcoBorborema passou a estimular a inserção econômica das mulheres nas feiras no intuito de ampliar o volume e da diversidade de produtos vendidos.

Combinando visitas de monitoramento e a avaliação em grupo dos impactos técnico-econômicos do manejo agroecológico em propriedades, a partir de 2008, a AS-PTA passa a incorporar como um instrumento de fortalecimento das feiras, a produção coletiva de conhecimento por meio de debates sobre diferentes trajetórias familiares de

organização dos sistemas produtivos. Ao mediar conhecimentos às famílias produtoras, a rede formada pelo Pólo Sindical, AS-PTA e EcoBorborema elaboram e disseminam inúmeros boletins de sistematização, com foco em temas como o resgate e experimentação de sementes crioulas e as experiências de comercialização nas feiras agroecológicas.

No período da pesquisa, as articulações entre a AS-PTA dentro do Polo ampliam o número feiras em todo Território da Borborema para doze. Conforme assinala o representante da AS-PTA e um dos coordenadores da EcoBorborema, as feiras de Queimadas e Massaranduba (Microrregião de Campina Grande), Alagoa Nova e Areial surgem recentemente, nos anos 2014 e 2015, tanto para inserir os agricultores/feirantes desses respectivos municípios nesse mercado quando mais uma alternativa de ganhos financeiros para os agricultores/feirantes associados que queiram se deslocar para vender seus produtos.

É também a EcoBorborema que auxilia os agricultores/feiras a acessarem as políticas governamentais de comercialização (PAA e PNAE). Além de vender para esses programas, os agricultores/feirantes atuam em outros circuitos curtos. Muitos destes que desistiram de vender nas Feiras Agroecológicas do Polo Sindical comercializam seus produtos em suas propriedades. Assim, sem assiduidade dos agricultores/feirantes, atualmente as feiras contam respectivamente com a existência de 18 barracas (Estação Velha), 5 barracas (Catolé), 8 barracas (Lagoa Seca) em bons estados de conservação, onde agricultores/feirantes dividem o espaço com a presença de um número razoável de consumidores. Depois do período de comercialização, que varia entre 4:30 hs às 8:00 da manhã, nas feiras de Lagoa Seca e Estação Velha, funcionários das prefeituras realizam a limpeza dos locais de venda. No caso da Feira do Catolé, depois da desmontagem das barracas, os próprios agricultores/feirantes é que fazem a retirada dos detritos.

Com a fidelização de consumidores no decorrer dos anos, os agricultores/comerciantes passam a contribuir com uma taxa de R\$ 10,00 mensais a EcoBorborema que serve para a compra de materiais de limpeza, passagens para o deslocamento de dirigentes da Associação, conserto de barracas, etc. O chamado “fundo de feira” também serve para pagar o aluguel da casa nas imediações do Museu do Algodão no valor de R\$ 180,00 para guardar a estrutura das feiras de Campina Grande. Com a receita do dia trabalhado, os agricultores/feirantes também a pagam o valor de R\$ 8,00 para que um funcionário terceirizado conhecido por Seu Valmir faça o transporte, montagem e desmontagem das barracas. No caso de Lagoa Seca, as barracas são guardadas em um

depósito no STR de Lagoa, sendo o mesmo valor pago para que um dos agricultores/feirantes realize o serviço.

Nas feiras agroecológicas do Polo Sindical, os agricultores/feirantes mostram-se preocupados com a aparência das barracas, onde são observadas dinâmicas utilizadas em conjunto para a organização dos produtos, limpeza dos locais de venda. Também como uma norma do regimento interno, os agricultores/feirantes devem estar trajados com batas verdes padronizadas com os nomes das instituições que os apoiam para sua identificação aos consumidores. Nas Feiras em si, foram observadas dinâmicas importantes e que a diferenciam dos espaços convencionais de comercialização, que dizem respeito às exigências que os agricultores/feirantes têm de cumprir para continuar participando das feiras agroecológicas, a exemplo da necessidade da presença em reuniões mensais, para planejamento dos trabalhos e trocas de ideias, e a fiscalização mútua para que as feiras continuem a oferecer produtos sem agrotóxicos.

No momento da venda, o apelo feito aos consumidores se revela primordialmente pelo enaltecimento dos produtos como detentores de qualidades diferenciadas. Assim, aspectos como receber bem os consumidores e reconhecer as preferências destes, advém de momentos de conversas sobre coisas do cotidiano, como preços e qualidade dos produtos, em que tudo se refere ao alimento que segundo os agricultores/feirantes além de fornecer mais saúde é o resultado de um trabalho desenvolvido na agricultura familiar. Para vender nas feiras agroecológicas do Polo Sindical, os agricultores/feirantes devem seguir um conjunto de normas como participar ativamente das reuniões, está presente nas capacitações oferecidas pela Associação EcoBorborema, produzir de acordo com o selo de certificação OCS e está em dia com as mensalidades. Ao descumprir essas regras, como por exemplo, não participar dos momentos promovidos pela Associação, alguns agricultores/feirantes da feira agroecológica da Estação Velha passaram pelo processo de exclusão após reuniões com os dirigentes do núcleo de mercado da AS-PTA. Com essa exclusão, cinco agricultores/feirantes se uniram a outros feirantes “atravessadores” para vender seus produtos em uma feira clandestina nos arredores do Museu do Algodão (Figuras 7 e 8).

FIGURAS 7 e 8: Feira Clandestina nos arredores do Museu do Algodão



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

Com relação aos aspectos econômicos, os agricultores/feirantes entrevistados nas feiras agroecológicas do Polo Sindical relataram que consideram a média de lucro razoável nos dias de comercialização, conseguindo uma renda que varia de R\$ 40,00 em dias de fraco movimento a R\$ 150,00 em dias movimentados. Segundo muitos entrevistados, tal variação está associada tanto ao tipo, quanto a quantidade de seus produtos que são trazidos para as feiras. Eles cuidam da própria contabilidade, onde estes possuem um caderno de anotações para terem noção da saída de produtos. Nos finais das feiras, estes agricultores/feirantes têm promovido e estimulado um processo de troca de produtos fazendo com em muitas ocasiões, não haja o retorno de produção para suas propriedades.

É visível também nas três feiras, a diminuição do número de agricultores/feirantes ativos. No caso da Feira da Estação Velha, que anteriormente teve o título de “Feira Regional” no intuito de abarcar um grande número de agricultores/feirantes do Polo e na Feira do Catolé é perceptível a presença de consumidores já fidelizados, no entanto, em muitos dias de feira o número de consumidores novos é relativamente baixo (Figuras 9 e 10).

FIGURAS 9 e 10: Feiras Agroecológicas da Estação Velha e do Catolé



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

De acordo com os entrevistados, diminuição de agricultores/feirantes vem se dando em virtude das despesas com transportes que fizeram com que muitos não prosseguissem ativos nas feiras de Campina Grande, vendendo seus produtos somente em suas respectivas propriedades ou para o mercado institucional (PAA e PNAE). Outro agravante que tem tornado instável a presença de agricultores nas feiras, diz respeito à problemática relacionada aos períodos de estiagem que vem assolando a região, fazendo com que muitos não tenham produtos para comercialização.

Em Lagoa Seca, a feira que assume um bom espaço na lateral do Mercado Central atrai todos os sábados um bom número de consumidores, muitos destes já fidelizados e outros novos residentes de municípios circunvizinhos. De acordo um dos agricultores/feirantes, a Feira Agroecológica de Lagoa Seca se consolidou no decorrer dos anos com boa aceitação dos produtos agroecológicos por parte dos consumidores, todavia a “invasão” por parte de pessoas que não possuem certificado e atuam ao lado da feira, bem como a produção descontínua, fazem com que o espaço não seja mais tão rentável como nos primeiros anos (Figura 11). Vale dizer que apesar do trabalho de articulação que vem sendo desenvolvido no espaço de atuação do Polo Sindical, no período da pesquisa, não registramos nenhuma atividade mais sistemática por parte do Polo Sindical da Borborema, o que também explica a não ampliação do número de consumidores nas três feiras.

FIGURA 11 - Feira Agroecológica de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar de Lagoa Seca



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

A forma de divulgação das Feiras Agroecológicas do Polo Sindical se dá nas próprias articulações de fortalecimento da rede, onde esta atualmente se movimenta através da realização de encontros semestrais, eventos, festas como as das Sementes da Paixão⁵¹ e a promoção do intercâmbio das experiências entre os atores participantes. Na atualidade, para o prosseguimento das três feiras, a tríade Polo Sindical/AS-PTA e Associação EcoBorborema continuam incentivando o enfoque agroecológico através dos distintos atores sociais que se articulam em meio a uma série de mediações e que geram conhecimentos e saberes. Ao fomentarem a rede de feiras mais estruturada em termos de fluxos de comunicação e construção coletiva de projetos e ações, esses mediadores continuam desenvolvendo um trabalho de conscientização e formação sobre as vantagens do cultivo agroecológico no contexto da ASA-PB. Nessa rede, o Pólo Sindical da Borborema e a AS-PTA em diálogo com o Estado gradativamente estão construindo um espaço promotor de capacidades locais de desenvolvimento agroecológico, incentivando os próprios agricultores/feirantes a diversificarem suas atividades, utilizarem técnicas mais adaptadas às condições e estarem mobilizados nas articulações promovidas na rede.

⁵¹ Ao ocorrer anualmente, a Festa Estadual das Sementes da Paixão é um evento que vem se constituindo como um importante momento de troca de experiências e saberes entre os agricultores familiares da região. Vem sendo caracterizado como importante evento de formação e intercâmbio das experiências em curso na promoção da agroecologia na Paraíba (Site: festasementedapaixao.wordpress.com)

Seguindo essa rede de atores, pode-se constatar que todos os mediadores são submetidos a um processo de organização que os conjuga, cujo intercâmbio de saberes tem atribuído aos agricultores experimentadores do Pólo Sindical um modelo de agricultura mais participativa e tem respaldado a teia organizativa que envolve a perspectiva agroecológica, bem como, sua forte atuação em processos de intervenção política para os agricultores/feirantes. A EcoBorborema tem uma significativa participação nesse processo, já que como fora criada exclusivamente para articular e mobilizar os agricultores/feirantes através de capacitações e eventos, mantém o diálogo com todos os atores dentro da rede, mediando o acesso às políticas, tendo como uma das principais funções na rede o transporte de conhecimentos que oportuniza informações sobre a natureza das políticas e a abertura de mercado para o público beneficiário.

3.2 As Feiras do Produtor organizadas pela EMATER

A ideia de comercializar alimentos da agricultura familiar em um espaço alternativo das feiras convencionais já existentes, como o caso da Feira central e a Feira da Prata, veio após uma série de reuniões com os extensionistas rurais da EMATER que buscavam autonomia econômica para os agricultores atendidos nos municípios pertencentes ao Território da Borborema. Através do trabalho que já vinha sendo realizado pela equipe da EMATER Regional de Campina Grande no decorrer dos anos 1990, constatou-se que os agricultores encontravam dificuldades para comercializar, vendendo a atravessadores que compravam seus produtos e não pagavam situação bastante evidenciada anteriormente.

Na época, o escritório local da EMATER realizou um levantamento dos agricultores que queriam comercializar, com o intuito de agregar valor aos produtos locais por meio da venda direta ao consumidor. Conforme um de seus idealizadores, inicialmente, de toda a região, a EMATER articulou cerca de cinquenta agricultores familiares que queriam comercializar residentes nos municípios de Lagoa Seca, Matinhas, Massaranduba, São Sebastião de Lagoa de Roça, Queimadas, Pocinhos, Boqueirão e o próprio município de Campina Grande. Somente de Alagoa Nova eram vinte agricultores familiares. De acordo com sua fala:

A ideia inicial, além de dar mais uma possibilidade aos consumidores de Campina Grande, a feira surgiu pela existência de muitos atravessadores nas zonas rurais daqui e todos os municípios comprando os produtos dos agricultores muito barato, fiado, depois não pagavam, e até passavam cheques sem fundos.

Então todas as semanas eles tinham prejuízo e depois de algumas reuniões passamos a convidar os agricultores em suas propriedades (Entrevista 22 – A. V. M., extensionista rural da EMATER).

Representada na época pelo coordenador regional Severino Henrique, a EMATER desenvolve contatos com a Prefeitura Municipal de Campina Grande, que após alguns meses de negociação no mesmo ano cede o espaço do Parque do Povo localizado no centro da cidade para que a fosse realizada uma vez por mês (Figura 12). Logo, a primeira Feira do Produtor de Campina Grande surge em 26 de julho de 1996 com um número inicial de 60 agricultores/feirantes. O evento bastante divulgado, foi realizado em parceria com a Prefeitura e contou com apresentações de grupos folclóricos locais no intuito de atrair o interesse dos consumidores.

FIGURA 12 - Localização da Feira do Produtor/Parque do Povo



(Fonte: Google Earth, 2015 / DATUM: SIRGAS, 2000).

Em termos de infraestrutura, os recursos para a instalação da feira vieram tanto do governo do Estado da Paraíba quanto da prefeitura municipal de Campina Grande que disponibilizaram além das barracas, lonas, batas, chapéus, etc. A feira iniciou com um

número de 80 barracas comercializando produtos de origem convencional, onde inicialmente muitos dos agricultores enfrentaram inúmeras dificuldades, tais quais, obstáculos financeiros e a obtenção de transportes para trazer os produtos para Campina Grande. Tal fato, fez com que as prefeituras dos de seus respectivos municípios arcassem com uma ajuda de custo para o transporte.

No decorrer do primeiro ano, devido principalmente por sua consolidação, o espaço até então denominado de Feira da Agropecuária, ganha mais visibilidade em nível regional devido ao grande número de agricultores/feirantes de diversos municípios que passam a comercializar no local. Segundo entrevista com um dos fundadores e coordenador da feira, A FEAGRO/Parque do Povo foi sancionada no dia 20 de setembro, através da Lei Nº 4.314, onde o prefeito em exercício na ocasião, em conjunto a Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, reconheceu-a como sendo uma Feira de utilidade pública municipal.

Com o espaço cedido no Parque do Povo, o corpo de extensionistas rurais da EMATER passa a assistir os agricultores/feirantes por meio de visitas individuais, promovendo reuniões e realizando eventos com o apoio da Prefeitura de Campina Grande. Do expressivo número de agricultores/feirantes que queriam comercializar e adentrar nesse mercado, os técnicos da EMATER sentiram a necessidade de ampliar a comercialização direta e o escoamento dos produtos. Fruto de inúmeras discussões entre o corpo técnico da EMATER com dois consumidores, dois anos se passam para que os agricultores/feirantes envolvidos tenham mais um dia na semana um novo nicho de mercado.

Para tanto, a EMATER elaborou um projeto que foi encaminhado para a Prefeitura da UFCG, que por sua vez cedeu espaço no pátio da instituição para que fosse realizada mais uma “Feira do Produtor” na Microrregião. Foi pelo incentivo da EMATER com o apoio inicial dos professores José Geraldo de Vasconcelos *Baracuhy* e *Josevaldo Pessoa da Cunha*, que intermediaram junto à prefeitura da Universidade Federal de Campina Grande, para que surgisse no ano de 1998 a segunda feira voltada para a venda de produtor da agricultura familiar, conhecida como a Feira da UFCG por ser realizada nas dependências da instituição (Figura 13).

Assim, em um novo dia da semana (quartas-feiras), os agricultores/feirantes já atuantes no Parque do Povo passaram a utilizar também o espaço da Universidade, ampliando a participação de prefeitos e vereadores dos municípios que já contribuía com o apoio financeiro para os transportes dos produtos. A realização de eventos tanto nos bairros de Campina Grande e municípios circunvizinhos fez com que boa parte da

população tivesse conhecimento da existência de feiras alternativas, chamando a atenção da Prefeitura de Campina Grande para levar os agricultores/feirantes para um novo espaço no município.

No ano de 1999, a Prefeitura Municipal de Campina Grande estabelece contatos com a EMATER para levar os agricultores/feirantes das duas feiras – do Parque do Povo e da UFCG – para mais uma região periférica do município, o Mercado do bairro das Malvinas, que na época funcionava precariamente (Figura 13). Com a concretização da terceira Feira do Produtor aos sábados, o Mercado das Malvinas passa a ser frequentado pelos moradores do bairro e para chamar a atenção dos moradores do bairro e das imediações, a EMATER articulada com a Prefeitura Municipal de Campina Grande passa a realizar eventos no local com a prestação de serviços públicos ligados à saúde e educação.

FIGURA 13: Localização das Feiras do Produtor (Mercado das Malvinas e UFCG)



(Fonte: Google Earth, 2015 / DATUM: SIRGAS, 2000).

Para prover a organização das feiras, foi criado pela EMATER junto aos agricultores, a Associação de Agronegócio do Compartimento da Borborema (AACB/FEAGRO) no ano 2000, com intuito de fortalecer a comercialização dos

produtores sem a existência de nenhum outro feirante não associado e de representar um espaço democrático tanto para resolver problemas, quanto para ampliar as condições de acesso às políticas públicas. A AACB/FEAGRO inicia suas funções como um órgão responsável por fortalecer a alternativa de comercialização dos produtos vindos das propriedades e buscar soluções de ordem político-institucional. Logo, além de atuar na pela manutenção dos espaços, a Associação se encarrega de tomar decisões relacionadas ao gerenciamento, organização da produção com planejamento e, principalmente, fazer a gestão a fim de evitar a comercialização de produtos de outras unidades de produção.

No decorrer dos anos 2000 o serviço técnico e social da EMATER inicia um processo de acompanhamento direcionado a agricultura familiar para uma produção a sem a utilização de agrotóxicos. Na época do surgimento das feiras não se tinha conhecimento a respeito do enfoque agroecológico para a produção, desse modo, com a proposta de ganhar mais espaço de mercado e devido à criação de espaços de comercialização de produtos agroecológicos na região, a feira que até então era convencional passa também a oferecer produtos orgânicos e agroecológicos para a população. Com a divulgação pela mídia, rádio e outras formas sobre a FEAGRO/CG, os consumidores passaram a exigir dos agricultores produtos orgânicos, muito embora sem o selo de certificação.

A proposta de vender produtos sem agrotóxicos adveio tanto pela região já ter um grande foco em agroecologia quanto uma forma alternativa de ganhar mais espaço de mercado. Ademais, da exigência dos consumidores por produtos “limpos” e no intuito de agregar valor aos produtos, as feiras que até então eram somente para limar a figura do atravessador na comercialização de produtos convencionais passam a vender alimentos orgânicos. De acordo com a fala de um dos extensionistas rurais o modo de promover uma produção sem agrotóxicos nas localidades se deu da seguinte forma:

Antes do trabalho de conscientização nas reuniões, a gente encontrava resíduos de agrotóxicos espalhados pelas propriedades, sacos plásticos, latas, vasilhas e agente foi orientando, fomos trabalhando a consciência dos agricultores para além de não usar venenos, limpasse os terrenos e sempre incentivando que com uma produção limpa ele teria mais um público de consumidores (Entrevista 26 – J. C. P. S., extensionista rural da EMATER).

Desse modo, com a assessoria do corpo de extensionista rurais, a partir do ano de 2004 muitos dos agricultores/feirantes passam também a produzir sem a utilização de agrotóxicos. O auxílio dos extensionistas envolvidos, faz com a EMATER inicie um trabalho de estímulo a novas metodologias, notadamente com o incentivo da Política de ATER que naqueles anos atravessa um período de renovação para a conversão da base

produtiva dos agricultores atendidos por meio do enfoque agroecológico. Através desse novo modelo de assistência técnica, a EMATER passa a acompanhar e incentivar à produção livre de produtos químicos.

Com um número razoável de agricultores/feirantes que passam a aderir à produção sem agrotóxicos, a partir de 2005, pontualmente a EMATER se disponibiliza a realizar projetos de pesquisa e cursos de capacitação sobre práticas de manejo agroecológico por intermédio da Agência de Vigilância Sanitária (AGEVISA). Ao prestar os serviços técnicos aos agricultores/feirantes convencionais, a EMATER continua a mediar informações sobre boas técnicas de manejo, aconselhando os agricultores/feirantes para a mudarem suas práticas nas lavouras.

Em termos de formação para os agricultores/feirantes, a EMATER manteve outros contatos com o SINE e o SEBRAE de Campina Grande para que fossem realizados cursos de capacitação sobre a importância da qualidade dos alimentos, agregação de valor aos Produtos e o entendimento acerca da competitividade na comercialização. Com estes cursos, foram disseminados conhecimentos sobre boas práticas de higiene pessoal, importância da limpeza do local das feiras, manipulação de produtos, adequação para um melhor transporte de produtos agrícolas, dentre outros.

Ao coordenar as feiras, a EMATER passa a controlar a entrada dos agricultores nas feiras, fiscalizando se há vagas e se o produto oferecido é viável para ser comercializado naquele determinado espaço. A atuação dos extensionistas da EMATER também passam a auxiliar os agricultores/feirantes por facilitar o acesso às políticas governamentais, realizando o cadastramento dos feirantes para emissão de DAPs (PRONAF B e C), fazendo o diagnóstico nas unidades de produção e elaborando os projetos de venda para o Programa de Aquisição de Alimentos nos respectivos municípios dos agricultores/feirantes.

Em parceria com o Laboratório de Tecnologia Agroambiental da Unidade Acadêmica de Engenharia Agrícola da UFCG, a EMATER realiza ações de distribuição de sementes e composto orgânico-húmus para os agricultores/feirantes e demais e frequentadores da Feira do Produtor da Universidade. Como parte do programa de extensão Mobilização social em saneamento ambiental, o projeto periodicamente contempla os agricultores/feirantes por meio de material como compostagem e vermicompostagem de resíduos orgânicos, como húmus para que estes possam utilizar em suas propriedades.

Conforme assinala os extensionistas rurais entrevistados, articulada com a Secretaria da Agricultura, a partir de 2008 a EMATER também passa a disponibilizar

sementes, atuando por meio de programas de treinamento aos agricultores/feirantes que atuam nas três feiras, tendo como guia de suas ações as diretrizes e políticas do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado. Além disso, através de seus técnicos multiplicadores passam a mediar informações acerca de cursos de agronegócio (técnicas de venda) e tecnologias alternativas como compostagem orgânica, métodos de utilização de biofertilizantes, etc.

Também, foram realizados Seminários acerca da “Certificação e Sistemas Participativos de Garantia de Alimentos Orgânicos”, contando com grande parte dos agricultores/feirantes, bem como técnicos do setor, professores, pesquisadores, representantes de associações de agricultura, dentre outros. Para a concretização destes dois eventos, foram realizadas parcerias institucionais públicas e privadas estabelecidas com o SEBRAE, a EMBRAPA – Campina Grande Prefeituras Municipais, a AGROFORA, a Fazenda Tamanduá e as Associações de Produtores Orgânicos do Território da Borborema, envolvendo temas como a organização de feiras agroecológicas, produção/comercialização de produtos orgânicos, dias de campo, semana de alimentação orgânica, reuniões da cadeia produtiva de leite, avicultura alternativa, etc.

Além do oferecimento de hortaliças e frutas, os agricultores/feirantes passam a disponibilizar para comercialização outros alimentos produzidos em suas propriedades como queijos, e derivados de bovinos e suínos. Para tal feito, a EMATER disponibilizou palestras, oficinas, reuniões, repassando aos agricultores informações pertinentes as diversas culturas agrícolas, como espaçamento, época de plantio, tratos culturais, adubações de plantio e de cobertura, dentre outros. Na medida em que os agricultores/feirantes passam a ficar mais experientes nas técnicas, estes foram planejando suas produções e introduzindo outros tipos de hortaliças, doces e demais iguarias.

Nos últimos anos, ao constatar a autonomia de muitos agricultores/feirantes nas propriedades, a atuação efetiva da EMATER foi enfraquecendo, passando a ser estritamente voltada ao método difusionista de informação com visitas pontuais as famílias. Desse modo, nos últimos anos, a prática da agroecologia e da agricultura orgânica vêm sendo colocadas em segundo plano. Ao passo que o número de agricultores/feirantes foi se expandindo, o corpo técnico da EMATER passa a não realizar um acompanhamento intensivo a respeito de técnicas agroecológicas. A participação dos extensionistas rurais da EMATER restringe-se a aconselhar sobre a o cultivo sem agrotóxicos e com o enfraquecimento na fiscalização e análise das propriedades, observa-se que, na prática, as normas estabelecidas não são fielmente cumpridas.

Nesse sentido, nas três feiras, o controle da produção e a garantia de qualidade dos produtos não são realizados com o devido rigor pela instituição, fazendo com que cada agricultor/feirante aja de forma independente, ficando a cargo destes a responsabilidade pelos processos de certificação. Muitos destes, residentes em distintas localidades só se encontram nos dias das feiras, demonstrando que atividades conjuntas nos processos de certificação não são observadas. Apesar de realizar visitas pontuais nas propriedades, atuação da EMATER junto aos agricultores/feirantes passou a ser unicamente voltada à organização e comercialização dos produtos nas feiras, fazendo com que o grupo de agricultores/feirantes se tornasse heterogêneo, existindo agricultores/feirantes orgânicos (em sua minoria) e agricultores/feirantes convencionais.

A infraestrutura das três feiras é visivelmente desgastada, com barracas e lonas antigas. Os produtos são vendidos por meio das relações de confiança que foram sendo construídas no decorrer dos anos, fidelizando consumidores que usufruem da oportunidade de comprar os alimentos *in natura* próximo as suas residências. Todavia, a poluição visual ocasionada pela forma inapropriada de exposição dos produtos, principalmente os de origem animal como: carnes, peixes, etc, faz com que os espaços de comercialização apresentem a presença de insetos como moscas, baratas, entre outros. No caso da FEAGRO/Parque do Povo, no final de cada feira, funcionários da SESUMA de Campina Grande realizam a limpeza do local, onde os banheiros são higienizados, tanto para uso dos agricultores/feirantes quanto para os consumidores (Figura 14).

FIGURA 14 - Limpeza do Parque do Povo após a realização da FEAGRO



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

No decorrer dos anos, na Feira do Produtor (Parque do Povo), atualmente com 52 agricultores/feirantes, a fiscalização em termos de vigilância sanitária não é muito visível, visto que a exposição e a comercialização de produtos como carne é realizada de forma inadequada. Os feirantes convencionais que não estão associados e circundam a feira não apresentam cuidados com as condições de higiene pessoal no momento da comercialização, onde muitos destes pegam sem proteção nas mãos o produto e ao mesmo tempo o dinheiro para entregar ao comprador, não utilizando luvas para o manuseio de carnes, e derivados de leite, etc. No que concerne à variedade dos produtos comercializados nesta feira, a oferta dos produtos e a diversificação são bem visíveis, todavia muitos consumidores acabam optando pelos produtos oferecidos por vendedores clandestinos que ficam nas redondezas (Figura 15).

FIGURA 15: Feirantes não associados e atravessadores na FEAGRO/Parque do Povo



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

Segundo os participantes entrevistados, a presença de outros feirantes (atravessadores) na Feira do Parque do Povo não incomoda os demais agricultores/feirantes associados à FEAGRO/AACB, relatando também que foram os representantes da Prefeitura de Campina Grande quem consentiram a instalação de outras barracas apesar da concorrência pela oferta de produtos diversificados. De acordo com a fala de um extensionista rural da EMATER:

Na feira do Parque do Povo existe ao lado uma feira clandestina que não pertence a coordenação da EMATER e nem da Associação. Aqueles feirantes entraram ali na feira e por ali ficaram e até hoje estão. E pra tirar eles de lá não é papel da EMATER, é da Prefeitura. Desde que começaram a chegar, nós fomos falar com algumas secretarias, mas ainda nada fizeram nada a respeito (Entrevista 22 – A, V, M, extensionista rural da EMATER).

Ainda no que diz respeito à FEAGRO/Parque do Povo, em períodos festivos como o carnaval (Encontro da Consciência Cristã) e São João (Maior São João do Mundo), a Prefeitura de Campina Grande retira os agricultores/feirantes do espaço cedido e passa disponibilizar o espaço da área externa da Estação Velha para que a Feira do Parque do Povo aconteça. Nesta feira e a do Mercado das Malvinas, pelo fato de serem maiores, quesitos como cooperação e atuação conjunta são mínimas, cujo enfraquecimento da Associação AACB/FEAGRO no decorrer do tempo fez com que cada agricultor/feirante passasse a agir de forma individual, vinculando-se aos demais apenas pela condição de serem feirantes. Conforme os entrevistados, os associados só mantêm um maior contato com os agentes da EMATER ou com os dirigentes da Associação, quando há necessidade de perguntar algo ou quando surge alguma dúvida referente à comercialização, preço de produtos, etc.

Já no que concerne a FEAGRO/UFCG, a menor das três Feiras do Produtor, os vínculos entre os agricultores/feirantes se apresentam mais sólidos, visto que na falta de um produto ou quando existe a necessidade de se ausentar, os mesmos mantêm diálogos para que as barracas não fiquem vazias, demonstrando que na feira existem relações de confiança. Nesta feira, foi por meio de negociações com a Prefeitura da Universidade Federal de Campina Grande, que no ano de 2015 a FEAGRO/UFCG, atualmente com 35 agricultores/feirantes, foram entregues novas vestimentas de identificação e a feira que acontecia no pátio da instituição, local disponibilizado por muitos anos, passando a acontecer ao lado do prédio do curso de Sociologia (Figura 16).

FIGURA 16 - Atuais instalações da FEAGRO/UFCG



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

De acordo com os agricultores/feirantes entrevistados, ao se ter um espaço maior e com mais “cara de feira”, o novo local centralizou as barracas, proporcionando que os consumidores possam percorrer livremente todo o espaço utilizado num corredor que deixa os produtos mais visíveis. Já a FEAGRO/Malvinas, atualmente, com um número 68 agricultores/feirantes, a FEAGRO/Malvinas apresenta um bom número de consumidores, cujo espaço do Mercado das Malvinas é dividido com outros feirantes, sendo boa parte destes comerciantes normais que compram os produtos de terceiros para a venda em outros dias da semana no Mercado, identificados por barracas com lonas pretas (Figura 17). O espaço disponibilizado no Mercado comporta um largo estacionamento, onde os consumidores e agricultores/feirantes podem deixar seus veículos. Depois da feira é realizado a limpeza do local, onde a equipe de manutenção (funcionários da SESUMA) faz o transporte dos resíduos para o aterro sanitário no município de Puxinanã.

FIGURA 17: Feira do Produtor – Mercado das Malvinas



(Fonte: Acervo pessoal do autor)

Nos espaços das feiras em si é possível perceber a presença de agricultores/feirantes que atuam também nas feiras agroecológicas do Polo Sindical e as relações criadas entre agricultores convencionais e orgânicos com os consumidores no decorrer dos anos fizeram com que haja uma confiabilidade nos produtos que estão sendo vendidos. No que se referem questões referentes à rentabilidade nos dias de feiras, os agricultores/feirantes da Feira do Produtor entrevistados relataram que consideram a média de lucro razoável correspondendo em média à variação de R\$ 100,00 em feiras com pouco movimento a R\$ 500,00 em feiras movimentadas. Segundo eles, as recorrentes estiagens tem feito com que sua produção venha apresentando uma queda, e conseqüentemente, comprometendo a diversificação dos alimentos que são trazidos para as feiras.

Nas feiras é bem perceptível a clareza nas informações relacionadas à procedência dos produtos, já que, como as feiras são mistas, apresentando produtos convencionais, agroecológicos, orgânicos, quando interrogados pelos os consumidores os agricultores/feirantes convencionais explicam que são alimentos produzidos dentro da agricultura familiar, esclarecendo dúvidas sobre a utilização de agrotóxicos e os métodos que utilizou para produzi-los. O fato das Feiras do Produtor serem mistas e a pouca exigência relacionada à certificação dos produtos, fez com que o grupo de agricultores/feirantes se tornasse heterogêneo (agricultores familiares convencionais,

orgânicos, agroecológicos). Além de comportar um número bem superior às outras feiras analisadas nesse trabalho, as feiras do Produtor apresentam um número também superior de consumidores, o que segundo os entrevistados refere-se a grande diversidade de produtos que atrai os consumidores que estão em busca dos produtos da agricultura familiar, além do que venda de produtos orgânicos numa feira mista tem agregado valor ao produto.

No que diz respeito à entidade representativa dos agricultores/feirantes associados, a AACB/FEAGRO não vem mais realizando mais suas funções como nos primeiros anos, cujo seu poder político institucional não se faz presente. Além de não se discutir ações para o melhoramento das feiras, bem como, os preços das mercadorias e a qualidade do produto, etc. a Associação só participa quando o assunto diz respeito a manutenção das barracas, quanto por ventura, estão avariadas e questões financeiras como o pagamento de funcionários terceirizados. Conforme as entrevistas, a Associação se restringe ao recolhimento de uma taxa de R\$ 7,00 de cada agricultor/feirante, por dia trabalhado, para o deslocamento, montagem e desmontagem das barracas.

As barracas e toda a infraestrutura da Feira ficam no Mercado das Malvinas para diminuir o custo dos transportes e um encarregado conhecido por seu Ivo que presta serviços para EMATER e mais dois ajudantes são os responsáveis pelo serviço. Na atualidade, a diminuição no fluxo de informações, bem como a falta de organização do grupo tem enfraquecido a rede. A falta de autonomia política da AACB/FEAGRO tem feito com que a Associação não tenha mais credibilidade na entre os agricultores/feirantes, pois além de não existir um trabalho de divulgação sobre os rumos que serão tomados para as melhorias das Feiras, não são realizadas reuniões frequentes. No caso da EMATER, o apoio mais efetivo vem sendo evidenciado somente nos dias de feira, cuja assistência técnica nas propriedades passou a ser pontual seja na forma de melhoramento da produção como também informar sobre os processos de mudanças com tecnologias que venham impulsionar a agroecologia.

Apesar do enfraquecimento do combate a presença de atravessadores, da falta de organização político institucional da AACB/FEAGRO e do prosseguimento ao modelo difusionista de informações nas propriedades, o escritório local da EMATER se coloca como a ponte principal entre as ações do governo federal tais como, o acesso ao crédito e assistência técnica, tendo ainda, um papel fundamental para a representação dos interesses e demandas do grupo beneficiário. Dos contatos frequentes da EMATER, a Prefeitura da

UFCG a Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da SESUMA e SEAGRI/CG trabalham em conjunto para a manutenção, limpeza, apoio logístico.

Vale dizer que os atores que estão nessa rede não se movimentam como em seus primeiros para a promoção da agroecologia, mas continuam articulados para que os agricultores/feirantes prossigam vendendo nos espaços disponibilizados. Nessa rede, o desenvolvimento de ações de promovem a agroecologia tem se dado mediante aos recursos que a EMATER dispõe e, tal aplicabilidade muitas vezes, é barrada pelo conjunto de ações que não se adéquam a realidade dos contextos vivenciados pela agricultura familiar da região; todavia, os extensionista rurais envolvidos continuam a se movimentar pelo acesso ao mercado, que em grande ou pequena medida, tem auxiliado que os beneficiários continuem logrando maiores retornos financeiros pela garantia da permanência nesses espaços de comercialização.

3.3 A Feira Agroecológica da Reforma Agrária

A mais recente feira agroecológica da Microrregião teve início no dia 09 de outubro de 2014, tendo como principal incentivador o corpo técnico da Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP), localizada do município de Campina Grande que já atua em projetos voltados à agroecologia desde o ano de 2011 com um número de 1200 famílias dispostas em 31 assentamentos da região. A COONAP passa a mobilizar discussões dentro da Associação dos Assentados da Reforma Agrária do INCRA para a criação de uma feira que concretizasse a venda direta da produção com a retirada dos atravessadores para os quais muitos dos assentados vendiam.

De acordo com um dos seus idealizadores e assistente técnico de ATES nos assentamentos, a ideia de montar a feira também surgiu em virtude de muitos agricultores dos Assentamentos atendidos (Quixaba, José Antônio Eufrouzino, Chã do Balsamo, Pequeno Richard, Logradouro, Catolé de Boa Vista, Cajá de Matinhas) e do Distrito de São José da Mata sentirem dificuldades com relação ao escoamento do que estava sendo produzido. Ao promover mobilizações sobre o tema com os dirigentes do INCRA, o corpo de agentes de ATES da COONAP elaborou um projeto que foi encaminhado à Secretaria Municipal de Agricultura de Campina Grande, que após um ano de negociação escolheu um ponto estratégico que permitisse boa visibilidade para instalação da feira. Segundo a fala dele um agente da COONAP:

Para conseguir realizar a Feira Agroecológica da Reforma Agrária, nós fizemos um trabalho de base com reuniões, palestras nos assentamentos, capacitação em boas práticas de fabricação. Os agricultores que estavam desde o início tivemos grande preocupação de passar para eles formas de está se trabalhando com produtos de boa qualidade e mantivemos contato com a Secretaria de Agricultura daqui de Campina Grande, na pessoa do secretário Fabio Medeiros, que junto com as instituições parceiras deram um espaço bem central para que esses agricultores de assentamento pudessem a comercializar os seus produtos (Entrevista 25 – J. B. S. N., técnico em agroindústria da COONAP).

Com a liberação de recursos financeiros do INCRA oriunda da intermediação do Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais instituições participantes, entre elas a Secretária do Meio Ambiente (SEMA) de Campina Grande, a COONAP adquiriu toda a infraestrutura da feira. Foram disponibilizadas além de 16 barracas, lonas, batas, balanças e etc., na espera de um espaço em Campina Grande para que os agricultores dos assentamentos pudessem trazer seus produtos para a venda. Nesse contexto, foi cedido o espaço localizado na Praça Clementino Procópio no centro da cidade nas manhãs das quintas feiras (Figura 18).

FIGURA 18 - Localização da Feira Agroecológica da Reforma Agrária



(Fonte: Google Earth, 2015 / DATUM: SIRGAS, 2000).

A abertura oficial da Feira Agroecológica da Reforma Agrária contou com as presenças de diversas autoridades, entre elas, a do atual secretário municipal de Agricultura, Fábio Medeiros, que na oportunidade representou o prefeito Romero Rodrigues, e Marcos Faro, representando a Superintendência do INCRA. Para que a população tomasse conhecimento de mais uma feira agroecológica, o espaço foi inaugurado com bastante divulgação com a presença de um grande número de consumidores (Figura 19). Esse trabalho foi feito pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA) e a Secretaria de Agricultura, que convidaram a imprensa (TV, Rádio e mídias virtuais) para cobrir a solenidade que contou com um grande número de representações políticas locais. Ademais, foi feito um trabalho de logística com a colagem de cartazes e entrega de panfletos nos semáforos sobre a importância de uma alimentação livre de agrotóxicos.

FIGURA 19 - Inauguração da Feira Agroecológica da Reforma Agrária



(Fonte: Portal24horaspb.com)

Depois do evento inaugural, a COONAP passa a auxiliar os agricultores/feirantes para que continuassem a trazer seus produtos para a feira. Por meio do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado em 2003, a COONAP é quem faz o acompanhamento nos assentamentos para que todos os comerciantes produzam de maneira totalmente orgânica, que tenham formação em

agroecologia e, que não vendam seus produtos para atravessadores. Na feira, passam a ser comercializadas hortaliças, frutas, queijos, manteiga, doces, ovos, galinhas, garrafadas feitas com plantas medicinais, mudas de plantas, artesanato, mel, bolos, biscoitos, tapiocas e beiju, onde não é permitida a existência de produtos oriundos de outras localidades, havendo uma fiscalização rigorosa feita tanto por técnicos da COONAP, quanto pelos próprios agricultores/feirantes assentados.

De acordo com o idealizador e técnico de ATES, ao pregar o lema de uma produção “limpa” em épocas de transição agroecológica, a COONAP incentiva que os produtos comercializados devam ser impreterivelmente de origem agroecológica e advir dos assentamentos, não sendo permitido nenhum outro tipo de produto de outras localidades. Para estimular a organização dos agricultores/feirantes, bem como, realizar bons serviços para o INCRA, a Cooperativa estabelece a comunicação com a entidade para prestar contas do que está sendo realizado, de como os agricultores estão administrando a produção (manejo e qualidade dos produtos), o que está sendo produzido e etc. Além do acompanhamento semanal dos agentes de ATES da COONAP nas lavouras, periodicamente todos os assentados dispõem de cursos de capacitação, profissionalização em artesanato e momentos educativos que envolvem oficinas e palestras (Figura 20).

FIGURA 20 - Acompanhamento dos técnicos da COONAP no Assentamento Jôse Antonio Eufrouzino – Campina Grande



(Fonte: equipeatescoonap.blogspot.com)

Ao disponibilizar estes cursos sobre os princípios da agroecologia, em parceria com o INCRA a COONAP também passa a lançar edições trimestrais de Boletins Informativos das experiências desenvolvidas nos assentamentos. Os boletins são distribuídos no espaço de venda para que os consumidores conheçam o trabalho desenvolvido, onde os próprios agricultores/feirantes fazem a distribuição do informativo que detalha as ações desenvolvidas pelas famílias acompanhadas em diversos assentamentos rurais do Compartimento da Borborema. Ainda para os agricultores/feirantes, vem sendo disponibilizados cursos de manejo com aplicação de adubos orgânicos, alimentação alternativa, horticultura, fabricação de queijos, doces caseiros e derivados do leite, Manejo e Conservação do Solo, Fabricação de Medicamentos Caseiros, entre outros.

Com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) do INCRA que atua como instrumento para ampliar os níveis de escolarização formal dos assentados, alguns agricultores/feirantes tiveram a oportunidade de participar de cursos de educação básica e cursos técnicos profissionalizantes, cujo Programa capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. A parceria da COONAP com o Núcleo de Extensão Rural Agroecológica (NERA) da Universidade Estadual da Paraíba vem atuando por meio de projetos pedagógicos de formação prática de manejos sustentáveis, oferecendo também a formação teórica nos termos da transição agroecológica, com o foco principal nas mulheres e nos jovens. Outra ação de apoio à feira Agroecológica da Reforma Agrária é o “Programa Terra Sol”, executado pela COONAP, que trabalha na gestão de agroindústrias e atividades não agrícolas, realizando pesquisas de mercado e atuando na divulgação da venda de produtos agroecológicos, como o artesanato que é levado para a feira.

Atualmente na Feira Agroecológica da Reforma Agrária, o número de barracas e agricultores/feirantes apresentou uma queda significativa, onde se é possível observar nas manhãs das quintas feiras, pouco movimento no local. A existência de pouca diversificação e de poucos produtos para a venda nas barracas também é visível. A feira que inicialmente comercializava uma variedade de alimentos e artesanato apresenta poucas hortaliças e frutas, alguns queijos e doces, e ovos por encomenda. Conforme o representante dos agricultores/feirantes, as dificuldades relacionadas à falta de chuvas na região tem feito com que muitos destes sintam que não compensa pagar pelo transporte dos produtos, sem ter alimentos suficientes, e, em muitos casos, não tenham recursos para continuar produzindo.

Estes fatos, dentre outros, se revelam como verdadeiros entraves para o desenvolvimento da feira que atualmente conta com 6 barracas, apresentando semanalmente um número pequeno de consumidores (Figura 21). Um aumento maior de consumidores se dá quando ocorrem esporadicamente eventos no centro da cidade ou quando existem encontros de organizados no âmbito da ASA/PB como a VI Festa Estadual das Sementes da Paixão. Como forma de comemoração do seu primeiro ano de funcionamento, no dia 16 de outubro de 2015 o evento foi realizado e os agricultores/feirantes assentados puderam levar sementes da paixão para trocar com outros agricultores participantes da feira das sementes.

FIGURA 21 - Atual Feira Agroecológica da Reforma Agrária



(Fonte: Arquivo pessoal do autor)

No total são 16 barracas novas e conservadas que ficam em um depósito na Secretaria de Agricultura de Campina Grande, visto que no início da instalação da feira, existiam dois feirantes em algumas barracas. O espaço utilizado tem boa visibilidade na praça e conta com banheiros próximos para que os agricultores/feirantes e consumidores possam utilizar quando necessário e cuja limpeza é feita pelos funcionários da SESUMA. Quando o agricultor/feirante tem produtos para trazer para a feira, este mantém contatos com a COONAP para que a cooperativa comunique aos funcionários da prefeitura que levem mais barracas até o local de venda. No que diz respeito à instalação e manutenção das barracas, todas as quintas feiras às 04h30min da manhã, funcionários da Secretaria de

Agricultura de Campina Grande depositam e recolhem as barracas no final de cada feira. Na praça, os agricultores/feirantes pagam uma taxa de R\$ 5,00 para que um agricultor/feirantes responsável faça a montagem e desmontagem das barracas.

O transporte dos produtos é realizado pelos agricultores/feirantes que estão ativos, onde alguns têm transporte próprio (em sua minoria), outros fretam caminhonetes a terceiros e/ou vem de transporte público quando os produtos são comportados em caixas. Conforme assinalam os agricultores/feirantes, a questão do transporte dos alimentos se concretiza como uma das principais dificuldades enfrentadas, pois há incerteza com relação aos horários de ônibus e/ou caminhonetes que façam o deslocamento destes com seus produtos da área do assentamento até a Praça Clementino Procópio.

Apesar da diminuição de agricultores/feirantes pela falta de produtos para serem comercializados, todos os que iniciaram desde o período de sua instalação participam ativamente da Associação dos Assentados da Reforma Agrária. Com um número total de 25 agricultores/feirantes, muitos destes não mais ativos na feira, participam de outras, como a do município de Remígio e Esperança. Ademais, todos que iniciaram com a Feira Agroecológica da Reforma Agrária continuam ativos nos sindicatos rurais de seus municípios, conselhos municipais e alguns de associações como a dos Produtores do Território da Borborema e do Movimento Sem Terra (MST).

Vale ressaltar que para termos de organização, os agricultores/feirantes criaram a Associação dos Agricultores da Feira da Reforma Agrária com o objetivo de atuar representativamente associados. Semanalmente, os agricultores/feirantes contribuem para a Associação com a taxa de R\$ 5,00 como um fundo de feira que quando necessário é revertido em manutenção de equipamentos, consertos de barracas, dentre outros. Conforme as entrevistas, a Associação surgiu com a função de articular os agricultores/feirantes com as instituições organizadoras no intuito de discutir tanto os rumos que serão tomados para continuarem trazendo seus produtos para as feiras quanto para que possam ser representados politicamente em suas demandas.

Nos momentos de encontro que envolve a Associação, os representantes dos associados participam diretamente de reuniões com os técnicos de ATES, representantes do INCRA e demais dirigentes das instituições, tal qual a Secretaria de Agricultura de Campina Grande. No que concerne às mobilizações dentro da rede que apoia a Feira Agroecológica da Reforma Agrária, a SESUMA continua apoiando com a manutenção do espaço disponibilizado e quando solicitada, a parceria com NERA/UEPB prossegue oferecendo cursos nos moldes da transição agroecológica. Logo, somente estas entidades

se conectam para uma participação ativa na assistência os agricultores/feirantes, por meio de reuniões e encontros bimestrais promovidos pela COONAP dentro do INCRA para o prosseguimento desta feira.

Nesse contexto, atualmente os atores institucionais nesta rede se estruturam pela mediação feita pelo Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), contratado pelo INCRA/PB para promover a articulação institucional e oferecer assessoria técnico-pedagógica às equipes que prestam assistência técnica nos assentamentos. Tal arranjo vem possibilitando que o Ministério do Desenvolvimento Agrário continue liberando recursos financeiros para contratação dos serviços de assistência técnica, social e ambiental da COONAP que por sua vez prossegue atendendo as famílias assentadas no oferecimento de vários serviços de cidadania e direitos sociais, com um vasto corpo de agentes de ATES.

Tendo a missão de integrar ações de desenvolvimento de assentamentos, considerando os arranjos produtivos locais e as políticas de desenvolvimento do INCRA, como os Programas “Terra Sol” e “Terra Forte”, para ampliar a capacitação dos agricultores em agroecologia, essa Cooperativa tem uma relevante participação nesse processo, pois atua como o órgão que estabelece a comunicação com os demais atores institucionais dentro da rede, seja mantendo contatos frequentes com o INCRA para prestar contas do que está sendo realizado em relatórios que inclui como os agricultores/feirantes estão administrando a produção (manejo e qualidade dos produtos), o que está sendo produzido, etc., seja ainda pelos contatos frequentes que mantém com a Prefeitura de Campina Grande e suas duas instâncias (SEAGRI e SESUMA) para a manutenção do local de venda e trabalhos de divulgação da feira.

Assim, ao seguir essa rede de atores, pode-se destacar que todos os mediadores institucionais pontualmente continuam se articulando para o desenvolvimento da feira, sendo o apoio visivelmente mais efetivo dos técnicos de ATES da COONAP que prosseguem realizando parcerias para que os assentados continuem tendo o acesso fixo ao espaço de comercialização. Para o desenvolvimento do enfoque agroecológico, a parceria entre a Cooperativa e o NERA/UEPB tem realizado projetos de sistemas sustentáveis de produção de base agroecológica com o objetivo de fomentar melhores condições de vidas para as famílias assentadas, especialmente as que convivem com a escassez de água periódica. No mais, a participação da COONAP nos assentamentos está sendo direcionada ao incentivo a participação social do público beneficiário com o oferecimento de eventos e

reuniões para que estes possam ter acesso a políticas como saúde, educação, segurança pública, habitação, entre outros direitos sociais.

CAPÍTULO IV - A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE– PB

Como parte das inovações em políticas públicas para a agricultura familiar na Microrregião de Campina Grande, as sete feiras (agroecológicas e feiras do produtor) analisadas neste trabalho surgem como resultado das articulações em rede, de atores e instituições locais com o intuito de abrir mercados para os agricultores/feirantes envolvidos pela retirada dos atravessadores na fase da comercialização. Estes novos atores que ao encontrar na prática de comercializar em um espaço coletivo um importante caminho para a superação da dependência com relação à figura do atravessador, adquirem mais visibilidade social, independentemente da pouca ou nenhuma atuação das políticas governamentais de promoção à agroecologia na Microrregião.

O cenário analisado revela que as ações voltadas para as feiras agroecológicas, nada mais são do que o resultado de uma correlação de atores em rede, cujas ações coletivas e integradas têm colaborado com a manutenção e o oferecimento de possibilidades de inserção no mercado e a garantia do escoamento de grande parte dos beneficiários participantes. Dentro das redes, agricultores/feirantes que passaram por um novo formato de sindicalismo rural e conversão de sua base produtiva, assessores de ONGs, agentes governamentais, líderes de movimentos sociais, consumidores cooperativas, acadêmicos, se conectam por meio de conjunto de mediações que vão desde a fase da produção até a materialização semanal desses espaços.

Assim, neste quarto capítulo temos como objetivo priorizar a narrativa dos agricultores/feirantes e os mediadores que implementam as ações locais e articulam os diversos atores dentro das redes para o desenvolvimento desses espaços de comercialização. Para tanto, primeiramente estamos enfatizando os limites e possibilidades vivenciados pelos agricultores/feirantes no intuito de revelar de um ponto de vista mais auto-referido como estes novos atores se vêm nesse mercado alternativo, produzindo e comercializando produtos agroecológicos e, ainda, como avaliam os programas, políticas e ações que são operados para o beneficiamento das feiras e das melhorias individuais dos agricultores/feirantes. Na segunda parte, estão sendo analisados os discursos dos mediadores institucionais pertencentes a esta arena acerca dos avanços e mudanças experimentadas pelo público beneficiário e as dificuldades de permanência e ampliação das sete feiras agroecológicas.

4.1 Agricultores, produtores, feirantes: novos atores na feira.

Os agricultores/feirantes que participam das sete feiras alternativas da Microrregião de Campina Grande são agricultores familiares das zonas rurais dos municípios pertencentes a grande parte do Agreste Paraibano. Ao produzirem livremente seus produtos (hortifrutigranjeiros), utilizando a mão de obra de sua própria família, a grande maioria possui menos de quatro hectares de terra, tendo renda originada da atividade econômica que desenvolvem. Mesmo convivendo com um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, os índices pluviométricos que a Microrregião de Campina Grande apresenta, favorecem que estes agricultores/feirantes possam conviver com os impactos das recorrentes estiagens. Aliado a isso, muitos destes foram e ainda são contemplados por benefícios do Governo Federal e/ou políticas de convivência com o semiárido, operadas localmente.

De acordo as entrevistas, foi possível constatar que em sua maioria, estão passando por um processo de transição agroecológica tendo como prática produtiva a diversificação de culturas, com cultivos consorciados. Com uma produção especificamente voltada para o auto-consumo e para a venda fruto de uma colheita variável em quantidade em cada estabelecimento produtivo, somente 5% dos entrevistados conseguiram estudar ou concluíram o ensino fundamental. Sendo a grande maioria formada por agricultores de baixa escolaridade, a importância de continuar tirando seu sustento da terra evidencia-se na possibilidade de ajudar seus familiares, fato que se procede desde suas gerações passadas. São famílias compostas em média por quatro pessoas, tendo idade média que varia de 20 anos a 70 anos. A família, na maior parte dos casos, é a maior motivação para um trabalho contínuo que se inicia nas propriedades, passando pelo processo de lavagem, encaixotamento e organização dos produtos nos transportes e tendo como resultado a materialização de espaços semanais de socialização.

Em campo através das observações e no momento das entrevistas, pôde-se perceber que em seus modos de expressar-se verbalmente, nas formas de diálogo com os seus companheiros de vendas e nas experiências diversas oriundas do contato com o público em geral, estes atores vivenciam experiências agradáveis de sociabilidade que se estruturaram em relações de confiança e amizade gestadas ao longo do tempo. São atores que ao terem nas feiras uma alternativa de maiores retornos financeiros encontram-se envolvidos em um conjunto de mediações que lhes tem proporcionado mais visibilidade social. São também mediadores, pois se conectam e trocam conhecimentos como figuras fundamentais nas

redes de políticas nas quais estão inseridos. Mas quem são esses agricultores/feirantes? Quem é esse novo ator que surge na feira?

Conforme assinalou a maioria dos agricultores entrevistados, antes de se tornarem feirantes, além das dificuldades com o sustento alimentar de suas famílias, estes enfrentavam obstáculos com os custos de produção e a manutenção de seus estabelecimentos, além disso, as dificuldades no acesso aos mercados acarretaram em muitas ocasiões a venda de seus produtos por preços muito baixos. O sentimento de continuar a pertencer à agricultura de base familiar vem da superação das dificuldades que enfrentadas com a mão de obra familiar (poucos filhos), capital de exploração de baixa intensidade, pouca tecnologias e, como consequência, baixo retorno financeiro. É o que expressa uma das agricultora/feirantes mais antigas da Feira agroecológica de Lagoa Seca:

Bem, minha vida foi bem dizer toda dentro da agricultura. Não tive estudo, por que sempre tive de trabalhar pra ajudar no roçado do meu pai e eu sempre, sempre fui da agricultura, meus pais, meus avós. Minha vida foi praticamente dentro de feira desde pequena, mas era convencional, porque meus pais já vendiam em Campina Grande na Feira Central. A gente já produzia pouco, era poucos recursos pra plantar. Foi uma vida bem sofrida e necessitada, mas a gente nunca desistiu. [...] aí eu me casei e fiquei lá e continuei lá na sitio, mas a gente passava muito aperto porque eu e meu esposo sempre estava passando o que a gente produzia para os atravessadores e o nosso lucro todo ficava lá na CEASA (Entrevista 05 - M. P. F., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Na tentativa de se livrar dos intermediários (atravessadores) na fase da comercialização, a motivação para vender diretamente nas feiras era cultivada pela possibilidade de aumentar a renda da família. Aliado a esse fato, muitos desses atores, dependiam de insumos externos e tinham problemas em diversificar sua produção, fazendo com que entregassem seus produtos a intermediários que chegavam a seus estabelecimentos ou vendessem para a CEASA do município de Campina Grande. Nesta central de abastecimento, a forte concorrência entre os agricultores fazia com que os preços de seus produtos praticamente despencassem. Ademais, atacadistas que recolhiam os produtos dos agricultores/feirantes e redistribuía para o comércio local varejista fazia com que suas produções estivessem sempre sujeitas aos preços e às exigências dos responsáveis pelos transportes e venda. Ao estarem envolvidos em uma relação comercial bastante desigual no que diz respeito à apropriação do valor incorporado aos seus produtos, bem como, disporem de um apoio técnico ainda deficiente, muitos destes não possuíam quase nenhuma infraestrutura produtiva, e os que tinham se sentiam insatisfeitos com a relação que mantinham com os atravessadores, o que representava um entrave para obtenção de

rendas/lucro enfim. De acordo com uma das agricultores/feirantes fundadoras das três Feiras do Produtor:

Nós “tinha” um problema muito sério porque a gente produzia as verduras e não tinha onde a gente botar. Eu vendia na CEASA e voltava com a metade da mercadoria pra casa e jogava na beira da pista, porque não tinha aonde vender. Quase todos da região vendiam pra CEASA e CEASA não tem respeito a ninguém não. [...] a gente não tinha lucro nenhum e não sabia pra onde vender. E fora os prejuízos que deixou muita gente sem produção. Quando chegava as caminhonetes lá no sítio, nós ficava bem dizer, na mão dos atravessadores. Muitos dos meus conhecidos aqui vendiam pra o atravessador e foi “tudinho” passado pra trás (Entrevista 08 - O. D. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

A relação de dependência mantida com os “atravessadores” concorreu para que muitos dos agricultores familiares assumissem dívidas no comércio local nos respectivos municípios de origem. A pouca capacidade de produzir e gerar renda inviabilizava o pagamento de dívidas. Vale dizer trabalhando com uma agricultura do tipo convencional, intensiva em trabalho e baixo rendimento, caracterizada como agricultura de subsistência, muitos dos agricultores/feirantes mais antigos se encontravam endividados e dependentes de insumos externos, fato que deixava as famílias agricultoras insatisfeitas e descontentes.

A oportunidade de ter um espaço para a venda direta dos produtos, sem a presença de intermediários, representou uma conquista importante como alternativa para viabilizar a comercialização dos produtos que os agricultores/feirantes dispunham, já que neste momento a produção não era fortemente diversificada. A experiência da participação na feira foi significativa, uma vez que os agricultores passaram a ter uma via relativamente mais autônoma para escoamento da produção. Todavia, o contexto era muito adverso não havia infraestrutura (barracas), veículos adequados para o transporte dos produtos. Muitos agricultores/feirantes tiveram que recorrer aos bancos para realizar empréstimos e poder financiar a produção e, apesar de terem conquistado um espaço específico para realizar as vendas, desafios como a concorrência de mercado e o endividamento de alguns agricultores/feirantes ameaçava a continuidade das feiras. Segundo um agricultor/feirante da Feira do Produtor/Malvinas:

Foi um acontecimento impar. Porque imagine só: o pouco que a gente produzia por ser um pedaço de chão pequeno, a gente passou a vender nessa feira sem os atravessadores. Mas no começo foi bem difícil porque era muito caro trazer os produtos do roçado até aqui, muitos aqui não tinham nem o dinheiro dos transportes. [...] a maioria não tinha transporte, mas a gente via que era um mercado bom e pelo menos o espaço pra gente vender foi dado e eu achei muito bom pra mim e minha família também, porque eu tava vendendo diretamente

“pro” consumidor e isso foi bem melhor pra gente porque isso deu mais valorização (Entrevista 01 - J. S. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Nesse momento, além das dificuldades para produzir e obter lucro, muitos destes agricultores/feirantes sindicalizados foram motivados pelos seus sindicatos, que neste momento se articulam ao Pólo Sindical da Borborema e incentivam a adesão desses agricultores ao projeto agroecológico, configurando uma tríade de apoio à agroecologia Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Pólo Sindical e ASA-PB. Aliado a esse processo, experiências ruins com envenenamento, adoecimento de familiares e a falta de conhecimento dos malefícios ocasionados pelos agrotóxicos fizeram com que muitos agricultores, através dos sindicatos despertassem o interesse por outros métodos de produção. Alguns agricultores/feirantes entrevistados narraram experiências de adoecimento de familiares em decorrência da utilização de agroquímicos no cultivo convencional, vejamos a narrativa seguinte:

A gente não usava o veneno por maldade, era por desconhecimento do mal que trazia, o comércio exigia que agente trouxesse as hortaliças bem verdinha, bonitinha e pra trabalhar com isso tem que ser competitivo se não você nem arruma o dinheiro do café. Que agente usava veneno, e eu mesmo cheguei a mexer com a mão. O povo chegava lá e dizia Seu Paulo: isso é pra crescer, isso é pra matar cachorro d'água e nós foi se envolvendo, começou a morrer gente. Tudo começou na minha família: perdi um sobrinho com 19 anos fazendo universidade, perdi um vizinho. [...] foi ai que começou a aparecer problema, então qual foi a nossa? Foi procurar o que estava errado e nós descobrimos que o veneno não só matava as pragas, porque muita gente começou a morrer (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

As motivações pessoais advindas dos males objetivos, causados pela utilização de fertilizantes e defensivos químicos foi o pontapé inicial para a tomada de consciência sobre as vantagens de um cultivo menos ofensivo para os agricultores/feirantes. A consciência dos malefícios da agricultura tradicional mobiliza os agricultores para participar de uma rede que se forma no ano de 1998, fortalecida também pelo trabalho de formação feito pelos sindicatos e ONGs defensoras da perspectiva agroecológica. Antes da existência de feiras puramente agroecológicas na Microrregião, estes agricultores/feirantes passaram por um processo de mobilização e muitas capacitações para que utilizassem novas práticas em seus estabelecimentos.

As preocupações com a saúde e os riscos de intoxicações diversas foram acompanhadas por um processo de transição agroecológica, ou seja, uma fase de mudança

gradual para que os agricultores pudessem se convencer da necessidade de fazer uma agricultura sem a utilização de agrotóxicos e, sintonizada com o ambiente. No caso dos agricultores/feirantes do Pólo Sindical fica bastante evidente a influência das redes de organizações que os conduziram a uma produção sob a perspectiva da agroecologia. Conforme assinala uma das agricultores/feirantes fundadoras da Feira Agroecológica da Estação Velha, cuja participação política passou a ter maior significado com a união dos sindicatos em torno da perspectiva agroecológica fomentada pela AS-PTA nos municípios da Microrregião:

Ai com tudo que tava acontecendo, gente morrendo, pouca produção resolvemos tomar uma providencia maior e eu e minha familia procuramos o Sindicato de Lagoa, que já tava junto com a AS-PTA, e outras ONGs e a partir do trabalho que foi feito a gente passou a tomar mais consciência do valor do nosso trabalho. [...] a partir disso a gente começa a ter outro olhar e começou um trabalho com os produtores e a gente viu que era um trabalho que queria ajudar na saúde da gente para usar os defensivos naturais ao invés de veneno (Entrevista 16 – M. L. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Do contato com as organizações via Polo Sindical, muitos começaram a produzir de forma agroecológica e a ter uma reserva de alimentos orgânicos, mas que eram vendidos nas feiras convencionais (feiras Central e do bairro da Prata em Campina Grande). Nestas feiras, segundo eles, havia um sentimento de insatisfação pelo fato dos consumidores não darem importância a seus produtos, assim o fato de estarem articulados às organizações que integravam o movimento agroecológico na região, ajudou para que tivessem mais consciência da importância de seu trabalho e da qualidade de seus produtos. Conforme os entrevistados, os alimentos orgânicos eram produtos que mereciam ser tratados e vendidos como diferenciados. Dado que fica evidente na fala de um jovem agricultor/feirante da Feira Agroecológica da Estação Velha:

Meu pai sempre foi produtor e feirante convencional e pegou uma doença no sangue pela questão dos agrotóxicos e foi ai que eu por já está de dentro da agricultura comecei a bater na tecla, porque aquilo estava errado e agredia a natureza. [...] ai dos contatos que foram feitos com os sindicatos e as ONGs nós fomos mudando, mas continuamos a vender numa feira normal a gente não era valorizado por que independente se a gente produzisse uma banana adubada com esterco de gado ou fazendo o manejo do solo, quando chegava numa feira convencional, o consumidor tratava a gente tanto faz como tanto fez. Não tinha valor nem eu e nem o que eu produzia (Entrevista 06 – J. G. M., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

A partir da proposta de uma “produção sem veneno” que veio por meio de um processo de experimentação, muitos dos agricultores/feirantes, agora

agricultores/experimentadores, que começaram a produzir no decorrer dos anos passaram a levantar questões sobre onde escoar e pra quem vender tais produtos. Auxiliados pelos sindicatos que formam o Polo Sindical e a AS-PTA, a oportunidade de vender diretamente sem a presença da CEASA do município de Campina Grande, atraiu rapidamente a atenção destes, fazendo com que se envolvessem na construção de uma feira, voltada especificamente para a produção agroecológica.

Com o espaço disponibilizado para a comercialização e articulados, através dos intercâmbios para a troca de experiências em agroecologia, muitos dos agricultores/feirantes do Pólo Sindical passaram a aderir mais fortemente às técnicas alternativas de manejo agrícola num contexto de reestruturação de seus estabelecimentos, com acesso a políticas ligadas a convivência com o semiárido. Para esses novos atores, vender diretamente na feira representou o estímulo para que continuassem a aprender outras técnicas com o objetivo de diversificar a produção, no entanto, problemas oriundos do desconhecimento das pessoas sobre a existência de feiras agroecológicas e a desinformação da população acerca dos alimentos orgânicos trouxeram prejuízos financeiros. Na fala de uma agricultora/feirante da Feira da Estação Velha:

Quando começou o povo não dava muito valor, as pessoas não conheciam que se tratava de um produto orgânico, diferenciado. Pra você ter uma ideia: teve dia de muitos aqui retornarem com muitos produtos por que não aparecia consumidor pra comprar, então, tivemos muitos prejuízos. Hoje em dia não, que melhorou foi muito. [...] pra ajudar a gente a esta produzindo teve agricultor que conseguiu as cisternas pra está irrigando, água pra trabalhar ao redor de casa e assim foi indo, mas foi luta pra que o povo visse que a gente estava trabalhando da forma correta, de está passando saúde pra população (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Além de passar a praticar novas técnicas em seus estabelecimentos, a participação no movimento agroecológico e, mais precisamente na feira fez com que muitos desses atores, passassem a participar ativamente de reuniões e encontros sobre agroecologia, bem como, de capacitações técnicas e mobilizações para disseminação da importância de uma alimentação livre de agrotóxicos. Esses momentos também implicavam na oportunidade de socialização entre os agricultores convencionais e os agricultores/feirantes agroecológicos. Estavam envolvidos nas articulações a tríade Polo Sindical/AS-PTA/EcoBorborema, boa parte dos agricultores/feirantes, além de agricultores experimentadores, passam a ser multiplicadores da nova proposta. Na fala de ex-agricultor/feirante convencional que vende nas feiras do Produtor:

[...] quando teve essa organização em cima aí foi quando teve a época que passaram a divulgar mais nossos produtos, a gente foi pra rua, para as escolas, fizemos faixas pra divulgar nosso trabalho. E outra coisa, os intercâmbios que a gente fez foi trazendo mais conhecimento. [...] muitos aqui passavam a explicação nas escolas, dizendo que o agrotóxico trás doenças. Teve gente aqui que já passou até na televisão nos jornais, divulgando. Com o tempo a gente passou a convidar os consumidores por que quanto mais tivesse divulgação, mas a cultura dos orgânicos iria crescer (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Segundo os agricultores/feirantes entrevistados, está participando ativamente de uma rede de mobilizações, sendo também um multiplicador de uma alternativa de alimentação saudável fez com que as atividades de divulgação realizadas despertassem a atenção dos consumidores que viam esse tipo de produção como algo inovador. A aceitação da população local por produtos livres de contaminantes contribuiu para que os agricultores/feirantes, que eram acompanhados pela EMATER e anteriormente convencionais, passassem a estabelecer contatos com agricultores experimentadores do Pólo Sindical que também vendia seus produtos nas feiras do Produtor. Para estes novos atores, a principal motivação para a adoção de novas práticas veio tanto da proposta de ganhar mais espaço de mercado e quanto pela exigência e procura dos consumidores já fidelizados por alimentos orgânicos mesmo sem o selo de certificação.

Observa-se, portanto, que nas feiras do Produtor, o processo de adesão a novas técnicas afetou apenas alguns agricultores/feirantes, que observaram na produção orgânica um mercado mais rentável, passando a exercer outras funções em seus estabelecimentos no intuito de oferecer alimentos mais saudáveis. Esses novos atores passaram a trabalhar a gestão da produção e a ter um comprometimento maior para que todos da família participassem mais do trabalho nas unidades familiares. Conforme assinala uma das agricultoras/feirantes da FEAGRO/Parque do Povo, ao priorizar e otimizar os recursos disponíveis no seu estabelecimento:

Eu adquiri mais conhecimento sobre como planejar a minha produção de hortaliças. A gente era convencional e foi se envolvendo até aprender a organizar nossa plantação e a usar os defensivos naturais, trabalhar mais com o que a gente possui na nossa terra, a diversificar sabe [...] eu, meu esposo, os técnicos que acompanham e os meus filhos me ajudam vimos que era um mercado bom e adquirimos mais consciência para esse mercado, além da experiência que a gente já teve com o pessoal aqui da feira né? Nos encontros, a gente vai visitar o sítio de fulano, eu levo a minha, ele trás a dele e a gente troca experiência (Entrevista 12 – A. M. F. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa de Roça).

Através de contatos com os técnicos da EMATER e com os agricultores agroecológicos dos sindicatos que integram o Polo Sindical da Borborema que já comercializavam nas feiras do Produtor, em especial os agricultores convencionais, passam a adotar técnicas de cultivo diferenciadas (adubação orgânica, defensivos alternativos, manejo do solo, rotação de culturas e diversificação da produção) com intuito de conquistar novos mercados. Nesse momento, muitos agricultores/feirantes convencionais passam sociabilizar e trocar experiências entre os agricultores e técnicos, consumidores e outros mediadores nas redes sob a perspectiva da agroecologia num contexto propiciado pelo intercâmbio de saberes sob sua produção e valorização de seu trabalho.

Já no caso dos agricultores/feirantes da Feira Agroecológica da Reforma Agrária, a proposta da agroecologia é bem recente, já que logo após estarem tendo acesso a terra e a outros recursos produtivos nos lotes disponibilizados pela política de habitação do INCRA, passaram também a contar com os serviços da COONAP, cooperativa especificamente voltada a assistência rural sustentável. O enfoque da agroecologia e da produção sem agrotóxicos chega até os assentados, que passam a contar com apoio de extensionistas de ATES da cooperativa, participando dos cursos de capacitação e formação voltados à agroecologia. De acordo com relatos de dois agricultores/feirantes fundadores dessa feira, além da formação técnica e o direcionamento da produção sem agrotóxicos, a organização deles em Cooperativa ampliou as possibilidades de comercialização, já que o espaço da feira vinha sendo demandado nas reuniões e eventos no INCRA. Para um de seus fundadores:

Há alguns anos atrás eu não tinha nada, eu morava no que era dos outros e toda hora, todo instante, o dono pedia a casa que eu morava. Eu não tinha renda. Então a partir do momento que eu fui morar no assentamento eu consegui minha casa, eu consegui minhas terras pra poder plantar, criando galinhas, tendo ovos pra vender a gente viu que a gente precisava de um espaço pra vender. [...] nas reuniões a gente já pedia que se existisse uma feira e partir do momento que me tornei feirante se abriu mais mercado pra mim. Não vendo a atravessador, estou ganhando mais conhecimento com o povo, estou em contato com os técnicos, e tudo isso tem trazido benefícios a todos (Entrevista 13 - J. P .S., agricultor/feirante residente no Assentamento José Jovem no município de Boa Vista).

Para muitos desses agricultores as condições de moradia e o acesso a sistemas de irrigação ainda se traduzem em dificuldades cotidianas nos assentamentos, produzir otimizar custos para produzir e comercializar, além do aprendizado coletivo que a feira propicia conferiu outro significado as suas vidas, melhorando a renda e dando uma visão

diferenciada ao fruto de seu trabalho. Ademais, esses novos atores viram na produção orgânica uma forma de se inserir no mercado com condições de competir no mercado, utilizando técnicas adaptadas ao aproveitamento das condições edafoclimáticas dos respectivos municípios.

Apesar dos desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada as realidades locais, estes atores passam a formar a sétima feira da Microrregião de Campina Grande. Em 2014 foi criada mais uma feira voltada especificamente para agricultura familiar para oferecer à população local o consumo de alimentos ditos saudáveis. Mesmo com um processo lento de adaptação do público em geral sob o consumo de alimentos orgânicos, agroecológicos, o crescimento do número de feiras especificamente voltadas para agricultores familiares, possibilitou que muitos agricultores/feirantes entrevistados passassem a vender em dias variados da semana e também em outros municípios do Estado. Somente as feiras agroecológicas do Polo Sindical totalizam na atualidade 12 feiras espalhadas por todo o Território da Borborema.

Por considerarem que a conquista do mercado agroecológico é um processo lento alguns agricultores/feirantes continuam produzindo também de modo convencional. Para estes, não restam dúvidas que a entrada no mercado de produtos orgânicos elevou a renda, possibilitando não só a manutenção da família, mas também a compra de bens e equipamentos que auxiliam no trabalho nos estabelecimentos. Assim, muitos desses atores passaram a adquirir veículos próprios para o transporte dos produtos, construíram pequenos reservatórios de água e começaram a contratar outros agricultores para trabalharem em suas terras. Todavia, alguns agricultores/feirantes que realizaram empréstimos em bancos para melhorar sua produção encontram-se endividados. Alguns atribuem à causa do endividamento as irregularidades climáticas, que os obrigou a contrair empréstimos para manter a venda de produtos nas feiras. De acordo com um agricultor/feirante agroecológico da Feira do Produtor do Mercado das Malvinas, a entrada semanal de dinheiro tem ampliado as possibilidades de autonomia, mas que ainda são muitos os problemas a serem superados:

[...] muitos daqui ajeitaram sua casinha, faz gosto a casa de muitos aqui nos sítios, muitos possuíram transportes próprios, botaram piso de cerâmica em casa. [...] apesar disso tudo, infelizmente muitos aqui estão devendo em bancos, tiveram que pedir dinheiro emprestado. E a gente vem enfrentando essas secas, por que o desafio hoje pra nós daqui dos feirantes daqui é a água e se não chover nesses próximos meses vai ser mais complicado da gente está produzindo (Entrevista 15 – A. S. L., agricultor/feirante residente no município de Puxinanã).

No caso dos agricultores/feirantes da Feira da Reforma Agrária, ao produzir visando principalmente sustentar suas famílias, a maioria destes usa apenas a força de trabalho familiar e tem tido prejuízos com a falta de um número maior de consumidores na feira. Nos assentamentos, de acordo com os entrevistados, a deficiência de água de boa qualidade para a irrigação e consumo e a insuficiência de áreas destinadas à diversificação produtiva e criação animal vem comprometendo que os agricultores/feirantes destinem uma parcela de sua produção para a venda. Aliado a isso, dificuldades sobre as incertezas dos transportes e da presença ou falta de chuvas, são situações que influem de maneira determinante na comercialização. Na fala de um agricultor/feirante representante:

Pra mim o desafio maior é a seca, por que aqui a maioria das barracas o pessoal desistiram por que já vem quatro, cinco anos com um período de inverno irregular. Então assim, o problema é enfrentar a seca e ter produto pra trazer ao mesmo tempo. Sem falar da pouca estrutura que nós temos nos assentamentos e a certeza que muitos aqui não têm com os transportes, por que sem produção como a gente vai se comprometer com os donos das caminhonetes? Tem produtor aqui que está vindo nos ônibus que fazem a linha ou nos coletivos daqui de Campina Grande (Entrevista 29 – D. S. G. S., agricultor/feirante residente no Assentamento Chã do Balsamo no município de Matinhas).

Sendo o transporte até a feira um dos desafios, muitos agricultores/feirantes da Feira Agroecológica da Reforma Agrária relataram que a condução inadequada de seus produtos vem comprometendo sua qualidade e acarretando o desperdício destes. Para tanto, todos os envolvidos passaram a se organizar coletivamente com o compartilhamento dos fretes que tem como função o barateando dos custos. Muitos desses atores passaram a ter melhorias no cultivo e na abertura de outros circuitos curtos, vendo na produção agroecológica à forma mais eficaz para que se livrar dos atravessadores. A partir do momento em que sentirem uma maior organização dentro nos assentamentos, pois passaram a ser mais atendidos em suas demandas. Todavia, uma das dificuldades tem se desenvolvido pelo distanciamento que ainda se tem com a gerência do INCRA.

No tocante aos agricultores/feirantes mais antigos como os participantes das feiras agroecológicas do Polo Sindical, que possuem transportes próprios e que fidelizaram clientela no decorrer dos anos, as dificuldades se apresentam na diminuição considerável de consumidores novos. Aos que não possuem o transporte próprio, as dificuldades se apresentam também pelas condições climáticas que afetam a diversidade de produtos, já que com o comprometimento da renda semanal pelos altos preços das caminhonetes muitos

estão impossibilitados de vender em mais dias da semana. O fraco movimento nas feiras tem feito com que retornem para seus estabelecimentos com grandes quantidades de produtos e comprometendo que continuem comercializando todas as semanas. De acordo com a fala de um agricultor/feirante da Feira Agroecológica da Estação Velha:

O desafio maior é você trabalhar a consciência principalmente quem tá consumindo né? Você sabe que hoje o alimento é o remédio e o seu remédio é seu alimento. Mas pra isso as pessoas precisam ter consciência de que o que vendemos aqui é um produto trabalhado de forma saudável. E aí está o desafio da agroecologia crescer, por que tem muita gente que não conhece nosso trabalho. [...] a gente já fez muita divulgação, fomos nas escolas e foi mostrado em reportagens pra que as pessoas vão se adaptando a comprar os produtos agroecológicos, mas infelizmente o movimento de pessoas aqui nessa feira deu uma queda grande (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Ademais, o período de estiagem que assola a região, fez com que o fluxo de vendas se mostre inconsistente, trazendo a desmotivação pela falta de produção. Além dos problemas relacionados aos transportes, muitos agricultores/feirantes citaram como entraves a falta de valorização da comunidade local em relação ao um consumo saudável, sendo ainda um grande contingente de pessoas que não conhecem esse canal alternativo de compras. Ao estarem passando também pelos problemas relacionados à deficiência hídrica, mesmo os agricultores/feirantes das Feiras do Produtor sendo das redes de feiras os mais capitalizados que o viabilizam a trabalhar com mão de obra sazonal assalariada, os desafios postos para que continuem comercializando seus produtos se apresentam pela falta de recursos para contratar agricultores na fase da produção. Na fala de uma participante do Sindicato de Alagoa Nova:

O principal desafio hoje é não ter com que trabalhar, por que tem que assinar a carteira do trabalhador. E nossos recursos também não são muitos pra fazer irrigação, açude, pra comprar semente, pra os estrumes. Olhe, agora mesmo nós estamos comprando água pra produzir e isso é prejuízo pro pequeno produtor que nessa seca a gente compra a um senhor que tem uma fazenda e um açude d'água e negociamos com ele e estamos fazendo um consórcio com ele aí a gente repassa pra ele e tudo é dividido. [...] se meus açudes enchessem podia me chamar uma mulher rica, por que eu tenho quatro açudes e tenho equipamento pra trabalhar, eu estaria muito bem por que eu teria onde trabalhar na minha terra (Entrevista 08 - O. D. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Apesar dos inúmeros de ordem climática que esses novos atores vêm enfrentando, o sentimento de contribuir para a melhoria do sustento familiar tem feito com muitos desses novos atores passassem a ter relações mais próximas com os membros da família, cujo

envolvimento dos filhos vem favorecendo o interesse para que continuem na agricultura objetivando um processo de garantia de lucros maiores. Além dos filhos, esposas, maridos e até netos que trabalham juntos na produção, em algumas situações, passaram a assumir também o comando da comercialização, viabilizando a continuidade do trabalho familiar. Segundo os entrevistados, além dos contatos diversos que adquiriu, no decorrer do tempo se ampliaram as relações com seus familiares:

Estou há muito tempo vendendo aqui nessa feira e aqui eu conheci muita gente. Quando chego vou falar com os conhecidos e eu tenho contato com muita gente aqui. Eu tenho dois filhos que também vende na feira da UFCG e fui eu que trouxe eles para vender e eu trago o meu neto e o meu mais novo pra me ajudar. É tudo família. Aqui ganha todo mundo: os consumidores e as famílias (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Eu fico bem satisfeita em vir para essa feira trazendo minha filha, por que na quinta feira ela me ajuda a ter meu apurado. Ela tanto me ajuda em casa quando não está na escola quanto aqui por essa feira também é uma oportunidade dos nossos filhos aprenderem o valor do trabalho e de ser honesto dentro da agricultura (Entrevista 12 – A. M. F. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa de Roça).

O maior contato entre esses novos atores permitiu além de ressignificar seu papel social enquanto produtor agroecológico, um maior intercâmbio de saberes, sejam eles relacionados ao cultivo e manejo de sistemas produtivos, seja ainda pela conservação de suas tradições e costumes. A importância do sentido de família e a valorização de experiências herdadas que são passadas ao longo das gerações dentro da agricultura passam a se materializar através das relações de amizade que criaram os outros atores dentro da rede. Vale dizer que tendo como base princípios de amizade, muitos agricultores/feirantes passaram a praticar mais ativamente a parceria, eventualmente realizando trocas de produtos excedentes com seus vizinhos. Vejamos as narrativas de dois agricultores/feirantes das Feiras Agroecológica do Polo Sindical:

Pra vender aqui o agricultor precisa estar envolvido com as principais temáticas como a valorização de sementes nativas, convivência com o semi-árido a prioridade para a segurança alimentar e qualidade de vida das pessoas. Sem falar no envolvimento com o social que é a alimentação boa e saudável das pessoas que vêm comprar nessa feira. Eu que faço parte dos movimentos sociais é exatamente no engajamento das organizações em forma de rede que tem feito a diferença na hora na hora da gente tá lutando pela agroecologia e por políticas públicas voltada para apoiar o setor rural, pra apoiar a agricultura familiar principalmente [...] eu participo do Sindicato de Lagoa Seca e faço parte da comissão Saúde e Alimentação que trabalha a questão do não uso dos agrotóxicos e para que os agricultores junto com suas famílias tenham uma alimentação mais saudável por meio da agroecologia (Entrevista 05 - M. P. F., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

[...] a gente aqui cria praticamente uma família, é tudo conhecido aqui e pra nossa feira está de pé a gente discute, vê o que é melhor [...] ficou tudo amigo com o tempo e na confiança a gente troca produtos, compra o que não tem, vamos dizer, na nossa barraca. [...] quando sobra algum produto eu faço troca com os vizinhos e isso é muito bom por que eu não tenho ele tem e todo mundo sai ganhando. Já faço agroecologia por que eu estou apoiando meu parceiro, por que do meu apurado já compro do meu vizinho, também. E a gente se ajuda e ainda leva uma graninha pra casa (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

No que concerne os agricultores/feirantes da Feira Agroecológica da Reforma Agrária que entraram mais recentemente nesse mercado, está vendendo diretamente ao consumidor, trouxe a valorização de seu trabalho e mais visibilidade social para os assentados, que segundo os agricultores/feirantes entrevistados nessa rede, não são bem vistos aos olhos da sociedade em geral. Para os entrevistados, a renda obtida na feira vem servindo para a maioria, como mais uma atividade ou alternativa de renda, cuja sua participação na feira tem uma representação especial em suas vidas, pois além de preencher a lacuna da falta de possibilidades em torno de sua produção, destacam que aprenderam muitas coisas através do contato direto com o público, bem como, os cursos e capacitações que obtiveram. De acordo com um agricultor/feirante representante na Feira Agroecológica da Reforma Agrária:

A feira foi uma grande conquista, pois nós somos assentados da reforma agrária e muita gente pensa que hoje em dia quem participa da reforma agrária é desocupado, é bandido. Por que nós fazemos parte do Movimento Sem Terra é pra invadir, é pra destruir, não, o MST luta em cima do seu direito, do direito do agricultor. Então participar da agroecologia é uma grande chance pra mostrar que reforma agrária dá certo por que está dando oportunidade a quem não tem e enquanto eu tiver produto pra trazer pra essa feira eu venho (Entrevista 29 – D. S. G. S., agricultor/feirante residente no Assentamento Chã do Balsamo no município de Matinhas).

No mais, ao oferecer alimentos livres de contaminantes aos consumidores, muitos desses novos atores, passaram a ter uma maior consciência de uma alimentação mais saudável pela adoção de novos hábitos de consumo em sua vida familiar. A preocupação com questões relacionadas à importância de uma alimentação mais saudável levaram muitos dos entrevistados nas três redes a uma dieta que inclui os próprios alimentos que são produzidos em suas unidades. Ademais, das relações de aprendizado que se criam com os companheiros de venda sob a procedência dos produtos no decorrer dos anos, muitos dos agricultores/feirantes passaram se sentir visivelmente mais sociáveis com o público em geral.

Nas feiras, muitos desses novos atores se mostraram satisfeitos com as relações criadas com os consumidores. Os agricultores/feirantes avaliam que, com o tempo, muitos clientes tornaram-se amigos, e que com isso eles próprios mudaram seu comportamento para que pudessem melhor atender seus clientes no intuito de fidelizar. De acordo com os entrevistados, por não manter contato direto com o público em geral muitos anteriormente não se sentiam dessa forma, já que o dia a dia nas feiras tem feito com que sejam mais respeitados socialmente. Na fala de dois agricultores/feirantes do Polo Sindical:

Ai além de deixar pra minha família consumir e vender lá no roçado eu trago pra cá e estou trazendo nossos produtos de qualidade, que traz saúde pra a gente, primeiramente pra nossa família, depois pras famílias que visitam nossas feiras. [...] começamos a ser mais respeitados pela população [...] temos que tirar da cabeça das pessoas que compram nas feiras normais que o produto agroecológico é um produto caro, por que não é. As vezes a gente vende o produto até mais barato do que o convencional, mas a gente quer que as pessoas tenham consciência que nosso produto é de qualidade e que eles possam comprar [...] então isso é o que eu sinto o respeito do consumidor para nós (Entrevista 05 - M. P. F., agricultura/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Estamos nessa feira também é mostrar para população um novo jeito de ver a agricultura. É estar produzindo suas sementes, sem a precisão de comprar. É dialogar com seus vizinhos de banca e trazer saúde para os consumidores que vem comprar aqui. Numa feira dessa é o local onde a gente conversa, debate as coisas do dia a dia e no dia, que a gente falta, a gente sente falta criatura, por que é uma família que a gente forma na feira. Os feirantes e consumidores se tornam conhecidos, é bem dizer, uma outra família que se forma e isso para a gente é muito importante (Entrevista 09 – P. S. M., agricultor/feirante participante do sindicato de Lagoa Seca).

Para esses novos atores, fazer parte das feiras é ir além do aspecto meramente produtivo, já que o fato de estarem no espaço urbano comercializando seus produtos, demonstrando seu trabalho e fazendo contato com o público em geral, tem lhes conferido a oportunidade de empoderamento, sobretudo, possibilitado uma maior atuação política por parte dos mesmos. Alguns entrevistados relataram que a aderência à proposta da agroecologia e oportunidade de vender em feiras agroecológicas vêm proporcionando também um seu espaço de inserção na sociedade como uma identidade autorizada pelo Estado - de agricultor familiar -, através das políticas públicas. Para eles:

Antigamente as mulheres daqui só serviam pra cuidar de casa e hoje todas elas tem uma autonomia por que através das feiras nós estamos participando do PAA, do PNAE, da Marcha das Mulheres pela agroecologia. Tudo isso pra demonstrar o trabalho que a mulher é importante no trabalho do roçado, no trabalho de casa, que muitas vezes esse trabalho é invisível, desvalorizado, como não fizesse nada. Então foi a partir de está aqui vendendo na feira que muitas agricultoras começaram a se sentir mais importante na sociedade (Entrevista 05 - M. P. F., agricultura/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Hoje nós temos mais vida, por que nós hoje estamos sendo mais vistos. Então eu vejo mais avanços do que era antigamente com os atravessadores na nossa porta, temos o PAA que pra muita gente daqui dessa feira foi uma maravilha. Apesar do governo se voltar para os grandes, nós temos políticas que agora estão voltadas para o pequeno, o agricultor menor não sabe? A gente não tinha ninguém, hoje em dia a gente conhece as pessoas, tem maior contato com o povo que conhece nosso trabalho, que é um trabalho sério e isso é muito bacana (Entrevista 01 - J. S. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Ao ser classificado como uma categoria que recebe crédito do PRONAF, que comercializa seus produtos nos mercados institucionais (PAA e PNAE) e que adquiriram notoriedade a partir dos discursos de convivência com o semiárido, através do trabalho das ONGs, esses novos atores passaram a ter mais visibilidade social advinda do contato com as redes sociotécnicas que aumentaram seu capital de conhecimentos e contatos diversos. Nos diálogos e entrevistas, pode-se observar que a experiência destes nas feiras agroecológicas demonstra inúmeras trajetórias de superação tanto que se refere a sua autonomia como sua participação política enquanto agricultor familiar.

Ao dividirem a experiência de vender, de se sociabilizar, ampliar os seus rendimentos e em alguns casos, fazer crescer o mercado de produtos da agroecologia, muitos destes relataram que apesar dos desafios que vem enfrentando, sentem-se satisfeitos pelo trabalho que socialmente estão prestando a sociedade. Em suma, grande parte desses agricultores/feirantes passou a fazer parte de novas relações sociais, culturais e econômicas estruturadas sobre as bases da agroecologia, cuja sua ressignificação pessoal advém das transformações diversas que experimentaram e que na atualidade tem feito com que sejam novos atores na feira.

4.2 Olhares e discursos sobre a promoção das feiras agroecológicas e da agroecologia.

4.2.1 O Estado e os movimentos sociais na visão dos agricultores/feirantes

Envolvidos em experiências e motivações diversas, desempenho das lavouras, à busca por autonomia financeira e a possibilidade de livrar-se dos intermediários, pouco a pouco tudo isso vai fortalecendo os agricultores/feirantes das feiras analisadas nesse trabalho. Mais que isso, a partir das feiras, muitos dos beneficiários começam a participar mais ativamente de mobilizações para o acesso as políticas públicas, se profissionalizando para impulsionar a comercialização, tendo mais consciência das questões ambientais e

intercambiando novos conhecimentos. Todos esses passos envolvem a perspectiva agroecológica e o consumo consciente, cuja existência prática e cotidiana das feiras tem possibilitado não só um aumento da renda, mas conferido maior visibilidade e reconhecimento aos agricultores familiares outrora invisibilizados, agora encontram nas feiras um novo papel social.

Para a maioria dos entrevistados, mesmo diante das dificuldades de permanência nesse mercado, fazer parte dessas redes de políticas que incentivam a produção agroecológica e abrem canais de comercialização vem favorecendo os agricultores que delas participam. Os agricultores/feirantes das três redes se dizem cientes da existência das teias de ações que os envolvem, refletindo na prática os discursos enunciados pelas instituições que os auxiliam desde a produção até a comercialização de seus produtos. Em seus discursos observamos tanto indícios de agradecimento pela valorização do seu trabalho e pela autonomia financeira que adquiriram no decorrer dos anos, quanto relações de dependência das instituições de apoio. Conforme os representantes dos agricultores/feirantes cada rede analisada, participa de uma confluência de ações que vêm promovendo a produção e comercialização, sobretudo, porque, atualmente, fazem parte de algo inovador que lhes tem proporcionado inúmeros benefícios:

[...] é estar mais organizados, por ter quem nos responda. É estar organizados na nossa associação. É saber onde vender, porque tem instituições que nos ajudam e ajudam também a gente notar que o nosso trabalho que está sendo desenvolvido é pra valorizar o agricultor. [...] sem estar associado a EcoBorborema a gente não estaria de dentro da agroecologia e vendendo nas feiras. está vendo uma diferença na luta para a melhoria dos agricultores familiares. Por exemplo, foi através da EcoBorborema que pude vender sem atravessadores, eu pude colocar no PAA, no PNAE (Entrevista 05 - M. P. F., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

A gente sabe que como agricultor assentado nós temos quem nos represente e qualquer ação que for nos beneficiar já é um apoio muito grande se sente mais organizados e mais orientados com a presença da COONAP nos assentamentos, porque é mais difícil o contato com o INCRA. Sem a COONAP a gente não estaria andando. [...] tudo era mais difícil, até pegar uma declaração pra um produtor rural que queria se aposentar e hoje com o pessoal da COONAP a gente só dar o nome e com dois, três dias eles trazem. Os agricultores têm um diálogo mais aberto com eles, perguntam, debate em reuniões, nas casas quando eles vão fazer visita (Entrevista 17 – J. G., agricultora/feirante residente no Assentamento José Antônio Eufrosino no município de Campina Grande).

Hoje em dia melhorei muito graças a Deus. Tenho mais fatura. Porque hoje eu não tenho atravessador atrapalhando nosso comércio, e agradeço muito aos técnicos da EMATER que botaram a gente aqui pra vender diretamente ao consumidor [...] foi através dos conhecimentos que a gente continua aqui, tem que ter sempre o contato para gente permanecer no nosso espaço (Entrevista 02 - A. J. L., agricultor/feirante da Feira da UFCG participante do Sindicato de Queimadas).

Como visto o fato de estarem articulados a instituições que possibilitaram a comercialização em feiras agroecológicas e reorientaram suas ações, para a redução de custos de produção, tem feito com que para muitos, fazer parte das feiras tenha ressignificado sua existência, principalmente no que diz respeito ao sentido de organização. Através das entrevistas foi possível perceber que a forma com que o enfoque agroecológico é mediado tem muito a ver com as relações que estabeleceram com os técnicos no recebimento de informações. Em cada rede analisada existem modos diferentes no que tange a mediação de saberes e os níveis de interesse em comum direcionado para o desenvolvimento das feiras.

Tendo experimentado apenas um tipo de assistência técnica voltada para o difusionismo de informações, muitos agricultores/feirantes do Polo Sindical e que vendem nas Feiras do Produtor contam que só passaram a ter uma assistência técnica mais voltada para suas realidades e para os desafios postos dentro da agricultura após o contato com a ONG AS-PTA que presta serviço para o Polo Sindical. Para dois agricultores/feirantes atendidos tanto pela AS-PTA e a EMATER, a diferença entre a assistência técnica oferecida pelas duas instituições se diferencia nos seguintes aspectos:

A gente não tinha uma assistência como a gente tem hoje. A EMATER era quem acompanhava, mas só falava e muitos não entendiam nada, não existia uma conversa. Ai foi quando começamos nessa proposta de produzir agroecológico e daí começou um trabalho diferente no trato com o agricultor. [...] eu acredito que é uma parceria, com o acompanhamento da AS-PTA que presta assessoria ao Polo, quando os técnicos vão fazer vistorias e fiscalização nos roçados é uma conversa que nós temos e eles não chegam impondo o que a gente tem que fazer. É meio que uma relação de igualdade, eles trazem o dele e nós levamos o nosso e assim vem dando certo até hoje (Entrevista 01 - J. S. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

[...] porque a diferença está na assessoria técnica, que não é mais aquela assistência que vem somente transmitir conhecimento acadêmico, mas a partir da experimentação. As agricultoras e agricultores passam a ser o participantes do conhecimento também. Então a patente, o padrinho dessa história não é um técnico, não é um agrônomo, por que mesmo quem é graduado, tem a graduação do livro e o agricultor tem a experiência, do conhecimento vivenciado. A gente junta o nosso conhecimento, que se transforma em diagnósticos, nos estudos coletivos (Entrevista 06 – J. G. M., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Todavia, alguns entrevistados relataram que as relações que os técnicos da AS-PTA e demais dirigentes do Polo Sindical mantém com os agricultores/feirantes não são apenas de parceria e horizontalidade, muitas vezes as informações são repassadas de maneira verticalizada, por vezes havendo até certo desprezo dos conhecimentos de quem está

produzindo. Além do que, segundo os agricultores/feirantes, a metodologia adotada nas orientações tem-se caracterizado por certo “autoritarismo” se diferenciando dos ideais propagados pelas organizações do Polo Sindical que prega a construção de uma ATER participativa. Observemos o relato de um agricultor/feirante das Feiras do Produtor:

[...] o pessoal do Polo, misturado com a AS-PTA se tornou muito autoritário no trato com agricultor, por que só o que está certa é a forma deles está passando o conhecimento. E quem tem o conhecimento de fato é o agricultor. Eles são muito unidos aos “grandes” e não ao agricultor [...] então tem uma coisa muito vertical por que muitas vezes só eles sabem trabalhar a terra e desmerece a gente que na verdade sabemos muito mais pela nossa experiência de vida (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Destoando desse pensamento, para a maioria dos entrevistados, a assistência técnica prestada pela AS-PTA se apresenta mais eficiente que a da EMATER que não vem sendo muito sentida nas propriedades dos agricultores/feirantes das Feiras do Produtor. No que concerne à avaliação destes em relação ao trabalho dos técnicos da EMATER no desenvolvimento da agroecologia, muitos destes demonstraram posturas diferentes. Muitos dos entrevistados acreditam que os técnicos da EMATER fazem o possível para o suporte nas feiras, todavia que não possuem formação que lhes permita oferecer assistência técnica especificamente voltada para a agroecologia. Para outros, o fraco acompanhamento que atualmente restringe-se a visitas técnicas e solicitações específicas, com ações pontuais e insuficientes para atender todos os 79 associados da AACB/FEAGRO, principalmente no que diz respeito à produção, pois já que muitos moradores em locais distintos do Território da Borborema, não sentem mais a presença da EMATER como nos anos anteriores de implantação da feira. Observemos o que relata um agricultor entrevistado em sua propriedade na área rural do município de Puxinanã:

Eu cheguei a conclusão que é a EMATER é uma entidade informativa e por isso ela não intervém muito aqui no meu roçado. Ela está de tempos em tempos vindo e quando vem É meio que uma relação independente e até se entende por que muitas coisas melhoraram, por que minha família conseguiu adquirir umas máquinas, e construir um poço, e a gente foi conseguindo andar com as próprias pernas né? [...] o apoio mesmo é só na feira e eu acredito que pra gente não teve coisa melhor esse apoio da EMATER em abrir esse mercado. Mas partindo pra agroecologia, acredito que a formação é pouca dos técnicos e ainda por cima são muitos produtores aqui e a EMATER pra dá conta de todos é complicado (Entrevista 15 – A. S. L., agricultor/feirante residente no município de Puxinanã).

Apesar das críticas feitas pelos agricultores/feirantes relacionadas à falta de uma assistência técnica voltada à agroecológica, conforme determina a política de ATER, para os entrevistados a participação da EMATER vem afastando os atravessadores do processo de comercialização e o apoio prestado no decorrer dos anos, de algum modo vêm beneficiando os estabelecimentos, proporcionando um mínimo de autonomia financeira, através da venda dos produtos nas feiras. Foi por intermédio do escritório local da EMATER, que muitos agricultores/feirantes passaram a diversificar as culturas no interior de suas unidades produtivas bem como ter acesso as políticas governamentais (DAPs, PRONAF, mercados institucionais).

Já no caso dos agricultores/feirantes da Feira da Reforma Agrária, a participação em conjunto da COONAP, que presta a assistência técnica nos assentamentos do INCRA, e notadamente vem melhorando a vida dos assentados, pois agora estão se profissionalizando, tendo uma renda extra e a garantia da comercialização de seus produtos. Tudo isso tem fortalecido o enfoque agroecológico e tem possibilitado aos assentados mais apoio nos projetos e ações em desenvolvimento. Para os assentados a assistência técnica realizada pela COONAP está estritamente ligada à conquista de direitos sociais. Essa formação política vem dando um novo sentido ao distanciamento que ainda existe entre o público beneficiário e os dirigentes do INCRA. Conforme expõe um agricultor/feirante entrevistado da Feira Agroecológica da Reforma Agrária:

Depois que a gente entrou em contato com a COONAP nos assentamentos conhecemos mais coisas, como a agroecologia, por exemplo, hoje a gente trabalha vendo o outro trabalhar a não tá agredindo tanto nosso meio ambiente. Então pra quem não tinha nenhuma assistência, os técnicos da COONAP estão desenvolvendo um trabalho bom, por que fazem um trabalho direto com a gente. [...] então é uma relação muito boa por que a gente dá um trabalho pra eles e eles sempre retorna nos assentamentos. Por que não são eles que vão fazer com que a gente trabalhe, mas se encontrar a gente de braços cruzados, o que os técnicos vão fazer por nós? Então a gente troca informação pra continuar na luta (Entrevista 19 – M. S. P., agricultor/feirante residente na zona rural do Distrito de Catolé de Boa Vista - Campina Grande).

É um modelo socio-organizativo de formação política que já vem sendo desenvolvido há quase duas décadas dentro do contexto do Polo Sindical. No que concerne aos aspectos referentes ao processo de formação política muitos dos agricultores/feirantes do Polo Sindical relataram que sua militância está diretamente relacionada com a atuação destes nos movimentos sociais, além da participação ativa dos sindicatos negociando a assessoria técnica junto à AS-PTA. Segundo eles, a pertença a um grupo, ou a uma rede, envolve dinâmicas de luta e apreensão de experiências. Na experiência da agroecologia

essa relação tem se mostrado socialmente válida. Vejamos os relatos dos próprios agricultores/feirantes:

AS-PTA pra gente foi uma mão na roda, por que o sindicato aqui de Lagoa Seca começou essa parceria desde 98, e esse trabalho em agroecologia começou a partir dela. Foi através dela que estamos na feira, ela ajudou em recursos financeiros para a participação de visitas de intercâmbio; trouxe orientação em oficinas e cursos para fabricação de biofertilizantes, compostos orgânicos e defensivos naturais. E estamos trabalhando junto com o povo para fazer crescer um consumo bom, agroecológico, mais saudável (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Estamos envolvidos por que além de estamos desenvolvendo a agroecologia, tem a união dos nossos sindicatos que melhorou tudo por que agora estamos mais organizados. Dependeu tudo da organização de nós agricultores, mas a assessoria dada ao Polo deu a noção para que a gente se organizasse. [...] participar da agroecologia é ver que nossos jovens, os filhos da gente estão mais envolvidos com a comunidade e mais ligados em trabalhar na agricultura, para deixamos algo de bom para nossas futuras gerações. Acredito que só estamos aqui onde estamos hoje pela luta dos nossos movimentos e pela organização, sem organização não se anda (Entrevista 07 – F. A. M. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Concomitantemente, o fato de serem participantes da Associação EcoBorborema, tem facilitado a organização dos agricultores/feirantes. Nessa rede, o fato de terem um espaço que os represente e por estarem articulados em associação esta tem sido uma alternativa para impulsionar a produção agroecológica, viabilizando à assistência técnica agroecológica, através de visitas mensais feitas pelos técnicos da AS-PTA, acesso aos crédito e, a comercialização, nas feiras e em outros espaços. Na Associação, problemas como a falta de consumidores, recursos financeiros para transporte e o planejamento das estratégias produtivas e de comercialização são temas frequentes das reuniões, assembleias e demais encontros realizados com o objetivo de concretizar ações de divulgação, os rumos e as ações que assegurem a continuidade das feiras. De acordo com a fala de dois agricultores/feirantes da Feira Agroecológica de Lagoa Seca e da Estação Velha:

Tem o pessoal da Eco, que geralmente somos nós feirantes, trabalham pra divulgar as coisas, articular os feirantes fazendo reuniões para ver como está o andamento da feira e vê como anda o planejamento da produção, contabilidade, essas coisas. [...] nós é quem fazemos a EcoBorborema somos nós, nós que fazemos a EcoBorborema e é onde a gente debate, a gente discute. É por onde a gente vai atrás de conhecimento sobre as leis, a legislação né? E isso é um formato diferente, por que quem está na feira está sócio da EcoBorborema, então quando se trabalha junto é que a gente pode ver algum resultado (Entrevista 05 - M. P. F., agricultura/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

A credibilidade atribuída à associação EcoBorborema por esses agricultores/feirantes é decorrente de ações diretivas que se refletem em facilidades para o escoamento da produção e no acesso as políticas do Estado. Segundo a maioria dos agricultores/feirantes associados, ao compartilharem o mesmo espaço de comercialização, é na feira onde a participação social pode ser estimulada, além da disseminação das informações, intercâmbio de conhecimentos. Segundo os entrevistados a pré-disposição em receber e processar as informações está diretamente relacionada à participação deles em eventos ligados diretamente a atividades como palestras, dias de campo, reuniões promovidas pela tríade AS-PTA/EcoBorborema/Polo Sindical. Observemos o que diz uma agricultora/feirante da Feira Agroecológica de Lagoa Seca:

Para conseguir dar continuidade ao nossa feira a gente participa de um trabalho com reuniões, palestras nos sindicatos por que a gente tem a preocupação de que todos os agricultores estejam trabalhando com produtos de boa qualidade. [...] a gente pode trocar experiência, além de participar dos eventos e das assembleias da nossa associação, a gente aqui passou a construir uma família, por que se o outro faltou em uma reunião ou até mesmo aqui na feira a gente se sente responsável em passar a informação, em está colaborando com o crescimento dele também. Eu acho bom o agricultor ter conhecimento de pode esta buscando melhorias pra ele (Entrevista 18 – M. L. L. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Esperança).

No que concerne à troca de saberes dentro das feiras do Produtor organizadas pela EMATER, o sentido de organização em associação não é bem visível na rede de Feiras do Produtor organizadas pela EMATER, pois a entidade representativa dos agricultores/feirantes associados (AACB/FEAGRO), não vem mais realizando suas funções como nos primeiros anos das feiras. De acordo com as entrevistas, com a inexistência de reuniões para se discutir o aumento o poder de barganha e reivindicação do grupo associativo em temas como a possibilidade de redução de custos de produção, melhoria da produtividade e o acesso às políticas do governo, tem feito que com o tempo muitos perdessem a credibilidade na AACB/FEAGRO, que só se faz presente na hora de angariar fundos para a manutenção da feira e os transportes das barracas. Talvez por se tratar de um grupo mais heterogêneo (agricultores convencionais e orgânicos, uns mais capitalizados e menos dependentes da EMATER que outros), poucos são os momentos em que os agricultores/feirantes dessa rede debatem sobre o desenvolvimento das feiras e/ou promoção da agroecologia. O intercâmbio de conhecimentos tem se limitado estritamente a preços de produtos e a estrutura material das feiras. Na fala de dois entrevistados:

Nós pagamos R\$ 7,00 a associação para manter nossa barraca aqui na feira. Então é só a manutenção, o transporte. E é só. Faz é tempo que não tem mais nenhuma reunião. Os dirigentes não chamam mais. Se agente necessita de alguma coisa a gente fala com os técnicos da EMATER. Então a associação está ativa só não funciona. E a EMATER está sempre conosco nos ajudando aqui na feira, mas na assistência vem deixando um pouco a gente na mão (Entrevista 02 - A. J. L., agricultor/feirante da Feira da UFCG participante do Sindicato de Queimadas).

A associação não faz mais reuniões como antigamente. Mas ela existe e dizem que está ativa, mas eu não vejo mais reunião. Eu acho que falta é organização. Nós temos o nosso presidente da Associação, é um feirante também, só que não tem mais nenhuma organização mais geral para a feira crescer. [...] então assim, todo mundo aqui se conhece, é parceiro, mas eu creio que falta projetos pra gente entrar, para a gente ter mais organização do nosso grupo, mais informação para a gente está acessando as políticas. Esse é um dos nossos desafios que o órgão responsável tem que ver né? A EMATER (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

No caso dos agricultores/feirantes da Feira da Reforma Agrária, a troca de saberes se apresenta nas articulações e eventos promovidos pela COONAP. De acordo com os entrevistados, a partir do momento em a Cooperativa passou a realizar a assistência técnica, estes agricultores se inseriram em novos formatos sociotécnicos. Quando interrogados sobre questões ligadas a autonomia para que possam lograr o acesso às políticas do Estado e continuar participando da feira, muitos relataram que existe uma ineficiência de ações diretas do INCRA em promover problemas de infraestrutura física e social nos assentamentos. Para os entrevistados, as dificuldades de comunicação e troca de conhecimentos vêm sendo amenizadas pela atuação direta da COONAP que atualmente os representa em suas demandas. Muitos dos beneficiários desse conjunto de ações alavancado pela COONAP demonstraram que apesar das mudanças que obtiveram, ainda há um caminho a ser percorrido para que possam lograr o acesso as políticas do Estado, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Observemos o relato de dois desses agricultores/feirantes:

Sem a COONAP nós estaríamos bem ruim sabe, por que tudo hoje em dia depende do conhecimento e a gente não poderia por uma banca e chegar aqui na praça por conta própria. Então dependia de ter alguma instituição que trouxesse a gente pra cá, que fizesse a ponte entre o roçado e o centro de Campina. Se a COONAP não atendesse a gente, todo mundo ia ficar meio “desandado”, mas não ficaríamos tão perdido por que ao menos alguma coisa eles deixaram pra gente conseguir ser mais autônomo (Entrevista 13 - J. P. S., agricultor/feirante residente no Assentamento José Jovem no município de Boa Vista).

Num dia desses a gente soube que o contrato da COONAP ia acabar, os assentamentos entraram em crise dizendo que a COONAP não podia sair e fizemos apelo, mandamos ofício pro INCRA por que se tirar essa assistência técnica vai ficar difícil, por que o INCRA esquece mesmo a gente indo nos assentamentos, de dois em dois anos quando a gente faz uma solicitação e é muito difícil eles atenderem nossos ofícios [...] (Entrevista 19 – M. S. P.,

agricultor/feirante residente na zona rural do Distrito de Catolé de Boa Vista - Campina Grande).

Diferentemente desse contexto, os agricultores/feirantes acompanhados pela EMATER e organizações do Polo Sindical relataram para o acesso as políticas governamentais a conexão direta com os mediadores institucionais vem sendo mais vantajoso, pois com o trabalho de assessoria tanto se diminuiu a burocracia dos programas ligados aos mercados institucionais quanto diminuiu a morosidade nos pagamentos dos alimentos fornecidos. No caso dos associados à Associação EcoBorborema, estes quando não estão nas feiras, se encontram envolvidos em projetos do Núcleo de acesso aos mercados organizados pelo trabalho de parceria entre a AS-PTA. Ao verem um mercado lucrativo, principalmente vendendo para o PAA, os mesmos continuam socialmente engajados no movimento agroecológico e produzindo de modo diferenciado. Vejamos o depoimento:

Então a minha visão é de busca de melhorias pra mim e minha família e acredito que é um trabalho que vem servindo pra deixar os agricultores com mais valor. Essa feira é a prova que o agricultor familiar pode ser mais valorizado. Os técnicos ajudam, são pessoas capacitadas e que junto com a gente tem desenvolvido um trabalho para toda a população. Isso é muito bom. [...] acredito que esta dentro da Associação EcoBorborema trouxe muita coisa boa para os feirantes. Muitos passaram a vender para o PAA e PNAE, a ficar mais informado sobre os projetos que tem pra nós. Então eu penso que isso foi muito bom por que só estando organizado é que as coisas ficam melhor pra gente né? Eu adquiri uma cisterna pra produzir ao redor lá de casa, tenho melhorado minha produção pra poder continuar vendendo aqui (Entrevista 04 – S. P. A., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Confirmando o discurso do entrevistado, muitos agricultores/feirantes das feiras agroecológicas do Polo Sindical e das Feiras do Produtor relataram que foi pelo auxílio dos extensionistas rurais da EMATER e assessores técnicos da AS-PTA que puderam tem mais facilidade no cadastramento de DAPs, o acesso ao crédito agrícola para produção e as políticas de venda direta do Estado. Nesse contexto, além das políticas que tiveram acesso, em todo o processo de formação em convivência com o semiárido, a presença do Estado passa a ser mais sentida também pela função dos mediadores dentro das redes, como um elo entre os agricultores/feirantes, as ações governamentais e as ONGs. Portanto, o acesso as políticas públicas passa, necessariamente pelos assessores técnicos das instituições e ONGS, assessorando, especialmente no planejamento e elaboração de projetos para o PAA e PNAE. Vejamos um dos relatos:

Pra quem não tem contato com os técnicos da EMATER, por exemplo, o acesso ao PAA e PNAE é bem mais complicado, por que não consegue continuar acessando as políticas. [...] muitos que vendem nas feiras e estão nos mercados do governo só estão vendendo por que a EMATER dá esse apoio, os técnicos dão a orientação, elaboram os projetos e faz essa ponte com a CONAB pra os produtores estarem sempre colocando nos programas (Entrevista 03 - F. D. M. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Massaranduba).

Além disso, todos estão cadastrados ao PRONAF grupo B ou C, Renda Variável e quando questionados acerca de seu conhecimento sobre a existência de uma linha de crédito de investimento específico para a produção agroecológica, muitos dos agricultores/feirantes entrevistados disseram desconhecer o conteúdo do PRONAF Agroecologia. Os que conhecem acreditam que mesmo trabalhando com sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as enormes exigências burocráticas com a solicitação de muitos documentos e a morosidade das agências de crédito em atender os financiamentos requeridos para este tipo de produção, preferindo lidar com as modalidades mais conhecidas e, em alguns casos, a falta de conhecimento dos assistentes técnicos sobre essa linha de financiamento tem causado um desinteresse geral dos agricultores/feirantes, como assinala dois entrevistados:

O fator PRONAF, quando você produz você tem que ter mercado se não você vai ter prejuízo, e o espaço da feira abriu mais mercado e acredito que os produtores cadastrados passaram a encontrar na feira um local específico para comercializar o seu produto. O PRONAF é somente o custeio pra nossa produção, mas essa produção precisa ser vendida e eu entendo que esse crédito que nós estamos tendo, na feira é que a gente pode sentir esse beneficiamento [...] e pro lado do PRONAF Agroecologia, é uma política muito bonita no papel, por que aqui na nossa região, na nossa realidade não funciona como deveria ser né? Por existem muitas dificuldades pra acessar ela, por exemplo, tem que provar renda e não chega a todos pelas muitas burocracias. Sem falar que faltam projetos e quando existe os bancos não aprovam (Entrevista 06 – J. G. M., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Eu creio que os técnicos das EMATER não têm afinidade com a agroecologia e, por isso, só fazem preparar propostas de crédito para as linhas normais. [...] a política que deveria ser a mais fácil para pedir um financiamento é uma das mais complicadas. Se for para está usando veneno na produção e trabalhar diferente do modo que a gente vem trabalhando, pelo que eu soube esse os bancos pedem muitos documentos e é muita demora por uma aprovação de proposta e não tem interesse dos produtores. Por aqui que eu saiba não tem ninguém. Também no vejo motivação nos técnicos, que eles tem dificuldade e muitos criam dificuldade. [...] então falta assistência técnica com sensibilidade, conhecimento em agroecologia pra apoiar (Entrevista 01 - J. S. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Segundo os entrevistados, a falta de interesse ao PRONAF Agroecologia tem se dado devido principalmente às exigências dessa linha de crédito que não se adéquam as

realidades locais de suas unidades produtivas. Somado a isso, a falta de capacitação das organizações em promover a informação e facilitação de elaboração de projetos, bem como realizar pressão por sua aprovação pelos bancos, tem feito com muitas vezes os próprios agricultores/feirantes desconheçam a natureza da política ou vejam o acesso a ela como perda de tempo já que muitos preferem trabalhar com as linhas tradicionais do PRONAF e direcionem suas atenções para as políticas voltadas para comercialização.

No caso dos agricultores/feirantes do Polo Sindical e das Feiras do Produtor, articulados as entidades que lhes prestam um serviço direto (Associação EcoBorborema; EMATER), estes são informados e direcionados sobre os volumes de produção e como eles vão produzir nos períodos estipulados pelo PAA e PNAE. Além disso, segundo os agricultores/feirantes acompanhados pela EcoBorborema, no início de cada projeto, estes são informados sobre a natureza das políticas em reuniões e eventos e são orientados nos processos de produção, seleção, classificação, encaixotamento, transporte, até a orientação no momento da comercialização. Para todos os agricultores/feirantes entrevistados que vendem para o PAA e o PNAE, foi partir da participação nas feiras e da intermediação feita pelas instituições de apoio, que puderam ter mais facilidade no acesso aos Programas:

Foi a partir da feira que nós conseguimos nossos PAA. Esse projeto do PAA veio trazer muitas melhorias para quem está produzindo e querendo vender. É um dinheiro seguro que a gente sabe que vai receber e isso é uma maravilha. [...] e foi através da Eco que desburocratizou mais pra os agricultores estarem botando no programa. Ela informa sobre os prazos, mostra a planilha da mercadoria que você vai entregar e faz o pagamento junto com todos que estão vendendo. E assim fica bem fácil pra todos que estão de dentro da associação. A gente se reúne, planeja, então é diferente para um agricultor que está sozinho nesse mercado (Entrevista 05 - M. P. F., agricultura/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Nesse sentido, para os agricultores/feirantes entrevistados que tiveram acesso estritamente ao PAA, a ideia de trabalhar engajados às instituições que intermediam o seu acesso à política tem incentivado que muitos agricultores/feirantes continuem produzindo e pondo seus produtos nas feiras. Mesmo a experiência no Programa sendo recente para a maior parte dos entrevistados, através da modalidade Compra Direta com Doação Simultânea e a comercialização nas feiras, muitos relataram que estão tendo maiores margens de lucro, pois já que estão escoando com preços mais justos está havendo um distanciamento da relação comercial desleal com os atravessadores que chegavam às propriedades. Além disso, com limite financiado pelo PAA e a busca pela garantia do escoamento dos produtos tem feito com que os agricultores/feirantes busquem maior

especialização produtiva como a contratação de mão de obra mesmo que em período sazonal. Na fala deles:

Além da feira que livra os atravessadores, o PAA é uma outra saída de mercado que vai complementar os produtos que são comercializados dos agricultores familiares. Então quando se vende para o PAA, estamos ganhando e ajudando a outras pessoas também a se alimentar. E mesmo com as dificuldades de se viver dentro da agricultura, muitos conseguiram comprar um maquinário, compraram um carrinho, outros adquiriram caminhonetes para não depender de transporte dos outros, organizaram sua produção e tudo isso tem sido muito bom pra todos (Entrevista 07 – F. A. M. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Com a venda certa no PAA, aí a gente sabe o que vai fazer né? Tem um dinheiro pra comprar estrume para colocar na nossa terra, consegue fazer uma cerca, um investimento no nosso lote e estão podendo continuar vendendo aqui na feira também, por que sempre há produção. Muitos aqui conseguiram interar ajeitar mais o sítio, ajeitaram a casa, por que é um programa mais compatível com nossa realidade (Entrevista 18 – M. L. L. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Esperança).

Ainda acerca dos benefícios trazidos pela venda direta ao PAA como, aumento da produtividade, destaca-se a compra de maquinários e equipamentos para auxiliar na produção, aquisição de veículos próprios para os transportes e sistema de irrigação, todos esses ganhos tem permitido que os agricultores/feirantes organizem os estabelecimentos, erguendo cercas, reformando casas, adquirindo eletroeletrônicos e eletrodomésticos, construindo reservatórios, entre outros. De acordo com as entrevistas, esse conjunto de melhorias tem refletido diretamente no desenvolvimento das feiras, já que a produção tem dois canais de escoamento, quando não vai para as entidades contempladas pelo PAA segue para venda direta nas feiras. Situações exemplares são narradas pelos próprios agricultores/feirantes da Feira agroecológica de Lagoa Seca e da Feira do Produtor/Malvinas:

O PAA pra mim já é bem melhor por que é mais voltado para o pequeno agricultor, por que quando a gente tem os produtos a gente coloca independente de você ter 40 caixas de uma mercadoria e se seu crédito dá pra colocar essas 40, você consegue vender todas por que tem uma segurança maior. E o que a gente não conseguir botar no Programa a gente vende aqui na feira, então não tem muita perda de produção (Entrevista 05 - M. P. F., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Com relação a venda para o PAA, é mais fácil da gente está escoando o que a gente vem produzindo e além de está faturando mais do que está repassando para os atravessadores, a gente está também trazendo pra feira o que está sobrando e é mais ganho. Não tem muito desperdício de produto e nem tem atravessador lá na minha porta (Entrevista 15 – A. S. L., agricultor/feirante residente no município de Puxinanã).

Além do PAA, um número restrito de agricultores/feirantes relatou também ter acesso ao PNAE em seus respectivos municípios. Juntos aos assessores técnicos das instituições são direcionados a organizar um cronograma de produção de acordo com a chamada pública realizada pelas prefeituras. A compra dos alimentos que são destinados a suprir as necessidades das escolas do município é realizada através de chamadas públicas nas quais são definidos os produtos, as quantidades e os preços que serão pagos. Segundo um agricultor/feirante da Feira do Produtor/UFCEG, entre as duas políticas, vender para o PAA tem sido mais favorável que vender para o PNAE:

[...] são duas formas direta de você vender. Mas, as diferenças do PAA e PNAE é que no PNAE é mais complicado por que você tem o compromisso de estar abastecendo semanalmente, mensalmente e muitas vezes o agricultor não tem a produção e o PAA você faz durante um ano, se você tem durante os seis primeiros meses você vende, se você tiver nos últimos seis meses você vende também. Se você tiver a cada trimestre, você está numa safra, você tem um alimento que conseguiu produzir. Então se você estiver num período de estiagem o PAA, vamos dizer, o PAA é mais flexível (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

No caso do PNAE, a demanda de alimentos é maior e pelas dificuldades climáticas, muitos agricultores/feirantes se sentem receosos de não conseguir atingir a oferta para a merenda escolar semanal dos seus municípios. Apesar de sinalizar para um afastamento ainda maior da figura dos atravessadores e favorecer que os agricultores/feirantes tenham a garantia de escoamento e de maiores margens de lucro, as dificuldades relacionadas ao processo burocrático e descontinuo são apontados como barreiras para permanecer na política. Associado a isso, o atual período de estiagem que tem feito com que a diversidade dos produtos esteja comprometida e não atenda ao conjunto de normas preestabelecidas pelas chamadas públicas das prefeituras, que por sua vez, entre o encerramento de um projeto e o início do outro, atrasa a liberação de recursos. Observemos as dificuldades que relatam alguns dos beneficiários que vendem para os mercados institucionais:

Quem trabalha com mão de obra contratada fica a mercê muitas vezes de quem está liberando os recursos do governo que atrasa e que dificulta nossa produção e fora que no PNAE os valores pagos pelos produtos são baixíssimos e a tabela que as prefeituras fazem tem os preços muito baixos e os produtores todos dizem que não compensa colocar (Entrevista 10 – P. S. P., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

O que mais está dificultando no PNAE é que quando eles precisam, eles pedem de tantas mercadorias em um determinado tempo e assim é muito ruim da gente trabalhar. E fazer um tipo de agricultura como a gente faz não existe isso, não tem um controle de datas pra ter uma certeza de que vamos ter tal produto e fica

difícil por que muitas vezes não temos os produtos de acordo com as exigências do programa. E isso não é voltado para o agricultor, mas sim pra pequenas indústrias, cooperativas (Entrevista 18 – M. L. L. S., agricultora/feirante participante do Sindicato de Esperança).

Ademais, dificuldades como a falta de mão de obra, os custos da produção, problemas referentes aos preços dos transportes, e o temor com relação ao endividamento também se apresentam os principais limites vivenciados pelos agricultores/feirantes que estão acessando aos programas. Já no caso dos agricultores/feirantes da Feira Agroecológica da Reforma Agrária, as dificuldades de acesso a esses mercados ainda encontram-se refletidas na falta de DAPs que vem fazendo com que grande parte do grupo sintam-se desmotivado para adentrar em outros mercados. Sem este documento não estão conseguindo acessar políticas, especialmente o crédito, nem tampouco políticas de incentivo à comercialização. Os agricultores/feirantes que possuem DAP e que tentam se cadastrar, principalmente no PAA e PNAE por intermédio da COONAP, se deparam com barreiras burocráticas, relativas aos procedimentos de natureza operacional e enquadramento com a documentação exigida, maquinários, normas sanitárias, etc. que em geral, não estão disponíveis em todos os assentamentos atendidos pelo INCRA. Vejamos os depoimentos de um dos agricultores/feirantes assentados:

Ainda a gente não conta com uma direção para a oferta de pra esses programas ainda não. Eu creio que faltam projetos nesse sentido dentro do INCRA, eu acho que ainda não há interesse. Pelo o que eu soube, daqui da feira só tem dois do assentamento de Matinhas que estão vendendo pro PNAE lá do município. A COONAP está tentando incluir mais gente, mas falta os documentos e falta estrutura nos assentamentos pra gente está botando nesses programas, por que tem vigilância sanitárias, essas coisas (Entrevista 19 – M. S. P., agricultor/feirante residente na zona rural do Distrito de Catolé de Boa Vista - Campina Grande).

Quando indagamos os agricultores/feirantes sobre a pretensão de continuar acessando aos Programas e se tais políticas tem desenvolvido a produção agroecológica, a maioria dos agricultores/feirantes entrevistados afirmou que querem continuar participando e que são as políticas mais visíveis para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Para eles, são as políticas do governo federal mais significativa na absorção de alimentos que estão produzindo, fortalecendo sua produção sob a perspectiva agroecológica. É o que relatam esses dois agricultores/feirantes da Feira Agroecológica da Estação Velha e da Feira do Produtor das Malvinas:

Juntando PAA e PNAE dá até R\$ 23.000, se você puder acessar os dois e esse número tem que se transformar em mercadoria e pra escoar isso, as feiras agroecológicas tem ajudado muito. Eu acredito que com o PAA e o PNAE, ganha o agricultor que está vendendo nas feiras, ganha a agroecologia por que pra você fazer um produto agroecológico você, muitas vezes, pode ser mais barato em questão de insumo, mas você trabalha mais, gasta mais mão de obra. Então assim, com o preço dos produtos assegurados eu tenho visto mais mercado pra mim. Então eu acho que está aumentando o mercado desses produtos, que eles querem produtos do agricultor familiar e tudo isso está incentivando a agroecologia (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Acessar o PAA pra gente é bem satisfatório, por que quando a gente tem produção grande, tem época que a gente não sabe pra onde botar e com o PAA a gente sabe pra onde vai aquela determinada produção, por que tem a compra garantida e justo para gente. E fora o valor que agrega ao produto pelo acréscimo de 30% sobre os preços pagos que é mais uma valorização de ser produtor agroecológico. [...] o PNAE garante que a escola passe a ter na merenda cardápios mais saudáveis e o filho do agricultor, muitas vezes meu filho está estudando aqui em Lagoa Seca, a macaxeira que eu vendo na feira, meu filho na escola, ele está comendo lá, a batata doce. Então tá promovendo a agroecologia, por que está ganhando tanto quem produz quanto o povo que consome produtos saudáveis aqui mesmo da zona rural (Entrevista 11 - D. P. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Alagoa Nova).

Ao estimular as possibilidades de produção de alimentos para comercialização destes agricultores/feirantes, é notório, pois, que o PAA e PNAE são as políticas mais visíveis no ramo da comercialização, e que até certo ponto, tem absorvido grande parte da produção e auxiliando no fortalecimento da produção agroecológica do cenário analisado. Vale dizer que são mercados que fazem com que os agricultores/feirantes estejam sempre buscando parcerias com as organizações que lhes prestam a assistência técnica e atuam pelo associativismo entre estes. São processos diferenciados que mesmo realizados de modos diferentes tem garantido a comercialização direta e refletem na prática o apoio efetivo dos mediadores institucionais que se movimentam dentro das redes para a organização das feiras.

De acordo com a maioria dos entrevistados em cada rede analisada, as estratégias adotadas pelos mediadores institucionais do Polo Sindical e da COONAP (organizações que trabalham no âmbito da ASA-PB) assemelham-se, sobretudo, na superação das barreiras do individualismo para a manutenção da cooperação como um instrumento de promover o protagonismo do público beneficiário. Muitos afirmaram que além de estarem fomentando a construção de uma agricultura participativa, as duas redes continuam realizando planejamentos e avaliações com vistas a se discutir a estruturação eficiente das feiras.

No caso da rede de feiras organizadas pela EMATER, cujo apoio maior vem sendo desenvolvido para o manutenção das feiras, questões como cooperação e atuação conjunta não se fazem presentes. Essa individualidade fica expressa na forma singular com que os mediadores institucionais da EMATER e os agricultores/feirantes se relacionam, fazendo com que a contribuição da entidade se torne mais efetiva para uns que para outros, dependendo antes de tudo, do interesse dos agricultores/feirantes às atividades que são desenvolvidas. Vejamos os depoimentos de um agricultor/feirante de cada rede acerca da organização para as feiras:

Nossa feira é organizada por que trabalhamos em associação. Os dirigentes da EcoBorborema, pode-se dizer que é uma das associações de agricultores organizada, por que sempre vem auxiliando, correndo atrás das coisas, mas tem suas limitações, por que trabalhar com a agricultura por si só já é bem limitado. [...] existem reuniões e eu acho que tudo parte da organização que ela tem nos dado, vez ou outra a Eco tem sempre algo novo para os feirantes, nas reuniões que ela promove a gente sempre debate, ver o que é melhor para que a gente não fique desmotivado apesar dos problemas que muitos vêm passando (Entrevista 14 – G. S. M., agricultora/feirante participante do Sindicato de Lagoa Seca).

Nossa feira tem mais uma organização por causa dos agricultores mesmos e o pessoal da COONAP é quem organiza a gente, trabalha na capacitação para a consciência do agricultor nas reuniões e no roçado ensina pra a gente não colocar os venenos e Josiel ou algum outro técnico sempre estão por aqui olhando se está tudo certo [...] nós trabalhamos em associação e para estar aqui a gente passou por cursos e vem sendo passado para a gente está trabalhando em união, ajudando os companheiros para manter nossa feira organizada (Entrevista 29 – D. S. G. S., agricultor/feirante residente no Assentamento Chã do Balsamo no município de Matinhas).

Aqui cada um trabalha, vendendo de forma individual. Nessa feira a gente só conta com Seu Venâncio aqui na feira que nos ajuda a organizar a montagem e retirada das bancas, e representar nós na prefeitura. Nesses anos todos a EMATER é que organiza os feirantes para estar nas feiras. Ela é quem fiscaliza se tem algo errado nas barracas, se tem muitos produtos repetidos, por que deve haver uma diversidade de produtos. [...] acredito que não tem tanta união por que não tem mais organização, são poucas reuniões e se algum precisa de alguma coisa tem que ir falar individualmente com o povo da EMATER por que ninguém mais se reúne (Entrevista 03 - F. D. M. S., agricultor/feirante participante do Sindicato de Massaranduba).

Sendo, pois, mais ou menos articuladas e/ou organizadas, estas redes demonstram diferentes níveis de eficácia quanto ao escoamento de alimentos e de apoio à agricultura familiar na localidade pesquisada. Além das diferentes formas de disseminar experiências práticas em agroecologia, as diferenças com que as redes de atores mediam as ações que fomentam as feiras têm promovido mudanças significativas na medida em que ampliam as possibilidades de permanência nesse mercado e garantam, mesmo de modo limitado, um processo participativo com atitudes e comportamentos que auxiliem na percepção da

importância de atuação em grupo, em coletividade. O fato de perceberem que sozinhos os agricultores/feirantes teriam mais dificuldades em alcançar um melhor desempenho na comercialização incita a escolha consciente de buscar processos próprios que atendam suas necessidades, interesses e na maior parte dos casos, objetivos comuns.

Desse modo, apesar da heterogeneidade com que os mediadores se apresentam dentro das redes, estes têm produzido relações de confiança que fazem com que os agricultores/feirantes os reconheçam como parte constituinte na promoção das feiras e pelo auxílio que vem sendo disponibilizado para a obtenção de melhorias aos seus estabelecimentos. Todos os agricultores/feirantes entrevistados nas três redes relataram que o processo coletivo no qual estão inseridos está refletido nas transformações econômicas que puderam ser experimentadas através do aumento da renda, da capacidade de adquirir insumos, máquinas, equipamentos e reforma de instalações e residência, compra de eletrodomésticos, veículos que enfim, que gradativamente vem permitindo maiores índices socioeconômicos e uma maior ressignificação enquanto um agricultor familiar, outrora, desvalorizado.

4.2.1 Entre limites e possibilidades: a visão dos agentes institucionais (mediadores) sobre as feiras agroecológicas

Através de um emaranhado de ações que possibilita a existência prática e cotidiana das sete feiras alternativas analisadas nesse trabalho, os agentes institucionais, os chamados mediadores se apresentam como ponte entre os agricultores/feirantes e as políticas do Estado, mas também como mediadores de práticas e conhecimentos diversos. Assim como os agricultores/feirantes beneficiários dentro das redes, os mediadores foram e são fundamentais na construção dessas feiras, seja impulsionando às políticas que vem sendo desenvolvidas e implementadas localmente, com vistas a dinamizar a economia desses agricultores familiares, ou ainda pelos serviços prestados em assistência técnica, que em grande ou pequena medida, disseminam uma nova cultura de comercialização e consumo na região.

Quando indagamos os mediadores, neste caso, os técnicos da EMATER sobre a assistência técnica voltada para o enfoque agroecológico, os mesmos disseram que realizam acompanhamento periódico com os agricultores/feirantes, incentivando-os a não utilização de agrotóxicos, realizam inspeção nos estabelecimentos. Para os mediadores da

rede da EMATER, a ênfase do trabalho que realizam junto aos agricultores/feirantes tem sido na difusão de práticas alternativas, cursos de capacitação, trabalhos de divulgação dessa nova estratégia produtiva. Essas ações acontecem pontualmente, os técnicos alegam que faltam recursos a instituição quando se trata de viabilizar projetos de transição agroecológica. Conforme um extensionista que atende os agricultores/feirantes:

Os trabalhos de extensão rural com assistência técnica através da EMATER vêm sendo executados exclusivamente para a agricultura familiar e também voltados para a questão da agricultura orgânica, tendo em vista que eles não colocam mais agrotóxicos, tanto porque está cara a adubação química quanto pela consciência. [...] embora vivermos num país onde agroecologia existe no papel, ela não existe diretamente porque estamos num processo de transição e as políticas puxam mais pro lado do agronegócio do que para agricultura familiar. Eu costumo dizer que isso é um trabalho de missionário quando evangeliza, a semente é plantada e só Deus sabe quando vai nascer. Que eu saiba nenhum mais usa e muitos sabem que é prejudicial a saúde e que isso é uma questão muito séria. [...] os funcionários da EMATER continuam trabalhando para continuar realizando um acompanhamento mais efetivo para a questão do agrotóxico, apesar das limitações que nossa instituição passa (Entrevista 26 – J. C. P. S., extensionista rural da EMATER).

Mesmo não acompanhando assiduamente os estabelecimentos, os técnicos da EMATER continuam realizando atendimentos e fazendo visitas de orientação técnica direta aos agricultores/feirantes. Ademais, foi possível confirmar que os extensionistas rurais tem desenvolvido uma assistência meramente informativa quanto ao controle de pragas, manejo de fertilidade do solo, etc. no intuito de incentivar a diversidade e a qualidade dos produtos ofertados. Sendo, pois, a preocupação maior a abertura de mercados para o público beneficiário, para os extensionistas rurais entrevistados também é apontada a preocupação de evitar que se estabeleçam relações de dependência dos agricultores/feirantes com o mercado, quando estes se especializam num único cultivo.

A participação da assistência técnica da EMATER vem sendo a de estimular nos agricultores/feirantes as vantagens de uma produção diversificada para que não se tornem vulneráveis as oscilações dos preços e a eventuais quedas da produção. O incipiente intercâmbio de saberes entre técnicos e agricultores/feirantes nessa rede se limita a transmissão de informações acerca da qualidade dos produtos a serem oferecidos e ao combate ao uso de agrotóxicos. Vejamos o relato de um extensionista rural da EMATER, fundador das Feiras do Produtor:

[...] a gente informa o modo de se trabalhar os orgânicos agora porque às vezes o produtor também chega a um ponto que não precisa muito da gente tá lá direto, mas os que estão iniciando, que estão chegando é que nós vamos fazendo um acompanhamento mais efetivo. [...] então nosso trabalho é orientar que eles não

coloquem o veneno para sempre ter uma boa qualidade de seus produtos, pra que eles sempre estejam diversificando [...] Nós fazemos palestras e cursos já fizemos muitos (Entrevista 22 – A. V. M., extensionista rural da EMATER).

No caso das feiras agroecológicas do Polo Sindical, a assistência técnica agroecológica oferecida aos agricultores/feirantes advém da importância das experimentações técnicas exitosas na agricultura familiar e das experiências estruturadas no diálogo entre os técnicos da AS-PTA e os saberes tradicionais dos agricultores. Ao realizar diagnósticos participativos nas unidades, a AS-PTA instiga o desenvolvimento de estratégias produtivas voltadas para um melhor aproveitamento dos recursos naturais, possibilitando a prática de uma agricultura tida como alternativa e que estimule o protagonismo dos agricultores familiares dando visibilidade as inovações técnicas que potencialize a produção de alimentos saudáveis.

Quando questionados sobre a forma como estão promovendo o intercâmbio de saberes, os assessores técnicos relataram que o lema da AS-PTA é realizar uma intervenção educativa, gestada a partir de um conhecimento compartilhado entre os técnicos e os agricultores/feirantes que vem permitindo a construção de relações de amizade e confiança. A metodologia que está motivando os agricultores/feirantes envolve um processo de intercâmbios que tem por finalidade gerar uma reflexão sobre as práticas que estão sendo experimentadas sob a perspectiva da agroecologia e da convivência com semiárido. De acordo com as narrativas, o modelo socioparticipativo fomentando se difere de outras instituições que prestam assessoria técnica na região, pela busca de processos de aprendizagem estruturados na perspectiva da produção e do consumo saudáveis e a busca por formas mais democráticas de acesso ao mercado. Vejamos o que relata o assessor técnico da AS-PTA que acompanha os agricultores desde o início das feiras:

[...] a gente não trabalha o sentido de agricultor, produtor individual, trabalhamos com o termo família. Porque a agroecologia reflete a própria relação dos feirantes e sua família. Então quando a gente trabalha com essas famílias, primeiramente é trabalhar a consciência delas de produzir um alimento saudável, livre de venenos e agrotóxicos para a sua alimentação e o excedente é o que vai para o comércio. Essas famílias precisam saber por que e para que elas estão produzindo. E é aí onde entram as feiras. Mas para está nas feiras elas precisam passar por toda a capacitação dentro das articulações. E a relação que temos com as famílias vem sendo desenvolvida por meio das experiências que são vivenciadas pelos próprios agricultores. [...] então assim, nosso objetivo é evitar relações autoritárias e criar um vínculo democrático com as famílias. É bom dizer que o que a gente vê aí em outras instituições, que não é bom nem citar o nome, o técnico não é o conhecedor de tudo. Então esse é o nosso diferencial [...] aqui todas as famílias tem que ter por base o princípio de opinar em encontros, assembleias e no dia a dia nas propriedades a partir das experiências que a gente tem vivenciado. [...] a gente nunca chega nas famílias dizendo o que ela tem que fazer, a gente vai até os agricultores, conhecemos a família e a partir disso a

gente vai motivando as famílias a experimentar. Porque a gente não chega lá na família dizendo seu Assis ele tem que fazer um biofertilizante pra produzir a lavoura dele, a gente vai conhecer o que seu Assis faz no seu dia a dia e vê de que forma podemos contribuir e esse é o nosso diferencial (Entrevista 20 - D. F. P., Assessor técnico da AS-PTA e dirigente da Associação EcoBorborema).

Ainda segundo os mediadores do Polo Sindical, foi a partir do acesso às políticas de convivência com o semiárido, desenvolvidas pelas organizações do Polo Sindical e pela assessoria técnica agroecológica da AS-PTA que muitos agricultores/feirantes passaram exercer novas práticas, compreendidas como base de sua formação política e como função indissociável na disseminação do enfoque agroecológico na região. Vale dizer que muitos agricultores/feirantes puderam exercer seu posicionamento político e uma maior participação dos movimentos da sociedade civil. A partir das mobilizações e projetos desenvolvidos no contexto da ASA-PB, muitos agricultores que estão nas feiras agroecológicas tiveram acesso a benefícios, infraestrutura em seus estabelecimentos, especialmente equipamentos voltados à captação de água para a produção agrícola e a formação técnica para armazenamento e melhor aproveitamento da água, estocagem de sementes, utilização de plantas como vermicidas naturais, etc. Essas iniciativas estão diretamente relacionadas à melhoria qualitativa e quantitativa da produção. Observemos a fala do presidente do STR de Lagoa Seca:

As famílias que estão nas feiras e que também fazem parte das articulações em rede no Território, estão sempre lutando por políticas públicas, buscando recursos para a construção de melhorias em seus estabelecimentos. Prova disso é que são as cisternas de 52 mil litros de água capazes de armazenar água de chuva para assegurar o consumo de água potável da família, a água de beber, a segunda água de produção que tem ajudado muitas mulheres a produzir ao redor de casa trazerem seus produtos para vender nas feiras agroecológicas. [...] e é a partir de todas essas mobilizações que nós tivemos apoio do governo federal via fórum territorial que adquirimos barracas, freezer, balança, equipamentos, caixas e são ações diretas que tem feito com que os agricultores podem estar comercializando seus produtos (Entrevista 23 – N. F., representante do Polo Sindical).

Além de pressionarem o Estado para a obtenção de políticas voltadas para a convivência com o semiárido, as organizações do Polo Sindical assessoram permanentemente na organização das feiras. A estratégia adotada pela ONG AS-PTA desde o início foi priorizar o fortalecimento de um espaço diferenciado para a comercialização que valorizasse também os saberes tradicionais dos agricultores. Nessa rede se preza pelo sentido de inserção nas articulações promovidas pelo movimento agroecológico que passa a projetar gradativamente nos agricultores/feirantes um tipo de consciência crítica em relação aos mercados convencionais e a busca de soluções alternativas para os impactos ambientais da Revolução Verde.

Segundo os mediadores da rede de feiras do Polo Sindical é pela formação política que a perspectiva agroecológica e a abertura de mercados para os produtos agroecológicos vêm conquistando espaço, além de ser uma alternativa econômica para as famílias envolvidas, os espaços das feiras tem se caracterizado como um lugar que promove um novo modelo de fazer política. Esse significado das feiras advém das interações entre os próprios participantes da rede, na qual existe um compartilhamento de experiências e vivências que fortalecem relações de sociabilidade, o que faz com que as feiras não sejam somente um nicho de mercado.

Além disso, a tríade Pólo Sindical/AS-PTA/EcoBorborema vem permitindo que esses agricultores/feirantes participem de contextos mais amplos relacionados principalmente a capacidade política de buscar acesso as políticas públicas. Conforme os assessores técnicos entrevistados, no contexto da ASA-PB, a participação política desses agricultores/feirantes se revela tanto em sua participação como multiplicadores do enfoque agroecológico quanto pela sua forte atuação no acesso as políticas públicas de convívio com os limites edafoclimáticos da região. Na fala do assessor técnico da AS-PTA:

Aqui, tudo parte dentro de uma articulação que é a ASA/Paraíba, que a gente tem trabalhado desde o início com mobilizações em rede é tanto que a gente tem motivado isso dentro do próprio Estado. Com muitos segmentos da sociedade civil que estão organizados em base em seus territórios e por si se juntam para discutir a mesma dinâmica que é a convivência pelo Semiárido. [...] a partir disso a gente tem buscado que essas famílias vivenciem a experiência dentro da agroecologia e o nosso trabalho é mobilizar as famílias a se interessar. O Programa de formação da AS-PTA é feito com todas as famílias, estando na feira ou não e vai desde as reuniões de mobilização das famílias até as capacitações em produzir um determinado defensivo, pra produzir uma determinada cultura, os intercâmbios e troca de conhecimentos entre os agricultores (Entrevista 20 - D. F. P., Assessor técnico da AS-PTA e dirigente da Associação EcoBorborema).

Vale dizer que somente os agricultores/feirantes envolvidos nas experiências e que passaram pelas capacitações em agroecologia, organizadas pela AS-PTA dentro do Polo é que podem vender nas feiras. De acordo com o discurso institucional dos assessores técnicos da AS-PTA, os agricultores/feirantes do Polo Sindical não podem ser orientados tão somente pela lógica do lucro, mas pelo conjunto de relações que estimulam a participação política a partir das experiências vivenciadas em grupo. As conexões promovidas no âmbito da ASA-PB, a participação da AS-PTA além de auxiliar nas técnicas de manejo mais adaptado ao solo e incentivar a utilização de técnicas para melhor aproveitamento dos recursos naturais, realiza atendimentos aos agricultores, através de mobilizações e capacitações de acordo com cada núcleo de trabalho e no caso específico

para os agricultores/feirantes, estes participam do núcleo de acesso aos mercados. É no Núcleo de Acesso aos Mercados do Programa “Paraíba” da AS-PTA que assessores técnicos da ONG e dirigentes da EcoBorborema desenvolvem a organização das feiras, realizando o trabalho de articulação e promoção de reuniões. Vejamos a fala de um dos representantes da AS-PTA:

O programa de acesso aos mercados da AS-PTA é realizado através de visitas técnicas e os cursos de capacitação para que as famílias estejam produzindo um alimento bom para se alimentar e o excedente, elas levem para a comercialização [...] com o trabalho realizado dentro Polo que conta com assessoria da AS-PTA, as famílias que estão nas feiras contam com um acompanhamento que vai desde a formação com a questão da boa fertilidade do solo com o uso de garrafas peti, aplicação de esterco, utilização de vermicidas naturais, rotação de culturas, processos de irrigação como as mandalas, acesso aos bancos de sementes e tantos outros que a gente vem desenvolvendo com essas famílias que parte tanto da mobilização das famílias e acompanhamento nas propriedades das famílias visando a diversidade de sua produção e a conservação das áreas de cultivo (Entrevista 20 - D. F. P., Assessor técnico da AS-PTA e dirigente da Associação EcoBorborema).

Nessa rede, técnicos da AS-PTA e dirigentes da Associação EcoBorborema estão sempre realizando reuniões, assembleias e seminários para discutir os rumos das feiras. Além de realizarem visitas técnicas aos estabelecimentos, os técnicos da AS-PTA efetivam diagnósticos sobre o beneficiamento dos produtos e os mobilizam sobre práticas de cultivo alternativo, possibilitando que agricultores/feirantes possam levar produtos sem agrotóxicos para as feiras. Segundo um dirigente da Associação EcoBorborema, esses momentos servem para analisar os avanços e os principais desafios a ser superados, sendo essas avaliações feitas pelos próprios agricultores/feirantes que refletem sobre o que precisa ser melhorado, sobre as estratégias de divulgação das feiras agroecológicas, sobre a questão do transporte e o acesso aos programas de compra direta:

A EcoBorborema surgiu para articular e organizar as famílias que estão no núcleo de mercado do Polo e que estão nas feiras comercializando seus produtos. Cada feira existe uma dinâmica, em umas acontecem reuniões mensais e outras bimestrais onde cada coordenação de feira que é formada pelos próprios feirantes discutem preços dos produtos, avaliam como está a situação atual de cada feira. [...] as assembleias da Eco elas se dão em dois semestres para sociabilizar as experiências que estão acontecendo em todos os municípios atendidos. Mesmo sendo duas vezes ao ano, não é pouco por que existem as outras atividades que acontecem no dia a dia das famílias. [...] dentro da própria feira existe a coordenação de feira, cada feira existem coordenadores que são os próprios agricultores e nas propriedades fazemos visitas a todas as famílias, onde entram as vistorias e a partir disso fazemos um relatório sobre o apanhado do que está sendo produzido e como aquelas famílias estão desenvolvendo sua produção (Entrevista 28 – A. S. P., representante da Associação EcoBorborema).

No caso da rede de feiras do Produtor orientada pela EMATER, poder auxiliar na abertura de mercados e induzir que o público beneficiário tenha condições de competir no mercado comum significa proporcionar o acesso a um mercado mais justo e diferenciada para um público que estava submetido ao julgo de atravessadores. Apresentando um formato diferente das organizações do Polo Sindical no que tange a organização dos agricultores/feirantes, segundo os extensionistas rurais entrevistados, o incentivo a formação política vem sendo atrelado à busca de uma maior especialização produtiva e autonomia financeira. Conforme relata um dos extensionista rurais da EMATER:

[...] quando é possível fazemos reuniões, são duas a cada ano. Por que os produtores já estão bem independentes, antes não, mas hoje todos já estão andando com as próprias pernas [...] o trabalho da EMATER é esse, é incentivar que os produtores continuem vendendo, tendo mais lucros. Para tanto, na organização das feiras continuamos acompanhando semanalmente os produtores, a gente orienta, organizamos muitos cursos, foram oferecidos como preservar a qualidade dos produtos, boas práticas de higiene, capacitação para o mercado, entre outros cursos que realizamos (Entrevista 22 – A. V. M., extensionista rural da EMATER).

Na lógica da organização das Feiras do Produtor, no decorrer de 20 anos de existência desses espaços foram disponibilizados para os agricultores/feirantes dias de campo, palestras, participação em festas como forma de divulgação dos produtos, demonstração de tecnologias, cursos e capacitações diversas que tem feito com que o grupo de beneficiários dessa rede se torne mais independente para produzir e comercializar seus produtos. A atuação mais efetiva do escritório local da EMATER vem sendo direcionada para os agricultores com potencial para a comercialização. O atendimento aos agricultores/feirantes mais antigos limita-se ao assessoramento técnico nos estabelecimentos e a elaboração dos projetos de crédito e acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE).

Já no tocante aos mediadores da Feira da Reforma Agrária, ao passo que promove encontros para a troca de experiências entre os produtores, também são estimulados projetos sociais como, minipanificadora, unidades demonstrativas, banco de sementes, grupos de jovens, entre outros, a COONAP realiza mobilizações dentro do INCRA para que os agricultores/feirantes iniciem a diversificação da sua produção, e disponibilize cursos e treinamentos para melhorar a qualidade dos produtos. Segundo os técnicos de ATES da COONAP, os agricultores/feirantes puderam produzir em quantidades maiores, e isso vem estimulando os beneficiários dessa rede para ampliar as alternativas de geração de renda. Nas reuniões e encontros promovidos pela cooperativa, os próprios

agricultores/feirantes analisam o que estão produzindo e demandam respostas aos problemas enfrentados nos assentamentos em decorrência da novidade da perspectiva agroecológica:

[...] muitos que estão há mais de dez anos nas áreas de assentamentos e só começaram a despertar pra agroecologia de dois, três anos pra cá a partir das mobilizações e palestras em torno da importância de estar oferecendo um produto orgânico pra população. Esses agricultores da reforma agrária também constituíram mais organização, estão associados, estão envolvidos em projetos sociais, estão sabendo mais dos seus direitos então tudo isso fortalece a agroecologia. Nas reuniões, eles mesmos avaliam os trabalhos, estão participando mais nos assentamentos e acredito eu isso ser um bom avanço na vida deles [...] esses assentados estão passando por capacitações sobre o aproveitamento e a qualidade dos alimentos, encontros, muitas reuniões, bastante oficinas, cursos de fabricação de doces, biscoitos, bolos e profissionalização em artesanato e o resultado é o que esses feirantes vem adquirindo muitos conhecimentos, estão pouco a pouco fidelizando clientes e agora podem trazer seus produtos para a feira e ter uma renda maior para o sustento de sua família. [...] A feira é o local onde eles podem está mostrando que o público, por ser de assentamentos pequenos, vem se dedicando a trabalhar e oferecer alimentos saudáveis aos seus consumidores (Entrevista 24 – J. C. S. M., agente de ATER da COONAP).

Conforme assinala um dos técnicos de ATER da COONAP, por ser um público de assentamentos, alguns agricultores/feirantes se encontravam em situação de vulnerabilidade alimentar, não tinham conhecimentos de técnicas alternativas e não realizavam atividades profissionalizantes. A COONAP, portanto, passa também a elaborar projetos alternativos de organização e planejamento da produção, incentivando-os a produzir de forma diferenciada. Desse modo, a cooperativa teve como objetivo institucional a apresentação de novos formatos sociotécnicos como a organização em associação, o manejo sustentável dos recursos hídricos, bem como a promoção de troca de experiências entre os agricultores/feirantes e os profissionais de ATER dentro da rede e, concomitantemente, investiram na abertura de mercados para o público atendido. No depoimento do técnico de ATER:

[...] a gente não chega nos assentamentos dizendo que o que ele faz é errado em nada, por que ele tem seu conhecimentos, ele trás os conhecimentos deles. Por exemplo, nossa metodologia é lembrar a forma que os pais, os avós deles trabalhavam e com isso estamos incentivando que eles possam trabalhar seus cultivos de uma forma mais natural. Então a gente une o conhecimento que já existe nos agricultores e os conhecimentos em ATER da nossa cooperativa. A agroecologia ainda é recente para eles, mas já podem ser sentidas nas técnicas que começaram a aprender, como a convivência com o semiárido (Entrevista 24 – J. C. S. M., agente de ATER da COONAP).

Ao manter conexões com os dirigentes do INCRA para a concretização do Fórum Permanente dos Assentamentos da Reforma Agrária da Borborema, a COONAP também incentiva a base da formação política dos agricultores/feirantes envolvidos através de mobilizações e reuniões mensais para traçar as diretrizes de um plano de trabalho em torno das demandas dos diversos assentamentos. Os agentes de ATES relataram que os agricultores participantes da feira possuem um espaço de representação que conta com capacitações e adoções de novas ações e tecnologias adaptáveis a inserção participativa nos processos decisórios. Ao interligar questões sociais às atividades sustentáveis, a política de ATES implementada pela Cooperativa marca o processo de construção política dos assentados que atualmente encontram-se mais conscientes de seus direitos sociais. Vejamos o relato de um dos técnicos de ATES da COONAP:

[...] os assentados passaram a ter ciência dos direitos deles, a querer está vendendo para um PAA, um PNAE, a participar mais dos interesses dos grupos dos assentados. [...] e o trabalho da COONAP é mobilizar o assentado seja oficina de artesanato, seja na formação do grupo de jovens, de mulheres, trabalhos coletivos no geral, grupos produtivos, ou seja, qualquer um outro que retorne em ações que visem a melhoria de vida dos assentados [...] É um trabalho que a gente ouve também o produtor e estar vendo ele está buscando ter mais um posicionamento político (Entrevista 25 – J. B. S. N., técnico em agroindústria da COONAP)

Ainda conforme os técnicos da COONAP, o Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo uma grande demanda dos agricultores que estão na feira. Todavia, mesmo para aqueles que possuem a DAP, e cujo acesso aos mercados institucionais serviria como mais um estímulo para que tenham uma alternativa de mercado, encontram-se impossibilitados pela falta de equipamentos específicos e locais adequados que estejam de acordo com as normas da vigilância sanitária. A falta de estrutura produtiva figura, para a maior parte dos agricultores/feirantes da Reforma Agrária, como o principal desafio para acessarem os mercados institucionais.

Em termos gerais, para todos os agentes institucionais entrevistados, o PAA e o PNAE são vistos como mais uma alternativa de renda para os agricultores/feirantes, tendo como fator preponderante como a organização financeira e o compromisso com a qualidade dos produtos fornecidos aos programas. De acordo com os extensionistas rurais da EMATER, entre as possibilidades existentes no mercado institucional a modalidade de aquisição Compra com Doação Simultânea do PAA é a mais atrativa para os agricultores/feirantes da feira do produtor. No decorrer do tempo, com a possibilidade de

acessar o PAA e em alguns casos, o PNAE, os agricultores/feirantes passaram a se organizar e a fazer investimentos com intuito de continuarem nos programas.

No entanto, os extensionistas rurais também relataram que ainda existem muitos desafios a serem superados entre os quais, a falta de organização e a questão do transporte, que se colocam como dificuldades reais para que os agricultores/feirantes continuem vendendo nos mercados institucionais. Ainda segundo eles, o número de agricultores/feirantes que ainda não estão capacitados para atender às exigências desses mercados, revela que a assistência técnica prestada pela EMATER não é suficiente, pelo simples fato de que são políticas que exigem do agricultor familiar mais estruturação produtiva e gestão para que prossigam comercializando. Assim, continuar nesses programas tem representado um grande esforço por parte dos agricultores/feirantes que contando somente com organização dos próprios integrantes da unidade familiar, avançam pouco a pouco no processamento, beneficiamento, com produtos tratados, selecionados, logística de transportes entrega direta às instituições parceiras da CONAB. Conforme relata um extensionista da EMATER:

[...] muitos dos que estão vendendo na feira estão trabalhando no projeto Compra com Doação Simultânea e os agricultores que não estão fornecendo alimentos orgânicos para o PAA, para eles vender nas feiras é mais vantajoso. Esses agricultores ainda não conseguiram porque falta um equipamento, falta uma organização por parte deles e o trabalho da EMATER não pode seguir adiante porque isso tem que partir também do agricultor. [...] então os que colocam tanto PAA quanto no PNAE, eles mesmos planejam sua produção, se organizam para está sempre colocando. Agora isso em grande medida tem que partir do agricultor, ele tem que ir atrás, ele tem que está preparado. Por isso, os programas servem que o feirante possa se organizar, adquirir um determinado maquinário, por exemplo e ir busca a qualidade dos produtos que estão fornecendo e uma maior produção para entrarem no mercado comum (Entrevista 22 – A. V. M., extensionista rural da EMATER).

No caso das feiras agroecológicas do Polo Sindical, a Associação EcoBorborema vem facilitando o acesso aos programas. A associação realiza atividades para o planejamento e a programação da produção, a fim de atender as demandas impostas pelo PAA e pelo PNAE. De acordo com o assessor técnico da AS-PTA, os programas têm ajudado aos agricultores/feirantes do Polo a alavancar ganhos de escala na produção, o que de certa forma tem dado mais condições da comercialização de produtos agroecológicos que são levados para as feiras.

Segundo os mediadores da rede do Polo Sindical, a Associação EcoBorborema também vem fomentando projetos para que os agricultores/feirantes diversifiquem e agreguem qualidade aos produtos. Esse esforço de articulação tem promovido a comercialização coletiva, resultando em um aumento das vendas superior a comercialização individualizada. Um aspecto que merece ser ressaltado entre os ganhos da alternativa agroecológica é o impacto sobre a própria segurança alimentar das famílias, abastecer semanalmente as feiras agroecológicas tem modificado a pauta de consumo dos próprios agricultores/feirantes. Na fala de uma assessora técnica da AS-PTA:

As políticas voltadas para a comercialização na realidade, elas tem dado muito estímulo aos agricultores que estão nas feiras. A partir do momento que eles sabem o que vai produzir, que eles acessam o PAA ou PNAE, que se vende para as prefeituras, eles sentem estimulados a estar produzindo porque eles têm a certeza que o produto de fato vai ser escoado. [...] Já tivemos casos de agricultor que produzia e sobrava tanto produto, seja verduras, hortaliças, que eles não tinham onde colocar ou então vendiam na própria comunidade e essas políticas vem dando a capacidade do agricultor gerir sua produção, de juntar esforços para eles estarem levando seus produtos e ter a certeza que eles não vão voltar para a casa com esses produtos (Entrevista 21 – D. S. M. S., assessora técnica – Núcleo do apoio as mulheres da AS-PTA).

Quando interrogado sobre as questões relacionadas à autonomia dos agricultores/feirantes, o agente institucional responsável pelo acompanhamento das feiras agroecológicas do Polo Sindical apontou que a função da AS-PTA nas feiras é criar um espaço onde os agricultores/feirantes possam incorporar a comercialização à geração de renda e que a partir de sua participação nos eventos da rede consigam ter a liberdade para fazer suas próprias escolhas. Nessa rede, os agentes institucionais afirmam que é só a partir do real comprometimento dos agricultores/feirantes com o movimento agroecológico que estes podem ter acesso as políticas, que o não cumprimento de normas como a não utilização de agrotóxicos e a participação frequente nos eventos promovidos pode levar a exclusão das famílias dos programas. Ao relatar o número de famílias agricultoras participantes e como se dão a organização das feiras, ele acrescenta que o número de agricultores/feirantes tem diminuído, mas que é função da AS-PTA não é criar laços de dependência. Na fala dele:

Quando a gente estava ajudando com os transportes dos produtos até as feiras nós tínhamos um número maior de famílias vendendo, quando foi cortado esse apoio muitos desistiram. Então eles mesmos se organizam, uns tem carro próprio, outros dividem os transportes Mas o trabalho é esse, é não criar dependência pra que eles andem com os próprios pés, para que eles se organizem. [...] Nossa função é fazer com que essas famílias se sintam mobilizadas e que tenha sua autonomia. Eu sempre digo que as famílias do Polo

têm o direito de ir e vir e para isso a gente vem trabalhando essa independência dessas famílias para que não fiquem a mercê do mercado, mas elas têm que se envolver, tem que participar, tem que seguir uma série de coisas. [...] podemos dizer que para participar as famílias tem que estar mobilizadas. Tanto é que da feira da Estação Velha foram excluídas cinco famílias, por que foi feito todo um processo de exclusão, quando a nós fizemos visitas a todas as famílias um relatório, todo o apanhado e fizemos a Assembleia que é feita com todas as feiras e na votação decidiram excluir as famílias e excluído da Associação, automaticamente ele perde todos os direitos (Entrevista 20 - D. F. P., Assessor técnico da AS-PTA e dirigente da Associação EcoBorborema).

Para os assessores técnicos da AS-PTA, essa autonomia também vem sendo experimentada pelo incentivo a garantia de escoamento com a diminuição das relações com os atravessadores. Mesmo com os desafios relacionados principalmente a questão dos transportes que limitam o número de agricultores/feirantes participantes e o número ainda pouco expressivo de consumidores nessa rede, as famílias continuam a ter uma produção diversificada que proporciona variedade em sua alimentação. No caso da EMATER, os técnicos da instituição relataram que o trabalho que vem sendo desenvolvido nas Feiras do Produtor é estritamente voltado à independência econômica dos agricultores/feirantes por meio do estímulo a inserção nos mercados, mas que um dos desafios a serem superados para o desenvolvimento das feiras é a diminuição da produção nas áreas cultivadas nos últimos anos em decorrência da estiagem, reduzindo à produção:

Mas acredito que posso falar por todos, que muitos melhoraram de vida, tem seu transporte próprio, adquiriu maquinário para sua produção, outros vendem até em outras feiras entraram nos programas do governo, o que tem garantido mais escoamento sem a presença de atravessadores, por que a vida deles sem a presença dos atravessadores teve um salto bem grande. Então esses feirantes passaram a não ter mais independência de insumos que vinham de fora e também comiam parte dos lucros. [...] se livraram da CEASA que é o grande gargalo do desenvolvimento dos agricultores familiares da região, por que se não conseguem vender lá, os produtos voltam pra casa e eles na feira se não conseguem vender, trás pra casa e no outro dia da semana eles podem vender, não tem desperdício de produtos. [...] teve uma queda nas feiras e isso é por causa da questão da produção mesmo com a falta de água para se produzir e as famílias continuam produzindo e não estão presente vendendo (Entrevista 22 – A. V. M., extensionista rural da EMATER).

Segundo o discurso do entrevistado, os agricultores/feirantes que conseguem se manter no ritmo de produção e comercialização trazem para as feiras somente os produtos que dispõem no momento. Quando estes não estão comercializando continuam cadastrados nas feiras até conseguirem obter produtos em quantidade suficiente para ofertar. Esse problema da escassez dos produtos também vem acontecendo na Feira Agroecológica da Reforma Agrária, gradativamente tem o número de participantes tem diminuído,

justamente por causa dos períodos de estiagens prolongadas. Ademais, para o agente técnico de ATES da COONAP, os desafios para o desenvolvimento dessa feira são muitos, sendo o principal deles, a falta de infraestrutura nos assentamentos, o que explica porque a agroecologia é vista como a principal política pública, cujos benefícios advindos do processo de transição agroecológica têm levados os assentados a aderirem à perspectiva e a estarem mais aptos para internalizar o trabalho coletivo que vem sendo fomentado. No discurso dele:

Por ser um público de assentamento e a produção ser pequena, muitos feirantes ainda não tem um maquinário específico, ainda não tem locais adequados para estar colocando nos programas do governo, ainda falta mais capital, vamos dizer assim e eles estão segurando a feira com o que eles tem produzido. [...] é através da agroecologia que eles se sentem mais motivados, eles passaram a ter mais direitos, nas reuniões eles avaliam, eles participam e agora se sentem mais aberto para demandar ações. [...] então podemos dizer que apesar das crises seja financeira e de chuvas que estamos passando hoje em dia, os feirantes tem visto um bom resultado, por que a maioria está podendo comprar insumo para plantar, alguns passaram a comercializar ovos de suas criações e começaram a possuir instrumentos para continuar produzindo, tudo isso sem a presença de atravessadores atrapalhando os lucros (Entrevista 25 – J. B. S. N., técnico em agroindústria da COONAP).

Em termos gerais, os agentes institucionais entrevistados em todas as redes relataram que desde a instalação das feiras muitos avanços foram alcançados, os espaços das feiras têm alterado de forma positiva a vida dos agricultores/feirantes. Concomitantemente, o resgate dos conhecimentos tradicionais e a valorização da produção local tem sido peça fundamental para a manutenção dessas feiras. Além disso, um dos aspectos positivos das feiras ressaltados pelos mediadores é justamente a visibilidade de um segmento produtivo que estava fadado a ser engolido pela ampliação dos hábitos de consumo urbano, estruturado na padronização alimentar imposta pelas grandes redes distribuidoras. As diferentes formas com que as feiras mobilizam os diversos atores refletem a relevância dos espaços institucionais e políticos que se fortalecem com a criação de ambientes informais como as feiras, cujas conexões entre agricultores, técnicos, consumidores e demais atores dentro das redes sinalizam para um fluxo dinâmico de conhecimentos, pela vivência das lutas territoriais e, para o desafio de fazer avançar o acesso às políticas públicas.

Considerações finais

O objetivo desse texto de dissertação foi investigar a trajetória das políticas, programas e demais ações voltadas para a promoção das feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande, utilizando como objeto empírico sete feiras alternativas organizadas e geridas por um conjunto de atores que incentivam a produção/comercialização de produtos da agricultura familiar, ao mesmo tempo, que dialogam com o Estado para a obtenção de recursos que fortaleçam as ações voltadas para a agroecologia.

Ao procurar interpretar as dinâmicas produzidas e as transformações que a interação entre diferentes atores tem gerado no sentido de beneficiar as feiras e a proposta agroecológica, constatou-se que apesar da carência no sentido de uma efetiva atuação de políticas formais na regulamentação e normatização dos produtos agroecológicos, ou ainda pelas poucas estratégias dos órgãos governamentais em estimular o interesse da população para a prática de uma alimentação mais saudável, a existência de redes que promovem inovações sociotécnicas na agricultura familiar na Microrregião de Campina Grande vem proporcionando uma nova cultura de consumo a população local através destas feiras. Assim, as três redes analisadas neste trabalho - Polo Sindical, EMATER, COONAP - cada qual com sua especificidade, revelam que o processo coletivo que está sendo fomentado é a força motriz que movimenta as ações dos órgãos públicos locais orientando-os para os estabelecimentos familiares, mais especificamente, para o estímulo a comercialização de produtos de base familiar (convencionais, agroecológicos, orgânicos) na Microrregião de Campina Grande.

O que até certo ponto, tem possibilitado a introdução de um novo ato de consumir, a oferta semanal de alimentos saudáveis e produtos tradicionais com a garantia de escoamento pela venda direta sem a presença de intermediários e conseqüentemente um maior poder de barganha aos agricultores/feirantes envolvidos. Desde o ano de 1996, o número de feiras alternativas vem se expandindo e com isso, a Microrregião de Campina Grande se destaca no cenário paraibano pela sinalização de uma dinâmica produtiva que mesmo e não apresentando um formato completamente estruturado em circuitos curtos de comercialização, contraria a lógica do agro como um negócio convencional marcado pelo distanciamento entre a produção e o consumo.

Como estratégias que diminuem a dependência dos agricultores/feirantes dos mercados convencionais, de acordo com os resultados da pesquisa, é a partir da construção

dos espaços das feiras que se realizam semanalmente, que encontramos a principal política no universo analisado, sendo a feira o instrumento de destaque que garante o acesso à comercialização e uma economia mais justa para as famílias beneficiárias num contexto de inúmeras trocas de experiências em distintos processos. Esses múltiplos processos estão na assistência e a disseminação de técnicas mais adaptadas às realidades locais; nas articulações, reuniões para avaliação, eventos dentro das redes; na mobilização para criação de fundos rotativos solidários; nos acompanhamentos nas unidades de produção, vistoria e fiscalização nas lavouras; no auxílio no planejamento da produção, contabilidade, projetos de transporte; na promoção de visitas de intercâmbio; nos trabalhos de divulgação de produtos agroecológicos; nos cursos de certificação participativa, boas práticas de manejo e acomodação dos produtos; no direcionamento para a oferta de alimentos aos mercados institucionais, dentre outros nos quais e pelos quais esses atores desenvolvem dentro das redes.

Tais experiências fizeram com que a pesquisa identificasse como as principais possibilidades vivenciadas a partir dessas feiras, a oportunidade de valorização social pela visibilidade que elas vêm dando aos agricultores/feirantes envolvidos, proporcionando a estes melhorias no que se refere ao incremento da renda, autonomia em relação aos atravessadores, aquisição de uma consciência política crítica seja no que diz respeito a estratégia produtiva, ao meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis, seja em relação a sua condição de cidadão na sociedade mais ampla.

A pesquisa revelou também que a alternativa de escoamento da produção, através das feiras tem feito com que muitos agricultores/feirantes vejam na produção sem agrotóxicos um mercado mais rentável e que necessita de práticas agrícolas diferenciadas. Além da tomada de consciência por um cultivo menos ofensivo, a aquisição de novas técnicas que otimizaram custos, a participação em cursos de capacitação e mobilizações de disseminação da importância de uma alimentação saudável, em certa medida, tem produzido uma consciência de valorização do trabalho desenvolvido nas lavouras com intuito de oferecer produtos de qualidade aos consumidores.

Todavia, ainda são inúmeras as dificuldades pelos que fazem as feiras e para a permanência destas, como espaços de comercialização. O desconhecimento e o descrédito de grande parte do público em geral sobre o oferecimento desse tipo de produto em feiras tem feito com que a comercialização e a rentabilidade econômica destes espaços sejam instáveis. Além disso, os limites vivenciados pelos agricultores/feirantes em função da estiagem, que tem comprometido fortemente a oferta dos produtos, seja em termos de

quantidade, seja de variedade dado que implica no endividamento dos agricultores/feirantes. Outras adversidades se incrustam ainda na falta de condições de infraestruturas dos próprios estabelecimentos familiares, veículos para o transporte dos produtos, necessidade de organização e fraco engajamento dos participantes nos grupos e associações.

Ademais, o trabalho conseguiu identificar que o enfoque agroecológico tem sido reforçado de diferentes formas por entre esses espaços de comercialização. Nas três redes observamos posturas diversas, contraditórias e complementares que vão desde a visão da agroecologia como uma frente de resistência aos impactos ambientais, um nicho que favorece a agricultura familiar, quanto um tipo de agricultura em que não se utiliza de agrotóxicos e que serve, sobretudo, para atender as exigências dos consumidores por alimentos mais saudáveis. Estes que por sua vez apresentaram motivações diversas, seja pela seletividade de consumir alimentos orgânicos num estilo de vida mais saudável, seja por demonstrarem pouca ou nenhuma consciência sobre a importância do processo social que vem sendo desenvolvido atrelado às feiras. De modo geral, poucos foram os atores entrevistados (agricultores/feirantes, consumidores) que demonstram uma consciência, como um ator político que, através da sua prática social enfrenta problemas socioambientais, legado da modernização da agricultura.

Para muitos, a agroecologia disseminada nestas feiras vem sendo encarada como um nicho de mercado que tem grande importância no que diz respeito à diferenciação do produto orgânico frente ao convencional, mas que esbarra na pouca expressão seja dos agricultores/feirantes agroecológicos, seja dos produtos diferenciados, dada a pouca capacidade de agregação de mais atores nas redes, representando ainda um número reduzido de pessoas envolvidas em detrimento da produção hortifrutigranjeira local. Como visto, a atuação de cada rede analisada tem produzido relações de confiança que fazem com que os agricultores/feirantes reconheçam como fundamentais a existência das feiras e pelo impulso a geração de renda que essa modalidade de mercado vem apresentando. Assim, os resultados do trabalho apontam que para ampliar essas feiras e a disseminação do enfoque agroecológico, a simples tomada de consciência por parte desses atores não é suficiente, sendo necessário um esforço de organização social desses agricultores que reforce os valores positivos da produção agroecológica.

A teia de organizações articulada pelo Polo Sindical é significativa nesse sentido, apresenta uma maior mobilização e a busca articulações com outras entidades da sociedade civil e do próprio Estado, alternativas direcionadas ao uso de técnicas produtivas

ecológicas que envolvem distintas temáticas (programa de sementes, acesso à água, recursos genéticos, etc.), dando oportunidade dos agricultores/feirantes participarem da construção dos conhecimentos. Na tríade Polo Sindical/AS-PTA/EcoBorborema, o sentido organizativo dado ao enfoque agroecológico vem sendo a base das ações desenvolvidas, uma força mais presente e visível que as chamadas políticas públicas. Essa tríade mobiliza uma oposição mais consolidada em relação à agricultura convencional e ao agronegócio, mas que carece ainda de um trabalho de divulgação mais amplo, capaz de atrair um público um número maior de consumidores às feiras e, conseqüentemente projetando economicamente os agricultores/feirantes.

As ações que promovem e viabilizam as feiras vem se desenvolvendo pela própria capacidade dos atores (beneficiários, mediadores institucionais) de se organizar em reuniões mensais e eventos que incentivam uma maior socialização de experiências, sendo, portanto, um aspecto favorável ao processo de transição agroecológica e desenvolvimento das feiras. Como atores destacáveis dentro dessa rede, os agricultores/feirantes experimentadores do Polo Sindical se mostraram mais conscientes de seu papel enquanto agricultor familiar e multiplicadores da proposta de uma alimentação mais saudável, aderindo à agroecologia como estratégia para acessar políticas públicas e para trocar saberes e experiências.

Em suma, os atores que compõem os movimentos sociais do Polo Sindical também são construtores e participantes de políticas de promoção da agroecologia, elencadas nos três primeiros capítulos desse trabalho. É por meio da ação política da sociedade civil que a introdução de políticas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar se legitimam no discurso da “construção de um conhecimento agroecológico” orientada como crítica às conseqüências da modernização da agricultura dos anos 60 e 70, no contexto da ASA-PB. Apesar do processo de transição agroecológica ter pouca expressividade, gradativamente tem crescido, através do esforço de buscar o diálogo entre as várias esferas e instituições governamentais, apresentando a necessidade do fortalecimento das formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar na região.

Já no tocante a EMATER e suas articulações com instituições privadas e até mesmo com a Prefeitura Municipal de Campina Grande, foi possível perceber que a lógica mais central para essa rede é viabilizar o escoamento dos produtos, seja nas feiras ou através das compras institucionais com a profissionalização dos agricultores/feirantes no intuito de possibilitar uma maior competitividade nesses mercados. Como uma rede que se movimenta para o treinamento do público beneficiário, o incentivo dado à melhoria dos

produtos oferecidos, bem como a preservação da qualidade destes tem demonstrado resultados satisfatórios.

Considerando as articulações promovidas pela ASA-PB, os agricultores/feirantes das Feiras do Produtor são os que mais apresentaram especialização produtiva e uma visão bem restritiva do mercado de orgânicos, encontrando nesses espaços de comercialização um canal viável para escoamento da produção. Desse modo, acreditamos que essa visão reducionista do enfoque agroecológico está relacionada às dificuldades de acesso à assistência técnica no campo, com uma fragilizada atuação dos mediadores institucionais da EMATER. Seja pelos problemas de capacitação, transmissão de informações e inadequação à política da ATER ou ainda pela pouca familiaridade com as implicações práticas do enfoque agroecológico em maior escala, a questão da dimensão institucional da EMATER tem ficado restrita tão somente a presença nos locais de venda e na facilidade de acesso às políticas governamentais (PAA e PNAE).

Na terceira rede, que está ainda iniciando nos assentamentos, as ações voltadas à comercialização e a promoção do enfoque agroecológico, a assessoria técnica, social e ambiental para os assentados da reforma agrária mostra-se nas articulações promovidas entre o INCRA e a COONAP. Por meio de projetos coletivos e elaborados considerando a realidade do público beneficiário, a Cooperativa vem possibilitando a agregação de renda para os agricultores/feirantes assentados através de atividades pluriativas, sendo a Feira da Reforma Agrária um projeto que vêm servindo como instrumento de ação direcionado à superação de desafios que ainda afetam os beneficiários envolvidos. Todavia, é mister salientar que mesmo com a visibilidade adquirida na feira e as melhorias sociais assinaladas, os agricultores/feirantes dos assentamento de reforma agrária enfrentam dificuldades ainda maiores relativas a recursos produtivos, cuja experimentação agroecológica nos estabelecimento, mesmo sendo fomentada pelo transporte de conhecimentos e nos moldes da convivência com o semiárido necessita de mais tempo para se processar e se consolidar nos assentamentos.

Nesse sentido, entre os limites e possibilidades vivenciados pelas redes de atores que participam da arena que gesta e implementa as políticas direcionadas para estas feiras, o ciclo de conexões existentes proporcionou observar que os processos múltiplos que interligam os sujeitos uns aos outros tem se desenvolvido por dependências mútuas. Ao mesmo tempo em que desenvolvem um projeto coletivo, os atores demonstram que as relações de interdependência elencadas são carregadas de interesses diversos que se juntam para um mesmo objetivo de atender suas próprias necessidades. Tal fato encontra amparo

em práticas tradicionais, como o assistencialismo e muitas vezes, a dependência política. Dentro do universo pesquisado, pode-se ainda identificar que mesmo com os discursos dos mediadores institucionais de proporcionar autonomia aos agricultores/feirantes, estes só se legitimam pela existência de relações de submissão do público beneficiário. Na outra ponta, estão os agricultores/feirantes, que por sua vez, necessitam estar articulados para conseguir continuar vendendo nas feiras e lutando pelo acesso a políticas, a exemplo de políticas de comercialização em um mercado amplo.

Como visto também, somente o espaço das feiras não é suficiente para escoar a produção dos agricultores/feirantes, necessitando de outros canais de comercialização. Os mercados institucionais, especialmente o PAA e o PNAE, têm elevado o grau de autonomia dos agricultores/feirantes em relação ao que produzir e comercializar, visto que absorvem grande diversidade de alimentos, com garantia de preços ao longo do ano. Destacadamente o PAA tem sido visto com um significativo gerador de demanda dos alimentos produzidos, se tornando um meio legítimo e seguro de favorecimento e valorização dos produtos da agricultura familiar, criando as condições para expulsar os atravessadores e estimular o processo de transição agroecológica.

Políticas como o PAA e o PNAE se destacam no apoio a aquisição dos produtos no universo pesquisado, pois foi possível identificar que esses programas têm incentivado os agricultores/feirantes a se organizarem financeiramente e a buscarem a qualificação de seus produtos. No entanto, mesmo dando preferência a aquisição de produtos da agricultura familiar e agroecológicos, os problemas operacionais de natureza burocrática, procedimental ainda dificulta a permanência do público beneficiário e vem impactando negativamente os programas e causando prejuízos a muitos dos agricultores/feirantes que tem acesso a essas políticas pela morosidade e descontinuidade dos projetos, atrasos nos pagamentos, exigências operacionais e descompassos ligados ao compromisso com o cronograma produtivo das gestões municipais.

Nesse sentido, apesar do incentivo a produção dos agricultores que estão nas feiras, quando observado em escala regional, as políticas voltadas à comercialização ainda carecem de aperfeiçoamento principalmente no que concerne ao potencial produtivo da agroecologia. Vale dizer que pelo número ainda pequeno de agricultores agroecológicos, existe ainda há um longo caminho a percorrer para a uma maior aquisição de alimentos produzidos de modo orgânico, agroecológico. Outro exemplo nesse sentido é o PRONAF que é acessado por todos os agricultores/feirantes envolvidos como uma das fontes de recursos para o financiamento da produção, mas se observado do ponto de vista do apoio

efetivo ao processo de transição agroecológica, a implementação do programa sugere que somente a linha de crédito não têm sido suficiente para minimizar as questões referentes ao acesso ao um modelo de mercado que ainda está formatado pelo modelo de especialização produtivista.

Além disso, a inexistência de assistência técnica efetiva, especialmente voltada à agroecologia, explica em parte as dificuldades da transição agroecológica, dado que se confirma pelo número bem superior de barracas nas feiras do Produtor em detrimento as feiras puramente agroecológicas e de agricultores/feirantes convencionais em relação aos agricultores/feirantes agroecológicos. Mesmo não se utilizando de agrotóxicos, os agricultores/feirantes convencionais das Feiras do Produtor ainda são a maioria e utilizam o crédito que estão recebendo do PRONAF para um modelo de especialização produtiva que vai de contra aos ideais do cunho agroecológico. De modo geral, as políticas de ATER na Microrregião de Campina Grande, além de pontuais e não sistemáticas, ainda pautam-se nos moldes de uma agricultura que reforça o agronegócio, impedindo que um número maior de agricultores que estão ou não nas feiras tenham condições para iniciar uma trajetória produtiva na direção da agroecologia.

Como observado, da parceria entre Estado e movimentos da sociedade civil na região, a inserção de inovações na pauta das políticas públicas para a agricultura familiar tem incentivado que os agricultores/feirantes continuem a produzir e tenham a oportunidade de trazer seus produtos para as feiras, mas são políticas que ainda carecem de arranjos estratégicos para expandir as escalas de abrangência social. O trabalho das organizações não governamentais exploradas no trabalho caminham nesse sentido, contudo, os fatores apresentados não estão sendo suficientes para garantir a competitividade dos produtos frente à cultura do consumo das grandes redes de supermercados e outros mercados locais.

A agroecologia tem, certamente, auxiliado no prosseguimento dessas feiras, todavia ainda há que se pensar em como estas não fiquem somente restritas à efetivação de uma alternativa econômica, mas também como espaços de reflexão estruturados em torno das atividades nas quais os diversos atores podem participar e ter uma visão diferenciada do meio rural. Assim, as perspectivas futuras para estas feiras estão na possibilidade de que não fiquem restringidas a um nicho de mercado e que possam se estruturar nas próprias dimensões propostas pela agroecologia com forte emprego de mão de obra e um trabalho de conscientização para a ampliação do “consumo sustentável” através dos produtos agroecológicos. Para o incremento e distribuição de renda, o incentivo à

certificação participativa e à diversificação produtiva devem se adequar ao desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis, no intuito de prover uma maior qualidade dos produtos. Além disso, uma maior participação nos processos decisórios e um efetivo compartilhamento de informações, certamente, pode proporcionar o estabelecimento de relações mais estáveis no que concerne à organização dos agricultores/feirantes nas três redes.

Diante do contexto que envolve as sete feiras agroecológicas e mistas neste trabalho, considera-se que o processo coletivo que está sendo fomentado encontra na comercialização uma abertura para outros mercados, tendo os atores envolvidos um destaque primordial. Em face da instabilidade de mercado para a agricultura familiar na Microrregião de Campina Grande, as redes têm auxiliado na garantia de escoamento da produção, incorporando o contato do público beneficiário às redes sociotécnicas e na maior parte dos casos, mediando o acesso dos agricultores/feirantes às políticas do Estado. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo enfoque agroecológico as redes de atores continuam ativas e proporcionando uma nova cultura de comercialização e consumo.

Por fim, a partir das questões demandadas pelo próprio objeto pesquisado, este trabalho não permitiu uma discussão detalhada dos casos híbridos apresentados nas redes, mas aponta a necessidade de ampliar e aprofundar a discussão em torno dos mesmos, sendo necessário refletir com mais afinco e de modo mais abrangente em escala regional como a agroecologia vem sendo efetivamente pensada e implementada em outros espaços sócio-organizativos para além das feiras. No mais, essa dissertação cumpriu um papel fundamental na minha formação, sendo muito enriquecedora não somente pelos conteúdos e conceitos adquiridos, mas também pelas experiências vivenciadas com o público pesquisado que me fizeram ampliar os conhecimentos acerca das relações existentes entre o rural e o urbano. Todo processo de formação vivido no período da pesquisa me motivam a aprofundar meus conhecimentos sobre esse mercado construído, ao mesmo tempo em que tem me impulsionado a procurar a ampliar meus questionamentos relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar e no fortalecimento da agroecologia como uma realidade socialmente possível.

Referencias bibliográficas

ABREU, L.S. A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira. Campinas: **Emopi**, 2006, 174 p.

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P. ; PETTAN, K. ; RABELLO, F. ; MENDES, S. C. . Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 26, p. 149-178, 2009.

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F.. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia**. Recife, 2001. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrazil.pdf>. Acesso em: 16 abril 2015.

ALMEIDA, J.. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

.. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, Dinizar (org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? – 4ª. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ALTIERI, M. A.. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANA –Articulação Nacional De Agroecologia - **Anais do III ENA, Encontro Nacional de Agroecologia**. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2014.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N.. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, v. 21, pp. 43-56. Juiz de Fora. 2007.

ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. **Seropédica: Embrapa Agrobiologia**, 2005. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 196).

_____. 2006. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na Agroecologia. **Economia Aplicada**, 10 (1), p.: 75-89.

_____;ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BAVA, S.C. Circuitos curtos de produção e consumo. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2012. p.178-187

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade do rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V.; (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BALSAN, R.. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo território: revista de geografia agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 março de 2015.

BARCELLOS, S. B.. **A política nacional de agroecologia (Pnapo) em reflexão: provocações, possibilidades e desafios**. 2012; Tema: Política nacional de agroecologia (Pnapo). (Site).

BASTOS, V. V. S.; SOUZA, R.; CANIELLO, M. M.; FERREIRA, R. P.. Sindicalismo Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: o caso do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema – PB - **Anais do II SEDRES - UEPB**, Campina Grande - 2014.

BENTHIEN, P. F. (2007) Transgenia agrícola e modernidade: um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira. In: BRANDEBURG, A. et al. (Org.). **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA.

BERTOLDO, C.; SANTOS JÚNIOR, L. A.; COSTABEBER, J. A. ; NEUMANN, P. S.. **Os Descompassos entre a PNATER e as instituições públicas de ensino e de extensão rural: a formação e a atuação profissional**. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

BEZERRA, B. G.; ARAUJO, J. S.; PEREIRA, D. D. ; LAURENTINO, G. Q. ; SILVA, L. L. . Zoneamento agroclimático da palma forrageira (*Opuntia* sp.) para o estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental** (Online), v. 18, p. 755-761, 2014.

BRANDENBURG, A.. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária. Divisão de Pesquisa Pedológica. Levantamento exploratório-reconhecimento de solos do Estado de Pernambuco. Recife: Sudene, 1972. v.2, 354 p. (Boletim Técnico, 26).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008). **Relatório Final do Seminário Nacional de ATER**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>.

Acesso em: 27 de abril de 2015.

_____. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2013. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 22 de abril de 2015.

_____. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de junho de 2013.

CAPORAL, F. R.. **Bases para uma Nova Ater Pública**. Extensão Rural (Santa Maria), Santa Maria - RS, p. 85-117, 2003.

_____.; RAMOS, L. F.. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia** (2007). Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf> Acesso em 15 de março de 2015.

_____. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Limites e Perspectivas da Extensão**. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

_____. **Em defesa de um plano nacional de transição ecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia!** enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. 48p. (mimeo.).

_____.; PETERSEN P. **Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil**, 2011.

CARVALHO, C. X. **Agroecologia, campesinato e movimento social no Agreste da Paraíba**. (Tese de Doutorado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.190p

_____.; MALAGODI, E. A.. **Agroecologia: um novo modo de pensar o desenvolvimento rural ou um novo modo de acessar políticas públicas**. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008, Campina Grande. Tecendo o intercâmbio: diversidade e perspectivas do mundo rural no Brasil contemporâneo. Campina Grande: **EDUFCG**, 2008.

_____ ; RADOMSKY, G. F. W. ; MALAGODI, E. A. ; BASTOS, V. V. .
Inovações técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural: a agroecologia no Oeste de Santa Catarina e no Agreste da Paraíba. In: 48º Congresso SOBER, 2010, Mato Grosso do Sul. **48º Congresso SOBER: tecnologias, desenvolvimento e integração social.** Campo Grande, 2010.

CNATER (2011). **Documento de referência a Conferência Nacional de Ater, Agroecologia e alimentos saudáveis.** Disponível em:
http://www.cnater.gov.br/cnater/sites/site_aiaf/files/doc_referencia_-_final.pdf - Acesso em 29 de março de 2015.

COMUNELLO, F. J.. Os **movimentos nos mercados: movimentos de agroecologia em São Joaquim/SC.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2010.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos:** Ações da CONAB em 2006 – Relatório Anual. Brasília, jul. 2007.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos:** Ações da CONAB em 2013 – Relatório Anual. Brasília, jul. 2014.

DAROLT, M. R.. Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconnectando Produtores. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura 2013. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercado_s-e-politicas.pdf> Acesso em: 19 de março de 2015

_____ ; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. . A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 10, p. 8-13, 2013.

DAVID, C.; CORRÊA, W. K.. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais. p.23-43. **Geosul.** v.17, n.33, 2002.

DELGADO, N.G. ZIMMERMANN, S. Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades. **Relatório 2:** Território de Cidadania da Borborema PB. Rio de Janeiro, OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA, dezembro, 2008, 37 p.

_____, (2009) **“Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional”.** Brasília, II- CA-MDA-CONDRAF, Texto para Discussão.

_____. Sociedade civil, Estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do território rural da Borborema/PB. *Raizes (UFPB)*, v. 28/29, p. 41-51, 2010.

DIAS, M. M.. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. Tese (Doutorado) – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro.

DINIZ, P. C. O.. **Leis, decretos, chamadas públicas, conferências...** a construção da política pública de ATER. In: XV CISO e Pré-ALAS Brasil, 2012, Teresina/PI. Resumos do Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2012. p. 315-315.

EMBRAPA - **Marco Referencial em Agroecologia**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, (2006), 70 p.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE: Histórico**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolarapresentacao>. Brasil, 201-a. Acesso em: 08 de abril de 2015.

_____. Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE: Apresentação e funcionamento. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacao-escolar> apresentacao. Brasil, 201-b. Acesso em: 08 de abril de 2015.

GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 45-68, 2013.

GOODMAN, D; SORZ, B; WILKINSON, J. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: _____. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. cap.1, p. 5-11.

GOMES DE ALMEIDA, S.. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83.

GOMES, R. A.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S.. Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande-PB. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, p. 103, 2015.

GRAZIANO DA SILVA. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192 p.

GRAZIANO NETO, F.. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: BRASILIENSE, 1985. 155p

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

_____; SCHIMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R.. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas experiências em agroecologia**. 2011. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Agriculturas_Setembro2011_site.pdf> Acesso em 22 de março de 2015.

_____; SCHNEIDER, S.. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: Catia Grisa e Sergio Schneider. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 19-52.

GUSSON, M.. A importância estratégica das feiras ecológicas para o resgate e preservação da biodiversidade na agricultura familiar do Alto Uruguai (RS). In: LOVATO, Paulo Emílio.; SCHMIDT, Wilson. (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: Argos, 2006.

HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: Limites e perspectivas. In: Alves, A.; Acarrijo, B.; Candiotto, L. (Org). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1 ed. São Paulo, 2008, v.1, p. 117-136.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**, v.1, Rio de Janeiro: IBGE; 2015.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese dos Indicadores de 2009**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

JESUS, E, L de. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: História e Filosofia, In: **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

KAMIYAMA, A. **Cadernos de Educação Ambiental**: agricultura sustentável. São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/cadernos/13-AgriculturaSustentavel.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

LATOURE, B. **Jamais Fomos Modernos**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEAO, E. L. S.; VITAL, T. W. . Evolução e situação atual da Agricultura de Base Ecológica em Pernambuco. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2010, Campo Grande, MS. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, 2010

LTEIF, A. P. A. S. A., AMODEO, N. B. P., DIAS, M. M. & NETO, J. A. F. 2011. A Construção Social da Agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho Dos Machados, MG. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 367-394, jan./abr.

LUZZI, N.. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

MAGALHÃES, R. M. (2010) A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 21, p. 89- 101, jan./jun. Editora UFPR.

MALAGODI, E; QUIRINO, E. G. Mercado e consciência ambiental: Dilemas da agricultura familiar. In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. pp.75-90.

MARIANO NETO, B.. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano**: Desenhos, Arranjos e Relações. 2006. 208 f. Tese 12 (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande/Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Homepage Institucional. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA/SAF/Dater. Brasília, 2007.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estudo Comparado sobre a Efetividade das Diferentes Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste In: **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. 412 p.

MEIRELLES, L.. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível. In.: PETERSEN, Paulo (org.) Relocalizando os Sistemas Agroalimentares. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia** – Leisa Brasil, vol.8, n.3, set./2011. p.9-11.

MOREIRA, E. R. F. Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: Delimitação e Caracterização. João Pessoa: GAPLAN,1988.

MOREIRA, R. J.. **Críticas ambientalistas à revolução verde**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, n.Out., p. 39-52, 2000.

MULLER, A. L. **A participação dos movimentos sociais de Agricultura Familiar na construção do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil**. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: O debate da convencionalização. NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PARAÍBA. DLIS: Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável de Queimadas. João Pessoa. 1999.

PAULUS, G.. **Do Padrão Moderno à Agricultura Alternativa: possibilidades de transição**. Dissertação de mestrado. UFSC/CCA, Florianópolis, 1999.

PEREZ-CASSARINO, J. . Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no brasil. In: **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói-RJ. ANAIS - IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói-RJ: UFF, 2009.

PETERSEN, P. 2013. “Agroecologia e a superação do paradigma da modernização.” IN: NIEDERLE, P. A. et al. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. p. 69-103.

_____. **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. In: ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, 2007. Organizadores Paulo Petersen e Ailton Dias dos Santos. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Constru%C3%A7%C3%A3o_do_Conhecimento_Agroecol%C3%B3gico.pdf Acesso em: 17 de Abril de 2015.

_____. ; ALMEIDA, E.. **Reverendo o Conceito de Fertilidade: Conversão Ecológica dos Sistemas de Manejo dos Solos na Região do Contestado**. Agriculturas, v.5, n.3. 2008.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): Percepções e Tendências**. 2010. 393 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/>>. Acesso em: 09 de Março de 2015.

PINTO, D. S. Pinto. **Identidades e Trajetórias de Educadores na Agroecologia**. Dissertação. Mestrado (Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil, 2014.

PIRAUX, M.; MIRANDA R.. A longa emergência da agricultura da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. vol. 30, nº 2 - jul-dez de 2010. Campina Grande, 2011.

PLANEJAMENTO 2013 – 2014 – BALANÇO 10 ANOS DE PNATER. Disponível em www.slideplayer.com.br/slide/1254213 >Acesso em 15 março. 2015.

PLOEG, J. D. V.. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora UFRGS, Nov. de 2008.

_____. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTILHO, F. Novos Atores no Mercado: Movimentos Sociais Econômicos e Consumidores Politizados. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.08, n.15, p. 199-224, 2009.

RADOMSKY, G. F. W. ; CARVALHO, C. X. ; BASTOS, V.; MALAGODI, E. . Inovações técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural: a agroecologia no oeste de Santa Catarina e no agreste da Paraíba. In: Sergio Schneider; Marilda Menezes; Aldenor Silva; Islandia Bezerra. (Org.). **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento nas áreas rurais do Brasil**. 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 1, p. 49-69.

RAMALHO, A. M. C.; SANTOS, J. G.; SILVA, S. S. F. . Reconstruindo um Cenário Socioambiental e as Práticas de Consumo: as Feiras Agroecológicas do Agreste da Borborema - PB. In: SBS 2011 - **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 2011, Curitiba. SBS 2011 - Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.

RAMOS, N. L.. **As Redes de atores no semiárido paraibano**: trilhas e caminhos da ASA Paraíba. 2009. 246 f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

REDIN, E.. Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. **Interações** (Campo Grande), v. 16, p. 55-66, 2015.

RETIÈRE, M. I. H.. **Agricultores familiares em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. Dissertação. Mestrado em Ecologia Aplicada - Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2014.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 22-25, 2013.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar do Nordeste: uma leitura pela reciprocidade. In: **Revista Econômica do Nordeste**, REN. Edição especial Agricultura familiar, 2014.

SAMBUICHI, R. H. R.. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In : SAMBUICHI, R. H. R. et al . (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. 1. ed. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.

SANTOS, T. A.. **Agroecologia como prática social**: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba [Dissertação]. Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2010.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S.. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/sc. **Revista faz ciência**. Unioste. Vol. 14, n 19-jan/jun 2012. Pp.101-130.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A.. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas** experiências em agroecologia. 2008. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf> Acesso em 02 abril de 2015.

SCHMIDT, W. F. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? In: **Agricultura e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, V. 2, nº 1, jan/mar. 2001.

SILVA, J. S.. **Agroecologia: Base Estratégica para a Segurança Alimentar**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 5, p. 1-6, 2010.

SILVEIRA, L. M.. A construção de Territórios camponeses. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.7, n.1, 2010.

SIQUEIRA, H. M. de. **Transição agroecológica e sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do território do Caparaó – ES: o caso da cafeicultura**. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – UENF. 2011. 165p

SOUZA, G. M. C.. **Buscando construir sustentabilidade: o caso dos agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, participantes da feira agropecuária de Campina Grande-PB/Feagro/CG**. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Pós Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil, 2009.

TEIXEIRA, J. C.. **Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais**. In: Revista eletrônica AGB/TL, ISSN 18082653, 2005, p.21-42. Disponível em: <www.cptl.ufms.br/agbtl>. Acesso em 12 de abril de 2015.

THORNTHWAITE, C. W. & MATHER, J. R. The water balance. Publications in Climatology, New Jersey, Drexel Inst. of Technology, 1955. 104p.

VEGA, G. C.; JALIL, L. M.. **Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural da Sociedade Civil Nordeste**, Rede ATER-Nordeste. 2013. (Relatório de pesquisa).

WEID, J. M. V.. A transição agroecológica das políticas de créditos voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Brasil, v. 3, n. 1, p. 18-20, 2006. Disponível em:<<http://aspta.org.br/revista/v3-n1-das-praticas-as-politicaspUBLICAS/>>. Acessado em: 26 de abril de 2015.

.. **Proposta de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil?** (2002) - Disponível em:

<www.cndrs.org.br/documentos/proposta_programa_aspta.doc/> Acessado em: 5 de abril de 2015.

XAVIER, M. S.. **Impactos socioeconômicos no município de Queimadas - PB.** Monografia. Curso de Licenciatura Plena em Geografia - Universidade Estadual da Paraíba, UEPB - 2011.